



Editoração Casa Civil

CEARÁ

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 12 de março de 2024 | SÉRIE 3 | ANO XVI Nº049 | Caderno 7/7 | Preço: R\$ 23,00

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

PORTARIA Nº1358/2023-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 16 de junho de 2023.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 1358/2023 - GS, 16 de Junho de 2023

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
João Paulo Pereira de Oliveira	Policial Militar	302.365-1-3	01 revólver cal.38; 06 munições cal.38	424,00	141,33
Antônio Hércules Leite Freire da Silva	Policial Militar	305.867-1-9			141,33
Antônio Lindemberg Moreira de Sousa	Policial Militar	308.120-1-8			141,33
Gledson dos Santos Barreto	Policial Militar	304.120-1-X	01 pistola cal.380; 01 espingarda cal.12; 01 carregador; 14 munições cal.12; 01 munição cal.380	960,00	137,14
Diego Rogério de Sousa Lima	Policial Militar	308.993-1-8			137,14
Lidia Ribeiro Fernandes	Policial Militar	308.673-4-3			137,14
Shelton Thiago Cavalcante Freire	Policial Militar	302.167-1-7			137,14
George Harryson Martins Agostinho	Policial Militar	303.399-1-6			137,14
João Fernandes da Costa Júnior	Policial Militar	308.236-1-3			137,14
Pedro Tiago da Costa Batista	Policial Militar	303.666-1-1			137,14
Francisco Benevides Barros Cavalcante	Policial Militar	587.318-1-1	01 revólver cal.38; 01 espingarda cal.12; 13 munições cal.12; 31 munições cal.38	976,00	162,66
Sidney da Silva Barbosa	Policial Militar	308.353-1-X			162,66
Marcos André de Sousa Costa	Policial Militar	307.412-1-8			162,66
José Wellington Pereira da Silva	Policial Militar	309.175-0-2			162,66
Wesley Mateus Melo	Policial Militar	308.726-3-0			162,66
Cleyber José do Carmo	Policial Militar	309.158-1-X	01 revólver cal.38; 16 munições cal.38	464,00	116,00
Joel Batista de Sousa	Policial Militar	587.838-1-1			116,00
Wilton Cesar da Silva	Policial Militar	304.789-1-6			116,00
Lucas Rodrigues Rufino	Policial Militar	308.725-5-X			116,00
Rogevanni Lopes dos Santos	Policial Militar	308.747-8-1			113,00
Francisco Darkson Lima Ferreira	Policial Militar	588.045-1-7	01 revólver cal.38; 13 munições cal.38	452,00	113,00
Joel Batista de Sousa	Policial Militar	587.838-1-1			113,00
Lucas Rodrigues Rufino	Policial Militar	308.727-5-X			113,00
Rogevanni Lopes dos Santos	Policial Militar	308.747-8-1			113,00
Francisco Darkson Lima Ferreira	Policial Militar	588.045-1-7	16 munições cal.12	64,00	16,00
Joel Batista de Sousa	Policial Militar	587.838-1-1			16,00
Lucas Rodrigues Rufino	Policial Militar	308.727-5-X			16,00
Rogevanni Lopes dos Santos	Policial Militar	308.747-8-1			16,00
Francisco Darkson Lima Ferreira	Policial Militar	588.045-1-7	01 revólver cal.38; 06 munições cal.38	424,00	106,00
Wilton Cesar da Silva	Policial Militar	304.789-1-6			106,00
Rogevanni Lopes dos Santos	Policial Militar	308.747-8-1			106,00
Lucas Rodrigues Rufino	Policial Militar	308.725-5-X			106,00
Antônio Carlos Pereira dos Santos	Policial Militar	308.930-8-5	01 espingarda cal.12; 05 munições cal.12	420,00	105,00
Wanderson Cruz Rodrigues	Policial Militar	308.774-8-9			105,00
André Luiz Guedes Bezerra	Policial Militar	307.454-1-8			105,00
José Muller Cunha Ferreira	Policial Militar	308.753-6-2	01 revólver cal.38; 03 munições cal.38	412,00	105,00
Antônio Carlos Pereira dos Santos	Policial Militar	308.930-8-5			103,00
Wanderson Cruz Rodrigues	Policial Militar	308.774-8-9			103,00
André Luiz Guedes Bezerra	Policial Militar	307.454-1-8			103,00
José Muller Cunha Ferreira	Policial Militar	308.753-6-2	01 espingarda cal.12; 01 pistola cal.32; 04 munições cal.12; 04 munições cal.32	832,00	103,00
André Luiz Guedes Bezerra	Policial Militar	307.454-1-8			277,33
Wanderson Cruz Rodrigues	Policial Militar	308.774-8-9			277,33
Antônio Carlos Pereira dos Santos	Policial Militar	308.930-8-5			277,33
TOTAL				R\$ 5.427,96	

PM's = 39

Valor Geral = R\$ 5.427,96

Armamento Apreendido:

Revólveres = 06

Pistolas = 02

Espingardas = 04

Carregador = 01

*** **

PORTARIA Nº1383/2023-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 28 de junho de 2023.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 1383/2023 - GS, 28 DE JUNHO DE 2023

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Carlos Luiz Santana de Sousa	Policial Militar	308.402-1-6	01 espingarda cal.12; 01 revólver cal.38; 01 pistola cal.40; 45 munições cal.12; 03 munições cal.556; 09 munições cal.40; 05 munições cal.38; 04 carregadores;	2296,00	208,73
Lucelio Lima Fonseca	Policial Militar	118.827-1-4			208,73
Marcelo Roberto de Araújo Silva	Policial Militar	301.892-1-3			208,73
Raphael Ribeiro Moreira	Policial Militar	303.374-1-7			208,73
Antônio Alves Batista Júnior	Policial Militar	303.489-1-5			208,73
Jonathas Marques Rocha	Policial Militar	587.384-1-7			208,73
Francisco Antunes Vieira de Oliveira	Policial Militar	308.668-4-3			208,73
Werbett Passos da Silva	Policial Militar	308.881-2-X			208,73
Jackson Filho Rabelo Silva	Policial Militar	303.125-1-1			208,73
Antônio Valex Venancio de Sousa	Policial Militar	304.247-1-9			208,73
Airton Júnior Furtado de Lima	Policial Militar	308.097-1-8			208,73
Pedro Moreira da Silva Neto	Policial Militar	125.662-1-2	28 munições cal.38	112,00	37,33
Francisco Lenielder Lima Silva	Policial Militar	307.019-1-7			37,33
Thales de Tarso de Sena Lopes	Policial Militar	308.724-6-0			37,33
Lenyo de Melo Lima	Policial Militar	127.517-1-0	01 revólver cal.38; 05 munições cal.38	420,00	60,00
Antônio Arimateia Brito de Sousa	Policial Militar	303.339-1-8			60,00
Rhamon Pereira Franco	Policial Militar	587.451-1-1			60,00
Antônio Fabio Domingos de Alencar	Policial Militar	303.306-1-7			60,00
Danilo Nunes da Silva	Policial Militar	308.686-7-6			60,00
Antônio Acleziano Pinto Costa	Policial Militar	300.540-1-6			60,00
Antônio César Araújo dos Santos	Policial Militar	136.402-1-1			60,00
George Ney Bezerra de Oliveira	Policial Militar	112.963-1-9	01 revólver cal.38; 06 munições cal.38	424,00	38,55
Carlos Herick Bezerra da Costa	Policial Militar	134.949-1-6			38,55
Emerson da Silva Freitas	Policial Militar	307.224-1-8			38,55
Marcelo Soares Pereira	Policial Militar	300.752-1-8			38,55
Antônio Carlos David Silva	Policial Militar	302.563-1-X			38,55
Israel Nunes Cavalcante	Policial Militar	305.233-1-8			38,55
Jair Lima Cavalcanti de Araújo Filho	Policial Militar	306.229-1-X			38,55
Joab da Silva Rodrigues	Policial Militar	306.257-1-4			38,55
Danilo Nunes da Silva	Policial Militar	308.686-7-6			38,55
Ennys Vieira Ramalho	Policial Militar	308.763-4-2			38,55
Arthur Italo Felix Pinheiro	Policial Militar	308.760-5-9			38,55
João Geraldo de Assis Queiroga	Policial Militar	308.405-1-8	01 pistola cal.380; 14 munições cal.380	456,00	41,45
Hamilton Braga Marcolon	Policial Militar	300.975-1-3			41,45
Antônio Danilo Barbosa Rodrigues	Policial Militar	301.367-1-3			41,45
Marcos Valentim Soares	Policial Militar	303.335-1-9			41,45
Francisco José da Silva Xavier	Policial Militar	303.835-1-6			41,45
João Paulo da Silva Albuquerque	Policial Militar	303.926-1-2			41,45
Jorge Frota Magalhães	Policial Militar	300.225-1-3			41,45
José Josivan Calixto Cipriano	Policial Militar	305.466-1-X			41,45
Jhonas Irenio de Aguiar	Policial Militar	307.744-1-8			41,45
Hendy de Jesus Torres	Policial Militar	308.686-8-4			41,45
Antônio Flávio dos Santos	Policial Militar	308.647-4-3			41,45
George Ney Bezerra de Oliveira	Policial Militar	112.963-1-9	01 revólver cal.38; 06 munições cal.38	424,00	38,55
Carlos Herick Bezerra da Costa	Policial Militar	134.949-1-6			38,55
Emerson da Silva Freitas	Policial Militar	307.224-1-8			38,55
Marcelo Soares Pereira	Policial Militar	300.752-1-8			38,55
Antônio Carlos David Silva	Policial Militar	302.563-1-X			38,55
Israel Nunes Cavalcante	Policial Militar	305.233-1-8			38,55
Jair Lima Cavalcanti de Araújo Filho	Policial Militar	306.229-1-X			38,55
Joab da Silva Rodrigues	Policial Militar	306.257-1-4			38,55
Danilo Nunes da Silva	Policial Militar	308.686-7-6			38,55
Ennys Vieira Ramalho	Policial Militar	308.763-4-2			38,55
Arthur Italo Felix Pinheiro	Policial Militar	308.760-5-9			38,55
João Geraldo de Assis Queiroga	Policial Militar	308.405-1-8	01 pistola cal.380; 14 munições cal.380	456,00	41,45
Hamilton Braga Marcolon	Policial Militar	300.975-1-3			41,45
Antônio Danilo Barbosa Rodrigues	Policial Militar	301.367-1-3			41,45
Marcos Valentim Soares	Policial Militar	303.335-1-9			41,45
Francisco José da Silva Xavier	Policial Militar	303.835-1-6			41,45
João Paulo da Silva Albuquerque	Policial Militar	303.926-1-2			41,45
Jorge Frota Magalhães	Policial Militar	300.225-1-3			41,45
José Josivan Calixto Cipriano	Policial Militar	305.466-1-X			41,45
Jhonas Irenio de Aguiar	Policial Militar	307.744-1-8			41,45
Hendy de Jesus Torres	Policial Militar	308.686-8-4			41,45
Antônio Flávio dos Santos	Policial Militar	308.647-4-3			41,45



POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Coelho Cabral	Policial Militar	101.226-1-9	01 pistola cal.45; 12 munições cal.45	896,00	112,00
Francisco Haroldo Veríssimo da Silva	Policial Militar	110.103-1-8			112,00
Erivan Tavares de Araújo	Policial Militar	127.042-1-6			112,00
Humberto Vieira Pereira Júnior	Policial Militar	300.423-1-X			112,00
Luan Vieira de Lima	Policial Militar	306.424-1-4			112,00
Rafael Leal de Aquino	Policial Militar	306.525-1-7			112,00
Luan Lima de Oliveira	Policial Militar	306.422-1-X			112,00
Arthur Italo Felix Pinheiro	Policial Militar	308.760-5-9			112,00
Francisco Haroldo Veríssimo da Silva	Policial Militar	110.103-1-8	01 revólver cal.32; 05 munições cal.32	420,00	60,00
Erivan Tavares de Araújo	Policial Militar	127.042-1-6			60,00
Humberto Vieira Pereira Júnior	Policial Militar	300.423-1-X			60,00
Antônio Carlos David Silva	Policial Militar	302.563-1-X			60,00
Luan Vieira de Lima	Policial Militar	306.424-1-4			60,00
Rafael Leal de Aquino	Policial Militar	306.525-1-7			60,00
Luan Vieira de Lima	Policial Militar	306.424-1-4			60,00
Paulo Adriano Monte Leitão	Policial Militar	127.527-1-7			03 revólveres cal.38 23 munições cal.38
Geovane Vieira Xavier	Policial Militar	301.508-1-8	184,56		
Geivanio Batista de Sousa	Policial Militar	300.160-1-7	184,56		
Tiago Sebastião Izidro Melo	Policial Militar	587.478-1-5	184,56		
Ricelle Lopes Gadelha Mota	Policial Militar	306.575-1-9	184,56		
Francisco Antônio Gonçalves de Sousa Chou	Policial Militar	307.518-1-7	184,56		
Michael Wendel da Silva Moreira	Policial Militar	308.747-2-2	184,56		
Antônio Carlos Pereira Borges	Policial Militar	135.399-1-X	01 revólver cal.38; 06 munições cal.38	424,00	
Thiago Vinente Maia	Policial Militar	308.883-3-2			28,26
José Estênio de Castro Nobre	Policial Militar	136.368-1-8			28,26
Matheus Sousa Rodolfo de Carvalho	Policial Militar	308.771-1-X			28,26
Marcelo José de Abreu Moraes	Policial Militar	300.718-1-6			28,26
João Paulo da Silva Albuquerque	Policial Militar	303.926-1-2			28,26
Francinildo Pacheco do Amaral	Policial Militar	588.105-1-7			28,26
Moises Gustavo Victor Barros	Policial Militar	587.569-1-1			28,26
Alexandre Monteiro de Freitas	Policial Militar	300.008-1-1			28,26
Zilmar Diego Santos Diogenes	Policial Militar	306.915-1-2			28,26
José Ribamar Bezerra da Silva	Policial Militar	306.874-1-8			28,26
Raimundo Glaeder Oliveira Lim	Policial Militar	300.331-1-6			28,26
Jamerson Freitas de Queiroz	Policial Militar	308.818-5-0			28,26
Gabriel Victor Bezerra Holanda	Policial Militar	308.714-6-4			28,26
Francisco Valdo Nobre Júnior	Policial Militar	308.807-5-7	28,26		
TOTAL				R\$ 9.055,54	

PM's = 102

Valor Geral = R\$ 9.055,54

Armamento Apreendido:

Revólveres = 08

Espingardas = 01

Pistolas = 05

Carregadores = 04

*** ** *

PORTARIA Nº2865/2023-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 31 de outubro de 2023.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 2865/2023 - GS, 31 de outubro de 2023

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jose Ferreira Lima Neto	Policial Militar	136.441-1-X	01 Revólver Cal 38	400	133,33
Eduardo Albuquerque de França	Policial Militar	304.508-1-7			133,33
Alysson Fernandes Roseno	Policial Militar	587.238-1-9			133,33
TOTAL				R\$ 400,00	

PM's = 03

Valor Geral = R\$ 400,00

Armamento Apreendido:

Revólver = 01

*** ** *

PORTARIA Nº0394/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10051.001221/2024-39, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 16 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0394/2024 - GS, 16 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Thiago Teixeira Salgado	Polícia Civil	301.201-1-6	01 Pistola Cal. 380 01 Carabina Cal. 22 28 Munições Cal. 380 167 Munições Cal. 22 01 Carregador 01 luneta	1.780,00	161,82
Tayana Lopes Vieira	Polícia Civil	300.017-5-3			161,82
Tiago Bezerra Lima	Polícia Civil	301.219-6-1			161,82
Carlos Glauber Batista de Melo	Polícia Civil	301.205-7-4			161,82
Davi Reginaldo Oliveira	Polícia Civil	300.031-9-5			161,82
Elionai Alves Garcia	Polícia Civil	300.033-4-9			161,82
Antonio Geovanne Rodrigues Carvalho	Polícia Civil	301.240-0-6			161,82
Lucas Souza de Alencar	Polícia Civil	300.017-7-x			161,82
Kleyton Chaves Lima	Polícia Civil	301.216-9-4			161,82
Eduardo de Saboia Xavier	Polícia Civil	300.220-1-7			161,82
Bruno Pereira Magalhães	Polícia Civil	301.035-1-3			161,82
TOTAL					R\$ 1.780,00

Policiais = 11
Valor Geral = R\$ 1.780,00
Armamento Apreendido:
Carabina = 01
Pistola = 01
Acessórios = 01 carregador, 01 luneta
Munições: 195 unid.

*** **

PORTARIA Nº0396/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001767/2024-71, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0396/2024 - GS, 09 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jefferson Pupo Moreno de Oliveira	Polícia Militar	306.205-1-3	01 Revólver Cal. 38 05 Munições Cal. 38	420,00	105,00
Atanael Sátiro Silva	Polícia Militar	308.654-5-6			105,00
Victor Alvino Silva Medeiros	Polícia Militar	308.707-8-6			105,00
Benicio Ferreira da Silva	Polícia Militar	308.971-3-7			105,00
TOTAL				R\$ 420,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições: 05 unid.

*** **

PORTARIA Nº0397/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.002683/2024-54, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 16 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0397/2024 - GS, 16 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Cliciane Marques Barros	Polícia Militar	300.154-9-5	01 Pistola Cal. 9mm 12 Munições Cal. 9mm	896,00	179,20
Kayan Gondim de Souza	Polícia Militar	300.107-7-9			179,20
Santiago Natan da Roza	Polícia Militar	300.025-5-5			179,20
Alefe Almeida Teixeira	Polícia Militar	843.959-5-1			179,20
Maria Stéfane Alves Freitas	Polícia Militar	300.138-8-3			179,20
TOTAL				R\$ 896,00	

Policiais = 05
Valor Geral = R\$ 896,00
Armamento Apreendido:
Pistola = 01
Munições: 12 unid.

*** **



PORTARIA Nº0446/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.003696/2024-41, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0446/2024 - GS, 09 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
GILMAR DA SILVA PEREIRA	Policial Militar	30028457	1 Espingarda Cal 12 9 Munições Cal 12	436,00	62,29
CARLOS ANTONY BARBOSA CAVALCANTI	Policial Militar	30187210			62,29
ROGER DOUGLAS SILVA DE MORAIS	Policial Militar	30196317			62,29
JOAO PAULO CANDIDO DE CARVALHO	Policial Militar	30433718			62,29
ERICSON JAIME VIANA PATRICIO	Policial Militar	30866487			62,29
FERNANDO BRUNO TAVARES LIMA	Policial Militar	30880889			62,29
BRUNO SILVA PONTES	Policial Militar	30879848			62,29
					R\$ 436,00

Policiais = 7
Valor Geral = R\$ 436,00
Armamento Apreendido:
Munições = 9 unid.
Espingarda- 1

*** **

PORTARIA Nº0450/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001770/2024-94, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0450/2024 - GS, 09 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Orleudo de Sousa Bezerra Júnior	Polícia Militar	307.683-1-0	01 Revólver Cal. 38 04 Munições Cal. 38	416,00	138,67
Michael Mikael Pereira Alves	Polícia Militar	308.841-1-6			138,67
Everton Araújo de Souza	Polícia Militar	309.064-0-3			138,67
TOTAL					R\$ 416,00

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 416,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições: 04 unid.

*** **

PORTARIA Nº0451/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001764/2024-37, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0451/2024 - GS, 09 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Bertone Lima Pereira	Polícia Militar	308.650-5-7	01 Revólver Cal. 38 05 Munições Cal. 38	420,00	60,00
Leandro Barbosa Lima	Polícia Militar	300.271-1-6			60,00
Roger Water Dantas Ferreira	Polícia Militar	308.719-8-7			60,00
Francisco Kleyton Ralff Silva	Polícia Militar	307.939-1-9			60,00
Juarez Moreira da Silva Júnior	Polícia Militar	308.834-2-x			60,00
Elton Fernandes Barbosa	Polícia Militar	309.179-2-8			60,00
Alan Barboza de Souza	Polícia Militar	308.642-5-5			60,00
TOTAL				R\$ 420,00	

Policiais = 07
Valor Geral = R\$ 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições: 05 unid.

*** **

PORTARIA Nº0453/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001765/2024-81, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



Anexo Único Portaria nº0453/2024 - GS, 09 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Josa Lima Júnior	Polícia Militar	587.391-1-1	01 Revólver Cal. 38 23 Munições Cal. 38	492,00	44,73
Lenildo da Silva Barbosa	Polícia Militar	306.410-1-9			44,73
Carlos Alberto Soares da Silva	Polícia Militar	308.656-0-x			44,73
Davi Pereira da Silva	Polícia Militar	300.070-1-8			44,73
Francisco Willame Pereira da Costa	Polícia Militar	308.952-7-4			44,73
Nailson Pereira da Silva	Polícia Militar	306.503-1-x			44,73
Aldécida Gomes de Oliveira Filho	Polícia Militar	308.642-7-1			44,73
Francisco Adalberto da Silva	Polícia Militar	135.730-1-8			44,73
Francisco Abelardo de Sousa	Polícia Militar	304.590-1-6			44,73
Marcio Barbosa Pereira	Polícia Militar	300.707-1-2			44,73
Francisco Leunirberto Oliveira	Polícia Militar	306.110-1-2			44,73
TOTAL					R\$ 492,00

Policiais = 11
Valor Geral = R\$ 492,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições: 23 unid.

*** **

PORTARIA Nº0456/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.002075/2024-40, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 19 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0456/2024 - GS, 19 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Ronnier Lima	Polícia Militar	301.905-1-3	01 Pistola Cal. 380 30 Munições Cal. 380 01 Carregador	500,00	125,00
Natanael da Silva Albino	Polícia Militar	303.323-1-8			125,00
Harly kelton Duarte de Sousa	Polícia Militar	305.361-1-8			125,00
Claudio de Carvalho Accioly Toscano Filho	Polícia Militar	308.657-8-2			125,00
TOTAL				R\$ 500,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 500,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 01
Munições: 30 unid.
Acessórios: 01 carregador



*** **

PORTARIA Nº0457/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.039457/2023-48, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 08 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0457/2024 - GS, 08 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Gleuson Pinheiro dos Santos	Policial PM	118.988-1-5	02 pistolas cal.380; 62 munições cal.380	1.048,00	131,00
Matheus Araújo de Maria Soares	Policial PM	308.701-1-5			131,00
Cícero Roberto Rodrigues de Sales Lira	Policial PM	307.759-1-0			131,00
Jackson Nuno de Oliveira	Policial PM	301.709-1-1			131,00
Antônio Robson Barbosa Alves	Policial PM	307.359-1-9			131,00
Robson da Silva Bandeira	Policial PM	307.007-1-6			131,00
Victor Hugo de Andrade Silva	Policial PM	307.038-1-2			131,00
Marcos Paulo Saboya Furtado	Policial PM	304.132-1-0			131,00
TOTAL					R\$ 1.048,00

PM's = 08
Valor Geral = 1.048,00
Armamento Apreendido:
Pistola = 02
Munições = 62

*** **

PORTARIA Nº0459/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.002824/2024-39, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0459/2024 - GS, 27 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
kairo Santos da Silva	Polícia Militar	152.166-1-1	01 Revólver Cal. 38 05 Munições Cal. 38	420,00	105,00
Carlos José dos Santos Alves	Polícia Militar	308.808-9-7			105,00
Allan Rodrigo Alencar Costa	Polícia Militar	308.644-2-5			105,00
Cícero Neilson Souza Pereira	Polícia Militar	308.801-5-3			105,00
TOTAL				R\$ 420,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições: 05 unid.

*** **

PORTARIA Nº0460/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.010187/2023-93, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei nº 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto nº 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto nº 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0460/2024 - GS, 09 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Antônio Fernando da Silva Lima	Policial Militar	303.099-1-X	01 revólver cal.38; 03 munições cal.38	412,00	R\$ 137,33
Cássio Yuri de Queiroz Almendar de Sousa	Policial Militar	300.054-1-4			R\$ 137,33
Djalma Sousa Vieira	Policial Militar	306.801-1-1			R\$ 137,33
TOTAL				R\$ 412,00	

PM's = 03
Valor Geral = 412,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 03

*** **

PORTARIA Nº0461/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.052489/2023-39, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei nº 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto nº 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto nº 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0461/2024 - GS, 09 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Paulo Alexandre Rodrigues	Polícia Militar	302.373-1-5	01 Pistola Cal. 40 11 Munições	888,00	296,00
Ronaldo Moreira dos Santos Junior	Polícia Militar	300.025-4-7			296,00
Jose Kaique Sampaio de Lacerda Grangeiro	Polícia Militar	308.829-8-9			296,00
TOTAL				R\$ 888,00	

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 888,00
Armamento Apreendido:
Pistola = 01
Munições = 11

*** **

PORTARIA Nº0462/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.028792/2023-11, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei nº 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto nº 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto nº 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



Anexo Único Portaria nº 0462/2024 - GS, 09 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Maria Noeli Marcelino de Sousa	Policial Militar	303.103-1-4	01 pistola cal.09; 01 carregador, 20 munições cal.09	1.060,00	R\$ 353,33
Francisco kelvio Agostinho Soares	Policial Militar	300.098-5-1			R\$ 353,33
Paulo Vitor Rodrigues Cavalcante	Policial Militar	300.090-4-5			R\$ 353,33
TOTAL				R\$ 1.060,00	

PM's = 03
Valor Geral = 1.060,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 20
Carregador = 01

*** **

PORTARIA Nº0463/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.022752/2023-65, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 09 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0463/2024 - GS, 09 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Diego Paula de Souza	Policial Militar	303.397-1-8	01 revólver cal.38; 05 munições cal.38	420,00	52,50
Diego de Lima Santos da Silva	Policial Militar	300.073-7-9			52,50
Anne Jordania da Silva Guimarães	Policial Militar	300.090-3-7			52,50
Daniel Rocha da Silva Neto	Policial Militar	300.261-3-6			52,50
Francisco Ludovino da Silva Filho	Policial Militar	125.419-1-0			52,50
Marcelo Moreira Marcelino	Policial Militar	303.829-1-9			52,50
Rafael Ferreira Vieira	Policial Militar	308.852-5-2			52,50
Marcelo do Nascimento de Oliveira	Policial Militar	309.161-5-8			52,50
TOTAL					R\$ 420,00

PM's = 08
Valor Geral = 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 05

*** **

PORTARIA Nº0469/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.000292/2024-03, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 14 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0469/2024 - GS, 15 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Angelo da Rocha Neto	Policial Militar	843.967-6-1	01 Revólver Cal. 38 15 Munições	460,00	35,38
Thalita Vital Vasconcelos	Policial Militar	300.122-3-2			35,38
Sandro Setubal Freitas	Policial Militar	300.032-7-6			35,38
Ana Vitória Rocha Barros Barbosa	Policial Militar	300.192-6-1			35,38
Lucas Mesquita Costa	Policial Militar	308.848-7-6			35,38
Hudson Moreira Bezerra	Policial Militar	309.081-2-0			35,38
Francisco Tainan Lessa de Oliveira	Policial Militar	300.053-7-6			35,38
Francisco Valdez dos Santos Filho	Policial Militar	309.060-2-0			35,38
Neilson Moura Paz	Policial Militar	136.346-1-0			35,38
Igor Lima Teixeira	Policial Militar	308.893-4-7			35,38
Antonio Ronildo Medeiros	Policial Militar	305.879-1-X			35,38
Felipe Barbosa Almeida Matos	Policial Militar	300.198-2-2			35,38
Ana Kesia Alcantara Lima	Policial Militar	300.046-5-5			35,38
TOTAL					R\$ 460,00

PM's = 13
Valor Geral = R\$ 460,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 15

*** **



PORTARIA Nº0548/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001769/2024-60, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 19 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0548/2024 - GS, 19 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jefferson Pupo Moreno de Oliveira	Polícia Militar	306.250-1-3	01 Pistola Cal. 9Mm 02 Carregador 31 Munições Cal. 9mm	1.248,00	312,00
Atanael Sátiro Silva	Polícia Militar	308.654-5-6			312,00
Victor Alvino Silva Medeiros	Polícia Militar	308.707-8-6			312,00
Luiz Carlos Fernandes Nogueira	Polícia Militar	309.041-1-7			312,00
TOTAL				R\$ 1.248,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 1.248,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 01
Acessórios= 02 carregador
Munições= 31 unid.

*** **

PORTARIA Nº0549/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.002077/2024-39, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 19 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0549/2024 - GS, 19 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Kairo Santos da Silva	Polícia Militar	152.166-1-1	01 Revólver Cal. 38 03 Munições	412,00	103,00
Anderson Kesley Ribeiro da Silva	Polícia Militar	307.661-1-3			103,00
Allan Rodrigo Alencar Costa	Polícia Militar	308.644-2-5			103,00
Cícero Neilson Souza Pereira	Polícia Militar	308.801-5-3			103,00
TOTAL				R\$ 412,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 412,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições= 03 unid.

*** **

PORTARIA Nº0550/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10001.000799/2024-63, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 19 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0550/2024 - GS, 19 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Carlos de Oliveira Filho	Polícia Militar	303.276-1-6	01 Pistola Cal. 380 01 Mira Laser 19 Munições Cal. 380 10 Munições Cal. 38 04 Munições Cal. 40 06 Munições Cal. 22	672,00	672,00
TOTAL				R\$ 672,00	

Policiais = 01
Valor Geral = R\$ 672,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 01
Munições= 39 unid.
Acessórios= 01 mira laser

*** **



PORTARIA Nº0551/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.052860/2023-62, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 15 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0551/2024 - GS, 15 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Luciano Monteiro dos Santos	Policial Militar	300.774-1-5	01 Espingarda Cal. 20	852,00	213,00
Bruna Teles da Silva	Policial Militar	300.269-4-2	01 Espingarda Cal. 36		213,00
Thamiris da Franca Leandro	Policial Militar	309.180-3-4	12 Munições Cal. 36		213,00
Joel Felipe do Nascimento	Policial Militar	302.905-1-8	01 Munição Cal. 20		213,00
TOTAL				R\$ 852,00	

PMs = 04
Valor Geral = R\$ 852,00
Armamento Apreendido:
Espingardas = 02
Munições = 13

*** **

PORTARIA Nº0552/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.000669/2024-16, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 16 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0552/2024 - GS, 16 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Adriano Façanha de Sousa	Policial Militar	118.958-1-6	62 Munições Cal. 556 10 Munições Cal. 40	576,00	192,00
Lucemilson Santos de Sousa	Policial Militar	135.397-1-5			192,00
Salatiel Gomes Costa	Policial Militar	308.995-1-2			192,00
TOTAL				R\$ 576,00	

PMs = 03
Valor Geral = R\$ 576,00
Armamento Apreendido:
Munições = 72

*** **

PORTARIA Nº0553/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.000167/2024-95 RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 16 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0553/2024 - GS, 16 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Robson Paz Félix	Policial Militar	300.409-1-0	01 Pistola Cal. 380 05 Munições	420,00	105,00
Andre Luiz Rodrigues Araujo	Policial Militar	300.528-1-1			105,00
Francisco Wesley Santos Mariano	Policial Militar	306.145-1-8			105,00
Osvaldino Zacarias Pereira	Policial Militar	300.936-1-5			105,00
TOTAL				R\$ 420,00	

PMs = 04
Valor Geral = R\$ 420,00
Armamento Apreendido:
Munições = 05
Pistola = 01

*** **



PORTARIA Nº0559/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.002387/2024-53, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0559/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jaidy Mendes de Carvalho	Polícia Militar	300.703-1-3	01 Revólver Cal. 38 01 Munições Cal. 38	848,00	121,14
José Elton Martiniano da Silva	Polícia Militar	306.314-1-2			121,14
Felipe Mendes Teixeira	Polícia Militar	309.052-2-9			121,14
Jair Botelho da Silva	Polícia Militar	308.222-1-8			121,14
Valderi Mendes Carvalho	Polícia Militar	308.865-0-x			121,14
Samuel Souza Moreira	Polícia Militar	308.767-6-8			121,14
Samuel Bezerra	Polícia Militar	587.658-1-3			121,14
TOTAL				R\$ 848,00	

Policiais = 10
Valor Geral = R\$ 848,00
Armamento Apreendido:
Rifle= 01
Revólver= 01
Munições= 12 unid.

*** **

PORTARIA Nº0565/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.046154/2023-81, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 29 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0565/2024 - GS, 29 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Denizard Santos Leite	Polícia Militar	136.118-1-5	01 Revólver Cal. 38 03 Munições Cal. 38	412,00	37,45
Antonio Leandro Benício da Silva	Polícia Militar	304.329-1-6			37,45
Márcio Barbosa Pereira	Polícia Militar	300.707-1-2			37,45
Allison Silva do Carmo	Polícia Militar	307.560-1-0			37,45
Allison Silva Lopes	Polícia Militar	308.844-1-7			37,45
Cassio Costa Rocha	Polícia Militar	309.151-8-6			37,45
Roger Water Dantas Ferreira	Polícia Militar	308.719-8-7			37,45
Carlos Alberto Soares da Silva	Polícia Militar	308.656-0-x			37,45
Sergio Roberto Lima de Araújo	Polícia Militar	309.016-6-5			37,45
Wesley da Silva Andrade	Polícia Militar	308.729-9-1			37,45
Deyvid Allan Rodrigues de Macêdo	Polícia Militar	308.902-4-8			37,45
TOTAL					

Policiais = 11
Valor Geral = R\$ 412,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições= 03 unid.

*** **

PORTARIA Nº0566/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10051.001553/2024-13, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0566/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jackson Freitas Fernandes	Polícia Civil	167.966-1-1	01 Revólver Cal. 38 05 Munições Cal. 38 07 Munições Cal.380	448,00	149,33
Jânio de Assis Mesquita	Polícia Civil	93-751-1-2			149,33
Marcos Flávio Silva Ribeiro	Polícia Civil	167.966-1-4			149,33
TOTAL				R\$ 448,00	

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 448,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições= 12 unid.

*** **



PORTARIA Nº0567/2024-GS O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.004096/2024-08, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0567/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Marciano Cavalcante Ferreira	Polícia Militar	125.645-1-1	03 Munições Cal. 12	12,00	4,00
Italo Marcel Paixão e Silva	Polícia Militar	304.569-1-2			4,00
Wellington dos Santos Medeiros Júnior	Polícia Militar	308.897-1-1			4,00
TOTAL				R\$ 12,00	

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 12,00
Armamento Apreendido:
Munições= 03 unid.

*** **

PORTARIA Nº0571/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.003204/2024-17, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0571/2024 - GS, 27 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Raimundo Devanger Martins Braga	Polícia Militar	303.700-1-5	01 Espingarda cal. 32	400,00	133,33
Marcio Henrique Rodrigues Pires	Polícia Militar	109.992-1-9			133,33
Cícero Elias Bezerra Júnior	Polícia Militar	308.135-1-0			133,33
TOTAL				R\$ 400,00	

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 400,00
Armamento Apreendido:
Espingarda= 01



*** **

PORTARIA Nº0575/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.004536/2024-19, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0575/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
João Gonçalves Matos Silva	Polícia Militar	301.752-1-2	02 Pistola Cal. 9mm 01 Revólver Cal. 38 05 Carregador 30 Munições Cal. 9Mm 16 Munições Cal. 38	2.804,00	400,57
Paulo Henrique Félix Macêdo	Polícia Militar	308.513-1-6			400,57
Carlos Eduardo de Souza Monteiro	Polícia Militar	308.153-1-9			400,57
Leonardo Victor Dias dos Santos	Polícia Militar	308.698-7-7			400,57
Adriano Batista de Medeiros	Polícia Militar	305.759-1-1			400,57
Francisco Sabino de Oliveira Neto	Polícia Militar	308.863-9-9			400,57
Thiago Lidson Moraes	Polícia Militar	309.160-5-0			400,57
TOTAL				R\$ 2.804,00	

Policiais = 07
Valor Geral = R\$ 2.804,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 02
Revólver= 01
Munições= 46 unid.
Acessórios= 05 carregador

*** **

PORTARIA Nº0577/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.004374/2024-19, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 29 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0577/2024 - GS, 29 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Ricardo Bezerra de Lima	Polícia Militar	302.154-1-9	01 Revólver Cal. 38 06 Munições	424,00	84,80
Antonio Luiz Machado Sousa Junior	Polícia Militar	300.184-2-8			84,80
Ingrid Albuquerque Ribeiro Angelo	Polícia Militar	843.967-2-9			84,80
José Mário da Silva Júnior	Polícia Militar	134.418-1-2			84,80
Maria Pauliane Santana da Silva	Polícia Militar	301.332-1-8			84,80
TOTAL				R\$ 424,00	

Policiais = 05
Valor Geral = R\$ 424,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições= 06 unid.

*** **

PORTARIA Nº0579/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.024078/2023-53, RESOLVE conceder **premiação pecuniária** aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 21 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0579/2024 - GS, 21 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jonathan Gomes de Freitas	Polícia Militar	300.244-1-6	01 Revolver Calibre 38; 01 Carabina Calibre 22, 02 Munições Calibre 38.	808,00	202,00
Antonio Helder Maciel	Polícia Militar	309.083-6-8			202,00
Samuel Lima de Castro	Polícia Militar	308.886-9-3			202,00
Luis Jandson de Sousa Felix	Polícia Militar	309.038-3-8			202,00
Francisco Vinicius Arruda Bezerra	Polícia Militar	308.671-7-3	01 Revolver Calibre 32; 08 Munições Calibre 38.	432,00	108,00
Eduardo Sousa Da Silva	Polícia Militar	587.295-1-5			108,00
Francisco Michel Da Silva Sousa	Polícia Militar	306.117-1-3			108,00
Ezequiel Diniz Batista	Polícia Militar	308.165-1-X			108,00
TOTAL					R\$ 1.240,00

PM's = 08
Valor Geral = 1.240,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 02
Munições = 10
Carabina = 01

*** **

PORTARIA Nº0582/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.004083/2024-21, RESOLVE conceder **premiação pecuniária** aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0582/2024 - GS, 27 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Danilo da Penha Sales	Polícia Militar	301.592-1-7	01 Revólver Cal. 38 05 Munição Cal. 38	420,00	84,00
Erones Azevedo Pinho Filho	Polícia Militar	300.072-7-1			84,00
Francisco Ramon Sampaio de Brito	Polícia Militar	308.678-1-5			84,00
Gleison Amorim da Costa	Polícia Militar	306.961-1-5			84,00
Jorge Luis Gadelha	Polícia Militar	125.646-1-9			84,00
TOTAL				R\$ 420,00	

Policiais = 05
Valor Geral = R\$ 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições= 05 unid.

*** **



PORTARIA Nº0588/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.005436/2024-18, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Anexo Único Portaria nº0588/2024 -GS, 27 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
José Estelino da Silva Moraes	Polícia Militar	118.922-1-3	01 Pistola Cal. 40 15 Munição Cal. 40 01 Mira laser	1.020,00	145,71
José Regilane Feitosa Damaceno	Polícia Militar	306.339-1-1			145,71
Antonio Jucieudo Holanda Lopes	Polícia Militar	304.271-1-4			145,71
Abner Mascarenhas Ferreira	Polícia Militar	587.522-1-5			145,71
Nicholas Vieira Avila de Agrela	Polícia Militar	300.264-8-9			145,71
Saulo de Oliveira Silva	Polícia Militar	309.014-5-2			145,71
Elvis Gabriell Lopes da Costa	Polícia Militar	308.662-3-1			145,71
TOTAL				R\$ 1.020,00	

Policiais = 07
Valor Geral = R\$ 1.020,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 01
Munições= 15 unid.
Acessórios= 01 Mira laser

*** **

PORTARIA Nº0591/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.005686/2024-40, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 27 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Anexo Único Portaria nº 0591/2024 - GS, 27 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jean Pereira Ximenes	Polícia Militar	587.672-1-2	251 Munições Cal. 22	520,00	130,00
Paulo Victor dos Santos Bezerra	Polícia Militar	308.871-3-1			130,00
Pedro Nilton Saraiva de Carvalho Filho	Polícia Militar	300.065-8-5			130,00
Emídio Fernandes Chaves Filho	Polícia Militar	300.064-3-7			130,00
TOTAL				R\$ 520,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 520,00
Armamento Apreendido:
Rifle= 01
Munições= 30 unid.

*** **

PORTARIA Nº0594/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.041073/2023-95, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 21 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Anexo Único Portaria nº 0594/2024 - GS, 21 de Fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Acrisio Alves de Meneses Neto	Policial Militar	301.866-1-3	01 Pistola Cal. 380 31 Munições 01 Carregador	624,00	208,00
Andre da Assunção Visgueira	Policial Militar	309.085-5-4			208,00
Jefferson Sousa da Silva	Policial Militar	308.682-8-5			208,00
TOTAL				R\$ 624,00	

PMs = 03
Valor Geral = R\$ 624,00
Armamento Apreendido:
Pistola = 01
Munições = 31
Carregador = 01

*** **



PORTARIA Nº0597/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.004481/2024-47, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0597/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Paulo Sérgio Silva Lima	Polícia Militar	135.280-1-2	01 Revólver Cal. 38 06 Munições Cal. 38	424,00	60,57
João de Deus da Silva Brasil Filho	Polícia Militar	307.541-1-5			60,57
Elyzianny Mendonça Barbosa	Polícia Militar	300.050-3-1			60,57
Bruno Sena do Nascimento	Polícia Militar	300.194-8-2			60,57
Luciano Lemos da Silva	Polícia Militar	843.956-7-6			60,57
João Pedro Brito Milfont	Polícia Militar	300.203-7-5			60,57
Julio Germano Ferreira Neto	Polícia Militar	309.175-8-8			60,57
TOTAL				R\$ 424,00	

Policiais = 07

Valor Geral = R\$ 424,00

Armamento Apreendido:

Revólver = 01

Munições = 06 unid.

*** **

PORTARIA Nº0597/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o §2º do art.15, art. 16 e inciso VI do art. 23 do Decreto nº 29.704, de 08 de abril de 2009, RESOLVE AUTORIZAR A **CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTÁGIO**, aos **ESTAGIÁRIOS** relacionados no anexo único desta Portaria, no valor mensal de R\$ 426,07 (quatrocentos e vinte e seis reais e sete centavos), **bem como do AUXÍLIO TRANSPORTE**, em pecúnia, proporcional aos dias estagiados, pelo prazo de 1 (um) ano a partir da data da publicação. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 15 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA 0597/2024-GS DE 15 DE FEVEREIRO DE 2024

Nº	NOME
1	JULIA OLIVEIRA DE SOUZA
2	ANNE GRAZIELE DA SILVA BATISTA
3	KAREN RYLARI DE SOUSA RAMALHO
4	ITALO DE FREITAS CALIXTO

*** **

PORTARIA Nº0640/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.004482/2024-91, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0640/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
João de Deus da Silva Brasil Filho	Polícia Militar	307.541-1-5	01 Revólver Cal. 32	400,00	133,33
Bruno Sena do Nascimento	Polícia Militar	300.194-8-2			133,33
Elyzianny Mendonça Barbosa	Polícia Militar	300.050-3-1			133,33
TOTAL				R\$ 400,00	

Policiais = 03

Valor Geral = R\$ 400,00

Armamento Apreendido:

Revólver = 01

*** **

PORTARIA Nº0643/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.053144/2023-01, RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 26 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



Anexo Único Portaria nº0643/2024 - GS, 26 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Roney Soares Santiago	Polícia Militar	587.785-1-6	01 Revólver Cal. 38 03 Munições Cal. 38	412,00	82,40
Luiz Henrique de Souza Melo	Polícia Militar	309.181-7-7			82,40
José Leandro da Silva	Polícia Militar	300.059-6-1			82,40
Gabriel Ramos Domingos	Polícia Militar	308.885-9-6			82,40
Tiago Nascimento Oliveira	Polícia Militar	308.882-9-4			82,40
TOTAL				R\$ 412,00	

Policiais = 05
Valor Geral = R\$ 412,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições: 03 unid.

*** **

PORTARIA Nº0653/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.006089/2024-32, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 29 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0653/2024 - GS, 29 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Alexsandro Lins	Polícia Militar	134.641-1-1	01 Pistola Cal. 380 14 Munições Cal. 380	456,00	152,00
Antonio Cidade da Silva	Polícia Militar	301.134-1-1			152,00
Márcio de Oliveira Leite	Polícia Militar	305.190-1-9			152,00
TOTAL				R\$ 456,00	

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 456,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 01
Munições: 14 unid.

*** **

PORTARIA Nº0654/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.005431/2024-87 RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 28 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0654/2024 - GS, 28 de fevereiro de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Jose Estelino da Silva Moraes	Polícia Militar	118.922-1-3	01 Revólver Cal. 38 04 Munições Cal. 38	416,00	104,00
Elvis Gabrieli Lopes da Costa	Polícia Militar	308.662-3-1			104,00
Jose Regilane Feitosa Damaceno	Polícia Militar	306.339-1-1			104,00
Saulo de Oliveira Silva	Polícia Militar	309.014-5-2			104,00
TOTAL				R\$ 416,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 416,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Munições: 04 unid.

*** **

PORTARIA Nº0671/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.029931/2023-23 RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 01 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



Anexo Único Portaria nº 0671/2024 - GS, 01 de MARÇO de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Edvando Bezerra da Silva	Policial Militar	113.144-1-4	01 revólver cal.38; 10 munições cal.380; 15 munições cal.38	500,00	55,56
Fabiano Araújo Mourão	Policial Militar	587.308-1-5			55,56
Vanderson Ribeiro de Oliveira	Policial Militar	309.063-0-6			55,56
Lais de Andrade Pereira	Policial Militar	300.058-6-X			55,56
João Paulo Abreu Martins	Policial Militar	308.822-5-3			55,56
Eduardo do Nascimento de Oliveira	Policial Militar	300.458-1-5			55,56
Oscar Bernardino de Sena Filho	Policial Militar	300.138-6-7			55,56
Thaysa Majorie Canario Xavier	Policial Militar	308.878-3-2			55,56
Matheus Alves de Carvalho	Policial Militar	300.008-0-3			55,56
TOTAL				R\$ 500,00	

PM's = 09
Valor Geral = 500,00,
Armamento Apreendido:
Revólver = 01

*** **

PORTARIA Nº0672/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.006778/2024-47, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 04 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº0672/2024 - GS, 04 de março de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Wladenir dos Santos Nascimento	Polícia Militar	151.201-1-8	01 Pistola Cal. 765 07 Munições Cal. 32	428,00	85,60
Vicente da Silva Coelho	Polícia Militar	104.548-1-6			85,60
Antonio Marcell Araujo Marques	Polícia Militar	304.072-1-0			85,60
Roniere Negreiros de Oliveira	Polícia Militar	305.573-1-x			85,60
Selbiano Freire Barroso Júnior	Polícia Militar	300.358-1-x			85,60
TOTAL				R\$ 428,00	

Policiais = 05
Valor Geral = R\$ 428,00
Armamento Apreendido:
Pistola= 01
Munições= 07 unid.

*** **

PORTARIA Nº0674/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.009172/2024-63, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 05 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0674/2024 - GS, 05 de março de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
LEONARDO V. DO NASCIMENTO	Policial Militar	308.698-5-0	01 PISTOLA CAL 380 10 MUNIÇÕES 380	440,00	110,00
ROBERTO RFAEL M. BEZERRA	Policial Militar	308.579-1-8			110,00
JADER JACKSON ARAUJO DE BRITO	Policial Militar	304.582-1-4			110,00
JOSE LEANDRO DE SOUSA BARROS	Policial Militar	135.795-1-2			110,00
				R\$ 330,00	

Policiais = 4
Valor Geral = R\$ 440,00
Armamento Apreendido:
Munições = 10
Pistola= 1

*** **



PORTARIA Nº0675/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.005202/2024-62, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 04 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Anexo Único Portaria nº0675/2024 - GS, 04 de março de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Carleandro Alves dos Santos	Polícia Militar	305.881-1-8	01 Espingarda Cal. 36 01 Revólver Cal. 32 06 Munições Cal. 32	824,00	274,67
Geonilson de Paula Monteiro	Polícia Militar	307.203-1-8			274,67
José Jairo da Silva Fidelis	Polícia Militar	308.251-1-x			274,67
TOTAL				R\$ 824,00	

Policiais = 03
Valor Geral = R\$ 824,00
Armamento Apreendido:
Revólver= 01
Espingarda= 01
Munições= 06 unid.

*** **

PORTARIA Nº0676/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.001205/2024-27, RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 04 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Anexo Único Portaria nº0676/2024 - GS, 04 de março de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Marcelo Aranha de Lemos	Polícia Militar	587.600-1-3	01 Espingarda Cal. 44	400,00	100,00
Francisco Moreira dos Santos Junior	Polícia Militar	308.678-2-9			100,00
Cristiano de Lima Cordeiro	Polícia Militar	305.493-1-7			100,00
Jonathan Mateus da Silva	Polícia Militar	306.932-1-3			100,00
TOTAL				R\$ 400,00	

Policiais = 04
Valor Geral = R\$ 400,00
Armamento Apreendido:
Espingarda= 01



*** **

PORTARIA Nº0677/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.005922/2023-47 RESOLVE conceder **premição** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 04 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales
SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA
Anexo Único Portaria nº 0677/2024 - GS, 04 de MARÇO de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Ramon Moreira Lima	Policial Militar	308.778-3-7	01 revólver cal.38; 05 munições cal.38	420,00	52,50
Thiago Oliveira de Araújo Dutra	Policial Militar	303.879-9-9			52,50
Edipo Coelho Gomes	Policial Militar	308.974-1-2			52,50
Estenio Ferreira e Silva	Policial Militar	307.461-1-2			52,50
Diego Bastos Sampaio	Policial Militar	307.730-1-2			52,50
Francisco Jesualdo de Oliveira	Policial Militar	302.574-1-3			52,50
Elves de Andrade Vieira	Policial Militar	304.087-1-3			52,50
Shaid de Carvalho Araújo	Policial Militar	304.217-1-X			52,50
TOTAL				R\$ 420,00	

PM's = 08
Valor Geral = 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 05

*** **

PORTARIA Nº0683/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.009791/2023-77 RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 05 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0683/2024 - GS, 05 de MARÇO de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Heliogábaldo Angelo Menezes	Policial Militar	109.767-1-5	01 revólver cal.38; 05 munições cal.38	420,00	140,00
Jefferson Fidelis da Silva	Policial Militar	300.733-1-2			140,00
Isaac Nunes Franca	Policial Militar	308.982-3-0			140,00
TOTAL				R\$ 420,00	

PM's = 03
Valor Geral = 420,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 05

*** **

PORTARIA Nº0685/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10061.007177/2023-71 RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 05 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Anexo Único Portaria nº 0685/2024 - GS, 05 de MARÇO de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
Francisco Erivaldo Sousa Mariano	Policial Militar	308.507-1-8	01 revólver cal.38; 06 munições cal.38	424,00	106,00
Daniel de Oliveira Silva	Policial Militar	306.891-1-9			106,00
Juan Victor de Sousa Veras	Policial Militar	300.227-5-0			106,00
Wagner das Chagas Vieira	Policial Militar	588.208-1-4			106,00
TOTAL				R\$ 424,00	

PM's = 4
Valor Geral = 424,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 01
Munições = 06

*** **

PORTARIA Nº0689/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o inciso I, do art. 20, do Decreto nº 29.704, de 08/04/2009, RESOLVE **DESLIGAR** os **ESTAGIÁRIOS** relacionados no anexo único desta Portaria, a partir de 08/02/2024, **bem como CESSAR OS EFEITOS da concessão da bolsa de estágio e auxílio transporte** autorizada pela Portaria nº 0263/2023-GS, publicada no DOE de 07/02/2023. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 21 de fevereiro de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº0689/2024-GS DE 21 DE FEVEREIRO DE 2024

Nº	NOME
1	KEVEN HUDSON SANTANA DA SILVA
2	FRANCISCA KAIANE DA CONCEIÇÃO ALVES

*** **

PORTARIA Nº0787/2024-GS - O SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e considerando a documentação constante no processo SUÍTE de NUP 10051.002309/2024-78 RESOLVE conceder **premiação** pecuniária aos **POLICIAIS**, cujos nomes se encontram no anexo, pela apreensão de armas de fogo, acessórios e munições, com fulcro na Lei n.º 13.622, de 15 de julho de 2005, regulamentada pelo art. 1.º do Decreto n.º 27.955, de 14 de outubro de 2005, e com base no art. 2.º do Decreto n.º 31.213, de 17 de maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza/CE, 06 de março de 2024.

Adriano de Assis Sales

SECRETÁRIO EXECUTIVO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA



Anexo Único Portaria nº 0787/2024 - GS, 06 de MARÇO de 2024

POLICIAIS	CARGO/POSTO/ GRADUAÇÃO	MATRÍCULA	MATERIAL APREENDIDO	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR INDIVIDUAL
João Paulo Bezerra Nobre	Policial Civil	300.076-0-3	01 revólver cal.38; 01 revólver cal.32; 08 munições cal.38; 08 munições cal.32	864,00	R\$ 123,43
João Paulo Barros Cavalcante	Policial Civil	301.255-4-1			R\$ 123,43
Francisco José G. do Nascimento Júnior	Policial Civil	198.125-1-0			R\$ 123,43
Ramon Alessandro Improta Barros	Policial Civil	300.038-6-1			R\$ 123,43
Valdimiro Vieira da Silva	Policial Civil	300.066-0-7			R\$ 123,43
José Iran Timbo Farias	Policial Civil	108.337-1-X			R\$ 123,43
Domingos Savio Santos de Oliveira	Policial Civil	106.223-1-X			R\$ 123,43
TOTAL				R\$ 864,00	

PC's = 07
Valor Geral = 864,00
Armamento Apreendido:
Revólver = 02
Munições = 16

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 04/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **GRIMP EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA EIRELI** – CNPJ Nº 10.589.773/0001-09; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de equipamentos de proteção individual** para atendimento das demandas operacionais da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas da SSPDS, (fita tubular de 26 mm em poliéster e equipamento descensor tipo 8 de resgate compacto), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da contratada; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220050 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.001340/2022-15; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 04/2024 – SSPDS (SACC 1306953) será até o dia 31/07/2024, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 18.480,00 (dezoito mil e quatrocentos e oitenta reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1100/PF 10000100420241), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.03.339030.1.500 9100000.0; DATA DA ASSINATURA: 06 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Samuel Elânio de Oliveira Júnior – Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e o Sr. Pierre Alexandre Jean Paul Vieira Sublon – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 06 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 05/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **ALTITUDE COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS LTDA - ME** – CNPJ Nº 11.456.144/0001-73; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de equipamentos de proteção individual** para atendimento das demandas operacionais da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas da SSPDS, (corda estática, capacete de proteção cor laranja e triângulo de evacuação), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da contratada; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220050 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.001340/2022-15; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 05/2024 – SSPDS (SACC 1307412) será até o dia 31/07/2024, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1100/PF 10000100420241), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.03.339030.1.500 9100000.0; DATA DA ASSINATURA: 06 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Samuel Elânio de Oliveira Júnior – Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e a Sra. Joicilene Lima Mota de Souza – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 06 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 07/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **M. ARNAUD & CIA LTDA - EPP** – CNPJ Nº 01.359.742/0001-70; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de equipamentos de proteção individual** para atendimento das demandas operacionais da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas da SSPDS, (corda dupla trança, mosquetão aço péra tripla trava keylock, cadeirinha em fita para rapel e descensor autobloqueante), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da contratada; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220050 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.001340/2022-15; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 07/2024 – SSPDS (SACC 1306974) será até o dia 31/07/2024, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 102.378,00 (cento e dois mil e trezentos e setenta e oito reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1100/PF 10000100420241), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.03.339030.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 06 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Samuel Elânio de Oliveira Júnior – Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e a Sra. Lidiane M. L. Arnaud – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 06 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 08/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **MAKAI EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA** – CNPJ Nº 04.095.159/0001-98; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de equipamentos de proteção individual** para atendimento das demandas operacionais da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas da SSPDS, (flutuador), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da contratada; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220050 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.001340/2022-15; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 08/2024 – SSPDS (SACC 1306982) será até o dia 31/07/2024, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente



Contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1100/PF 1000010042024I), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.03.339030.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 06 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Samuel Elânio de Oliveira Júnior – Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e a Sra. Tatiana Fátima Barbosa – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 06 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 08/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **MAKAI EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA** – CNPJ Nº 04.095.159/0001-98; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de equipamentos de proteção individual** para atendimento das demandas operacionais da Coordenadoria Integrada de Operações Aéreas da SSPDS, (flutuador), de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da contratada; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220050 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.001340/2022-15; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 08/2024 – SSPDS (SACC 1306982) será até o dia 31/07/2024, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1100/PF 1000010042024I), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.03.339030.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 06 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Samuel Elânio de Oliveira Júnior – Secretário da Segurança Pública e Defesa Social e a Sra. Tatiana Fátima Barbosa – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 06 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 10/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **VALE COMÉRCIO DE MOTOS LTDA** – CNPJ Nº 12.939.753/0001-46; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de veículos (motocicleta tipo TRAIL)** para o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da contratada; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20230022 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.008911/2023-23; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 10/2024 – SSPDS (SACC 1308037) será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta de Recursos do Convênio 904484/2020, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1103/PF 1000010072024I), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.03.449052.1.7002200082.1; DATA DA ASSINATURA: 07 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Adriano de Assis Sales – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Segurança Pública e Defesa Social e o Sr. Valdney Epifânio de Souza – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 07 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

*** **

EXTRATO DE CONTRATO
Nº DO DOCUMENTO 11/2024 - SSPDS

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL – CNPJ Nº 01.869.566/0001-17; CONTRATADA: **GO VENDAS ELETRÔNICAS LTDA** – CNPJ Nº 36.521.392/0001-81; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a **aquisição de eletrodomésticos (máquina de lavar roupas)**, para equipar cinco bases da CIOPAER/SSPDS, distribuídas no território do Estado do Ceará, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I – Termo de Referência do edital e na proposta da CONTRATADA; FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento o edital do Pregão Eletrônico nº 20220048 - SSPDS, e seus anexos, os preceitos do direito público, a Lei Federal nº 8.666/1993, e outras leis especiais necessárias ao cumprimento de seu objeto, tudo de acordo com o NUP Nº 10001.000772/2022-17; FORO: Fortaleza – CE; VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato Administrativo Nº 11/2024 – SSPDS (SACC 1308021) será de 12 (doze) meses, contado a partir da sua assinatura; VALOR GLOBAL: R\$ 9.409,20 (nove mil quatrocentos e nove reais e vinte centavos); DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta de Recursos Ordinários, próprios da CONTRATANTE, (MAPP 1116/PF 1000010062024I), conforme a seguinte classificação orçamentária: 10100001.06.181.196.10999.01.449052.1.5009100000.0; 10100001.06.181.196.10999.09.449052.1.5009100000.0; 10100001.06.181.196.10999.11.449052.1.5009100000.0; 10100001.06.181.196.10999.12.449052.1.5009100000.0; DATA DA ASSINATURA: 07 de março de 2024; SIGNATÁRIOS: Sr. Adriano de Assis Sales – Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna da Segurança Pública e Defesa Social e o Sr. Gustavo Oliveira – Representante Legal da CONTRATADA. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza-CE, em 07 de março de 2024.

Hiro da Justa Porto
COORDENADOR JURÍDICO

SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

PORTARIA Nº2442/2022-DIFIN - O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **DIOGO GALINDO DE GOES**, ocupante do cargo de Delegado da Polícia Civil, lotado no Laboratório de Tecnologia contra Lavagem de Dinheiro - LAB-LD, matrícula nº 300027-1-7, a **viajar** para Natal/RN, no período de 23 a 26/10/2023, com a finalidade de participar do XV Encontro de Gestores da Rede-Lab - 2023; conforme processo nº 08461599/2023, concedendo-lhe três diárias e meia, no valor unitário de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), acrescidos de 40%, no valor de R\$ 815,80 (oitocentos e quinze reais e oitenta centavos), mais uma ajuda de custo no valor de R\$ 166,49 (cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos) e passagens aéreas para o trecho Fortaleza/Natal/Fortaleza, no valor de R\$ 2.471,01 (dois mil, quatrocentos e setenta e um reais e um centavo), perfazendo um valor total de R\$ 3.453,30 (três mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e trinta centavos), de acordo com o artigo 3º, alínea “b” do § 1º do art. 4º, art. 5º e seu § 1º; art. 6º; art. 10; e classe IV do Anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Superintendência Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 20 de outubro de 2023.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

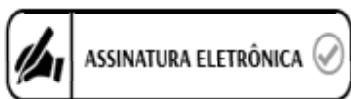
PORTARIA Nº19/2024 DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições gerais, consoante o disposto na Lei 16.004, de 5 de maio de 2016, na Lei 16.826 de 13 de janeiro de 2019, na Lei 18.639 de 20 de dezembro de 2023 e na Portaria Administrativa nº 09/2023-GDGP, publicada no DOE de 27 de janeiro de 2023, CONSIDERANDO o mapa de justificação de serviço extraordinário do Delegado Geral da Polícia Civil, no período de 21/01/2024 a 20/02/2024; CONSIDERANDO que os valores desta Portaria foram devidamente conferidos com as escalas de serviço extraordinário e fiscalizados da comissão da Polícia Civil, RESOLVE conceder a **gratificação** de reforço operacional extraordinário aos **POLICIAIS CIVIS**, relacionados no anexo único desta Portaria. Registre-se, publique-se e cumpra-se. DELEGACIA GERAL, em Fortaleza, 06 de março de 2024.



SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO
PERÍODO: 21/01/2024 A 20/02/2024
ATIVIDADES

ORD	ORIGEM	EMPREGO	PERÍODO	Nº PC'S	CUSTO R\$
1	DIP	Operações e Ordens de Missão e levantamentos de Inteligência Policial	21/01/2024 à 20/02/2024	40	R\$ 55.998,16
2	DPJE	Plantões nas Delegacias Especializadas, reforços, Operações e Ordens de Missão.	21/01/2024 à 20/02/2024	169	R\$ 124.648,54
3	DPJM	Plantões das Delegacias Polos da região metropolitana de Fortaleza, reforços, Operações e Ordens de Missão.	21/01/2024 à 20/02/2024	231	R\$ 324.354,94
4	DPJI-NORTE	Operações e Ordens de Missão, Plantões nas Delegacias Municipais e Regionais na região norte do Estado.	21/01/2024 à 20/02/2024	243	R\$ 291.760,22
5	DPJI-SUL	Operações e Ordens de Missão, Plantões nas Delegacias Municipais e Regionais na região sul do Estado.	21/01/2024 à 20/02/2024	270	R\$ 293.679,28
6	DPJC	Operações e Ordens de Missão, Plantões nas Delegacias Polos, Permanências, Reforços nas distritais, Operações do DTO, Ordens de Missão do DEPAF e do DETIC.	21/01/2024 à 20/02/2024	357	R\$ 490.233,68
7	DPJE-GV	Operações e Ordens de Missão e Plantões nas Delegacias do grupo de vulneráveis.	21/01/2024 à 20/02/2024	93	R\$ 121.565,25
8	DHPP	Plantões, Operações, Ordens de Missão e reforços no combate ao crime de homicídio.	21/01/2024 à 20/02/2024	136	R\$ 151.082,39
9	DRA	Operações e Ordens de Missão para combater o crime e recuperação de ativos.	21/01/2024 à 20/02/2024	42	R\$ 74.863,65
10	CORE	Planos Operacionais SAP.	21/01/2024 à 20/02/2024	35	R\$ 56.868,07
11	COPOL	Operações diversas no combate ao crime.	21/01/2024 à 20/02/2024	13	R\$ 22.621,71
12	COIN	Levantamentos de inteligência policial.	21/01/2024 à 20/02/2024	17	R\$ 28.976,56
13	CEPROD	Central de Procedimentos Digitais	21/01/2024 à 20/02/2024	28	R\$ 32.282,72
TOTAL					R\$ 2.068.935,17

Declaramos que os valores constantes na tabela supra, foram devidamente conferidos, estando, portanto, em conformidade com as escalas de serviço extraordinário do período em alusão. Ressaltamos que cada Diretor é responsável apenas pelos lançamentos das horas extraordinárias de seu Departamento. Declaramos ainda que o valor equivalente ao DPJC é de R\$ 247.643,17, sendo o restante distribuído da seguinte forma: DEPAF: R\$ 13.633,47; DETIC: R\$ 23.200,32; DGP: R\$ 7.618,24; DTO: R\$ 142.592,66; GDG: R\$ 55.545,82; totalizando o valor de R\$ 490.233,68.



f102609f6e9450698dca5270b91bc5058dfa5555b767b22ca48366cc0427ab04
Por: Paulo Cid Torres Da Silva Filho em 06/03/2024 09h15min00s

Chefe de Gabinete



b3476d74059e59bb9ea68efadf210dc5a1f6c3c935b3099f226fa93d7b1e185a
Por: Antonio Harley Alencar Alves Filho em 22/02/2024 10h51min49s

Coordenador da COPOL



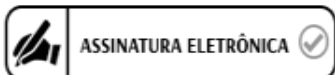
062988dc8e0ac51f6538a3fe75cfe250a202199aab89d1c69178a4cd8e206f73
Por: Antonio Edvando Elias De Franca Junior em 20/02/2024
13h29min22s

Diretor do DIP



49eee3ef2b855a25037b343c7ef222812b3a7d786ba81f1d43237df228f534ed
Por: Antonio Jose Dos Santos Pastor em 21/02/2024 15h58min32s

Coordenador do CORE



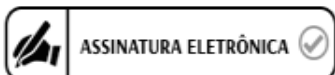
e7327213fc17e919d07cc6910192656b301125db704cd2b965475f3a1fd0cf8e
Por: George Ribeiro Monteiro De Almeida em 06/03/2024 11h02min20s

Diretor do DPJC



54ddd326a5967edf76ba8492f8efd28eebc6c667e5a2208436efa0f3bfff3e326
Por: Janaina Saraiva Silveira Braga em 22/02/2024 17h44min32s

Diretora do DPJEGV



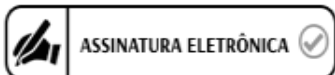
3a187a5c4c5667987c054a7ad64e3351eea9dd367efc595862cbd7086127af48
Por: Pedro Viana De Lima Junior em 26/02/2024 12h02min02s

Diretor do DPJI Sul



580ed381ba52ec03014325f8d6875ffa74809b9cceb72a1b60eb16c825051df6
Por: Marcos Aurelio Elias De Franca em 06/03/2024 11h09min09s

Diretor do DPJI Norte



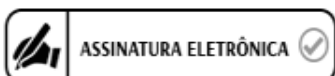
8138d84cb059ff348d53e5af92dcf1bedac3d54d828409be6f93af8682a47a19
Por: Evna America De Aquino Leitao Paixao em 05/03/2024 16h21min07s

Diretora do DPJE



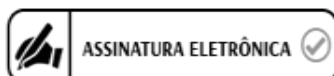
16dbc78ed00175b939b294dc7f95e80d978ffda8f98e137371289d8607de17e5
Por: Danilo Rafanella Moura De Santana Motta em 06/03/2024
10h10min43s

Diretor do DHPP



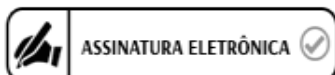
2f7cab5e45c4418569bdd99e64d69e452647290eb8527da5280734d13d0b5da2
Por: Nelson Canito Pimentel Junior em 22/02/2024 14h40min22s

Coordenador da COIN



a17bc8ef947493ccc8c4bb7ebcd65a1ffe1cc04cace59e61015aba7cf976da53
Por: Matheus Figueiredo De Araujo em 06/03/2024 09h49min33s

Diretora do DPJM



1d46b7576d36658657fc4703d199a5128520a2ca202149b842c3da54e24ffbd3
Por: Ivana Coelho Marques Figueiredo em 21/02/2024 09h34min21s

Diretora do DPJM

UNIDADE: DPJC - Departamento De Polícia Judiciária Da Capital

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	300.544-1-5	ALCEU HENRIQUE TEIXEIRA VIANA	Delegado 2a classe	22	812,24	62	2.976,00	3.788,24
2	198.364-1-X	FERNANDO MENEZES SILVA JUNIOR	Delegado classe especial	26	1.120,08	58	3.248,58	4.368,66
3	300.924-1-4	ALEX PINHEIRO LIMA	Escrivão classe C nível 3	27	664,74	57	1.824,57	2.489,31
4	198.409-1-3	ALEXANDRE FERRAZ PEREIRA	Delegado 3a classe	26	1.120,08	58	3.248,58	4.368,66
5	301.020-1-0	MANUEL JARBAS RIOS JUNIOR	Escrivão classe C nível 3	35	861,70	49	1.568,49	2.430,19
6	301.203-3-7	HUGGO LEONARDO DE LIMA ANASTACIO	Delegado 2a classe	22	812,24	52	2.496,00	3.308,24
7	301.056-1-3	JOSE MARIA RODRIGUES SANTOS JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	15	369,30	27	864,27	1.233,57
8	300.023-1-8	SEBASTIAO ROGERIO DA SILVA SOUSA	Inspetor classe B nível 1	33	1.015,74	51	2.040,51	3.056,25
9	301.239-2-1	JOAO PAULO CAVALCANTE TEIXEIRA	Inspetor classe D nível 2	44	1.083,28	40	1.280,40	2.363,68
10	404.938-1-6	JOAO VICENTE LIMA JESUS	Inspetor classe B nível 2	15	461,70	41	1.640,41	2.102,11
11	151.920-1-1	AQUINO JOSE DE OLIVEIRA	Escrivão classe A nível 3	22	677,16	34	1.360,34	2.037,50
12	300.051-3-9	VINICIUS FERRER LINHARES VIANA	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	14	448,14	694,34
13	300.747-1-8	ANDERSON LUIZ HOLANDA LIMA DE CASTRO	Inspetor classe C nível 3	15	369,30	27	864,27	1.233,57
14	301.048-1-1	MARCELO SILVERIO DE CASTRO	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	65	2.080,65	2.326,85
15	167.942-1-X	TIAGO ALVES PACIFICO	Inspetor classe B nível 7	15	461,70	24	960,24	1.421,94
16	300.028-8-1	THAYSON SANTO SOUSA TEIXEIRA	Inspetor classe D nível 1	15	369,30	9	288,09	657,39
17	167.763-1-9	BRUNO RAFAEL DE OLIVEIRA VILAR	Inspetor classe B nível 7	10	307,80	41	1.640,41	1.948,21
18	198.200-1-7	VLADIA VALESKA RIOS PINTO	Escrivão classe B nível 5	66	2.031,48	6	240,06	2.271,54
19	301.235-4-9	FELIPE RODRIGUES DE LIMA SIMOES	Inspetor classe D nível 2	42	1.034,04	24	768,24	1.802,28
20	300.003-4-X	DEVYSON EMANUEL LIMA DE MENEZES	Inspetor classe D nível 1	17	418,54	47	1.504,47	1.923,01
21	167.985-1-7	MARCOS LUIZ SOARES DE CASTRO	Inspetor classe A nível 1	28	861,84	37	1.480,37	2.342,21
22	404.795-1-1	GILVANIA SOUZA DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	29	892,62	37	1.480,37	2.372,99
23	106.352-1-7	RAIMUNDO NONATO FARIAS JUNIOR	Inspetor classe A nível 4	16	492,48	9	360,09	852,57
24	301.197-1-1	DIEGO HENRIQUE HOLANDA LIMA DE CASTRO	Escrivão classe D nível 2	10	246,20	38	1.216,38	1.462,58
25	301.207-0-1	AMANDA ESPINDOLA OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 2	21	517,02	13	416,13	933,15
26	300.422-1-2	ROBERIO CARMO DE ASSIS	Inspetor classe C nível 7	16	393,92	14	448,14	842,06
27	405.125-1-9	SILVANO ALVES PACIFICO	Inspetor classe B nível 2	41	1.261,98	25	1.000,25	2.262,23
28	300.020-5-9	JOSE BRENO FALCAO DOS SANTOS	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	7	224,07	347,17
29	300.354-1-0	JOAO RICARDO LIMA DE SENA	Inspetor classe C nível 7	27	664,74	17	544,17	1.208,91
30	198.814-1-5	JESSE DA COSTA SANTOS	Escrivão classe B nível 3	15	461,70	15	600,15	1.061,85
31	301.246-1-8	ELIONARDO LOPES VIANA	Inspetor classe C nível 1	24	590,88	31	992,31	1.583,19
32	300.227-1-8	JEAN PAUL AGUIAR DE AQUINO	Inspetor classe C nível 7	37	910,94	29	928,29	1.839,23
33	300.019-6-6	MARCOS GEMERSON SILVA	Inspetor classe D nível 1	44	1.083,28	29	928,29	2.011,57
34	301.211-3-9	ANDREA MANUELA GOMES BRAUNA DE MATOS OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	18	443,16	48	1.536,48	1.979,64
35	300.311-1-3	JOSE DEUZIMAR DE SANTANA JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	20	492,40	25	800,25	1.292,65
36	301.223-3-X	WILSON LIMA CAMELO	Delegado 2a classe	26	959,92	22	1.056,00	2.015,92
37	167.958-1-X	FERNANDO MANACÉS ALEXANDRE NUNES	Inspetor classe A nível 1	41	1.261,98	29	1.160,29	2.422,27
38	168.995-1-8	JOAQUIM DE FREITAS SILVA	Inspetor classe A nível 1	37	1.138,86	35	1.400,35	2.539,21
39	404.637-1-2	CEZANNE DE SOUZA AUTRAN	Inspetor classe B nível 2	37	1.138,86	23	920,23	2.059,09
40	404.846-1-2	FRANCISCO MAURO DA SILVA REGO FILHO	Inspetor classe B nível 2	5	153,90	7	280,07	433,97
41	405.071-1-6	PAULO SERGIO COLARES VASCONCELOS JUNIOR	Inspetor classe B nível 2	38	1.169,64	46	1.840,46	3.010,10
42	301.226-2-3	RENAN PINTO MOURA	Inspetor classe D nível 2	30	738,60	12	384,12	1.122,72
43	405.024-1-6	MARCOS AURELIO FERREIRA DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 2	25	769,50	29	1.160,29	1.929,79
44	106.232-1-9	FABIO CAPISTRANO COSTA	Inspetor classe A nível 4	25	769,50	17	680,17	1.449,67
45	301.191-5-0	GUIDO GOMES RIBEIRO NETO	Escrivão classe D nível 2	15	369,30	3	96,03	465,33
46	300.052-7-9	NELSON LIMA CABRAL	Inspetor classe D nível 1	15	369,30	21	672,21	1.041,51
47	167.772-1-8	FRANCISCO WINSTON REGO LOPES	Inspetor classe A nível 1	10	307,80	29	1.160,29	1.468,09
48	405.054-1-5	NATANIEL COLARES DIAS	Inspetor classe B nível 2	11	338,58	39	1.560,39	1.898,97
49	301.210-2-3	ANTONIO EDINARDO HOLANDA PEREIRA FILHO	Inspetor classe C nível 1	16	393,92	41	1.312,41	1.706,33
50	300.821-1-7	ALISSON GOMES DA SILVA	Delegado 2a classe	28	1.033,76	45	2.160,00	3.193,76
51	301.162-1-6	ANTONIO VALTER SANTOS DA SILVA	Inspetor classe C nível 1	19	467,78	13	416,13	883,91
52	300.014-3-5	LUIS AUGUSTO SOUZA BERNARDO	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	1	32,01	155,11
53	301.016-1-8	JADER HENRIQUE PESSOA ROCHA	Inspetor classe C nível 2	24	590,88	52	1.664,52	2.255,40
54	301.145-1-5	LUCAS DE ALMEIDA MOREIRA TAVARES	Escrivão classe C nível 3	35	861,70	49	1.568,49	2.430,19
55	300.760-1-X	NAYANNA GOMES DA COSTA	Inspetor classe C nível 2	5	123,10	1	32,01	155,11
56	155.320-1-7	OSVALDO PEREIRA DA SILVA	Inspetor classe A nível 3	15	461,70	9	360,09	821,79
57	169.021-1-X	RAIMUNDO NONATO FILOMENO DE SOUZA FILHO	Inspetor classe A nível 1	10	307,80	26	1.040,26	1.348,06
58	301.210-5-8	ANA PAULA ALEXANDRE PEREIRA	Inspetor classe C nível 1	20	492,40	49	1.568,49	2.060,89
59	169.042-1-X	JOSE GLEIDSON CUNHA DA SILVA	Inspetor classe B nível 7	10	307,80	26	1.040,26	1.348,06
60	301.232-8-X	GUSTAVO FERREIRA BIZARRIA	Inspetor classe D nível 2	5	123,10	20	640,20	763,30
61	300.246-1-3	JULIANO DE PINHO PESSOA FILHO	Inspetor classe C nível 7	25	615,50	29	928,29	1.543,79
62	167.957-1-2	CIRO PINTO DE QUEIROZ FILHO	Inspetor classe A nível 1	15	461,70	21	840,21	1.301,91
63	300.261-1-X	LEANDRO DA SILVA LIMA	Inspetor classe C nível 7	15	369,30	15	480,15	849,45
64	300.812-1-8	TONY DE SOUZA SILVEIRA	Inspetor classe C nível 3	12	295,44	23	736,23	1.031,67
65	300.164-1-6	ANA LIDIA NOGUEIRA FONTELES	Inspetor classe C nível 7	7	172,34	22	704,22	876,56
66	169.022-1-7	ANTONIO GEORGE DE FREITAS JUNIOR	Inspetor classe A nível 1	32	984,96	26	1.040,26	2.025,22
67	301.212-5-2	WENSLEN WENI DE PAULA	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	6	192,06	192,06
68	404.638-1-X	CHARLES FREIRE BEZERRA	Inspetor classe B nível 2	22	677,16	30	1.200,30	1.877,46
69	300.022-3-7	RAQUEL ROCHA MAIA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	66	2.112,66	2.555,82
70	300.003-8-2	ALLEF FERREIRA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	7	224,07	347,17
71	300.206-1-8	FRANCISCO RAFAEL RODRIGUES DE SOUSA	Inspetor classe C nível 7	17	418,54	40	1.280,40	1.698,94
72	300.413-1-3	JOSE JORGELITO OLIVEIRA JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	6	192,06	241,30
73	137.434-1-X	NEWTON SOUZA ROCHA	Inspetor classe A nível 4	17	523,26	35	1.400,35	1.923,61
74	135.619-1-5	GUIBSON LOPES FREIRE	Escrivão classe A nível 4	17	523,26	47	1.880,47	2.403,73
75	108.332-1-3	FRED DAMASCENO MAIA	Inspetor classe A nível 4	33	1.015,74	50	2.000,50	3.016,24
76	301.240-1-4	PEDRO ROBERTO FREITAS ALENCAR	Inspetor classe C nível 1	23	566,26	27	864,27	1.430,53
77	405.106-1-3	RONALDO MOREIRA BARROS	Inspetor classe B nível 2	9	277,02	36	1.440,36	1.717,38
78	301.209-5-7	JOAO PAULO GOIS SOARES	Inspetor classe C nível 1	5	123,10	1	32,01	155,11
79	404.593-1-6	ALEXSSANDRA NERY DE JESUS RODRIGUES PRACIANO BEZERRA	Inspetor classe B nível 1	15	461,70	3	120,03	581,73
80	300.001-7-X	DANIELE DA SILVA BANDEIRA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	6	192,06	192,06
81	155.340-1-X	ALEXANDRE GEORGE DE FREITAS	Escrivão classe A nível 3	0	0,00	6	240,06	240,06
82	404.914-1-4	ALYNNE MARIA GOMES DE LIMA	Inspetor classe B nível 2	17	523,26	37	1.480,37	2.003,63
83	168.021-1-5	ESTEFANO FARIAS HOLANDA	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	10	401,10	462,66
84	301.196-5-7	FABIANA DA SILVA ARAUJO	Escrivão classe D nível 2	49	1.206,38	29	928,29	2.134,67
85	133.177-1-2	JAIRTON SIDICLEY VALENTE LIMA	Escrivão classe A nível 4	33	1.015,74	33	1.320,33	2.336,07
86	060.873-1-0	FRANCISCO WILLANS QUEZADO	Escrivão classe A nível 4	21	646,38	63	2.520,63	3.167,01
87	300.008-2-X	ABNADAN DE MELO MARTINS	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	1	32,01	155,11
88	405.089-1-0	REBECA FEITOSA BEZERRA	Inspetor classe B nível 2	34	1.046,52	38	1.520,38	2.566,90
89	300.026-2-8	JULIANA TABOSA NASCIMENTO GUEDES	Inspetor classe D nível 1	32	787,84	28	896,28	1.684,12
90	301.244-8-0	CARLOS ANDRE MOREIRA	Inspetor classe C nível 1	20	492,40	22	704,22	1.196,62
91	094.759-1-5	TARCILIO LIMA NUNES	Inspetor classe A nível 4	5	153,90	1	40,01	193,91
92	020.951-1-4	JOSE REGO BARROS CAVALCANTE	Inspetor classe A nível 4	55	1.692,90	22	880,22	2.573,12
93	151.884-1-3	SERGIO CARLOS DA SILVA	Inspetor classe A nível 4	13	400,14	26	1.040,26	1.440,40
94	167.771-1-0	PAULO SERGIO VIEIRA NORONHA	Inspetor classe B nível 7	7	215,46	11	440,11	655,57
95	168.015-1-8	MARCOS JOSE NASCIMENTO BEZERRA	Inspetor classe A nível 1	5	153,90	7	280,07	433,97
96	300.389-1-6	LIVIANE CORDEIRO SOARES	Inspetor classe C nível 7	19	467,78	29	928,29	1.396,07
97	198.228-1-8	FREDERICO OZANAM GOIANA BONFIM	Escrivão classe B nível 5	18	554,04	30	1.200,30	1.754,34
98	300.005-8-7	FERNANDA CRISTINA DA SILVA ALMEIDA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	42	1.344,42	1.492,14
99	301.198-0-0	DOUGLAS DA SILVA MARTINS	Escrivão classe C nível 1	41	1.009,42	37	1.184,37	2.193,79
100	301.218-2-1	BRUNO TRIGUEIRO LOPES	Inspetor classe D nível 2	20	492,40	44	1.408,44	1.900,84
101	198.334-1-0	ROBERTA BRUNO FROTA ZOGHEIB	Delegado 3a classe	16	689,28	14	784,14	1.473,42
102	167.686-1-8	AUGUSTO CESAR MORENO DE LAVOR	Inspetor classe A nível 1	27	831,06	27	1.080,27	1.911,33
103	167.868-1-0	HARLEY GOMES MOURA	Inspetor classe B nível 7	10	307,80	10	400,10	707,90
104	169.004-1-9	CARLOS ALBERTO DE SOUSA JUNIOR	Inspetor classe A nível 1	5	153,90	1	40,01	193,91

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
105	301.222-7-5	DAVID SILVEIRA FIGUEIREDO JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	36	886,32	48	1.536,48	2.422,80
106	300.986-1-7	JULIUS CAESAR AUGUSTUS FERNANDES ROCHA BERNARDO	Delegado 2a classe	48	1.772,16	36	1.728,00	3.500,16
107	300.982-1-8	ISRAEL DE SOUZA VERAS	Inspetor classe C nível 3	84	2.068,08	0	0,00	2.068,08
108	198.838-1-7	FRANCISCO ANJOS BEZERRA DE LIMA FILHO	Escrivão classe B nível 3	33	1.015,74	35	1.400,35	2.416,09
109	301.246-6-9	RAIF CARNEIRO GOMES	Inspetor classe C nível 1	36	886,32	48	1.536,48	2.422,80
110	301.044-1-2	FILIFE VERAS NAVARRO	Inspetor classe C nível 3	36	886,32	48	1.536,48	2.422,80
111	300.048-3-3	ANTONIO SOARES LIMA JÚNIOR	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	78	2.496,78	2.644,50
112	031.726-1-9	LUIZ HENRIQUE DE FARIAS	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
113	300.428-1-6	CLAUDIO JOSE PATRIOLINO FELIX FILHO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	6	192,06	192,06
114	167.769-1-2	SILVIO JOSE RODRIGUES TEIXEIRA	Inspetor classe A nível 1	26	800,28	44	1.760,44	2.560,72
115	301.026-1-4	ALEXANDRE CHAVES PESSOA	Inspetor classe C nível 2	0	0,00	8	256,08	256,08
116	198.823-1-4	AMANDO ALBUQUERQUE SILVA	Delegado 3a classe	4	172,32	80	4.480,80	4.653,12
117	198.459-1-5	PAULO JOSÉ SALES SOUSA	Escrivão classe B nível 3	4	123,12	50	2.000,50	2.123,62
118	404.985-1-6	LEONARDO BRITO DE OLIVEIRA VERAS	Inspetor classe C nível 7	5	123,10	25	800,25	923,35
119	301.209-2-2	ANTONIO JOILDO ARAUJO MOTA	Inspetor classe C nível 1	16	393,92	68	2.176,68	2.570,60
120	301.168-1-X	ARIMATEA ALEXANDRE BARBOSA	Inspetor classe C nível 1	22	541,64	62	1.984,62	2.526,26
121	300.508-1-9	CLECIO BATISTA BONFIM	Inspetor classe C nível 7	22	541,64	62	1.984,62	2.526,26
122	301.012-1-9	CLEYTON MOURA DE SÁ	Inspetor classe C nível 3	2	49,24	28	896,28	945,52
123	404.782-1-3	FELIPE RAMON VELASCO SALVANY	Inspetor classe B nível 2	16	492,48	56	2.240,56	2.733,04
124	404.927-1-2	JESYELDER FRANCISCO TEIXEIRA DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 2	22	677,16	62	2.480,62	3.157,78
125	301.047-1-4	JOAO GOMES DA SILVA FILHO	Inspetor classe C nível 1	16	393,92	68	2.176,68	2.570,60
126	300.479-1-5	JOAO PAULO MARQUES	Inspetor classe C nível 7	16	393,92	68	2.176,68	2.570,60
127	301.074-1-1	JOAO RAMON FRANKLIN GADELHA DE SOUSA	Inspetor classe C nível 2	24	590,88	50	1.600,50	2.191,38
128	404.941-1-1	JONATHAN VIANA LOPES DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	59	2.360,59	2.483,71
129	301.248-9-8	KELDA IBIAPINA PESSOA	Inspetor classe C nível 1	3	73,86	6	192,06	265,92
130	198.243-1-4	AURISTELA FREITAS DE OLIVEIRA	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	16	640,16	640,16
131	301.014-1-3	DIEGO GOMES DA SILVA	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	26	832,26	832,26
132	300.665-1-0	IZABEL PONTES THOMAZ	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	16	512,16	512,16
133	198.343-1-X	LEUMA MARIA SOBREIRA PEDROSA	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	16	640,16	640,16
134	300.075-1-4	ROBERTO JORGE SIQUEIRA BRAGA	Escrivão classe C nível 7	0	0,00	24	768,24	768,24
135	006.489-1-4	WILDER BRITO SOBREIRA	Delegado classe especial	0	0,00	24	1.344,24	1.344,24
136	198.374-1-6	BRENO FONTENELE MACHADO	Delegado 3a classe	16	689,28	60	3.360,60	4.049,88
137	135.607-1-4	VERONICA SARAIVA SIRZINA	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
138	404.547-1-3	ALEXANDRE PAULO DE BRITO SAUNDERS	Delegado 3a classe	6	258,48	0	0,00	258,48
139	301.107-1-4	LUZIANY GOMES DE SOUSA	Escrivão classe C nível 2	2	49,24	0	0,00	49,24
140	094.793-1-7	MARCO ANTONIO CAETANO DE LIMA	Inspetor classe A nível 4	4	123,12	0	0,00	123,12
141	300.765-1-6	FRANCISCO DANIEL DO NASCIMENTO GOMES	Inspetor classe C nível 3	10	246,20	18	576,18	822,38
142	198.206-1-0	GERMANY CASTRO FARIAS	Escrivão classe B nível 5	10	307,80	6	240,06	547,86
143	301.241-9-7	WEMERSON JOSE CORREA CASTRO	Inspetor classe C nível 1	8	196,96	8	256,08	453,04
144	300.526-1-7	VICENTE LUIS CARVALHO DE ALENCAR	Delegado 2a classe	2	73,84	8	384,00	457,84
145	300.273-1-0	ANDREIA LEITE ANDRADE	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	0	0,00	49,24
146	108.336-1-2	JOSE HILTON DE FREITAS LIMA	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	0	0,00	61,56
147	300.486-1-X	EDILSON LUCIO DE CARVALHO	Inspetor classe C nível 7	48	1.181,76	32	1.024,32	2.206,08
148	404.827-1-7	ITALO DE PAULA SOUSA	Inspetor classe B nível 1	48	1.477,44	32	1.280,32	2.757,76
149	404.966-1-0	JOSE RODRIGUES ALVES NETO	Inspetor classe C nível 7	48	1.181,76	32	1.024,32	2.206,08
150	300.113-1-7	RAFAEL SIMPLICIO NOGUEIRA	Escrivão classe C nível 7	48	1.181,76	32	1.024,32	2.206,08
151	300.435-1-0	PEDRO GUIMARAES NETO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
152	301.218-9-9	RAFAEL VELLOSO FONTENELLE CAMELO RODRIGUES	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	13	416,13	563,85
153	301.224-7-X	RODRIGO AURELIO QUINTAS FERNANDES	Delegado 2a classe	2	73,84	1	48,00	121,84
154	405.158-1-X	VICENTE MENDES DE PAIVA FILHO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
155	300.871-1-9	BRUNO ARAGO DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 2	8	196,96	8	256,08	453,04
156	404.711-1-1	CLENILSON RODRIGUES DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 2	8	246,24	8	320,08	566,32
157	300.753-1-5	IGOR VALVERDE RIOS NOGUEIRA	Inspetor classe C nível 3	8	196,96	8	256,08	453,04
158	301.235-3-0	RENATA MAIA PENEDO	Inspetor classe D nível 2	6	147,72	6	192,06	339,78
159	198.743-1-1	KEYLA LACERDA FERNANDES DE ASSIS	Delegado classe especial	23	990,84	60	3.360,60	4.351,44
160	126.877-1-0	CLADISTON SOUSA BRAGA	Delegado classe especial	24	1.033,92	60	3.360,60	4.394,52
161	198.393-1-1	KIM COSTA CUNHA BARRETO	Delegado 3a classe	22	947,76	26	1.456,26	2.404,02
162	301.213-6-8	ADILA TAYNAH DE ARAUJO AGUIAR	Inspetor classe D nível 2	5	123,10	37	1.184,37	1.307,47
163	198.760-1-2	RUDSON DE OLIVEIRA ROCHA	Delegado 3a classe	16	689,28	36	2.016,36	2.705,64
164	006.758-1-4	LUCIO PONTE TORRES	Delegado classe especial	29	1.249,32	30	1.680,30	2.929,62
165	300.849-1-8	CIRO DE ASSIS LACERDA	Delegado 2a classe	6	221,52	8	384,00	605,52
166	014.404-1-1	LUIZ CARLOS DE ARAUJO DANTAS	Delegado classe especial	8	344,64	6	336,06	680,70
167	300.808-1-5	PAULO RENATO FELIX FERREIRA	Delegado 2a classe	52	1.919,84	31	1.488,00	3.407,84
168	404.563-1-7	CARLOS ALEXANDRE MARQUES	Delegado 3a classe	8	344,64	18	1.008,18	1.352,82
169	167.898-1-X	VALDIZO LEITE SANTIAGO JUNIOR	Inspetor classe A nível 1	10	307,80	34	1.360,34	1.668,14
170	198.229-1-5	ALEXANDRE FELIO CABRAL	Escrivão classe B nível 5	28	861,84	38	1.520,38	2.382,22
171	300.640-1-1	MELINA MORAES SOUTO	Escrivão classe C nível 3	20	492,40	10	320,10	812,50
172	106.280-1-6	GLAYDSON CARLOS ARAUJO CASTRO	Inspetor classe A nível 4	37	1.138,86	23	920,23	2.059,09
173	133.938-1-8	TALVANES GALVAO ROCHA	Escrivão classe A nível 4	26	800,28	58	2.320,58	3.120,86
174	300.086-1-8	ALINE MACIEL MELO	Escrivão classe C nível 7	28	689,36	32	1.024,32	1.713,68
175	300.867-1-6	CAIO FRAGA WANDERLEY	Inspetor classe C nível 3	14	344,68	56	1.792,56	2.137,24
176	167.911-1-3	JOSE HOSANILDO DE PAIVA CASUSA	Inspetor classe B nível 7	34	1.046,52	48	1.920,48	2.966,00
177	198.742-1-4	RICARDO ROMAGNOLI DO VALE	Delegado 3a classe	18	775,44	32	1.792,32	2.567,76
178	405.119-1-1	SARTHRE SOUZA LEITE	Inspetor classe B nível 1	5	153,90	1	40,01	193,91
179	106.309-1-6	LEILIANA MARIA CASTELO MELO SILVA	Inspetor classe A nível 4	42	1.292,76	0	0,00	1.292,76
180	404.732-1-1	DEJANILSON DE OLIVEIRA MAIA	Inspetor classe B nível 2	10	307,80	9	360,09	667,89
181	108.329-1-8	FRANCISCO DE ASSIS VALENTE DE MOURA	Inspetor classe A nível 4	42	1.292,76	20	800,20	2.092,96
182	301.156-1-9	HELDER DE MEENES JUNIOR	Escrivão classe C nível 1	6	147,72	0	0,00	147,72
183	061.289-1-2	JOSE ARNALDO SOUSA MOURA	Escrivão classe A nível 4	32	984,96	22	880,22	1.865,18
184	026.895-1-0	JOSE EDIGAR DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	30	923,40	12	480,12	1.403,52
185	300.822-1-4	KARLUS KLEBER SANDES SANTOS	Delegado 2a classe	6	221,52	16	768,00	989,52
186	300.030-3-9	MARIO HENRIQUES ARAGÃO COSTA	Inspetor classe D nível 1	60	1.477,20	12	384,12	1.861,32
187	300.797-1-X	PAULO CESAR CANEVARI CASTELAO	Delegado 2a classe	12	443,04	6	288,00	731,04
188	198.761-1-X	PAULO CID TORRES DA SILVA FILHO	Delegado 3a classe	30	1.292,40	42	2.352,42	3.644,82
189	300.594-1-7	BRUNO RONCHI VIEIRA	Delegado 2a classe	6	221,52	1	48,00	269,52
190	301.202-2-1	HUGO BOTO CRUZ JUNIOR	Escrivão classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
191	300.660-1-4	BRUNO GOIS SOBREIRA MOTA	Escrivão classe C nível 3	2	49,24	1	32,01	81,25
192	404.611-1-6	ANDERSON ALMEIDA RAICKI	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	1	40,01	101,57
193	301.065-1-2	SANTHAGO CASTRO DA SILVA	Inspetor classe C nível 3	22	541,64	22	704,22	1.245,86
194	198.803-1-1	MARIA DO SOCORRO PORTELA ALVES	Delegado 3a classe	40	1.723,20	44	2.464,44	4.187,64
195	301.200-6-X	RAIMUNDA LEILIANE HOLANDA ALVES	Escrivão classe D nível 2	10	246,20	28	896,28	1.142,48
196	198.345-1-4	JULIANA PINHEIRO SILVA	Delegado 3a classe	28	1.206,24	56	3.136,56	4.342,80
197	300.837-1-7	RAFAEL BIAZI SILVA	Delegado 2a classe	22	812,24	25	1.200,00	2.012,24
198	300.061-1-9	LISIA TAHIM DE SOUSA BRASIL	Escrivão classe B nível 1	8	246,24	6	240,06	486,30
199	404.923-1-3	JAMES DA SILVA VIANA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	12	480,12	480,12
200	198.329-1-0	SANDRA MARA VERAS LIMA	Delegado classe especial	20	861,60	26	1.456,26	2.317,86
201	133.934-1-9	FRANCISCO XAVIER DE FARIAS JUNIOR	Escrivão classe A nível 4	24	738,72	24	960,24	1.698,96
202	106.182-1-5	ALDENOR FELIPE DA COSTA JUNIOR	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
203	198.871-1-1	ERIVAN JUNIO ALVES CRUZ	Delegado 3a classe	32	1.378,56	24	1.344,24	2.722,80
204	198.824-1-1	NARTAN DA COSTA ANDRADE	Delegado 3a classe	6	258,48	8	448,08	706,56
205	300.049-1-4	JOAO PAULO BARBOSA DOS SANTOS	Escrivão classe B nível 1	14	430,92	48	1.920,48	2.351,40
206	167.786-1-3	BENONE AGUIAR DE SÁ RORIZ	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	22	880,22	941,78
207	300.612-1-7	NAEDISON HALISON DA SILVA SOUZA	Escrivão classe C nível 3	16	393,92	36	1.152,36	1.546,28
208	300.881-1-5	RENAN LOPES DE SOUSA	Escrivão classe C nível 2	24	590,88	30	960,30	1.551,18
209	300.784-1-1	ANNA CRISTHINA MARCATTI LEONCIO	Delegado 2a classe	30	1.107,60	54	2.592,00	3.699,60

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
210	301.187-1-5	VINICIUS LIMA SABOIA RIBEIRO	Escrivão classe C nível 1	20	492,40	20	640,20	1.132,60
211	163.367-1-8	MARTA HELENA BITENCOURT SILVA	Escrivão classe A nível 2	38	1.169,64	46	1.840,46	3.010,10
212	126.896-1-6	MILENA MACIEL DE MORAES	Delegado classe especial	2	86,16	1	56,01	142,17
213	301.221-2-7	FRANCISCO ARYSTOTELES DE QUEIROZ BEZERRA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
214	404.892-1-5	OVERDAN FRANCO CAMPELO	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	2	80,02	203,14
215	167.789-1-5	GEORGE RICARDO OLIVEIRA DO NASCIMENTO	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
216	300.712-1-2	EZEQUIEL SILVA DE ALENCAR	Inspetor classe C nível 3	30	738,60	16	512,16	1.250,76
217	791.110-9-0	FERNANDO ANTONIO MOREIRA SALES	Delegado 1a classe	2	73,84	13	624,00	697,84
218	404.654-1-3	ANTONIO FLAVIANO ARAUJO	Inspetor classe B nível 1	6	184,68	8	320,08	504,76
219	198.271-1-9	ANTONIO RONALDO RODRIGUES MACHADO	Escrivão classe B nível 5	4	123,12	0	0,00	123,12
220	405.148-1-3	VALCIMON GOIANA MELO	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	0	0,00	123,12
221	301.087-1-X	EDVALCI SOUSA DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	6	192,06	438,26
222	167.912-1-0	ESPEDITO JONATAS GERONIMO DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 6	4	123,12	0	0,00	123,12
223	301.024-1-X	ROGEMBERG COSTA DANTAS	Inspetor classe C nível 2	0	0,00	6	192,06	192,06
224	301.219-4-5	LORENE GOMES DA SILVA MAIA	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	6	192,06	192,06
225	300.330-1-9	TASSIA MIRELLY GOMES ARAUJO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	6	192,06	192,06
226	404.663-1-2	ARGUS JUCA DE AGUIAR	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	6	240,06	240,06
227	300.072-1-2	ROBERIO GRACA DOS SANTOS	Escrivão classe C nível 7	18	443,16	46	1.472,46	1.915,62
228	405.135-1-5	THIAGO DE MENEZES FREIRE	Inspetor classe B nível 2	8	246,24	6	240,06	486,30
229	300.180-1-X	RAFAEL DE PAULA FREITAS	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	14	448,14	448,14
230	133.151-1-6	ANDERSON DIAS DO PRADO	Escrivão classe A nível 4	22	677,16	52	2.080,52	2.757,68
231	106.367-1-X	SANDRO BARROS MACHADO	Inspetor classe A nível 4	18	554,04	16	640,16	1.194,20
232	300.806-1-0	DEBORA CAVALCANTE DE FALCONERI TEIXEIRA	Delegado 2a classe	8	295,36	6	288,00	583,36
233	300.516-1-0	MARCIA FAUSTINO DE SOUSA	Inspetor classe C nível 6	8	196,96	42	1.344,42	1.541,38
234	300.010-5-2	THALLES SOBRAL BARBOZA	Inspetor classe D nível 1	4	98,48	0	0,00	98,48
235	133.961-1-6	TERESA CRISTINA TEIXEIRA NUNES FRANKLIN	Escrivão classe A nível 4	34	1.046,52	28	1.120,28	2.166,80
236	137.394-1-2	CLACION DE SOUZA BRAGA	Inspetor classe A nível 4	14	430,92	4	160,04	590,96
237	404.853-1-7	FRANCISCO SERGIO DE MENEZES	Inspetor classe B nível 2	5	153,90	1	40,01	193,91
238	155.315-1-7	MARCOS ALBERTO SA MACIEL	Inspetor classe A nível 4	5	153,90	1	40,01	193,91
239	301.226-4-X	FRANCISCO WELTON MARQUES FARIAS	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	12	384,12	679,56
240	167.770-1-3	PAULO VINICIUS COELHO LIMA	Inspetor classe B nível 7	4	123,12	0	0,00	123,12
241	133.975-1-1	FRANCISCA MARISE DE MOURA FEIJO	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
242	133.179-1-7	JOAO FILOMENO NETO	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
243	301.213-9-2	FRANCISCA HELENA DO NASCIMENTO ARRUDA	Inspetor classe C nível 1	18	443,16	22	704,22	1.147,38
244	404.664-1-X	ARIDENIO BEZERRA QUINTILIANO	Inspetor classe B nível 2	8	246,24	8	320,08	566,32
245	198.327-1-6	JULIANE GONCALVES NOGUEIRA	Escrivão classe B nível 5	6	184,68	0	0,00	184,68
246	198.238-1-4	NATANAEL SOCRATES TEIXEIRA REBOUCAS	Escrivão classe B nível 4	0	0,00	6	240,06	240,06
247	301.232-9-8	RAFAEL FREIRE FERREIRA GOMES	Inspetor classe D nível 2	5	123,10	15	480,15	603,25
248	301.200-3-5	ANDREIA BRAGA DE ALBUQUERQUE PAULA PESSOA	Escrivão classe D nível 2	10	246,20	10	320,10	566,30
249	300.376-1-8	REGINALDO CRUZ DE FREITAS	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	28	896,28	945,52
250	300.539-1-5	BRUNO CARDOSO DE SOUSA	Delegado 2a classe	0	0,00	6	288,00	288,00
251	404.600-1-2	ALISON RIBEIRO BESERRA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	6	240,06	240,06
252	198.787-1-6	ELIZABETH NASCIMENTO ALECRIM	Escrivão classe B nível 3	16	492,48	30	1.200,30	1.692,78
253	300.410-1-1	DIEGO DE QUEIROZ RIBEIRO	Inspetor classe C nível 7	24	590,88	30	960,30	1.551,18
254	301.166-1-5	KYLSSON BARROS DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 1	4	98,48	6	192,06	290,54
255	405.180-1-0	MARIO TAVARES GURJAO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	28	1.120,28	1.181,84
256	300.860-1-5	ROMULO OSMAGNUM DA ROCHA	Escrivão classe C nível 2	2	49,24	4	128,04	177,28
257	300.620-1-9	ALLAN RODRIGO CLARINDO DE OLIVEIRA	Escrivão classe C nível 3	2	49,24	4	128,04	177,28
258	301.198-1-9	CLEIDSOM PEREIRA FERNANDES	Delegado 2a classe	20	738,40	17	816,00	1.554,40
259	301.219-8-8	PIERRE BEZERRA E SILVA NETO	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	34	1.088,34	1.334,54
260	300.603-1-8	FRANCISCO ANDRE ALVES DA SILVA	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	6	192,06	192,06
261	300.762-1-4	TALYS REGIS MELO DA SILVA	Escrivão classe C nível 3	22	541,64	44	1.408,44	1.950,08
262	106.338-1-8	MOISES DE CASTRO	Inspetor classe A nível 4	8	246,24	6	240,06	486,30
263	167.996-1-0	REINALDO SOUZA ARRAIS ALENCAR	Inspetor classe B nível 7	0	0,00	6	240,06	240,06
264	301.223-0-5	ALYSSON KEYNES ALMEIDA DE FARIAS	Delegado 2a classe	16	590,72	12	576,00	1.166,72
265	301.203-4-5	IGOR MOTA SAMPAIO	Delegado 2a classe	8	295,36	24	1.152,00	1.447,36
266	300.962-1-5	ILAN MARDEN PITA PEREIRA	Inspetor classe C nível 3	16	393,92	24	768,24	1.162,16
267	011.050-1-9	JUSCELINO EVANGELISTA NAZARENO	Inspetor classe A nível 4	10	307,80	34	1.360,34	1.668,14
268	106.258-1-5	FRANCISCO JOSE AGUIAR ARRUDA	Inspetor classe A nível 4	10	307,80	10	400,10	707,90
269	168.008-1-3	VICENTE RODRIGUES FILHO	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	6	240,06	240,06
270	167.928-1-0	RAIMUNDO NONATO ALBUQUERQUE	Inspetor classe A nível 1	10	307,80	10	400,10	707,90
271	167.982-1-5	FRANCISCO MARDONE MONTEIRO DA SILVA	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	12	480,12	480,12
272	167.739-1-3	FRANCISCO VICENTE MOREIRA SILVA	Inspetor classe B nível 7	8	246,24	34	1.360,34	1.606,58
273	167.691-1-8	ANTONIO MARCOS DO NASCIMENTO MACIEL	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	23	920,23	981,79
274	138.908-1-1	AGOSTINHO TAVARES DE SOUZA NETO	Inspetor classe A nível 4	18	554,04	16	640,16	1.194,20
275	167.986-1-4	MARCOS FLAVIO SILVA RIBEIRO	Inspetor classe B nível 7	4	123,12	6	240,06	363,18
276	137.242-1-0	KILDEMIR CARVALHO MATOS	Escrivão classe A nível 4	2	61,56	4	160,04	221,60
277	167.804-1-3	HENRIQUE FREITAS DAMASCENO	Inspetor classe B nível 7	36	1.108,08	46	1.840,46	2.948,54
278	300.055-8-9	SAMUEL ARNALDO ALVES DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
279	155.337-1-4	ANTONIO ERIVANDO RIBEIRO GUEDES	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
280	300.512-1-1	JOSE FRANCIALDO PONTES	Inspetor classe C nível 7	12	295,44	12	384,12	679,56
281	300.103-1-0	MARCOS ANTONIO RODRIGUES DE SOUSA	Escrivão classe B nível 1	0	0,00	6	240,06	240,06
282	301.187-2-3	ISABEL AZEVEDO ANDRADE MARTINS	Escrivão classe D nível 2	12	295,44	28	896,28	1.191,72
283	126.907-1-1	PAULO ANDRE MAIA CAVALCANTE	Delegado classe especial	24	1.033,92	60	3.360,60	4.394,52
284	198.317-1-X	FRANCISCO DE ASSIS BRANDAO LEITAO CUNTO	Escrivão classe B nível 5	18	554,04	28	1.120,28	1.674,32
285	198.267-1-6	ROBERTO SHARLEYAN BRAGA DOS SANTOS	Escrivão classe B nível 5	26	800,28	22	880,22	1.680,50
286	301.230-3-4	LIDYANNA SILVA GOMES	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	18	576,18	576,18
287	198.194-1-8	KELDNA MONICA PINHEIRO NOBRE	Escrivão classe B nível 5	29	892,62	32	1.280,32	2.172,94
288	301.230-8-5	JOAO GABRIEL CARDOSO	Delegado 2a classe	11	406,12	47	2.256,00	2.662,12
289	198.376-1-0	ANTONIO CESAR DA SILVA	Escrivão classe B nível 5	22	677,16	20	800,20	1.477,36
290	300.794-1-8	FLAVIO RIBEIRO JUNIOR	Delegado 2a classe	18	664,56	6	288,00	952,56
291	301.235-5-7	ERIKA SOUSA PINHEIRO	Escrivão classe C nível 1	8	196,96	10	320,10	517,06
292	155.304-1-3	GLEIDSON ALMEIDA GIRAO	Inspetor classe A nível 3	18	554,04	6	240,06	794,10
293	404.867-1-2	JEAN CARLOS MARTINS SANTOS	Inspetor classe C nível 7	5	123,10	1	32,01	155,11
294	300.735-1-7	GUILHERME PAPALEO CARNEIRO	Inspetor classe C nível 3	9	221,58	27	864,27	1.085,85
295	300.767-1-0	ISMAEL DE LIMA OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 3	7	172,34	29	928,29	1.100,63
296	155.293-1-8	FERNANDO FURTADO DE MELO FILHO	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	15	600,15	600,15
297	300.498-1-0	ANDRE BARBOSA MORAES	Inspetor classe C nível 7	10	246,20	8	256,08	502,28
298	300.048-2-5	VICTOR RIBEIRO CAVALCANTE	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	18	576,18	723,90
299	301.011-1-1	ANTONIO EUDO DE MOURA ALMEIDA	Inspetor classe C nível 3	8	196,96	6	192,06	389,02
300	301.206-3-9	ADRIANO SILVA DOS SANTOS	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
301	301.215-8-9	CELIO ROBERTO DA SILVA ALMEIDA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
302	405.072-1-3	PEDRO HENRIQUE SILVESTRE SILVA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
303	169.019-1-1	HUGO CORREA PAULA	Inspetor classe B nível 7	18	554,04	6	240,06	794,10
304	133.163-1-7	ENEAS FRANCLARIO DOS SANTOS FELIX	Escrivão classe A nível 4	12	369,36	0	0,00	369,36
305	301.209-1-4	ANTONIO BRUNO CAVALCANTE FARIAS	Inspetor classe C nível 1	30	738,60	32	1.024,32	1.762,92
306	198.180-1-2	JOAO BATISTA SOARES CUNHA	Escrivão classe B nível 5	30	923,40	24	960,24	1.883,64
307	300.017-0-2	LARISSA PEREIRA ARRUDA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
308	300.003-5-8	BRUNA DUTRA MOREIRA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
309	300.006-4-1	CARLOS ALBERTO SILVA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
310	300.018-0-X	YASMIN SANTANA FONTANARI	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
311	198.815-1-2	DENISIO DE JESUS RODRIGUES	Escrivão classe B nível 2	0	0,00	24	960,24	960,24
312	405.079-1-4	RAFAEL MAIA DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	24	768,24	768,24
313	301.138-1-0	ROBERTA DE OLIVEIRA BEZERRA	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
314	198.778-1-7	CRISTIANO MACENA LIMA	Escrivão classe B nível 2	0	0,00	8	320,08	320,08
315	300.002-5-0	CARLOS AUGUSTO QUEIROZ DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	8	256,08	256,08

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
316	198.296-1-8	LISIANE CRUZ GOMES DE MATOS	Escrivão classe B nível 5	24	738,72	0	0,00	738,72
317	024.952-1-X	MARIA LEILA TEMOTEO GARCIA	Escrivão classe A nível 4	48	1.477,44	0	0,00	1.477,44
318	169.006-1-3	ROBERTO WILLAMY DE FREITAS BARRETO	Inspetor classe A nível 1	6	184,68	0	0,00	184,68
319	198.777-1-X	CARLO FREDERICO PINTO E BASTOS FILHO	Escrivão classe B nível 3	5	153,90	1	40,01	193,91
320	300.951-1-1	DAYSE ANNE MARTINS DE LIMA	Inspetor classe C nível 2	5	123,10	1	32,01	155,11
321	300.369-1-3	PAULO HENRIQUE SANTIAGO BRITO	Inspetor classe C nível 7	63	1.551,06	0	0,00	1.551,06
322	301.213-0-9	JULIANA FERNANDES TAVARES AQUINO	Inspetor classe D nível 2	44	1.083,28	40	1.280,40	2.363,68
323	133.937-1-0	JULIETA ARAUJO LIMA	Escrivão classe A nível 4	44	1.354,32	40	1.600,40	2.954,72
324	405.000-1-4	LORENA MAGALHAES PAIVA	Inspetor classe B nível 1	20	615,60	50	2.000,50	2.616,10
325	300.077-3-5	PAULA KELLY ALMEIDA DE CARVALHO COLACO	Escrivão classe D nível 1	10	246,20	20	640,20	886,40
326	404.581-1-5	ADLANTA MOURÃO BRITO	Inspetor classe B nível 2	10	307,80	20	800,20	1.108,00
327	301.228-5-2	MARIA DO CARMO APARECIDA FERREIRA BRITO	Escrivão classe C nível 1	10	246,20	20	640,20	886,40
328	167.716-1-9	PAULO ADRIANO MAIA BARROS	Inspetor classe B nível 7	10	307,80	20	800,20	1.108,00
329	167.734-1-7	HAMILTON HOLANDA DE CASTRO	Inspetor classe A nível 1	10	307,80	20	800,20	1.108,00
330	300.302-1-4	ANTONIA PATRICIA TORRES DE LIMA BRAGA	Inspetor classe C nível 7	10	246,20	20	640,20	886,40
331	300.030-2-0	LUANA PIRES DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	20	640,20	886,40
332	404.975-1-X	JULIANA OLIVEIRA MONTEIRO BRAGA	Inspetor classe B nível 2	10	307,80	20	800,20	1.108,00
333	198.415-1-0	GEORGE RIBEIRO MONTEIRO DE ALMEIDA	Delegado 3a classe	22	947,76	62	3.472,62	4.420,38
334	198.388-1-1	EDMO LEITE FERNANDES DE ASSIS FILHO	Delegado classe especial	0	0,00	54	3.024,54	3.024,54
335	404.539-1-1	ANTONIO REGYSLARIO ALBUQUERQUE PESSOA	Delegado 3a classe	0	0,00	54	3.024,54	3.024,54
336	126.820-1-8	JOAO BORGES NETO DE ANDRADE	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	42	1.680,42	1.680,42
337	198.236-1-X	BRENO DE ALMEIDA NOBREGA	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	42	1.680,42	1.680,42
338	167.938-1-7	ELIAS FERREIRA DE SOUSA FILHO	Inspetor classe B nível 7	0	0,00	24	960,24	960,24
339	198.158-1-1	ALEXANDRE MAGALHAES SABINO	Inspetor classe B nível 2	6	184,68	24	960,24	1.144,92
340	198.753-1-8	MARCILIANO DE OLIVEIRA RIBEIRO	Delegado 3a classe	58	2.498,64	20	1.120,20	3.618,84
341	301.227-5-5	PAULO CESAR CAMPOS SA	Escrivão classe C nível 1	60	1.477,20	0	0,00	1.477,20
342	301.185-8-8	FRANCISCO GLERISTON RODRIGUES VIEIRA	Escrivão classe C nível 1	50	1.231,00	0	0,00	1.231,00
343	198.279-1-7	RAMON SOUSA OLIVEIRA	Escrivão classe B nível 4	56	1.723,68	28	1.120,28	2.843,96
344	300.946-1-1	FERNANDO ANDRE DAS NEVES WEYNE SILVEIRA	Inspetor classe C nível 3	36	886,32	36	1.152,36	2.038,68
345	300.009-0-0	ALLAN GABRIEL PEREIRA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	36	886,32	36	1.152,36	2.038,68
346	300.050-4-X	ANDERSON AUGUSTINHO DE SALES OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	54	1.728,54	2.171,70
347	300.031-1-X	ANTONIO EMANUEL SILVESTRE FERREIRA	Escrivão classe D nível 1	30	738,60	54	1.728,54	2.467,14
348	300.955-1-0	PEDRO HENRIQUE MOREIRA SOARES	Inspetor classe C nível 2	54	1.329,48	18	576,18	1.905,66
349	300.033-3-0	ANTONIO LEONARDO BRITO DOS SANTOS	Inspetor classe D nível 1	54	1.329,48	18	576,18	1.905,66
350	106.327-1-4	MARCUS VINICIUS COELHO SÁ MARROCOS	Inspetor classe A nível 4	38	1.169,64	34	1.360,34	2.529,98
351	300.018-4-2	ALISON CARLOS FERREIRA	Inspetor classe D nível 1	48	1.181,76	24	768,24	1.950,00
352	300.038-7-X	ALISSON GOMES AGUIAR	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	12	384,12	679,56
353	404.578-1-X	FRANCISCO FERNANDO CAVALCANTE NOGUEIRA	Delegado 3a classe	0	0,00	10	560,10	560,10
354	133.864-1-2	MARIA ALEXANDRA OLIVEIRA DE MEDEIROS	Delegado classe especial	0	0,00	10	560,10	560,10
355	167.833-1-5	RAIMUNDO MARIO GOMES DOS SANTOS FILHO	Inspetor classe B nível 7	6	184,68	4	160,04	344,72
356	300.957-1-5	EMERSON ROBERTO RODRIGUES ALVES	Inspetor classe C nível 3	18	443,16	6	192,06	635,22
357	198.310-1-9	ATILA WASHINGTON MEDEIROS DE ABREU	Escrivão classe B nível 4	0	0,00	24	960,24	960,24
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								13977
TOTAL DA UNIDADE:								490.233,68

UNIDADE: DPJM - Departamento De Polícia Judiciária Metropolitana

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	301.229-9-2	SILVIANNA BARROSO RODRIGUES DE MORAES	Escrivão classe C nível 1	36	886,32	24	768,24	1.654,56
2	301.221-9-4	MENDSON COELHO E SILVA	Inspetor classe D nível 2	36	886,32	48	1.536,48	2.422,80
3	020.954-1-6	ADALBERTO DA SILVA BARROS	Inspetor classe A nível 4	48	1.477,44	36	1.440,36	2.917,80
4	300.616-1-6	POLLYANNA DA COSTA GUEDES	Escrivão classe C nível 3	12	295,44	64	2.048,64	2.344,08
5	300.013-9-7	JOAO VITOR VIEIRA COLARES	Inspetor classe D nível 1	33	812,46	51	1.632,51	2.444,97
6	300.983-1-5	ITALO RENNO ALVES FEITOSA	Delegado 2a classe	6	221,52	6	288,00	509,52
7	300.046-0-4	JOSÉ VICTOR GERTRUDES AGOSTINHO	Escrivão classe D nível 1	30	738,60	32	1.024,32	1.762,92
8	300.019-4-X	SABRINA MARIA GOMES DOS SANTOS	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	34	1.088,34	1.137,58
9	198.819-1-1	JOSE COSMO DE LIMA FILHO	Escrivão classe B nível 3	8	246,24	76	3.040,76	3.287,00
10	155.284-1-9	ANTONIO DIRANY COSTA	Inspetor classe A nível 3	24	738,72	60	2.400,60	3.139,32
11	300.697-1-4	EDUARDO FORTE MOREIRA	Inspetor classe C nível 3	36	886,32	48	1.536,48	2.422,80
12	300.997-1-0	CLEILTON HOLANDA PEREIRA	Escrivão classe C nível 3	42	1.034,04	32	1.024,32	2.058,36
13	106.343-1-8	PAULO ROBERTO ARRUDA DA SILVA	Inspetor classe A nível 4	16	1.108,08	48	1.920,48	3.028,56
14	167.753-1-2	EDUARDO NASCIMENTO FERREIRA	Inspetor classe A nível 1	38	554,04	66	2.640,66	3.194,70
15	301.218-1-3	CARLOS ALBERTO DE SOUSA CALDAS	Inspetor classe D nível 2	40	984,80	44	1.408,44	2.393,24
16	301.198-3-5	ANTONIA EDINEIDE PINHEIRO DE SOUSA	Escrivão classe D nível 2	28	689,36	47	1.504,47	2.193,83
17	300.047-8-7	JOEL MOURA DE MESQUITA	Escrivão classe D nível 1	12	295,44	72	2.304,72	2.600,16
18	167.798-1-4	ANTONIO RIBEIRO VELOSO NETO	Inspetor classe A nível 1	12	369,36	72	2.880,72	3.250,08
19	137.445-1-3	SERGIO RICARDO OLIVEIRA BARROS	Inspetor classe A nível 4	26	800,28	52	2.080,52	2.880,80
20	300.815-1-X	ED CARLOS DE SOUSA LIMA	Delegado 2a classe	0	0,00	84	4.032,00	4.032,00
21	300.018-5-0	MARA KAROLLY FEITOSA SOUSA	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	6	192,06	389,02
22	300.901-1-X	RODRIGO SILVA DE CARVALHO	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	38	1.216,38	1.216,38
23	300.011-0-9	JARDESSON QUEIROZ BRAGADO	Inspetor classe D nível 1	27	664,74	25	800,25	1.464,99
24	300.282-1-X	JOSE REGILBERTO GASPAR GOMES	Inspetor classe C nível 7	36	886,32	48	1.536,48	2.422,80
25	300.554-1-1	ALEX SANDRO RODRIGUES MURADOR	Delegado 2a classe	0	0,00	28	1.344,00	1.344,00
26	300.429-1-3	JORGE LUIS MOURAO DE OLIVEIRA FILHO	Inspetor classe C nível 7	5	123,10	37	1.184,37	1.307,47
27	300.020-3-2	RAUL ANDRADE DA COSTA	Inspetor classe D nível 1	38	935,56	32	1.024,32	1.959,88
28	300.051-6-3	SIDNEY ANDERSON TEIXEIRA DA COSTA	Inspetor classe D nível 1	7	172,34	11	352,11	524,45
29	300.695-1-X	SARA PEREIRA SILVA	Inspetor classe C nível 3	16	393,92	42	1.344,42	1.738,34
30	301.211-4-7	SOLOM RANGEL ROLIM NETO	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	68	2.176,68	2.422,88
31	300.025-0-4	MATEUS VALENTE FLORES	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	26	832,26	832,26
32	405.063-1-4	PATRICIA DE ALENCAR MACEDO	Inspetor classe B nível 2	24	738,72	26	1.040,26	1.778,98
33	300.010-1-X	JOAO PAULO LEAL DA SILVA	Inspetor classe B nível 1	12	369,36	72	2.880,72	3.250,08
34	300.010-6-0	JOÃO PAULO FREITAS CUNHA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	14	448,14	448,14
35	300.391-1-4	RICARDO RIBEIRO DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 7	20	492,40	64	2.048,64	2.541,04
36	301.181-1-1	FRANCISCO JONATAS ALVES DE CASTRO	Escrivão classe C nível 1	24	590,88	44	1.408,44	1.999,32
37	300.830-1-6	MARCUS RAPHAEL ANDRADE JARDIM	Delegado 2a classe	2	73,84	14	672,00	745,84
38	300.018-6-9	RONALDO VITORINO RODRIGUES	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	52	1.664,52	2.009,20
39	301.194-5-2	DAVI CORDEIRO BARBOSA	Escrivão classe D nível 2	21	517,02	34	1.088,34	1.605,36
40	301.250-9-6	ROMULO DE OLIVEIRA MELO	Delegado 1a classe	18	664,56	66	3.168,00	3.832,56
41	301.201-8-3	CAMILA ALVES NASCIMENTO	Escrivão classe D nível 2	18	443,16	43	1.376,43	1.819,59
42	167.894-1-0	LUIZ DE CARVALHO SOMBRA FILHO	Inspetor classe B nível 7	34	1.046,52	46	1.840,46	2.886,98
43	300.050-7-4	EDUARDO FERNANDO TANNO	Escrivão classe D nível 1	28	689,36	18	576,18	1.265,54
44	404.992-1-0	LEYNA MARA DE OLIVEIRA DINIZ SILVA	Inspetor classe B nível 1	23	707,94	58	2.320,58	3.028,52
45	300.036-2-4	IGOR LIMA DE FREITAS	Escrivão classe D nível 1	25	615,50	26	832,26	1.447,76
46	011.962-1-9	GEONILDO SARAIVA LIMA	Inspetor classe A nível 4	10	307,80	18	720,18	1.027,98
47	300.038-8-8	ALAN MARTINS FREITAS	Escrivão classe D nível 1	18	443,16	36	1.152,36	1.595,52
48	300.853-1-0	ANNA VICTORIA MEDEIROS ESCOREL ALMEIDA HENRIQUE	Delegado 2a classe	34	1.255,28	37	1.776,00	3.031,28
49	301.196-0-6	ANA JULIANA FONTENELE AZEVEDO BATISTA	Escrivão classe D nível 2	40	984,80	30	960,30	1.945,10
50	167.679-1-3	FRANCISCO CARLOS MOREIRA FERREIRA	Inspetor classe A nível 1	23	707,94	47	1.880,47	2.588,41
51	300.234-1-2	THIAGO NOGUEIRA MARTINS	Inspetor classe C nível 7	16	393,92	47	1.504,47	1.898,39
52	300.032-0-9	WASHINGTON LUIS DA COSTA LIMA	Inspetor classe D nível 1	24	590,88	18	576,18	1.167,06
53	133.977-1-6	PAULO RODRIGUES BARBOZA	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	6	240,06	424,74
54	300.039-4-2	VITORIA VIRGINIA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	9	288,09	485,05
55	106.253-1-9	FRANCISCO EUDES MUNIZ	Inspetor classe A nível 4	8	246,24	18	720,18	966,42
56	197.039-1-6	CANDIDA MARIA GONCALVES SARMENTO DELLA GUARDIA	Delegado classe especial	20	861,60	64	3.584,64	4.446,24
57	300.953-1-6	FERNANDA EDUARDO CAVALCANTE	Escrivão classe C nível 3	29	713,98	23	736,23	1.450,21



ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
58	300.185-1-6	LEANDRO OLIVEIRA BESSA	Inspetor classe C nível 6	26	640,12	58	1.856,58	2.496,70
59	300.502-1-5	FRANKLIN DELAMBRE MATOS DE SOUZA	Inspetor classe C nível 7	16	393,92	50	1.600,50	1.994,42
60	301.217-0-8	JOSE CARLOS RIBEIRO DE SOUSA	Escrivão classe C nível 1	24	590,88	50	1.600,50	2.191,38
61	301.060-1-6	SAMIA KARINA DE SOUSA GIRA0 SILVA	Inspetor classe C nível 1	8	196,96	6	192,06	389,02
62	198.239-1-1	CRISTIANO ALVES SARAIVA	Escrivão classe B nível 4	12	369,36	12	480,12	849,48
63	198.213-1-5	FABIANO PONTES DA SILVA	Escrivão classe B nível 4	24	738,72	18	720,18	1.458,90
64	198.175-1-2	JOAQUIM ARAUJO NETO	Escrivão classe B nível 5	30	923,40	44	1.760,44	2.683,84
65	300.006-2-5	BRENO NOGUEIRA MARQUES	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	14	448,14	792,82
66	300.033-0-6	LEONARDO MIKE SILVA PEREIRA	Inspetor classe D nível 1	20	492,40	44	1.408,44	1.900,84
67	404.573-1-3	NAILTON RODRIGUES MACIEL	Escrivão classe B nível 2	2	61,56	80	3.200,80	3.262,36
68	300.533-1-1	FRANCISCO ADALBERTO BARBOSA ALVES	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
69	198.231-1-3	CARLOS ANDRE DA SILVA PEREIRA	Escrivão classe B nível 5	38	1.169,64	38	1.520,38	2.690,02
70	133.949-1-1	JOSE WERBSTER GONÇALVES DE SOUSA	Escrivão classe A nível 4	10	307,80	32	1.280,32	1.588,12
71	300.647-1-2	ALANA SANTIAGO DE FREITAS	Escrivão classe C nível 3	14	344,68	33	1.056,33	1.401,01
72	405.131-1-6	TATIANY ARAUJO GIRA0	Inspetor classe B nível 2	34	1.046,52	38	1.520,38	2.566,90
73	198.246-1-6	ANGELO WAGNER PONTES DE PAULA	Inspetor classe B nível 5	37	1.138,86	46	1.840,46	2.979,32
74	301.233-3-6	SAULO RAMOS MONTEIRO	Inspetor classe D nível 2	16	393,92	48	1.536,48	1.930,40
75	300.485-1-2	MIRTES MATOS DE ALMEIDA	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	6	192,06	389,02
76	300.009-4-3	CLORES RAFAELA DE OLIVEIRA SILVA VIEIRA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	22	704,22	851,94
77	300.052-8-7	DAMIAO REGINALDO ALVES DE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	22	704,22	851,94
78	168.100-1-0	PAULO HENRIQUE ARAUJO ROCHA DE SOUZA	Inspetor classe B nível 7	12	369,36	10	400,10	769,46
79	300.033-9-X	IVANA DE SOUSA BRANDAO	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	18	576,18	920,86
80	198.744-1-9	ANDERSON BRITO LEITE	Inspetor classe B nível 5	8	246,24	42	1.680,42	1.926,66
81	300.043-6-1	LUCAS SENA DE CASTRO	Escrivão classe D nível 1	8	196,96	10	320,10	517,06
82	301.215-3-8	DILTON GOMES CAVALCANTE	Inspetor classe C nível 1	20	492,40	23	736,23	1.228,63
83	198.439-1-2	GUSTAVO AUGUSTO MALTA DE SANTA CRUZ PERNAMBUCO	Delegado 3a classe	60	2.584,80	24	1.344,24	3.929,04
84	301.230-6-9	MATHEUS FIGUEIREDO DE ARAUJO	Delegado 2a classe	60	2.215,20	24	1.152,00	3.367,20
85	404.741-1-0	DIEGO MONTEIRO RODRIGUES	Inspetor classe B nível 1	61	1.877,58	23	920,23	2.797,81
86	300.019-9-7	LEANDRO BATISTA ANDRADE	Inspetor classe D nível 1	60	1.477,20	24	768,24	2.245,44
87	300.012-0-6	LUCAS LIMA FIRMINO	Inspetor classe D nível 1	60	1.477,20	24	768,24	2.245,44
88	300.028-3-0	MARCUS VINICIUS LIMA DE FREITAS	Inspetor classe D nível 1	60	1.477,20	24	768,24	2.245,44
89	300.010-8-7	KAYMMON BRENO LIMA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	58	1.427,96	26	832,26	2.260,22
90	300.024-9-0	MARCELO DOS SANTOS MACIEL	Inspetor classe D nível 1	60	1.477,20	24	768,24	2.245,44
91	300.037-5-6	PAULO HENRIQUE DE PAULA FERNANDES	Escrivão classe D nível 1	0	0,00	50	1.600,50	1.600,50
92	300.039-7-7	RENAN RODRIGUES DE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	22	704,22	999,66
93	301.240-4-9	MONALIZA LARA MOURAO PINTO	Inspetor classe D nível 2	14	344,68	24	768,24	1.112,92
94	300.038-1-0	RAFAEL WEMBLEY DA SILVA SOUZA	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	8	256,08	600,76
95	301.198-8-6	FRANCISCO CARPEGIANY FELIX DA COSTA	Escrivão classe C nível 1	8	196,96	48	1.536,48	1.733,44
96	301.223-1-3	POLLYANA MARIA COSTA TORRES	Delegado 2a classe	0	0,00	10	480,00	480,00
97	301.076-1-6	FILIPE CARLOS DA SILVA	Inspetor classe C nível 1	23	566,26	48	1.536,48	2.102,74
98	301.199-9-1	JOSE DIEGO GOYANA BENTO	Escrivão classe C nível 1	14	344,68	42	1.344,42	1.689,10
99	404.784-1-8	FERNANDA CRUZ FEITOSA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	26	1.040,26	1.040,26
100	301.186-8-5	TARGILLA BIE BRITO MATOS	Escrivão classe C nível 1	12	295,44	52	1.664,52	1.959,96
101	300.044-8-5	FABIANA BARBOSA DO VALE	Escrivão classe D nível 1	24	590,88	28	896,28	1.487,16
102	167.816-1-4	EVANDRO BRANDÃO LIMA	Inspetor classe B nível 7	11	338,58	37	1.480,37	1.818,95
103	300.026-6-0	TIAGO LOPES DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
104	301.238-6-7	MAYARA SOARES DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	66	2.112,66	2.112,66
105	301.210-4-X	ALLYSON DE SOUSA ALEXANDRE DA SILVA	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	12	384,12	433,36
106	300.012-7-3	JOAQUIM NOGUEIRA BARBOSA JUNIOR	Inspetor classe D nível 1	20	492,40	32	1.024,32	1.516,72
107	300.075-8-1	LAYANE INGRID FERREIRA DO NASCIMENTO PONTE	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	14	448,14	595,86
108	405.070-1-9	PAULO REGIS CAVALCANTE MOREIRA	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	35	1.400,35	1.461,91
109	301.254-7-9	MARIA LIDIA BEZERRA BRILHANTE	Delegado 2a classe	6	221,52	12	576,00	797,52
110	301.216-5-1	PAULO HENRIQUE VIEIRA DE SOUZA	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	8	256,08	403,80
111	300.028-7-3	MILEIDE DO NASCIMENTO RAULINO	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	26	832,26	1.127,70
112	404.745-1-X	DIONE LUZ SILVA	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	18	576,18	723,90
113	167.778-1-1	BERNARDO CHRISTIAN ALVES RIBEIRO	Inspetor classe B nível 7	6	184,68	40	1.600,40	1.785,08
114	300.034-0-3	MIKAEL GALVAO DA COSTA	Inspetor classe D nível 1	16	393,92	16	512,16	906,08
115	405.011-1-8	MAGNUM BEZERRA LUCIANO	Inspetor classe B nível 1	0	0,00	33	1.320,33	1.320,33
116	106.345-1-2	PAULO ROBERTO SILVA MOREIRA	Inspetor classe A nível 4	19	584,82	15	600,15	1.184,97
117	133.840-1-0	LEILIANE FREITAS ALMEIDA WENZEL	Delegado classe especial	2	86,16	2	112,02	198,18
118	137.436-1-4	RAIMUNDO NONATO DA SILVA FALCAO	Inspetor classe A nível 3	10	307,80	8	320,08	627,88
119	012.940-1-6	PEDRO JAKSON OLIVEIRA SOARES	Inspetor classe A nível 4	30	923,40	36	1.440,36	2.363,76
120	301.231-1-5	JOSE CARLOS ALAN PEREIRA	Delegado 2a classe	0	0,00	54	2.592,00	2.592,00
121	300.048-9-2	ERIC HOLANDA LINS	Escrivão classe D nível 1	0	0,00	38	1.216,38	1.216,38
122	300.078-4-0	FRANCISCO ISRAEL DE SOUSA ROCHA	Escrivão classe D nível 1	5	123,10	57	1.824,57	1.947,67
123	300.676-1-4	ERICK MARCELINO DA SILVA ROCHA	Escrivão classe C nível 3	13	320,06	37	1.184,37	1.504,43
124	168.014-1-0	JONATAS CAVALCANTE DE LIMA	Inspetor classe B nível 7	28	861,84	36	1.440,36	2.302,20
125	300.076-0-3	JOAO PAULO BEZERRA NOBRE	Escrivão classe D nível 1	10	246,20	36	1.152,36	1.398,56
126	301.234-8-4	FRANCISCO MARIO DE LIMA	Inspetor classe D nível 2	6	147,72	6	192,06	339,78
127	300.775-1-2	RAFAEL COLARES PEREIRA	Inspetor classe C nível 3	18	443,16	24	768,24	1.211,40
128	300.013-6-2	IVANILDA PEREIRA FERREIRA	Inspetor classe D nível 1	7	172,34	29	928,29	1.100,63
129	404.615-1-5	ANDRE LUIZ DA FONSECA FROTA	Inspetor classe B nível 2	24	738,72	40	1.600,40	2.339,12
130	404.709-1-3	CLAUDIO MOTA AGUIAR	Inspetor classe B nível 2	24	738,72	40	1.600,40	2.339,12
131	300.002-0-X	FRANCISCO EDILBERTO DE SOUSA TEIXEIRA	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	20	640,20	935,64
132	300.387-1-1	ANTONIO VIEIRA CARTAXO FILHO	Inspetor classe C nível 7	4	98,48	44	1.408,44	1.506,92
133	404.708-1-6	CLAUDIO MARQUES MAIA	Inspetor classe B nível 2	48	1.477,44	36	1.440,36	2.917,80
134	301.066-1-X	EXPEDITO CLEMENTINO DA SILVA FILHO	Inspetor classe C nível 1	44	1.083,28	40	1.280,40	2.363,68
135	300.005-6-0	ALLYSON BRUNO GOMES UCHOA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	26	832,26	979,98
136	300.245-1-6	FELIPE NUNES DANTAS	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	43	1.376,43	1.573,39
137	301.232-3-9	MARIA JOSE DA SILVA OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	20	492,40	64	2.048,64	2.541,04
138	301.230-2-6	IRLANNE RODRIGUES FERREIRA	Inspetor classe D nível 2	12	295,44	27	864,27	1.159,71
139	300.013-0-3	ANA CAMILA DE SOUZA PEREIRA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	30	960,30	1.108,02
140	301.245-9-6	LIVIA VIANA GOMES	Inspetor classe C nível 1	18	443,16	16	512,16	955,32
141	301.232-0-4	JORGE LUIZ TOSTA FERNANDES DIAS	Inspetor classe D nível 2	21	517,02	12	384,12	901,14
142	301.129-1-1	JOSAFAT ARAUJO CARNEIRO FILHO	Delegado 2a classe	42	1.550,64	42	2.016,00	3.566,64
143	300.701-1-9	BRUNO GUEDES ALVES	Inspetor classe C nível 3	23	566,26	15	480,15	1.046,41
144	023.340-1-1	FRANCISCA MARIZA ALVES NASSER GURJÃO	Inspetor classe A nível 4	8	246,24	6	240,06	486,30
145	167.694-1-X	CARLOS DANIEL DE VASCONCELOS SCALOTTI	Inspetor classe A nível 1	40	1.231,20	26	1.040,26	2.271,46
146	300.021-9-9	MARCELO WESLEY DA COSTA FERNANDES	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	28	896,28	1.437,92
147	300.483-1-8	RAFAEL MESQUITA LANDIM	Inspetor classe C nível 7	18	443,16	32	1.024,32	1.467,48
148	133.973-1-7	UBIRATAN FURTADO BRAGA	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	78	3.120,78	3.305,46
149	301.221-4-3	LIDIANA SOUZA DE ALMEIDA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	34	1.088,34	1.088,34
150	301.199-3-2	RANNOUVE BARBOSA DA SILVA	Escrivão classe D nível 2	5	123,10	50	1.600,50	1.723,60
151	198.250-1-9	FAGNER DE CALDAS HONORATO	Escrivão classe B nível 5	5	153,90	68	2.720,68	2.874,58
152	300.920-1-5	BRUNO CORREA DE MELO CARVALHO	Escrivão classe C nível 2	0	0,00	12	384,12	384,12
153	404.616-1-2	BERCKLEY WANE DA SILVA MARTINS CELES	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	56	2.240,56	2.240,56
154	301.181-3-8	RODRIGO ARAUJO PEREIRA	Delegado 2a classe	2	73,84	10	480,00	553,84
155	300.050-1-5	JOERG FERREIRA NOGUEIRA	Escrivão classe C nível 6	21	517,02	44	1.408,44	1.925,46
156	167.877-1-X	RICARDO OLIVEIRA CARNEIRO	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	22	880,22	941,78
157	300.048-4-1	STEFANO COELHO SANTOS	Escrivão classe D nível 1	0	0,00	26	832,26	832,26
158	106.270-1-X	FRANCISCO WILTON FACANHA COSTA	Inspetor classe A nível 4	18	554,04	34	1.360,34	1.914,38
159	300.710-1-8	NEUTON JOSE FRAGA SINDEAUX	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	16	512,16	512,16
160	300.045-9-0	BRENO GOMES FERNANDES	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
161	135.608-1-1	ALESSANDRO BASTO DAMASCENO	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	6	240,06	424,74
162	301.228-4-4	ALEXANDRE DOS SANTOS MORAES	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
163	167.706-1-2	ALEX SEVERO VIDAL	Inspetor classe A nível 1	6	184,68	6	240,06	424,74

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
164	300.035-2-7	YURI KISLEY GOMES DA ROCHA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	46	1.472,46	1.915,62
165	300.042-6-4	WILDEM MANOEL LOPES AVELINO DE LIMA	Escrivão classe D nível 1	12	295,44	36	1.152,36	1.447,80
166	301.228-9-5	ELIABE DA COSTA E SILVA OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 2	5	123,10	8	256,08	379,18
167	300.548-1-4	PEDRO HENRIQUE SANTOS RIBEIRO RODRIGUES LEITE	Delegado 2a classe	12	443,04	4	192,00	635,04
168	300.043-8-8	MIGUEL ÂNGELO QUEIROZ DE OLIVEIRA	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	2	64,02	211,74
169	300.029-6-2	THAINNE LILITH SOARES DE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	26	640,12	12	384,12	1.024,24
170	198.134-1-X	JOSE LUIZ MARQUES GIRAÓ	Inspetor classe B nível 3	0	0,00	24	960,24	960,24
171	404.650-1-4	ANTONIO ABNER LIMA MAGALHAES	Inspetor classe B nível 2	8	246,24	6	240,06	486,30
172	300.006-0-9	FRANCISCO ALISON SILVA AQUINO	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	6	192,06	389,02
173	300.049-7-3	DEISE KELLY DE SOUZA ARAÚJO	Escrivão classe D nível 1	12	295,44	38	1.216,38	1.511,82
174	301.225-7-7	IRANILDO DA SILVA LIMA	Delegado 2a classe	7	258,44	7	336,00	594,44
175	300.010-3-6	EMANUEL BERNARDO FERREIRA GOMES	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	3	96,03	145,27
176	300.074-9-2	LEANDRO SOUZA JUVENIL	Inspetor classe D nível 1	4	98,48	25	800,25	898,73
177	097.639-1-0	JOSE CLAUDIO FERNANDES	Inspetor classe A nível 4	18	554,04	40	1.600,40	2.154,44
178	301.186-4-2	THAMIRES COSTA MORAES	Escrivão classe D nível 2	14	344,68	14	448,14	792,82
179	300.001-8-8	CARLOS ALEXANDER SOUZA OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	55	1.760,55	1.809,79
180	300.041-4-0	MARIANE PORFIRIO SOARES	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	22	704,22	753,46
181	300.333-1-0	LARA LIMA DE ALENCAR	Inspetor classe C nível 7	13	320,06	21	672,21	992,27
182	301.186-0-X	ISYS SOUSA LANDIM	Escrivão classe D nível 2	18	443,16	6	192,06	635,22
183	301.187-0-7	CAMILA DA SILVA FERREIRA	Escrivão classe D nível 2	18	443,16	27	864,27	1.307,43
184	300.490-1-2	WELSON GOMES PIRES	Inspetor classe C nível 7	12	295,44	0	0,00	295,44
185	405.110-1-6	ROSIANE SOARES BARBOSA	Inspetor classe B nível 2	6	184,68	6	240,06	424,74
186	300.804-1-6	ANTONIO MOISES FERNANDES DA COSTA	Delegado 2a classe	0	0,00	26	1.248,00	1.248,00
187	167.924-1-1	BRENO VITORIANO LOPES FERREIRA	Inspetor classe B nível 7	14	430,92	12	480,12	911,04
188	300.326-1-6	SOLANIA EVANGELISTA DE MOURA	Inspetor classe C nível 7	18	443,16	30	960,30	1.403,46
189	301.253-1-2	LUIZ ARTUR DE SOUZA SILVA	Delegado 1a classe	8	295,36	31	1.488,00	1.783,36
190	301.242-8-6	PAULO HENRIQUE GURGEL FERNANDES	Inspetor classe D nível 2	8	196,96	31	992,31	1.189,27
191	300.075-3-0	LEYLA CARLA DOS REIS COSTA	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	51	1.632,51	1.829,47
192	198.244-1-1	TALISMAR MELO ALVES	Escrivão classe B nível 4	24	738,72	28	1.120,28	1.859,00
193	301.255-0-9	ANNA RAVENNA DE MATOS FERREIRA	Delegado 1a classe	18	664,56	22	1.056,00	1.720,56
194	021.072-1-X	CLEITON SABOIA DE ALMEIDA	Inspetor classe A nível 4	13	400,14	35	1.400,35	1.800,49
195	301.217-1-6	ALVANEI DA SILVA OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	22	704,22	753,46
196	301.214-7-3	JORGE LUIZ BRAGA TEIXEIRA	Inspetor classe C nível 1	28	689,36	14	448,14	1.137,50
197	300.017-8-8	FRANCISCO MATEUS DA SILVA CAVALCANTE	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	3	96,03	145,27
198	300.019-3-1	LUZIANE DE LIMA SILVA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	3	96,03	145,27
199	300.026-0-1	PATRICK HANDERSON CARVALHO MARTINS	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	3	96,03	145,27
200	198.853-1-3	JULIO DAPHINE SOUSA DO NASCIMENTO	Escrivão classe B nível 3	0	0,00	24	960,24	960,24
201	301.227-6-3	ANGELO SAMPAIO PESSOA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	3	96,03	96,03
202	301.233-8-7	YURI PINHEIRO MULATO	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	15	480,15	775,59
203	300.039-0-X	ANDERSON HUGO DE PAULA FERNANDES	Escrivão classe D nível 1	0	0,00	2	64,02	64,02
204	301.255-1-7	IGOR VASCONCELOS FERNANDES	Delegado 1a classe	0	0,00	5	240,00	240,00
205	300.197-1-7	MANOEL LINDOMAR DAS CHAGAS	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	8	256,08	453,04
206	198.860-1-8	ADRIANA ALVES BRANDÃO BRAGA	Delegado 3a classe	1	43,08	1	56,01	99,09
207	301.142-1-3	LOUISE VASCONCELOS SERRA	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	20	640,20	640,20
208	791.100-2-7	ANTONIO FRANKLIN DE SOUSA FIRMEZA	Delegado 1a classe	0	0,00	12	576,00	576,00
209	300.278-1-7	FERNANDO MORGHEIT ROMERO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	2	64,02	64,02
210	093.081-1-3	HUMBERTO GURGEL DE SOUSA	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	6	240,06	240,06
211	300.014-8-6	ABIMAEALSON JONES DE SOUSA FRANCALINO	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	6	192,06	192,06
212	133.815-1-8	DOMINGOS SAVIO DIOGENES PINHEIRO	Delegado classe especial	0	0,00	6	336,06	336,06
213	301.202-4-8	RODRIGO DELAMARY AZEVEDO MARTINS	Delegado 1a classe	0	0,00	2	96,00	96,00
214	404.633-1-3	CARLOS MAGNO SEVERO EVANGELISTA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	6	192,06	192,06
215	300.001-9-6	CAROLINA HUPPES CAVALCANTE BRAGA	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
216	300.009-2-7	JONATHAN REBOUÇAS MAIA	Inspetor classe D nível 1	13	320,06	6	192,06	512,12
217	167.832-1-8	CARLOS ANDRE FONTENELE MARQUES	Inspetor classe B nível 7	5	153,90	0	0,00	153,90
218	301.220-0-3	ERIVANDO GABRIEL DUARTE	Inspetor classe C nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
219	300.010-4-4	LUCAS NONATO MARQUES	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
220	300.032-6-8	CIBELE VIEIRA MELO	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
221	137.400-1-1	FERNANDO LISBOA RODRIGUES DE SOUSA	Inspetor classe A nível 4	8	246,24	6	240,06	486,30
222	301.181-2-X	LUCAS XIMENES DE CASTRO	Delegado 2a classe	5	184,60	7	336,00	520,60
223	300.352-1-6	MARCOS ANDRE DA SILVA DOS SANTOS	Inspetor classe C nível 6	0	0,00	12	384,12	384,12
224	301.187-3-1	FELIPE ARAGAO DE FREITAS CARNEIRO	Escrivão classe D nível 2	0	0,00	12	384,12	384,12
225	300.046-3-9	KAHIC ROCHA SANTOS	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	10	320,10	369,34
226	300.037-6-4	AMANDA PALACIO DE MORAIS NOGUEIRA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	8	256,08	403,80
227	198.289-1-3	MOZIEL DE SOUSA MELO	Escrivão classe B nível 3	6	184,68	14	560,14	744,82
228	404.554-1-8	LUIZ GONZAGA SOARES NETO	Delegado 3a classe	11	473,88	13	728,13	1.202,01
229	300.014-6-X	JOEL CARNEIRO SILVA	Inspetor classe D nível 1	16	393,92	16	512,16	906,08
230	198.138-1-9	JOSE ROGERIO MENEZES DA COSTA	Inspetor classe B nível 2	18	554,04	6	240,06	794,10
231	300.031-7-9	RODRIGO RAIMAR ANDRADE LEITE	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	6	192,06	389,02
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								9754
TOTAL DA UNIDADE:								324.354,94

UNIDADE: DHPP - Departamento De Homicídios e Proteção à Pessoa

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	301.195-8-4	PATRICIA PEREIRA GONÇALVES	Delegado 2a classe	11	406,12	7	336,00	742,12
2	300.044-3-4	TALMIR DE OLIVEIRA FERNANDES	Escrivão classe D nível 1	3	73,86	0	0,00	73,86
3	301.240-7-3	ALEX COSTA CAVALCANTE	Inspetor classe C nível 1	7	172,34	14	448,14	620,48
4	300.043-7-X	SAMANTA MICAELLE FERNANDES MENDES	Inspetor classe D nível 1	7	172,34	12	384,12	556,46
5	300.034-5-4	ITALO MILO GABRIEL ALVES MARTINS	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	13	416,13	539,23
6	301.202-5-6	FELIPE ALVES SILVA MOREIRA	Delegado 2a classe	9	332,28	12	576,00	908,28
7	028.923-1-6	HELAY HENRIQUE BARROSO MELO	Escrivão classe A nível 4	4	123,12	0	0,00	123,12
8	301.251-1-8	MARIANA PAES DIOGENES DE PAULA	Delegado 2a classe	6	221,52	34	1.632,00	1.853,52
9	300.028-1-4	DAVISON GEOVANI RODRIGUES DA COSTA	Escrivão classe B nível 1	29	892,62	55	2.200,55	3.093,17
10	300.811-1-0	FRANCISCA ELAINE MATOS PEREIRA	Inspetor classe C nível 3	29	713,98	44	1.408,44	2.122,42
11	300.322-1-7	ANA KATIA TIMBO FARIAS DA PALMA	Inspetor classe C nível 7	21	517,02	27	864,27	1.381,29
12	300.030-6-3	VIVIAN ALVES ARAÚJO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	35	1.120,35	1.169,59
13	300.052-4-4	BRUNO DE SOUSA AMORIM	Inspetor classe D nível 1	9	221,58	16	512,16	733,74
14	301.200-5-1	ICARO GOMES COELHO	Delegado 2a classe	4	147,68	14	672,00	819,68
15	301.187-9-0	DAYANA FELICIA RODRIGUES DOS SANTOS	Escrivão classe C nível 1	5	123,10	42	1.344,42	1.467,52
16	301.249-0-1	ANA VIVIAN SALES DUARTE	Inspetor classe C nível 1	9	221,58	67	2.144,67	2.366,25
17	300.050-5-8	FRANCISCO ITALO RABELO DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	19	467,78	14	448,14	915,92
18	301.248-6-3	FABIANA RIBEIRO PINTO	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	36	1.152,36	1.152,36
19	300.025-7-1	PEDRO REINALDO SOUZA DE PAULO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	13	416,13	465,37
20	300.054-1-4	JOSE REINALDO PAES RODRIGUES LINS	Escrivão classe B nível 1	6	184,68	30	1.200,30	1.384,98
21	300.028-6-5	RAFAEL AZEVEDO DE AMORIM	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	36	1.152,36	1.152,36
22	301.200-1-9	SIDCLEY SENA DA ROCHA	Escrivão classe C nível 1	2	49,24	23	736,23	785,47
23	301.230-1-8	RENAN AIRES DE SA	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	18	576,18	576,18
24	198.390-1-X	STELLA DO AMARAL RIBEIRO	Delegado 3a classe	0	0,00	30	1.680,30	1.680,30
25	300.662-1-9	VANESSA ALVES ANGELIM	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	24	768,24	768,24
26	300.671-1-8	ELSON MARINHO GOMES COSTA	Escrivão classe C nível 3	4	98,48	48	1.536,48	1.634,96
27	300.850-1-9	JEFFERSON ALVES LIRA	Inspetor classe C nível 2	16	393,92	36	1.152,36	1.546,28
28	198.448-1-1	ERIKA CECILIA FERREYRA RAMÍREZ MOURA	Delegado classe especial	2	86,16	1	56,01	142,17
29	301.246-8-5	NARLON HENRIQUE BARROSO BRASILEIRO FREIRE	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
30	300.027-3-3	RENATO DIAS DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	5	160,05	209,29
31	300.053-9-2	FRANCISCA BARBARA PRADO ANTUNES DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	5	160,05	209,29
32	301.194-3-6	KAMILLA DANTAS CHAGAS	Escrivão classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25



ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
33	300.455-1-3	FRANCISCO LUZARDO DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
34	198.151-1-0	RICARDO SILVA MOREIRA	Inspetor classe B nível 3	12	369,36	72	2.880,72	3.250,08
35	404.608-1-0	ANA CRISTINA DE FREITAS CASTRO ROCHA	Inspetor classe B nível 2	17	523,26	49	1.960,49	2.483,75
36	404.653-1-6	ANTONIO ERIC ALVES DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	12	369,36	38	1.520,38	1.889,74
37	300.018-9-3	EVELINE SAMILA DE OLIVEIRA TABOSA	Inspetor classe D nível 1	23	566,26	15	480,15	1.046,41
38	198.359-1-X	CLAUDIA OLIVEIRA-X	Delegado 3a classe	39	1.680,12	38	2.128,38	3.808,50
39	301.213-2-5	JOAO RAIMUNDO GONCALVES JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	30	738,60	54	1.728,54	2.467,14
40	300.029-5-4	FRANCISCO JAIRO DE SOUSA FILHO	Inspetor classe D nível 1	41	1.009,42	43	1.376,43	2.385,85
41	300.038-2-9	ADNER PRADO DE LIMA	Inspetor classe D nível 1	49	1.206,38	35	1.120,35	2.326,73
42	300.010-7-9	AGASSIS SOUZA RODRIGUES DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	42	1.034,04	42	1.344,42	2.378,46
43	300.032-4-1	ARTUR DE SOUSA LIMA	Inspetor classe D nível 1	41	1.009,42	43	1.376,43	2.385,85
44	300.334-1-8	SAMIR AVELINO SENA	Inspetor classe C nível 7	10	246,20	30	960,30	1.206,50
45	300.025-8-X	YCARO CARLOS DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	16	393,92	14	448,14	842,06
46	405.042-1-4	MICHEL PINHEIRO ROCHA	Inspetor classe B nível 2	8	246,24	10	400,10	646,34
47	301.005-1-4	TATIANNE HOLANDA LEITAO	Delegado 2a classe	6	221,52	2	96,00	317,52
48	300.055-9-7	FLAVIO RUDSON MOURA VASCONCELOS	Escrivão classe D nível 1	4	98,48	1	32,01	130,49
49	300.008-3-8	ANA NIDIA DOS SANTOS CASSIANO VIEIRA	Inspetor classe D nível 1	19	467,78	24	768,24	1.236,02
50	300.010-9-5	HILANO DE MESQUITA RODRIGUES	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	35	1.120,35	1.366,55
51	300.014-2-7	JHONATAN MORENO CAVALCANTE	Inspetor classe D nível 1	42	1.034,04	42	1.344,42	2.378,46
52	300.896-1-8	ANE CAROLINE BEZERRA DA SILVA	Escrivão classe C nível 2	14	344,68	28	896,28	1.240,96
53	300.492-1-7	EDILSON BATISTA FROTA	Inspetor classe C nível 7	22	541,64	42	1.344,42	1.886,06
54	300.792-1-3	JOAO CARLOS ARAUJO MACHADO	Delegado 2a classe	0	0,00	24	1.152,00	1.152,00
55	300.192-1-0	JOSE FRANCISCO MOURAO BRITO	Inspetor classe C nível 7	26	640,12	25	800,25	1.440,37
56	301.189-3-6	MARILIA PERES DE MELO	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	40	1.280,40	1.280,40
57	300.020-9-1	GABRIEL PANETTO PAOLI	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	35	1.120,35	1.169,59
58	300.010-2-8	EVERSON CAVALCANTE CATALDO	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
59	404.861-1-9	JAMICHELLE BRITO DE NORONHA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	24	960,24	960,24
60	300.258-1-4	ROSELI DA SILVA AMORIM	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	36	1.152,36	1.152,36
61	301.186-1-8	MARCOS ROBERTO BARROS DA SILVA	Escrivão classe C nível 1	13	320,06	57	1.824,57	2.144,63
62	198.764-1-1	PATRICIA LOPES ARAGO	Delegado 3a classe	6	258,48	24	1.344,24	1.602,72
63	301.075-1-9	ANTONIO RABELO BOTELHO NETO	Inspetor classe C nível 3	22	541,64	38	1.216,38	1.758,02
64	301.192-5-8	AURIMAR CHAVES DE OLIVEIRA JUNIOR	Escrivão classe D nível 2	6	147,72	14	448,14	595,86
65	300.020-0-8	WEBER VIEIRA VASCONCELOS FILHO	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	16	512,16	709,12
66	300.001-6-1	BIANCA FERREIRA FREIRE RUFINO	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	14	448,14	595,86
67	300.007-3-0	FRANCISCA THAIS GALDINO PAZ	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	8	256,08	403,80
68	300.042-8-0	PAULA CAMINHA MARTINEZ	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	16	512,16	709,12
69	791.108-0-9	JOAO PAULO CUSTODIO PITOMBEIRA	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	4	128,04	325,00
70	155.329-1-2	SERGIO LUIZ DE FREITAS FARIAS	Inspetor classe A nível 2	12	369,36	36	1.440,36	1.809,72
71	301.211-8-X	JOSE EFIGENIO SILVA DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	11	352,11	401,35
72	300.873-1-3	SUZANNE PORFIRIO SOARES	Inspetor classe C nível 2	2	49,24	11	352,11	401,35
73	300.039-9-3	GABRIEL SANTANA ALVES	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	11	352,11	401,35
74	300.003-3-1	DENIS RODRIGUES DA CRUZ LIMA	Inspetor classe D nível 1	4	98,48	6	192,06	290,54
75	301.248-7-1	PEDRO HENRIQUE ALVES TAVARES	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	11	352,11	401,35
76	300.024-2-3	RAFAEL FERNANDES DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	29	928,29	977,53
77	301.132-1-7	GEOVANI SOUZA SILVA	Escrivão classe C nível 3	2	49,24	5	160,05	209,29
78	301.002-1-2	LUIS RODRIGUES CAVALCANTE JUNIOR	Delegado 2a classe	18	664,56	19	912,00	1.576,56
79	300.024-3-1	THALLES RHUAN BEZERRA DOS SANTOS VIEIRA DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
80	300.679-1-6	ALANY FREITAS NUNES	Escrivão classe C nível 3	12	295,44	54	1.728,54	2.023,98
81	301.229-6-8	THAMARA SHIRLEY MOREIRA DIAS	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	12	384,12	679,56
82	301.190-0-2	ADRIA OLIVEIRA MOTA	Escrivão classe C nível 1	12	295,44	48	1.536,48	1.831,92
83	300.482-1-0	FRANCISCO TALIS GOMES SILVA	Inspetor classe C nível 7	24	590,88	54	1.728,54	2.319,42
84	404.540-1-2	VEIBEQUENEDE CAVALCANTE NOGUEIRA	Escrivão classe B nível 2	2	61,56	76	3.040,76	3.102,32
85	300.336-1-2	CLARISSE PARENTE FERREIRA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	78	2.496,78	2.496,78
86	198.385-1-X	DANILO RAFANELLE MOURA DE SANTANA MOTTA	Delegado classe especial	6	258,48	72	4.032,72	4.291,20
87	300.004-7-1	ANDERSON RABELO DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	68	2.176,68	2.422,88
88	300.016-2-1	NATHANAELE PEREIRA MESQUITA	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	66	2.112,66	2.408,10
89	300.016-8-0	JOSE VITOR LUSTOSA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	4	98,48	74	2.368,74	2.467,22
90	300.005-7-9	ALBER DE DEUS MOREIRA BRAGA DE LIMA	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	68	2.176,68	2.422,88
91	300.083-1-6	VALDERLUCIA GOIANA MELO	Escrivão classe C nível 7	12	295,44	6	192,06	487,50
92	404.576-1-5	RICARDO GONÇALVES PINHEIRO	Delegado 3a classe	2	86,16	76	4.256,76	4.342,92
93	198.294-1-3	JOSÉ IRANILDO SANTOS ARAGÃO	Escrivão classe B nível 5	10	307,80	12	480,12	787,92
94	300.010-0-1	ANDERSON DANTAS BEZERRA	Inspetor classe D nível 1	23	566,26	39	1.248,39	1.814,65
95	198.817-1-7	TICIANO VASCONCELOS LOBO	Escrivão classe B nível 2	16	492,48	32	1.280,32	1.772,80
96	300.033-7-3	FELIPE ROCHA DE AZEVEDO MAIA	Inspetor classe D nível 1	15	369,30	28	896,28	1.265,58
97	300.011-5-X	LUCAS SALES SANTIAGO	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	3	96,03	342,23
98	300.029-2-X	PEDRO VIANA NUNES FILHO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
99	301.223-4-8	MANUELA LIMA DA COSTA	Delegado 2a classe	2	73,84	7	336,00	409,84
100	301.193-9-8	MARIA ROSALINA LUCENA DA SILVA	Escrivão classe C nível 1	10	246,20	42	1.344,42	1.590,62
101	300.024-7-4	INARA LOPES PINHO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	7	224,07	273,31
102	300.949-1-3	MARIA GLEICIANE SOUZA DE LIMA	Inspetor classe C nível 3	6	147,72	55	1.760,55	1.908,27
103	300.787-1-3	RODRIGO DE SOUSA JATAI COSTA	Delegado 2a classe	18	664,56	24	1.152,00	1.816,56
104	300.034-7-0	FELIPE RIBEIRO MONTEIRO	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	13	416,13	539,23
105	300.034-4-6	ALEXANDRE LIMA CISNE GURGEL	Inspetor classe D nível 1	4	98,48	2	64,02	162,50
106	301.191-8-5	GABRIEL BENICIO DE SOUZA CARVALHO	Escrivão classe C nível 1	4	98,48	0	0,00	98,48
107	405.043-1-1	MIGUEL ANGELO SILVA DE AZEVEDO	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	12	480,12	480,12
108	300.259-1-1	BRUNO TACIANO DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 7	12	295,44	0	0,00	295,44
109	301.210-8-2	EDUARDO GUILLON CATARINO	Inspetor classe C nível 1	4	98,48	19	608,19	706,67
110	300.026-9-5	RAVEL SALES PEIXOTO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	0	0,00	49,24
111	300.008-4-6	JOSÉ GLAUCO PINHEIRO MACHADO FILHO	Inspetor classe D nível 1	24	590,88	54	1.728,54	2.319,42
112	405.066-1-6	PAULO HENRIQUE PEREIRA MELO	Inspetor classe B nível 2	26	800,28	52	2.080,52	2.880,80
113	301.213-4-1	ANDRE PERES LEAL DE ALMEIDA	Inspetor classe D nível 2	7	172,34	18	576,18	748,52
114	091.082-2-X	LENILDO DA SILVA AGUIAR	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	18	720,18	720,18
115	404.665-1-7	ARMANDO TAVARES DA SILVA FILHO	Inspetor classe C nível 3	2	49,24	1	32,01	81,25
116	301.140-1-9	EMERSON FARIA	Delegado 2a classe	12	443,04	24	1.152,00	1.595,04
117	301.009-1-3	BRUNO GURGEL FROTA SOARES	Inspetor classe C nível 2	4	98,48	14	448,14	546,62
118	404.549-1-8	GLAICYANE DA SILVA PINHO	Escrivão classe B nível 1	12	369,36	18	720,18	1.089,54
119	300.073-1-X	ROSA MARIA RODRIGUES LOPES	Escrivão classe B nível 1	2	61,56	19	760,19	821,75
120	135.627-1-7	SULAMITA DE SOUSA E SILVA	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
121	405.083-1-7	RAIMUNDO IVO DA SILVEIRA NETO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	1	40,01	101,57
122	301.224-3-7	VITOR MACHADO RIPARDO	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
123	301.241-0-3	ALICE MESQUITA MIRANDA	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
124	300.039-5-0	JOHANNA GEORG DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
125	300.017-4-5	JONATAN ALMEIDA CUSTÓDIO	Inspetor classe D nível 1	24	590,88	0	0,00	590,88
126	300.031-3-6	ALEXANDRE OLIVEIRA DA ROCHA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
127	300.020-2-4	PAULO HENRIQUE SOUSA DE AGUIAR	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
128	300.041-5-9	NÚBIA MARQUES PEREIRA	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
129	301.238-9-1	OSNAILTON GOMES GOES	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	18	576,18	576,18
130	301.177-1-9	MARLON ALVES VENANCIO	Escrivão classe C nível 2	2	49,24	0	0,00	49,24
131	300.032-2-5	ERIKA CAVALCANTE SILVA	Inspetor classe D nível 1	10	246,20	6	192,06	438,26
132	300.933-1-3	MONIQUE ALVES BRIGIDO	Escrivão classe C nível 2	12	295,44	0	0,00	295,44
133	301.244-5-6	FRANCISCA CLEIDE RODRIGUES	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	0	0,00	295,44
134	301.190-8-8	CAROLINA BRAGA DA SILVA	Escrivão classe C nível 1	6	147,72	3	96,03	243,75
135	300.360-1-8	LIDIANE DE SOUZA ALMEIDA	Inspetor classe C nível 7	3	73,86	0	0,00	73,86
136	301.080-1-9	EMILY LEITAO RAMOS	Inspetor classe C nível 2	4	98,48	0	0,00	98,48
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								4513
TOTAL DA UNIDADE:								151.082,39



UNIDADE: DPJI-SUL - Departamento De Polícia Judiciária Do Interior Sul

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	301.208-3-3	LUIS FILIPE TELES OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	28	689,36	56	1.792,56	2.481,92
2	169.037-1-X	FRANCISCO EVERTON FERNANDES	Inspetor classe A nível 1	10	307,80	38	1.520,38	1.828,18
3	301.210-9-0	GUILHERME MACIEL BARBOSA	Inspetor classe D nível 2	10	246,20	38	1.216,38	1.462,58
4	301.237-7-8	ANA MARIA LINS MARTINS	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	10	320,10	320,10
5	300.275-1-5	WESCLEY SANTANA SILVA	Inspetor classe C nível 7	4	98,48	12	384,12	482,60
6	198.242-1-7	ORLANDIN GALDINO DE ARAUJO	Escrivão classe B nível 5	42	1.292,76	30	1.200,30	2.493,06
7	300.549-1-1	WESLLEY ALVES DE ARAUJO	Delegado 2a classe	2	73,84	1	48,00	121,84
8	301.239-3-X	JORGE DE SOUZA LACERDA	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
9	300.396-1-0	FRANCISCO DAS CHAGAS DOS ANJOS	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
10	791.110-5-8	DIEGO GOMES DOS SANTOS	Delegado 1a classe	5	184,60	41	1.968,00	2.152,60
11	301.159-1-0	FRANCISCO FERNANDO FERREIRA FELIPE	Escrivão classe C nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
12	300.340-1-5	NATANAEL ALVES DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	17	544,17	593,41
13	301.204-7-7	ANTONIO DOUGLAS GOMES AMORIM	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	17	544,17	593,41
14	301.243-2-4	JOSE WANDERSON ESTIMA SILVA FERNANDES	Escrivão classe C nível 1	48	1.181,76	24	768,24	1.950,00
15	301.233-5-2	JOAO VICTOR OLIVEIRA AMORIM	Inspetor classe C nível 1	32	787,84	40	1.280,40	2.068,24
16	300.035-5-1	JOSE ARNALDO BRITO MONTEIRO	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	56	1.792,56	2.235,72
17	198.219-1-9	FELIPE DE CARVALHO PEREIRA	Escrivão classe B nível 5	10	307,80	74	2.960,74	3.268,54
18	404.946-1-8	JOSE ALENIO FERREIRA	Inspetor classe C nível 5	16	393,92	44	1.408,44	1.802,36
19	300.495-1-9	GEOVANY CASTRO DE ALENCAR	Inspetor classe C nível 7	17	418,54	45	1.440,45	1.858,99
20	106.276-1-3	GILENO DE SOUSA ARAUJO	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	26	1.040,26	1.040,26
21	301.204-6-9	RENATO VIEIRA BRANDAO	Inspetor classe D nível 2	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
22	301.222-0-8	CICERO ROGERIO ALENCAR CORREIA	Inspetor classe D nível 2	8	196,96	6	192,06	389,02
23	126.911-1-4	MARCOS SANDRO NAZARE DE LIRA	Delegado classe especial	42	1.809,36	0	0,00	1.809,36
24	022.690-1-5	CARLOS ALBERTO EVANGELISTA	Escrivão classe A nível 4	12	369,36	8	320,08	689,44
25	138.912-1-4	LEANDRO MARTINS DE FRANCA VIDAL	Inspetor classe A nível 4	24	738,72	8	320,08	1.058,80
26	167.920-1-2	FIRMICLEY ARAUJO FIRMINO	Inspetor classe A nível 1	12	369,36	12	480,12	849,48
27	198.785-1-1	EDINILDO FERREIRA LIMA	Escrivão classe B nível 4	10	307,80	36	1.440,36	1.748,16
28	300.593-1-X	RENI ROCHA PINTO	Delegado 2a classe	6	221,52	30	1.440,00	1.661,52
29	300.836-1-X	HELDER CASSIA RAMOS DE BRITO LIMA	Delegado 2a classe	6	221,52	30	1.440,00	1.661,52
30	404.792-1-X	GEORGE FEITOSA GONÇALVES	Inspetor classe B nível 1	30	923,40	54	2.160,54	3.083,94
31	301.226-8-2	MARIANA BRASIL DE MATOS SILVA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	6	192,06	192,06
32	300.020-4-0	DENISSON RODRIGUES DE LIMA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	66	2.112,66	2.555,82
33	404.967-1-8	JOSE ROGERIO DE OLIVEIRA PINHEIRO	Inspetor classe B nível 1	15	461,70	39	1.560,39	2.022,09
34	301.190-6-1	BRUNO AQUINO DE HOLANDA	Escrivão classe D nível 2	16	393,92	20	640,20	1.034,12
35	198.146-1-0	MAURO MASCHEROME LOPES FERREIRA	Inspetor classe B nível 3	34	1.046,52	18	720,18	1.766,70
36	301.213-7-6	CRISTIANO ALVES CARVALHO DE SA SANTOS	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	24	768,24	768,24
37	300.635-1-1	DANILO TOSTES VIEIRA	Escrivão classe C nível 3	10	246,20	35	1.120,35	1.366,55
38	404.671-1-4	AUREA CAROLINNE PINHEIRO FERREIRA	Inspetor classe B nível 2	5	153,90	55	2.200,55	2.354,45
39	301.227-1-2	RAIMUNDO WANDERLEY FERREIRA	Escrivão classe C nível 1	10	246,20	22	704,22	950,42
40	405.001-1-1	LUAN CEZAR ENGELS	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	21	840,21	840,21
41	301.245-7-X	DAYANE FRANCIELE MERES DOS SANTOS	Inspetor classe D nível 2	36	886,32	32	1.024,32	1.910,64
42	198.843-1-7	LEONARDO FERREIRA DE ALMEIDA	Delegado 3a classe	0	0,00	16	896,16	896,16
43	300.254-1-5	FABIO SALVIANO DE SOUSA SOBRINHO	Inspetor classe C nível 7	11	270,82	15	480,15	750,97
44	137.437-1-1	ROBSON VIEIRA DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
45	169.035-1-5	CLECIO CAVALCANTE ALVES	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	8	320,08	320,08
46	198.140-1-7	LUIZ BARROS FILHO	Inspetor classe B nível 3	6	184,68	16	640,16	824,84
47	300.541-1-3	ITALO EDUARDO CORDEIRO DE MENEZES	Delegado 2a classe	0	0,00	16	768,00	768,00
48	301.213-8-4	WIDEMARK LIMA BARBOSA	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
49	301.206-6-3	CICERO EDVÂNIO DE SOUZA	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	8	256,08	403,80
50	134.010-1-2	WAGNER BASILIO FEIJO	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	34	1.360,34	1.545,02
51	301.202-1-3	CHEIVIS MACEDO ALVES	Escrivão classe D nível 2	17	418,54	20	640,20	1.058,74
52	404.569-1-0	LUIZ EDUARDO DA COSTA SANTOS	Delegado 3a classe	0	0,00	16	896,16	896,16
53	301.215-1-1	FRANCISCO SERGIO BANDEIRA DE MORAES JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	8	256,08	256,08
54	301.023-1-2	FRANCISCO JENIAN DIAS DOS SANTOS	Inspetor classe C nível 2	0	0,00	8	256,08	256,08
55	198.869-1-3	MICHAELSON PEREIRA ESMERALDO	Escrivão classe B nível 1	13	400,14	14	560,14	960,28
56	404.835-1-9	FRANCISCO CESAR SANTOS DE SOUSA	Inspetor classe B nível 1	0	0,00	8	320,08	320,08
57	404.801-1-0	GUILHERME NONATO SOUZA DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 1	0	0,00	8	320,08	320,08
58	791.111-2-0	ONIELSON SALVIANO DE SOUSA	Delegado 1a classe	0	0,00	40	1.920,00	1.920,00
59	167.721-1-9	FRANCISCO EGBERTO CRUZ DE LIMA	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	16	640,16	640,16
60	301.212-4-4	ITALO DE SOUSA ARRAIS	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	17	544,17	593,41
61	301.196-7-3	WAGNER LUIZ DE LIMA	Delegado 2a classe	1	36,92	63	3.024,00	3.060,92
62	300.427-1-9	OSMILDO FERREIRA ESTEVAM	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	16	512,16	512,16
63	301.226-6-6	TATIANA GOMES DA SILVA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	16	512,16	512,16
64	182.358-2-X	FRANCISCO EUDES LIMA RODRIGUES	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	26	1.040,26	1.040,26
65	301.214-5-7	FRANCISCO JEFFERSON TORRES DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 2	24	590,88	50	1.600,50	2.191,38
66	198.257-1-X	NARCELIO DE SOUSA SILVA	Escrivão classe B nível 5	24	738,72	39	1.560,39	2.299,11
67	198.795-1-8	JULIO CESAR AGRELLI LOBO	Delegado 3a classe	0	0,00	16	896,16	896,16
68	301.219-9-6	FERNANDO JOSE RODRIGUES DE FRANCA	Inspetor classe C nível 1	24	590,88	21	672,21	1.263,09
69	791.113-4-1	JOAO ALBERTO SOARES NETO	Delegado 1a classe	6	221,52	16	768,00	989,52
70	300.038-5-3	RODRIGO ARMANDO RIBEIRO TAVARES	Escrivão classe D nível 1	18	443,16	42	1.344,42	1.787,58
71	198.822-1-7	FRANCISCO GILBERTO DE LIMA	Inspetor classe B nível 4	2	61,56	51	2.040,51	2.102,07
72	092.879-1-4	ERISMAR BESERRA GRANJA	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	16	640,16	640,16
73	198.852-1-6	MARINALDO BARRETO DE SOUZA	Escrivão classe B nível 3	0	0,00	8	320,08	320,08
74	301.254-8-7	JEFFERSON DE SOUZA LIMA	Delegado 1a classe	0	0,00	18	864,00	864,00
75	135.610-1-X	ARTU NETO LACERDA VIEIRA	Escrivão classe A nível 4	26	800,28	44	1.760,44	2.560,72
76	168.001-1-2	ROBSON LALBERIO PASCOAL DA SILVA	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	10	400,10	400,10
77	300.329-1-8	GISELLY BEZERRA GOMES	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	22	704,22	851,94
78	198.422-1-5	ANTONIO CLEDSON GUEDES NORMANDO	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	14	560,14	560,14
79	167.909-1-5	EDGLEUSON LIMA INGÁ	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	14	560,14	560,14
80	300.639-1-0	DAVI ARAUJO DE SANTIAGO	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	8	256,08	256,08
81	791.114-1-4	FRANCISCO DE MORAES ALENCAR FILHO	Delegado 1a classe	0	0,00	24	1.152,00	1.152,00
82	301.139-1-8	DANILO TAVORA DA FONSECA	Delegado 2a classe	7	258,44	16	768,00	1.026,44
83	404.869-1-7	JEFFERSON ALEXANDRINO	Inspetor classe B nível 2	5	153,90	16	640,16	794,06
84	301.224-0-2	RICARDO VIGANICO DOMINGUES JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	28	896,28	1.044,00
85	301.243-9-1	JOSE ARLAN EMIDIO DE SOUSA	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	22	704,22	851,94
86	301.243-5-9	THALLES JOSE DE MELO LIMA	Delegado 2a classe	2	73,84	0	0,00	73,84
87	300.040-7-8	JHONAS ANDREAZZA BATISTA SOARES	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	8	256,08	403,80
88	300.031-0-1	GUSTAVO GAMA TORRES DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	24	590,88	18	576,18	1.167,06
89	301.218-8-0	BIBIANA RAMOS DAPPER	Escrivão classe D nível 2	12	295,44	60	1.920,60	2.216,04
90	300.036-8-3	ANA KAROL CASTRO BEZERRA FALCAO	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	16	512,16	659,88
91	300.021-0-5	JULIANO MARTINS ARAUJO	Inspetor classe D nível 1	28	689,36	6	192,06	881,42
92	198.218-1-1	JOSE MARIA BESSA DOS SANTOS	Escrivão classe B nível 4	36	1.108,08	34	1.360,34	2.468,42
93	300.014-9-4	PAULO HENRIQUE MENEZES VILAR	Inspetor classe D nível 1	16	393,92	6	192,06	585,98
94	134.003-1-8	ANSELMO FERREIRA DE MATOS JUNIOR	Escrivão classe A nível 4	72	2.216,16	0	0,00	2.216,16
95	301.188-8-X	CICERO ROGERIO DA COSTA	Escrivão classe C nível 1	24	590,88	24	768,24	1.359,12
96	301.193-3-9	LIZANDRA DE SOUZA CORDEIRO	Escrivão classe D nível 2	2	49,24	22	704,22	753,46
97	300.044-2-6	ANTONIO PATRICK DO CARMO SILVA	Escrivão classe D nível 1	10	246,20	28	896,28	1.142,48
98	301.208-2-5	FRANCISCO ERINALDO SOARES	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
99	301.233-6-0	JOSE NEILSON SOUZA E SILVA	Inspetor classe D nível 2	6	147,72	8	256,08	403,80
100	300.032-8-4	AMAUURI FERREIRA NORONHA JUNIOR	Inspetor classe D nível 1	30	738,60	43	1.376,43	2.115,03
101	301.221-8-6	FRANCISCO GLEISON DE MELO ALENCAR	Inspetor classe C nível 1	48	1.181,76	36	1.152,36	2.334,12
102	301.220-3-8	LAZARO LUCAS DOS SANTOS LIMA	Inspetor classe C nível 1	41	1.009,42	43	1.376,43	2.385,85
103	300.577-1-6	GIOVANI SILVA DE MORAES	Delegado 2a classe	0	0,00	72	3.456,00	3.456,00
104	169.033-1-0	JOSE ALEXANDRE RIBEIRO	Inspetor classe A nível 1	26	800,28	34	1.360,34	2.160,62
105	198.137-1-1	JOSE ROBERTO BARBOSA PESSOA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	6	240,06	240,06

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
106	404.699-1-5	EZEQUIEL CANDIDO DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 1	0	0,00	6	240,06	240,06
107	404.594-1-3	ALEXSSANDRO WYLLER DE BARROS MARQUES	Inspetor classe B nível 1	0	0,00	6	240,06	240,06
108	300.163-1-9	AQUILLES GRECO AUGUSTO LANDIM JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	6	192,06	192,06
109	404.544-1-1	CARLOS WAGNER DO NASCIMENTO OLIVEIRA	Escrivão classe B nível 1	12	369,36	12	480,12	849,48
110	301.019-1-X	JOSE CARLOS FERREIRA PEREIRA	Escrivão classe C nível 3	6	147,72	30	960,30	1.108,02
111	300.589-1-7	HENRIQUE FERNANDES GURGEL DE AZEVEDO	Delegado 2a classe	6	221,52	48	2.304,00	2.525,52
112	300.630-1-5	JOSE FERNANDES PESSOA NETO	Escrivão classe C nível 3	6	147,72	48	1.536,48	1.684,20
113	300.557-1-3	FELLIPE LIRA DA COSTA PEREIRA	Delegado 2a classe	8	295,36	70	3.360,00	3.655,36
114	300.884-1-7	JOSE THIAGO ALMEIDA VIANA DE ABREU	Escrivão classe C nível 2	12	295,44	12	384,12	679,56
115	198.757-1-7	DENIS LEONARDO FERRAZ DA SILVA	Delegado 3a classe	10	430,80	66	3.696,66	4.127,46
116	300.578-1-3	SERGINALDO BARROS FEITOZA	Delegado 2a classe	3	110,76	48	2.304,00	2.414,76
117	133.948-1-4	HERMANO KLEINER SENA BEZERRA	Escrivão classe A nível 4	3	92,34	48	1.920,48	2.012,82
118	301.217-3-2	SAMUEL BEZERRA NUNES	Inspetor classe C nível 1	1	24,62	47	1.504,47	1.529,09
119	198.841-1-2	TARCISIO PINTO PEREIRA	Escrivão classe B nível 3	8	246,24	6	240,06	486,30
120	791.112-9-5	VICENTE DE PAULA RODRIGUES COELHO	Delegado 1a classe	4	147,68	68	3.264,00	3.411,68
121	301.150-1-5	ERLON LEITE FERNANDES DOS REIS	Delegado 2a classe	1	36,92	23	1.104,00	1.140,92
122	301.218-0-5	GUILHERME FERNANDES DE SOUZA	Escrivão classe D nível 2	3	73,86	24	768,24	842,10
123	300.033-5-7	ARIANNE DE AQUINO TAVARES	Inspetor classe D nível 1	1	24,62	23	736,23	760,85
124	301.147-1-X	FELLIPE SAYMON SISNANDO DE MORAIS	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
125	300.052-0-1	GRACIELE PALACIO GRAÇA SOBRAL	Escrivão classe D nível 1	14	344,68	70	2.240,70	2.585,38
126	198.451-1-7	ERLON CHARLES OLIVEIRA GUIMARAES	Escrivão classe B nível 5	6	184,68	78	3.120,78	3.305,46
127	301.247-9-0	CRISTIANO DE MORAIS PEREIRA	Delegado 2a classe	16	590,72	68	3.264,00	3.854,72
128	301.269-6-3	CRISLEY CARVALHO SANTANA MEDEIROS	Escrivão classe D nível 1	4	98,48	80	2.560,80	2.659,28
129	300.050-0-7	WELLINGTON BRITO MOURA	Escrivão classe D nível 1	16	393,92	32	1.024,32	1.418,24
130	198.445-1-X	CICERA DE JESUS SANTOS ARAUJO	Delegado 3a classe	18	775,44	10	560,10	1.335,54
131	300.007-0-6	JONAS MARTINS DOS SANTOS	Inspetor classe D nível 1	46	1.132,52	12	384,12	1.516,64
132	198.858-1-X	CARLOS JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA	Escrivão classe B nível 2	36	1.108,08	24	960,24	2.068,32
133	300.707-1-2	JOSE JUNIOR DE SOUSA BEZERRA	Inspetor classe C nível 3	4	98,48	2	64,02	162,50
134	300.390-1-7	CICERO SOBREIRA GOMES	Inspetor classe C nível 7	4	98,48	2	64,02	162,50
135	300.916-1-2	CHRISTIANO PESCA PEREIRA	Escrivão classe C nível 3	2	49,24	1	32,01	81,25
136	167.961-1-5	PEDRO JORGE DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
137	300.965-1-7	JESSYCA FRANCISCA XAVIER MENDES	Inspetor classe C nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
138	404.750-1-X	FIDEL MAX HARRISON RODRIGUES SILVA	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
139	404.705-1-4	FABIO MIGUEL DINIZ	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
140	404.770-1-2	FABIO RIBEIRO DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	1	40,01	101,57
141	167.889-1-0	JOSE EDSON FERREIRA JUNIOR	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
142	404.766-1-X	FRANCISCO ANDRE CORDEIRO TELES	Inspetor classe B nível 2	19	584,82	9	360,09	944,91
143	167.757-1-1	WILLIAM ISRAEL DE OLIVEIRA TELES	Inspetor classe A nível 1	3	92,34	6	240,06	332,40
144	791.111-1-2	JULIO CESAR NOGUEIRA DOS PASSOS DIAS	Delegado 1a classe	18	664,56	30	1.440,00	2.104,56
145	167.864-1-1	ANTONIO CIRO ARAUJO JUNIOR	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
146	301.214-3-0	JOSE NILTON DE SOUZA FILHO	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
147	301.095-1-1	JULIO APARECIDO BORGES JUNIOR	Escrivão classe C nível 1	7	172,34	8	256,08	428,42
148	404.977-1-4	JULIANA DE SOUZA PITOMBEIRA	Inspetor classe B nível 2	20	615,60	64	2.560,64	3.176,24
149	198.107-1-2	ATILA TAVARES RODRIGUES	Inspetor classe B nível 7	20	615,60	64	2.560,64	3.176,24
150	167.918-1-4	DEIVE ROMAO DOS SANTOS	Inspetor classe A nível 1	8	246,24	64	2.560,64	2.806,88
151	300.008-7-0	EMANUEL MOURA GRAÇA NETO	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	6	192,06	192,06
152	028.888-1-5	FRANCISCO WELLINGTON DANTAS	Escrivão classe A nível 4	1	30,78	47	1.880,47	1.911,25
153	300.076-2-X	RAYANE DE ALMEIDA FILGUEIRA	Inspetor classe D nível 1	1	24,62	47	1.504,47	1.529,09
154	405.067-1-3	PAULO HENRIQUE PINHEIRO BEZERRA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	6	240,06	240,06
155	300.303-1-1	JAMILDO DUARTE DA SILVA JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
156	301.229-5-X	MARIANA MARQUES DANTAS	Escrivão classe C nível 1	2	49,24	46	1.472,46	1.521,70
157	791.115-8-9	ANDRE NICODEMOS DA CRUZ	Delegado 1a classe	4	147,68	2	96,00	243,68
158	300.051-5-5	SHERIDA MARIA GONÇALVES DE ARAÚJO	Inspetor classe D nível 1	4	98,48	2	64,02	162,50
159	301.231-8-2	JAMISON ALVES DE ANDRADE	Inspetor classe D nível 2	4	98,48	2	64,02	162,50
160	300.017-3-7	THIAGO LIMA RIBEIRO	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	31	992,31	992,31
161	300.272-1-3	IVANILDO ALVES PORTO JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	6	192,06	192,06
162	300.887-1-9	JOSE LINDOJONCIO DE VERAS BIDO	Escrivão classe C nível 2	2	49,24	82	2.624,82	2.674,06
163	198.408-1-6	PEDRO VIANA DE LIMA JUNIOR	Delegado classe especial	4	172,32	80	4.480,80	4.653,12
164	198.781-1-2	ALLINE MARQUES DE ALBUQUERQUE	Escrivão classe B nível 4	6	184,68	78	3.120,78	3.305,46
165	167.811-1-8	ROGERIO ANDRADE DE SOUSA	Inspetor classe A nível 1	14	430,92	50	2.000,50	2.431,42
166	137.393-1-5	CICERO CARLOS DA COSTA	Inspetor classe A nível 4	9	277,02	73	2.920,73	3.197,75
167	301.237-8-6	MAYLSON PAULO LEITE DE LAVOR	Escrivão classe C nível 1	2	49,24	46	1.472,46	1.521,70
168	301.192-0-7	ADNA CARVALHO SOARES	Escrivão classe C nível 1	36	886,32	26	832,26	1.718,58
169	301.237-9-4	GLAUBE PEDRO FERREIRA DE SIQUEIRA	Delegado 2a classe	38	1.402,96	39	1.872,00	3.274,96
170	167.839-1-9	FRANCISCO RENATO COSMO BARBOSA	Inspetor classe A nível 1	12	369,36	12	480,12	849,48
171	404.774-1-1	FELIPE BARROS CAVALCANTE	Inspetor classe B nível 2	30	923,40	31	1.240,31	2.163,71
172	301.121-1-3	BRUNA CRISTINA FERREIRA DE OLIVEIRA	Escrivão classe C nível 2	36	886,32	24	768,24	1.654,56
173	301.207-6-0	GLORIA ISABEL DE MELO GUEDES	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
174	300.447-1-1	FABIO GEORGE PORFIRIO LIMA DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
175	300.210-1-0	JOEL FERREIRA DE MELO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
176	025.740-1-2	MARIANO DO NASCIMENTO GARCA	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	1	40,01	101,57
177	301.192-3-1	LUDSON LUCAS LEITE	Escrivão classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
178	198.159-1-9	ALEXANDRO DOS SANTOS GOIS	Inspetor classe B nível 3	6	184,68	8	320,08	504,76
179	155.292-1-0	FERNANDO ANTONIO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	0	0,00	61,56
180	300.813-1-5	JONH KLEISON TEIXEIRA AZEVEDO	Inspetor classe C nível 2	4	98,48	1	32,01	130,49
181	300.331-1-6	DELANO ALENCAR LEITE	Inspetor classe C nível 7	4	98,48	1	32,01	130,49
182	301.144-1-8	JONHATHAS DE SOUSA SILVA	Escrivão classe C nível 1	4	98,48	1	32,01	130,49
183	300.075-7-3	GLAUCIA CALDAS MONROE	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	0	0,00	49,24
184	300.015-3-2	FELIPE DE FREITAS FERREIRA	Inspetor classe D nível 1	36	886,32	24	768,24	1.654,56
185	013.324-1-4	FLAVIO SANTOS DA SILVA	Delegado classe especial	18	775,44	6	336,06	1.111,50
186	791.111-5-5	AGNES MACEDO FREIRE	Delegado 1a classe	2	73,84	1	48,00	121,84
187	404.651-1-1	ANTONIO ADALBERTO DE MOURA NETO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	1	40,01	101,57
188	300.831-1-3	CARLOS JOSE DE MELO MODESTO	Inspetor classe C nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
189	791.111-8-X	EDVALDO FERREIRA GOMES FILHO PATRIOTA	Delegado 1a classe	3	110,76	48	2.304,00	2.414,76
190	300.024-0-7	MATHEUS DE AQUINO DIAS	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
191	300.966-1-4	WANDER BENTO DE QUEIROZ	Inspetor classe C nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
192	300.764-1-9	DEEVIDY DIONATH DIOGENES PEIXOTO	Inspetor classe C nível 3	2	49,24	1	32,01	81,25
193	300.799-1-4	WANNINI GALIZA RIZZI DIAS	Delegado 2a classe	2	73,84	1	48,00	121,84
194	300.050-3-1	ANDREZZA CANDIDO CAVALCANTI	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	7	224,07	273,31
195	300.248-1-8	ANDERSON MONTEIRO GOMES	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
196	300.568-1-7	VINICIUS MEIRELES FIXINA BARRETO	Delegado 2a classe	8	295,36	6	288,00	583,36
197	301.245-4-5	VINICIUS DE OLIVEIRA E SOUZA	Escrivão classe C nível 1	8	196,96	20	640,20	837,16
198	198.268-1-3	PAULO MARCELO GUERRA DA COSTA	Escrivão classe B nível 5	2	61,56	13	520,13	581,69
199	300.016-3-X	DÁLISON FREIRE BARRETO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
200	301.245-1-0	FLAUBESIA DO NASCIMENTO PEREIRA	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
201	301.219-1-0	JESSICA ALEXANDRINO FARIAS	Inspetor classe D nível 2	40	984,80	44	1.408,44	2.393,24
202	791.113-9-2	JOSE SOLANO FEITOSA	Delegado 1a classe	18	664,56	15	720,00	1.384,56
203	301.115-1-6	RELISSON BEZERRA MARQUES	Escrivão classe C nível 2	6	147,72	27	864,27	1.011,99
204	167.724-1-0	JOSE NIPONICO LIMA BEZERRA	Inspetor classe B nível 7	6	184,68	27	1.080,27	1.264,95
205	167.765-1-3	FRANCISCO DE SALES RIBEIRO	Inspetor classe B nível 7	6	184,68	3	120,03	304,71
206	301.217-2-4	PAULO ROBERTO DE SOUZA	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	1	32,01	81,25
207	012.816-1-5	JOSE IRAPUAN GUERRA PESSOA	Inspetor classe A nível 4	4	123,12	2	80,02	203,14
208	300.052-3-6	WEVERTON ARAUJO DE MENEZES	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
209	167.837-1-4	JOSE ULISSES BASTOS GUANABARA	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	1	40,01	101,57
210	300.028-9-X	THIARA LIMA DE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
211	300.038-0-2	AZAEAL ZALMON CAMILO ALVES	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
212	168.103-1-2	RINGO DE HOLANDA GOMES	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	1	40,01	101,57

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
213	404.662-1-5	ANTONIO WILTON DE SOUZA	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	1	40,01	101,57
214	301.033-1-9	FRANCISCO PAULO FERREIRA	Inspetor classe C nível 3	2	49,24	1	32,01	81,25
215	301.223-6-4	MARLLYSON DE SOUZA GUILHERME	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
216	301.246-4-2	JOSE RICARDO DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
217	300.076-3-8	MARDEN RANGEL OLIVEIRA	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
218	300.022-0-2	GUILHERME DE SOUSA LEITE	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
219	300.972-1-1	MARCOS CRAVEIRO DA COSTA FILHO	Inspetor classe C nível 2	3	73,86	0	0,00	73,86
220	301.192-2-3	LARISSA CORREIA LIMA CUSTODIO	Escrivão classe C nível 1	52	1.280,24	32	1.024,32	2.304,56
221	300.047-7-9	LUIS FERNANDES NETO	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
222	404.746-1-7	DOMINGOS SAVIO GONCALVES VIANA	Inspetor classe B nível 2	37	1.138,86	47	1.880,47	3.019,33
223	012.902-1-5	FRANCINEIDE ALVES DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	40	1.231,20	32	1.280,32	2.511,52
224	300.817-1-4	ANA PAULA ALVES SCOTTI	Delegado 2a classe	14	516,88	50	2.400,00	2.916,88
225	301.237-1-9	ISLAN ALVES GONCALVES	Escrivão classe C nível 1	18	443,16	30	960,30	1.403,46
226	300.832-1-0	RICARDO BESERRA XAVIER	Inspetor classe C nível 2	32	787,84	52	1.664,52	2.452,36
227	167.884-1-4	ORISVALDO HOLANDA BRANDÃO	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	12	480,12	480,12
228	301.174-1-7	JOSE WILLIAM SOARES LOPES	Delegado 2a classe	14	516,88	34	1.632,00	2.148,88
229	300.682-1-0	TAYSON BEZERRA DE SOUZA	Escrivão classe C nível 3	14	344,68	34	1.088,34	1.433,02
230	301.203-5-3	RICARDO BOTELHO ROMCY FILHO	Delegado 2a classe	2	73,84	74	3.552,00	3.625,84
231	167.925-1-9	VALDEMIR COELHO DA SILVA FILHO	Inspetor classe B nível 6	2	61,56	22	880,22	941,78
232	404.873-1-X	JOSE GRACIANO ALVES DE QUEIROZ	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	22	880,22	941,78
233	301.229-7-6	CAROLINA MARIA LEAL ROCHA	Escrivão classe D nível 2	20	492,40	28	896,28	1.388,68
234	300.477-1-0	EUGENIO DE PONTES NETO	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	16	512,16	709,12
235	300.043-3-7	JOHNATAN JEFFERSON DA SILVA	Escrivão classe D nível 1	1	24,62	47	1.504,47	1.529,09
236	301.034-1-6	ANTONIO ADJANE LIMA DIAS	Inspetor classe C nível 2	1	24,62	47	1.504,47	1.529,09
237	198.344-1-7	JULIANA DE CARVALHO ROZENDO COSTA	Delegado 3a classe	36	1.550,88	12	672,12	2.223,00
238	167.988-1-9	ANTONIO SOARES JUNIOR	Inspetor classe A nível 1	18	554,04	6	240,06	794,10
239	301.036-1-0	JANILTON SILVA PEREIRA	Inspetor classe C nível 3	18	443,16	6	192,06	635,22
240	102.585-1-0	WILSON NOGUEIRA ROCHA	Inspetor classe A nível 4	6	184,68	6	240,06	424,74
241	404.793-1-7	GEOVANE MONTGOMERY VIDAL ROCHA	Inspetor classe B nível 1	6	184,68	6	240,06	424,74
242	301.186-3-4	FRANCISCO LUCIANO FERREIRA DA SILVA	Escrivão classe C nível 1	6	147,72	0	0,00	147,72
243	300.403-1-7	CICERO THIAGO BONIFACIO DE SOUSA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	22	704,22	753,46
244	300.713-1-X	MANOEL BEZERRA DA CUNHA FILHO	Inspetor classe C nível 3	12	295,44	0	0,00	295,44
245	301.195-0-9	HIONARA CLEMENTE DE SOUZA	Escrivão classe C nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
246	791.113-3-3	FABIANO SILVA AZEVEDO	Delegado 1a classe	6	221,52	0	0,00	221,52
247	300.022-6-1	ZACARIAS PRUDENCIO DA CRUZ NETO	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	0	0,00	147,72
248	404.753-1-1	FILIPE SALES CORDEIRO	Inspetor classe B nível 2	29	892,62	9	360,09	1.252,71
249	300.199-1-1	MARCIO FERNANDES SOUSA DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	6	192,06	192,06
250	135.617-1-0	FRANCISCO MAURICIO GOMES	Escrivão classe A nível 4	2	61,56	46	1.840,46	1.902,02
251	300.700-1-1	HUGO DE CARVALHO FEITOSA	Inspetor classe C nível 3	17	418,54	11	352,11	770,65
252	300.658-1-6	OSVALDO MONTE NETO	Escrivão classe C nível 3	2	49,24	46	1.472,46	1.521,70
253	168.018-1-X	DANIEL DA SILVA RIBEIRO	Inspetor classe A nível 1	8	246,24	30	1.200,30	1.446,54
254	300.535-1-6	MARCUS VINICIUS AZEVEDO DAMASCENO	Delegado 3a classe	30	1.292,40	0	0,00	1.292,40
255	301.217-7-5	RYCARDO WYLLES PINHEIRO NOGUEIRA	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	22	704,22	753,46
256	300.037-4-8	FRANCISCO WELTON GONÇALVES DO NASCIMENTO	Escrivão classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
257	133.188-1-6	MANOEL MOSANGELO MALAQUIAS DA CRUZ	Escrivão classe A nível 4	4	123,12	8	320,08	443,20
258	300.847-1-3	FELIPE MARINHO CORREIA DE OLIVEIRA	Delegado 2a classe	11	406,12	3	144,00	550,12
259	167.973-1-6	JOSE AGLESTIO COELHO DE ALENCAR	Inspetor classe A nível 1	11	338,58	3	120,03	458,61
260	300.907-1-3	JOSE AIRTON SARAIVA CALIXTO JUNIOR	Escrivão classe C nível 3	11	270,82	3	96,03	366,85
261	301.031-1-4	MARCIO TEIXEIRA SILVA	Inspetor classe C nível 3	17	418,54	11	352,11	770,65
262	404.888-1-2	MARIA ROSILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	11	338,58	3	120,03	458,61
263	300.980-1-3	TIAGO PINTO ARARUNA	Inspetor classe C nível 3	19	467,78	9	288,09	755,87
264	300.051-8-X	KAROLLAINE BATISTA DE FIGUEREDO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
265	300.009-7-8	ÁLVARO RAMOS LEAL	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
266	300.044-5-0	FELIPE SAMUEL SANTOS GONÇALVES	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	36	1.152,36	1.349,32
267	301.236-6-2	HEVERTON CESAR SOARES LANDIM	Inspetor classe D nível 2	8	196,96	6	192,06	389,02
268	301.245-3-7	RENATO DE SOUZA BENICIO	Escrivão classe D nível 2	6	147,72	6	192,06	339,78
269	404.944-1-3	JORGE CANDIDO SOARES RIBEIRO	Inspetor classe B nível 2	3	92,34	3	120,03	212,37
270	167.956-1-5	JOSE DOMINGOS DE OLIVEIRA FILHO	Inspetor classe B nível 7	5	153,90	0	0,00	153,90
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								8305
TOTAL DA UNIDADE:								293.679,28

UNIDADE: DPJE-GV - Departamento De Polícia Judiciária Especializada De Proteção Aos Grupos Vulneráveis

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	301.203-6-1	FRANCISCO JAILTON SILVA RODRIGUES	Delegado 2a classe	2	73,84	22	1.056,00	1.129,84
2	404.572-1-6	FABIO BATISTA DE CASTRO	Escrivão classe B nível 1	14	430,92	58	2.320,58	2.751,50
3	300.044-1-8	JEFFERSON DAVIS PINTO DE ALMEIDA	Escrivão classe B nível 1	18	554,04	54	2.160,54	2.714,58
4	198.277-1-2	EVA NICE GONÇALVES DAMASCENO COELHO	Escrivão classe B nível 5	8	246,24	52	2.080,52	2.326,76
5	198.276-1-5	ANA CLAUDIA BELCHIOR BITENCOURT SILVA	Escrivão classe B nível 5	20	615,60	52	2.080,52	2.696,12
6	300.078-1-6	ROSANGELA EUFRASIO DE ARAUJO	Escrivão classe B nível 1	20	615,60	40	1.600,40	2.216,00
7	133.922-1-8	RITARACI LOPES DE LIMA	Escrivão classe A nível 4	18	554,04	66	2.640,66	3.194,70
8	300.009-1-9	ADIR SERRA GURGEL	Inspetor classe B nível 1	10	307,80	50	2.000,50	2.308,30
9	134.004-1-5	REGINA MARIA VERAS LEMOS BARROSO	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	54	2.160,54	2.345,22
10	198.346-1-1	CHRISTYANNE FREIRE BARBOSA	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	12	480,12	480,12
11	198.227-1-0	CARLA TATIANA MARTINS DE MORAES	Escrivão classe B nível 5	13	400,14	47	1.880,47	2.280,61
12	300.688-1-5	ITALO RAMONN PONTES GOMES	Escrivão classe C nível 3	6	147,72	30	960,30	1.108,02
13	198.769-1-8	EDJONIO OLIVEIRA FERREIRA	Escrivão classe B nível 3	28	861,84	44	1.760,44	2.622,28
14	301.201-7-5	PRYSCILLA RODRIGUES OLIVEIRA	Escrivão classe C nível 1	21	517,02	43	1.376,43	1.893,45
15	301.199-7-5	DEBORA DIAS ALVES	Escrivão classe C nível 1	10	246,20	50	1.600,50	1.846,70
16	301.246-5-0	WANESSA FERREIRA ESCOCIO	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
17	097.522-1-8	JOSE MARIA CARVALHO DE ARAUJO	Escrivão classe A nível 4	28	861,84	50	2.000,50	2.862,34
18	300.919-1-4	CAMILA MOTA JOSINO	Escrivão classe C nível 3	10	246,20	54	1.728,54	1.974,74
19	300.950-1-4	SHIRLEY KELLY CAVALCANTE DA SILVA	Escrivão classe C nível 3	11	270,82	73	2.336,73	2.607,55
20	404.886-1-8	MARCOS AURELIO FURTADO MACHADO	Inspetor classe B nível 2	48	1.477,44	33	1.320,33	2.797,77
21	300.418-1-X	ELIEL DE SOUSA FREITAS	Inspetor classe C nível 7	41	1.009,42	43	1.376,43	2.385,85
22	404.686-1-7	ELISANGELA CHAYN ALEXANDRE	Inspetor classe C nível 5	6	147,72	6	192,06	339,78
23	198.868-1-6	ISRAEL JOSE COSTA BRITO	Escrivão classe B nível 1	48	1.477,44	26	1.040,26	2.517,70
24	082.796-1-6	MARTA MARIA DIAS MONTEIRO DOS REIS	Delegado classe especial	34	1.464,72	46	2.576,46	4.041,18
25	198.790-1-1	ALEXANDRE MAGNO ACIOLY MENDES MEIRELES	Escrivão classe B nível 2	36	1.108,08	36	1.440,36	2.548,44
26	198.223-1-1	DARLEY LEVY CAVALCANTE PEIXOTO	Escrivão classe B nível 5	20	615,60	18	720,18	1.335,78
27	016.339-1-0	FRANCISCO MOACIR CARVALHO DE ARAUJO	Inspetor classe A nível 4	34	1.046,52	50	2.000,50	3.047,02
28	198.288-1-6	ZELIA MARIA GOMES FERREIRA VASCONCELOS	Escrivão classe B nível 5	6	184,68	18	720,18	904,86
29	301.229-8-4	BARBARA QUEIROS	Escrivão classe C nível 1	18	443,16	18	576,18	1.019,34
30	404.678-1-5	EDNUZIA ALMEIDA EMIDIO	Inspetor classe B nível 1	20	615,60	40	1.600,40	2.216,00
31	301.223-8-0	ANA KARINA DE SOUZA HOLANDA RODRIGUES	Inspetor classe C nível 1	5	123,10	19	608,19	731,29
32	198.766-1-6	ANTONIO MARCELO BARBOSA DA SILVA	Escrivão classe B nível 2	2	61,56	34	1.360,34	1.421,90
33	300.107-1-X	SINEIDA SOUZA DE ALMEIDA	Escrivão classe B nível 1	0	0,00	24	960,24	960,24
34	301.193-7-1	RIVANDA BENEVIDES CAVALCANTE	Escrivão classe C nível 1	8	196,96	18	576,18	773,14
35	135.618-1-8	FRANCISCO RIVELINO BONIFÁCIO DA COSTA	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	36	1.440,36	1.440,36
36	198.315-1-5	LINDA REGIA BENTO DE GOIS	Escrivão classe B nível 3	0	0,00	36	1.440,36	1.440,36
37	198.320-1-5	TALLINY DE CASTRO NEVES	Escrivão classe B nível 5	7	215,46	65	2.600,65	2.816,11
38	301.195-4-1	FABIO MOTA DA SILVA	Escrivão classe C nível 1	12	295,44	48	1.536,48	1.831,92
39	301.017-1-5	TIAGO COELHO PONTE	Escrivão classe C nível 3	4	98,48	20	640,20	738,68
40	198.410-1-4	JANAINA SARAIVA SILVEIRA BRAGA	Delegado classe especial	7	301,56	16	896,16	1.197,72
41	300.032-1-7	ELISANGELA DA CUNHA MENDES	Escrivão classe B nível 1	35	1.077,30	49	1.960,49	3.037,79



ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
42	198.462-1-0	LUCINEUDO OLIVEIRA DE LUCENA	Escrivão classe B nível 5	18	554,04	18	720,18	1.274,22
43	300.656-1-1	LAYANA CARVALHO LUCAS	Escrivão classe C nível 3	10	246,20	38	1.216,38	1.462,58
44	133.196-1-8	MARIO GOMES DA SILVA	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	24	960,24	960,24
45	198.464-1-5	NIVIA MARIA DOS SANTOS FREITAS	Escrivão classe B nível 3	10	307,80	14	560,14	867,94
46	198.114-1-7	ANTONIO OLIVEIRA DOS SANTOS FILHO	Inspetor classe B nível 1	8	246,24	18	720,18	966,42
47	300.347-1-6	MARDONIO VIEIRA DE SOUZA	Inspetor classe C nível 7	18	443,16	34	1.088,34	1.531,50
48	167.727-1-2	ANTONIA PATRICIA CAMURCA RABELO	Inspetor classe A nível 1	14	430,92	50	2.000,50	2.431,42
49	300.772-1-0	WLADSON GOMES DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	24	768,24	768,24
50	167.774-1-2	ROBERTO CAVALCANTE DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	22	880,22	941,78
51	300.423-1-X	ROBERTA ALAILA DO NASCIMENTO TRAJANO	Inspetor classe C nível 7	41	1.009,42	31	992,31	2.001,73
52	300.001-1-0	ANA PAULA SILVA SANTOS BARROSO	Delegado 3a classe	6	258,48	1	56,01	314,49
53	197.059-1-9	ANDREA COVAS QUEIROZ	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	1	40,01	224,69
54	025.570-1-0	MARIA SILVANIA SILVEIRA CUNHA	Inspetor classe A nível 4	6	184,68	1	40,01	224,69
55	301.221-5-1	FRANCISCO MAGNO SOARES DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	1	32,01	179,73
56	301.183-4-0	ALLAN MOREIRA SILVEIRA	Escrivão classe C nível 1	26	640,12	36	1.152,36	1.792,48
57	300.017-1-0	JOAO EVANGELISTA DO NASCIMENTO BENTO	Inspetor classe C nível 7	18	443,16	20	640,20	1.083,36
58	300.748-1-5	VINICIUS SOUSA ALVES	Inspetor classe C nível 3	2	49,24	10	320,10	369,34
59	301.238-1-6	LHANNA SEYLLER FORMIGA DANTAS	Escrivão classe C nível 1	6	147,72	18	576,18	723,90
60	404.682-1-8	ELANA MAGALHAES CRISOSTOMO OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	24	768,24	768,24
61	300.033-1-4	EVELINE MARTINS CARVALHO ALCANTARINO	Escrivão classe B nível 1	20	615,60	18	720,18	1.335,78
62	300.798-1-7	SOLANGE DANTAS ALEXANDRE	Delegado 2a classe	0	0,00	36	1.728,00	1.728,00
63	301.105-1-X	RAFAEL MEIRELES OLIVEIRA PADILHA	Escrivão classe C nível 3	18	443,16	18	576,18	1.019,34
64	198.861-1-5	KEURY ALVES SOARES	Delegado 3a classe	10	430,80	16	896,16	1.326,96
65	404.790-1-5	GEILSON FRANCIS TORRES DA SILVA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	12	480,12	480,12
66	155.294-1-5	FERNANDO RANHELMO GOMES BARRETO	Inspetor classe A nível 3	12	369,36	0	0,00	369,36
67	300.412-1-6	WILLIAM MARINHO DE ANDRADE JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	6	192,06	339,78
68	300.734-1-X	ANTONIO ESPERIDIAO PONTE VIANA	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
69	137.399-1-9	FERNANDA MARIA BANDEIRA MARTINS	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
70	300.126-1-5	FRANCISCO FINEZIO FERREIRA DE AZEVEDO SEGUNDO	Escrivão classe C nível 7	6	147,72	30	960,30	1.108,02
71	300.937-1-2	MAGNA SORAIA DOS SANTOS	Escrivão classe C nível 2	24	590,88	54	1.728,54	2.319,42
72	300.014-1-9	DARTAGNAN GONCALVES DE SOUSA	Inspetor classe C nível 7	33	812,46	29	928,29	1.740,75
73	300.663-1-6	RISLENY GOMES SOARES	Escrivão classe C nível 2	0	0,00	12	384,12	384,12
74	300.425-1-4	NEIRILENE DE OLIVEIRA MOREIRA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	12	384,12	384,12
75	198.328-1-3	DENIS AIRES DA SILVA	Escrivão classe B nível 3	12	369,36	24	960,24	1.329,60
76	198.836-1-2	ERICK MARCIO VANDERLEI DE OLIVEIRA	Escrivão classe B nível 3	6	184,68	30	1.200,30	1.384,98
77	301.090-1-5	MONICA DE ALMEIDA COELHO	Escrivão classe C nível 2	23	566,26	6	192,06	758,32
78	300.049-4-9	JOSABETE TORRES BARRETO	Escrivão classe D nível 1	12	295,44	0	0,00	295,44
79	300.341-1-2	MARIA ROSANGELA ALVES DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 7	14	344,68	2	64,02	408,70
80	301.242-9-4	ANA KARLA DOS SANTOS COSTA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	12	384,12	384,12
81	404.582-1-2	ADRIANA OLIVEIRA DA SILVA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	24	960,24	960,24
82	106.347-1-7	PAULO SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
83	404.805-1-X	HALINA EVA SOUZA CARDEAL	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
84	404.696-1-3	EUGENIA LIMA DOS SANTOS FEITOSA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
85	012.804-1-4	CESAR AUGUSTO CARVALHO FALCAO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	1	40,01	101,57
86	167.923-1-4	CARLOS CAVALCANTE PEREIRA	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	1	40,01	101,57
87	198.430-1-7	DANIELLE SILVA MENDONCA DE PAULA	Delegado 3a classe	0	0,00	12	672,12	672,12
88	300.361-1-5	ERIKA DE ALMEIDA UCHOA	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	6	192,06	339,78
89	301.221-0-0	ANTONIO ERIVALDO SANTOS ARAUJO	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	12	384,12	679,56
90	300.708-1-X	ANDREY CARVALHO RODRIGUES	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	5	160,05	160,05
91	198.455-1-6	REBECA NOBREGA CRUZ TORQUATO	Delegado 3a classe	4	172,32	0	0,00	172,32
92	198.210-1-3	CARLA MARIA NUNES ASSUNCAO DE QUEIROZ	Escrivão classe B nível 5	6	184,68	12	480,12	664,80
93	300.439-1-X	ANNA ALLINE FIGUEIREDO ALMEIDA	Inspetor classe C nível 6	6	147,72	12	384,12	531,84
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								3468
TOTAL DA UNIDADE:								121.565,25

UNIDADE: DPJE - Departamento De Polícia Judiciária Especializada

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	301.035-1-3	BRUNO PEREIRA MAGALHAES	Escrivão classe C nível 2	4	98,48	39	1.248,39	1.346,87
2	300.929-1-0	JOSE BRUNO OLIVEIRA SAMPAIO	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	14	448,14	448,14
3	300.444-1-X	JOSE MURILO DE FRANCA FILHO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	27	864,27	864,27
4	301.247-3-1	ELIZIANE DE FRANCA HOLANDA CAVALCANTI	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	25	800,25	800,25
5	300.017-5-3	TAYANA LOPES VIEIRA	Inspetor classe D nível 1	11	270,82	38	1.216,38	1.487,20
6	301.219-6-1	TIAGO BEZERRA LIMA	Inspetor classe C nível 1	22	541,64	57	1.824,57	2.366,21
7	300.031-9-5	DAVI REGINALDO OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	23	736,23	933,19
8	301.205-7-4	CARLOS GLAUBER BATISTA DE MELO	Inspetor classe C nível 1	13	320,06	32	1.024,32	1.344,38
9	301.188-6-3	CAMILA ALBUQUERQUE MULLER COSTA	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
10	301.225-0-X	CAIO LUCAS NICOLAU POLICARPO	Inspetor classe C nível 1	8	196,96	28	896,28	1.093,24
11	301.214-8-1	YESKA TAMIRIS FERREIRA MAGALHAES	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	6	192,06	241,30
12	198.378-1-5	ADRIANO FELIX DE SOUSA NETO	Delegado 3a classe	6	258,48	27	1.512,27	1.770,75
13	300.506-1-4	OSVALDO XIMENES FIRMEZA	Inspetor classe C nível 7	4	98,48	2	64,02	162,50
14	404.584-1-7	AGILSON DE ALMEIDA GONÇALVES	Inspetor classe B nível 2	8	246,24	1	40,01	286,25
15	301.240-0-6	ANTONIO GEOVANNNE RODRIGUES CARVALHO	Inspetor classe D nível 2	8	196,96	20	640,20	837,16
16	300.033-4-9	ELIONAI ALVES GARCIA	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	44	1.408,44	1.753,12
17	301.216-9-4	KLEYTON CHAVES LIMA	Inspetor classe C nível 1	8	196,96	20	640,20	837,16
18	300.004-4-7	CARLOS HENRIQUE ARAÚJO DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	20	640,20	837,16
19	300.220-1-7	EDUARDO DE SABOIA XAVIER	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	32	1.024,32	1.221,28
20	300.017-7-X	LUCAS SOUZA ALENCAR	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	32	1.024,32	1.221,28
21	301.201-1-6	THIAGO TEIXEIRA SALGADO	Delegado 2a classe	5	184,60	44	2.112,00	2.296,60
22	300.051-0-4	FLÁVIA MANUELLA MONTEIRO PINHEIRO	Escrivão classe D nível 1	3	73,86	18	576,18	650,04
23	300.034-3-8	YONE LUARA XAVIER TUPINÁ DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	17	544,17	544,17
24	300.823-1-1	RODRIGO DE ALENCAR NOBRE	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	18	576,18	576,18
25	404.610-1-9	ANA PAULA MAGALHAES DE CARVALHO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	44	1.760,44	1.822,00
26	405.039-1-9	MARISA FLORENCIO MOREIRA SILVA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	20	800,20	800,20
27	300.048-0-9	ELISA MARIA ZANDONA ASSUNÇÃO DOS SANTOS	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	20	640,20	689,44
28	301.220-9-7	JOSIEL RODRIGUES DANTAS	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	20	640,20	689,44
29	300.432-1-9	KARLA CHAVES VIEIRA	Inspetor classe C nível 6	2	49,24	16	512,16	561,40
30	301.244-9-9	ARILO ASSUNCAO SILVA	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	19	608,19	608,19
31	198.340-1-8	EVNA AMERICA DE AQUINO LEITAO PAIXAO	Delegado classe especial	38	1.637,04	18	1.008,18	2.645,22
32	301.185-4-5	ALINE CARLA DE SOUSA AGUIAR	Escrivão classe C nível 1	24	590,88	14	448,14	1.039,02
33	167.762-1-1	CASSIO ALVES CAVALCANTE	Inspetor classe A nível 1	30	923,40	22	880,22	1.803,62
34	404.644-1-7	ANDRE NASCIMENTO BRANCO	Inspetor classe B nível 2	20	615,60	6	240,06	855,66
35	301.083-1-0	FLAVIO DE MOURA VASCONCELOS	Inspetor classe C nível 2	38	935,56	24	768,24	1.703,80
36	301.234-0-9	JOAO CESAR PEREIRA DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 1	38	935,56	24	768,24	1.703,80
37	198.185-1-9	CAROLINE CAMILO DOS SANTOS	Escrivão classe B nível 5	15	461,70	14	560,14	1.021,84
38	404.712-1-9	CLEZIO FREITAS DA SILVA	Inspetor classe B nível 1	22	677,16	16	640,16	1.317,32
39	404.739-1-2	DIEGO GOMES COSTA	Inspetor classe B nível 1	24	738,72	14	560,14	1.298,86
40	301.197-8-9	FRANCISCO ANDRE DE OLIVEIRA SILVA	Escrivão classe D nível 2	17	418,54	16	512,16	930,70
41	126.891-1-X	ROMMEL GUILHERME PASSOS KERTH	Delegado classe especial	0	0,00	5	280,05	280,05
42	300.791-1-6	MARCIO AQUINO CHALITA DE MENDONCA	Delegado 2a classe	0	0,00	5	240,00	240,00
43	155.299-1-1	FRANCISCO HELDECY PEREIRA LIMA	Inspetor classe A nível 2	0	0,00	5	200,05	200,05
44	405.008-1-2	LUIZ GONZAGA DE LIMA JUNIOR	Inspetor classe B nível 2	3	92,34	18	720,18	812,52
45	405.138-1-7	THIAGO DA SILVA COSTA	Inspetor classe B nível 1	28	861,84	16	640,16	1.502,00
46	301.248-3-9	MAURICELIA GOMES DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 1	28	689,36	16	512,16	1.201,52
47	300.176-1-7	MARCIA ROBERTA PINHEIRO PEIXOTO HOLANDA	Inspetor classe C nível 7	28	689,36	16	512,16	1.201,52

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
48	300.394-1-6	NATALIA HELENA RODRIGUES DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	28	689,36	16	512,16	1.201,52
49	300.260-1-2	ROGER MANO VIDAL	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	25	800,25	849,49
50	300.129-1-7	FERNANDO CESAR RIBEIRO DE CASTRO	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	25	1.000,25	1.061,81
51	301.208-4-1	ANTONIO RUFINO DE ARAUJO FILHO	Inspetor classe C nível 1	4	98,48	15	480,15	578,63
52	300.514-1-6	RUTH SALES DE VASCONCELOS BENEVIDES	Delegado 3a classe	32	1.378,56	16	896,16	2.274,72
53	198.363-1-2	OSMAR BERTO SILVA TORRES	Delegado classe especial	0	0,00	12	672,12	672,12
54	301.207-5-2	JESSYKA KAROLLINE DE SOUZA SAMPAIO	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
55	301.146-1-2	FRANCISCO NAIRTON ARAUJO GONCALVES	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
56	300.584-1-0	KLEVER MARTINS FARIAS	Delegado 2a classe	0	0,00	12	576,00	576,00
57	301.214-1-4	ALAN MICHEL NOGUEIRA	Inspetor classe C nível 1	7	172,34	2	64,02	236,36
58	300.094-1-X	CARLOS JACKSON RIBEIRO	Escrivão classe B nível 1	5	153,90	0	0,00	153,90
59	301.205-0-7	ANDRE LUIS TIBURCIO DA FROTA	Inspetor classe D nível 2	5	123,10	2	64,02	187,12
60	405.050-1-6	NAGELA CINTIA SOUSA DA SILVA	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	24	960,24	1.021,80
61	301.240-3-0	SARAH VENANCIO PONTE	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	9	288,09	288,09
62	300.035-8-6	CAIO FERNANDES FLORENCIO DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	7	172,34	27	864,27	1.036,61
63	300.614-1-1	VIVIANE LOPES DA SILVA	Escrivão classe C nível 3	23	566,26	24	768,24	1.334,50
64	300.295-1-8	SANDRO SIQUEIRA COSTA ALMEIDA	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	22	704,22	901,18
65	301.216-4-3	CARLOS INALDO BATISTA GARRIDO	Inspetor classe C nível 1	30	738,60	48	1.536,48	2.275,08
66	167.808-1-2	FABIO GUILHERME ANDRADE DE ABREU	Inspetor classe B nível 7	20	615,60	52	2.080,52	2.696,12
67	198.371-1-4	TEREZINHA FREITAS BATISTA	Escrivão classe B nível 5	24	738,72	36	1.440,36	2.179,08
68	301.221-7-8	MARCIO LIMA DE MATOS	Inspetor classe D nível 2	30	738,60	54	1.728,54	2.467,14
69	301.239-5-6	CRISTIANO PEREIRA DE SOUSA	Inspetor classe C nível 1	23	566,26	49	1.568,49	2.134,75
70	300.022-1-0	PAULO SERGIO BARROSO DE SOUSA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	54	1.728,54	1.728,54
71	300.470-1-X	RAUL EMMANUEL CAVALCANTE GOMES DE MELO	Inspetor classe C nível 7	8	196,96	28	896,28	1.093,24
72	404.634-1-0	CARLOS RAFAEL AMARAL DE ABREU	Inspetor classe B nível 2	36	1.108,08	36	1.440,36	2.548,44
73	301.229-4-1	MARCOS RAIMUNDO TINOCO CABRAL JUNIOR	Inspetor classe D nível 2	11	270,82	7	224,07	494,89
74	168.102-1-5	JOSE DIOGENES DOS SANTOS	Inspetor classe B nível 7	32	984,96	40	1.600,40	2.585,36
75	405.162-1-2	WENDEL JALES CARTAXO DE HOLLANDA	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	32	1.280,32	1.403,44
76	300.097-1-1	CLAUBER LIMA DE LEMOS	Escrivão classe C nível 7	24	590,88	42	1.344,42	1.935,30
77	300.212-1-5	CARLOS EDUARDO BORGES ARAUJO	Inspetor classe C nível 7	12	295,44	66	2.112,66	2.408,10
78	300.448-1-9	ALISSON CORDEIRO FRAGOSO	Inspetor classe C nível 7	12	295,44	30	960,30	1.255,74
79	137.397-1-4	EDSON REIS FILHO	Inspetor classe A nível 4	23	707,94	18	720,18	1.428,12
80	198.293-1-6	PEDRO FRANCIMAR DE OLIVEIRA CABRAL	Escrivão classe B nível 4	12	369,36	54	2.160,54	2.529,90
81	300.460-1-3	RICARDO BENEVIDES PINTO	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	18	576,18	723,90
82	020.926-1-1	ROMARIO ANTONIO LIMA ARAUJO	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
83	137.714-1-3	GESSE GOMES	Escrivão classe A nível 4	17	523,26	7	280,07	803,33
84	300.003-2-3	CAMILA EUGENIO MARCOLIN SCANDELARI	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	8	256,08	305,32
85	198.319-1-4	SAULO DAVID DE LIMA	Escrivão classe B nível 4	2	61,56	1	40,01	101,57
86	301.173-1-X	LUIZ HENRIQUE PAULINO DA SILVA	Inspetor classe C nível 3	4	98,48	3	96,03	194,51
87	300.499-1-8	ADECIVALDO RODRIGUES DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	20	492,40	49	1.568,49	2.060,89
88	155.342-1-4	TARCISIO JOSE MOREIRA COELHO	Delegado classe especial	0	0,00	46	2.576,46	2.576,46
89	301.226-7-4	WINSTHER CHRISTIAN FERREIRA DA SILVA	Inspetor classe D nível 2	16	393,92	26	832,26	1.226,18
90	097.482-1-0	PAULO SERGIO ABREU DE SENA	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	18	720,18	720,18
91	167.740-1-4	ANTONIO MARIGESIO DE MORAIS	Inspetor classe A nível 1	12	369,36	12	480,12	849,48
92	300.205-1-0	EDIVAL RODRIGUES DA SILVA JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	28	689,36	8	256,08	945,44
93	300.569-1-4	EDUARDO SAMPAIO DE MELO	Delegado 2a classe	2	73,84	2	96,00	169,84
94	300.561-1-6	ISAILTON CASTRO DE LIMA	Delegado 2a classe	2	73,84	2	96,00	169,84
95	133.192-1-9	MARCOS EMANOEL MARTINS CHAGAS	Escrivão classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
96	300.076-4-6	NATALIA LETICIA AGUIAR ROSA	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
97	301.227-2-0	ANDRE PONTES TEIXEIRA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
98	167.780-1-X	FABIO FREIRE MARTINS	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
99	300.723-1-6	ELTON MARQUES SARAIVA	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	18	576,18	576,18
100	301.246-9-3	WILLIAM GAMA ASSUNCAO	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	2	64,02	113,26
101	198.773-1-0	RANIERE SOUSA DUTRA	Escrivão classe B nível 3	2	61,56	0	0,00	61,56
102	300.721-1-1	THALES LOUREIRO RAMOS	Inspetor classe C nível 3	2	49,24	22	704,22	753,46
103	300.511-1-4	ITALO LEITE DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	12	384,12	384,12
104	013.112-1-2	MANUEL JORGE NUNES DE PINHO	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	36	1.440,36	1.440,36
105	198.299-1-X	CARLOS ALEXANDRE ALMEIDA MENDES	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	36	1.440,36	1.440,36
106	404.542-1-7	RICARDO VICTOR VIANA ALVES	Escrivão classe B nível 2	1	30,78	35	1.400,35	1.431,13
107	009.905-1-5	JOAO FLAVIO LOPES CHAVES	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
108	014.543-1-5	MARIA ELIANE PEREIRA	Inspetor classe A nível 4	1	30,78	11	440,11	470,89
109	133.920-1-3	MARIA ELIANA FERREIRA MARINHO MARTINS	Escrivão classe A nível 4	2	61,56	14	560,14	621,70
110	198.126-1-8	FRANCISCO LEONARDO CARDOSO DA SILVA	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
111	404.673-1-9	EDER WLADSON HOLANDA BASTOS	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
112	198.870-1-4	EDUARDO TOME SANTOS GOMES	Delegado 3a classe	0	0,00	12	672,12	672,12
113	301.188-9-8	MAITE GERMANO BRAGA	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
114	301.187-7-4	JOSE GONCALVES DE PINHO JUNIOR	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
115	300.914-1-8	RAFAELA LIMA SOUSA GOMES	Escrivão classe C nível 2	0	0,00	12	384,12	384,12
116	198.837-1-X	JOELMA DA SILVA MENDES	Escrivão classe B nível 1	0	0,00	12	480,12	480,12
117	405.147-1-6	VAGNER DE ARAUJO MESQUITA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	12	480,12	480,12
118	169.030-1-9	DANIEL CARLOS ALENCAR DOS SANTOS	Inspetor classe A nível 1	12	369,36	2	80,02	449,38
119	137.382-1-1	ANTONIO MARCOS NOGUEIRA	Inspetor classe A nível 4	14	430,92	4	160,04	590,96
120	155.278-1-1	ADAMS MAIA ROLIM	Inspetor classe A nível 4	14	430,92	4	160,04	590,96
121	301.232-7-1	ROBERTO PINHEIRO MOTA FILHO	Inspetor classe D nível 2	8	196,96	2	64,02	260,98
122	133.962-1-3	JOSE AIRTON DOS SANTOS	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	0	0,00	184,68
123	167.966-1-1	JACKSON FREITAS FERNANDES	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
124	092.939-1-4	ISAIAIS DE OLIVEIRA LIMA FILHO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
125	106.184-1-X	AMARILDO CELIO BARBOSA TERCEIRO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
126	167.834-1-2	CLAUDIO CARVALHO CUNHA	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
127	167.994-1-6	DEMETRIUM MENEZES DE ABREU	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
128	404.777-1-3	FELIPE DANTAS MARTINS	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
129	301.219-5-3	BRUNO CARVALHO LEITE	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	2	64,02	113,26
130	405.139-1-4	TIAGO AMORA DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
131	300.237-1-4	DANIELE VIDAL DE CASTRO BARROSO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
132	404.625-1-1	CAIO PIMENTEL RUIVO SILVA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
133	301.242-0-0	TIAGO LEITE BESSA	Inspetor classe C nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
134	404.775-1-9	FELIPE BEZERRA HOLANDA	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
135	300.014-4-3	MIKELLY FARIAS BRITO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
136	106.319-1-2	MANOEL RODRIGUES CUNHA JUNIOR	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
137	300.028-4-9	SAULO MACEDO MONTEIRO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
138	168.029-1-3	ANTONIO LUIS DE SOUZA BEZERRA	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
139	404.799-1-0	GLEYDSON CRUZ DE ARAUJO	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
140	167.890-1-1	GUSTAVO LINHARES PONTES	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
141	300.002-1-8	ARTHUR LUCIANO OLIVEIRA DA SILVA	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
142	300.294-1-0	RAMON EUFRASINO DO AMARAL	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
143	404.779-1-8	FELIPE LEITE TAVARES SOUSA	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
144	404.716-1-8	DALTON FELIPE ALBUQUERQUE MAGALHAES	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
145	097.569-1-4	ANTONIO ERILTON HOLANDA	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
146	301.215-2-X	ADRIANE TEIXEIRA FERNANDES	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	2	64,02	113,26
147	404.929-1-7	JOAO CLAUDIO DE ARAUJO FONTENELE	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
148	106.279-1-5	HELICIO BEZERRA DA ROCHA ARAUJO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
149	405.055-1-2	NATASSIA REIDER SARAIVA BENICIO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
150	300.401-1-2	FRANCISCO CRISTIANO DO NASCIMENTO FREITAS	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
151	168.025-1-4	REGINALDO SOARES RAMALHO	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
152	168.030-1-4	MILTON BRITO SILVEIRA	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
153	106.368-1-7	SECIO JOSE DE SOUSA BERNARDO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
154	106.336-1-3	MESSIAS PAULO RODRIGUES DE OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
155	106.339-1-5	MOISES FERREIRA PINTO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	2	80,02	141,58
156	167.915-1-2	RAPHAEL QUEIROZ ZUM BERGE	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	2	80,02	141,58
157	300.252-1-0	MARCUS VINICIUS BASTOS RAULINO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
158	300.012-2-2	JADE GURGEL TRUBERT	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
159	167.874-1-8	FREDERICO JORGE VASCONCELOS ROCHA	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
160	167.705-1-5	MICHELINE DE CASTRO CRUZ	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
161	300.480-1-6	NATERCIA COSTA MARREIRO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
162	300.346-1-9	RAQUEL GONDIM CANDIDO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
163	405.150-1-1	VALTER ARRAIS DE SOUZA CATUNDA	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
164	300.018-7-7	LIVIA SILVESTRE VASCONCELOS COELHO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
165	405.134-1-8	THIAGO LIMA SANTOS	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
166	300.388-1-9	ANDRE DIEGO MONTEIRO ESPANGA	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	2	64,02	113,26
167	404.648-1-6	ANDRESSA BARBOSA OLIVEIRA VITORIANO	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
168	167.736-1-1	FRANCISCO MARCELO RODRIGUES DE LIMA	Inspetor classe A nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
169	404.791-1-2	GEORGE BRUNO MELO PACHECO	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								3705
TOTAL DA UNIDADE:								124.648,54

UNIDADE: CEPROD - Central de Procedimentos Digitais

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	133.199-1-X	MASSILENE CLAUDETTE DE AZEVEDO PINHEIRO	Escrivão classe A nível 4	26	800,28	26	1.040,26	1.840,54
2	198.864-1-7	MARCIO LUIZ DE MELO FERREIRA	Delegado 3a classe	6	258,48	46	2.576,46	2.834,94
3	198.387-1-4	LUIZ CARLOS LUSTOZA BRANDAO	Escrivão classe B nível 5	20	615,60	32	1.280,32	1.895,92
4	301.237-2-7	JARBAS RODRIGUES DE SANTANA	Escrivão classe D nível 2	10	246,20	20	640,20	886,40
5	301.188-7-1	MANUELA XIMENES NOBRE	Escrivão classe D nível 2	18	443,16	22	704,22	1.147,38
6	300.069-1-7	PEDRO CORREIA DA CUNHA	Escrivão classe C nível 7	20	492,40	44	1.408,44	1.900,84
7	198.805-1-6	GREGORIO JOSE DE OLIVEIRA NETO	Delegado 3a classe	22	947,76	54	3.024,54	3.972,30
8	301.190-5-3	MARCELO ROCHA RIBEIRO	Escrivão classe D nível 2	4	98,48	72	2.304,72	2.403,20
9	126.885-1-2	MARIA CELESTE FERREIRA DA PONTE TUPINAMBA	Delegado classe especial	18	775,44	58	3.248,58	4.024,02
10	301.203-8-8	RODRIGO DA SILVA PINTO	Delegado 2a classe	6	221,52	34	1.632,00	1.853,52
11	198.748-1-8	LUCIANA COSTA VALE	Delegado classe especial	4	172,32	36	2.016,36	2.188,68
12	300.049-9-X	LIA BOMFIM CAVALCANTI	Escrivão classe D nível 1	2	49,24	16	512,16	561,40
13	301.238-3-2	THIAGO REZENDE TATAGIBA	Delegado 2a classe	6	221,52	22	1.056,00	1.277,52
14	300.984-1-2	ANTONIO GISLEIAN GRACIANO DE LIMA	Delegado 2a classe	10	369,20	6	288,00	657,20
15	404.570-1-1	JOANILSON NOGUEIRA QUEIROZ DE ALBUQUERQUE	Delegado 3a classe	16	689,28	0	0,00	689,28
16	198.793-1-3	JOSE ADELINO DE OLIVEIRA FILHO	Escrivão classe B nível 4	6	184,68	22	880,22	1.064,90
17	301.160-1-1	ADRIANO DE QUEIROZ ANDRADE	Delegado 2a classe	0	0,00	4	192,00	192,00
18	301.231-4-X	RODRIGO RIBEIRO DE VASCONCELOS	Delegado 2a classe	0	0,00	6	288,00	288,00
19	301.203-7-X	FRANCISCO ADRIANO PEREIRA SOUZA	Delegado 2a classe	4	147,68	0	0,00	147,68
20	301.243-4-0	CAROLINA LIMA FERREIRA GOMES ALENCAR	Escrivão classe D nível 2	4	98,48	0	0,00	98,48
21	133.155-1-5	CLAUDIA REGINA BEZERRA DE ANDRADE	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	16	640,16	640,16
22	133.215-1-5	SUZETE MARIA LIMA GONÇALVES BRAGA	Escrivão classe A nível 4	4	123,12	0	0,00	123,12
23	198.872-1-9	MARY RODRIGUES MACIEL	Delegado 3a classe	0	0,00	4	224,04	224,04
24	300.059-1-0	LARISSA CRISPIM DE LIMA FACUNDO	Escrivão classe B nível 1	0	0,00	4	160,04	160,04
25	301.202-6-4	FLAVIA CAROLINA MONTEIRO DE CARVALHO FONSECA	Delegado 2a classe	0	0,00	4	192,00	192,00
26	791.112-4-4	PEDRO VICTOR SANTOS DE OLIVEIRA	Delegado 1a classe	0	0,00	16	768,00	768,00
27	300.649-1-7	MIRLA MOTA MONTEIRO	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	4	128,04	128,04
28	133.995-1-4	MARIA AUGUSTA ARLINDO MARACAJA	Escrivão classe A nível 4	4	123,12	0	0,00	123,12
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								778
TOTAL DA UNIDADE:								32.282,72

UNIDADE: DRA - Departamento De Recuperação De Ativos

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	300.023-8-5	PAULO RICARDO GIRAO COSTA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	54	1.728,54	2.171,70
2	300.358-1-X	CASSIUS SILVEIRA CASTELO BRANCO	Inspetor classe C nível 7	22	541,64	62	1.984,62	2.526,26
3	301.215-4-6	JOSE MAURICIO DE MELO JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	16	393,92	56	1.792,56	2.186,48
4	301.198-9-4	PEDRO PAULO GOMES JUNIOR	Escrivão classe C nível 1	37	910,94	47	1.504,47	2.415,41
5	405.123-1-4	SERGIO IVAN PEIXOTO TEIXEIRA	Inspetor classe B nível 2	18	554,04	42	1.680,42	2.234,46
6	300.255-1-2	RENATA ALVES DE MELO	Inspetor classe C nível 6	36	886,32	36	1.152,36	2.038,68
7	404.971-1-0	JOSE WESDERNIO SOUSA DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	23	707,94	61	2.440,61	3.148,55
8	300.300-1-X	ALEXANDRE GALDINO VIANA	Inspetor classe C nível 7	24	590,88	42	1.344,42	1.935,30
9	301.238-0-8	MARCO APOLO PEIXOTO PEREIRA DE AMORIM	Escrivão classe C nível 1	29	713,98	55	1.760,55	2.474,53
10	198.112-1-2	ANTONIO GILBERTO PINHEIRO	Inspetor classe B nível 3	24	738,72	30	1.200,30	1.939,02
11	404.957-1-1	JOSE HUMBERTO BRAGA PINHEIRO	Inspetor classe B nível 2	21	646,38	51	2.040,51	2.686,89
12	300.015-5-9	MARIANA DA COSTA CUNHA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	66	2.112,66	2.555,82
13	404.724-1-X	DANILO DE ANDRADE SILVA FEITOSA	Inspetor classe B nível 2	22	677,16	62	2.480,62	3.157,78
14	301.198-6-X	JOSE ALMIR MACEDO DE SOUSA JUNIOR	Escrivão classe C nível 1	23	566,26	61	1.952,61	2.518,87
15	301.057-1-0	DIANA BRUNO TEIXEIRA	Inspetor classe C nível 3	48	1.181,76	36	1.152,36	2.334,12
16	300.770-1-6	PETRUCIO BORGES DE BRITO	Inspetor classe C nível 3	33	812,46	29	928,29	1.740,75
17	405.013-1-2	MANUELA THEOPHILO GASPAR DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	9	277,02	19	760,19	1.037,21
18	300.906-1-6	KARLA RAFAELLA LIMA DE MEDEIROS	Escrivão classe C nível 2	19	467,78	29	928,29	1.396,07
19	405.077-1-X	RAFAEL FREIRE GOMES	Inspetor classe B nível 1	14	430,92	22	880,22	1.311,14
20	301.199-5-9	ANDERSON MARTINS DAHER	Escrivão classe C nível 1	34	837,08	50	1.600,50	2.437,58
21	301.215-7-0	ADERBAL GUEDES CAVALCANTE FILHO	Inspetor classe C nível 1	7	172,34	21	672,21	844,55
22	301.238-5-9	ALLYSON AGUIAR ASSUNCAO	Inspetor classe D nível 2	25	615,50	59	1.888,59	2.504,09
23	301.214-0-6	EDISON FRANKLIN DOMINGOS DE SOUZA	Inspetor classe C nível 1	23	566,26	25	800,25	1.366,51
24	300.034-8-9	PALOMA LIMA CABRAL	Inspetor classe D nível 1	37	910,94	47	1.504,47	2.415,41
25	167.817-1-1	ADRIANO MAIA ARAUJO	Inspetor classe A nível 1	18	554,04	24	960,24	1.514,28
26	301.196-3-0	CARLOS BRUNO QUEIROZ VERAS	Escrivão classe C nível 1	19	467,78	53	1.696,53	2.164,31
27	405.038-1-1	MAURO EDUARDO VIANA BEZERRA	Inspetor classe B nível 2	43	1.323,54	41	1.640,41	2.963,95
28	404.912-1-X	WELLINGTON MENDES DA SILVA	Inspetor classe B nível 2	13	400,14	59	2.360,59	2.760,73
29	300.934-1-0	FRANCISCA KAROLINY MARTINS DE SOUZA	Escrivão classe C nível 2	0	0,00	24	768,24	768,24
30	301.193-1-2	JOSE DO AMARAL GURGEL NETO	Escrivão classe D nível 2	34	837,08	26	832,26	1.669,34
31	405.161-1-5	WATYLLA MARRATYMA TEIXEIRA DA SILVA	Inspetor classe B nível 1	34	1.046,52	38	1.520,38	2.566,90
32	404.773-1-4	FELIPE AMORIM FORTE	Inspetor classe B nível 2	21	646,38	36	1.440,36	2.086,74
33	405.085-1-1	RANIERI LEITE PINHEIRO BATISTA	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	28	1.120,28	1.181,84
34	300.910-1-9	ANA PAULA FERNANDES SILVA RODRIGUES	Escrivão classe C nível 3	10	246,20	2	64,02	310,22
35	301.120-1-6	RAISSA MORENO FREIRE	Escrivão classe C nível 2	0	0,00	12	384,12	384,12
36	300.178-1-1	ADERBAL HERCULANO BATISTA NETO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	12	384,12	384,12
37	198.784-1-4	KARYNE FIORI PALHANO VICTOR	Escrivão classe B nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
38	301.112-1-4	PEDRO HENRIQUE BRAGA DE MOURA	Escrivão classe C nível 2	13	320,06	20	640,20	960,26
39	301.249-4-4	RENE GOMES MESQUITA	Delegado 2a classe	13	479,96	12	576,00	1.055,96
40	133.927-1-4	ANA PAULA NUNES DE MACEDO SALES	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	12	480,12	480,12
41	167.968-1-6	ENILSON MOURA PONTES FILHO	Inspetor classe C nível 2	0	0,00	6	192,06	192,06
42	198.762-1-7	IVANA COELHO MARQUES FIGUEIREDO	Delegado classe especial	40	1.723,20	0	0,00	1.723,20
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								2315
TOTAL DA UNIDADE:								74.863,65

UNIDADE: DIP - Departamento De Inteligência Policial

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	300.789-1-8	ANA MARIA DE ARAUJO PADILHA	Delegado 2a classe	27	996,84	12	576,00	1.572,84
2	300.588-1-X	ANTONIO EDVANDO ELIAS DE FRANCA JUNIOR	Delegado 2a classe	42	1.550,64	24	1.152,00	2.702,64
3	300.998-1-8	DANIEL DIOGENES RIBEIRO PINHEIRO	Delegado 2a classe	27	996,84	12	576,00	1.572,84



ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
4	301.194-9-5	ISMAEL DE ASSIS ARAUJO	Delegado 2a classe	27	996,84	12	576,00	1.572,84
5	404.621-1-2	BRUNO DE CASTRO ROSA	Inspetor classe B nível 2	17	523,26	12	480,12	1.003,38
6	198.253-1-0	EXPEDITA JAQUELINE LANDIM PEIXOTO	Escrivão classe B nível 5	17	523,26	12	480,12	1.003,38
7	300.047-0-1	GUSTAVO ROSSI SILVA	Escrivão classe D nível 1	34	837,08	24	768,24	1.605,32
8	300.019-8-2	JOYCE DA SILVA BEZERRA	Inspetor classe D nível 1	17	418,54	12	384,12	802,66
9	300.029-8-9	LEVI VIANA DE ANDRADE	Inspetor classe D nível 1	17	418,54	12	384,12	802,66
10	300.014-0-0	LUCAS BORGES TORRES	Inspetor classe D nível 1	34	837,08	24	768,24	1.605,32
11	300.844-1-1	MANUEL MARIO MOURA DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 3	17	418,54	12	384,12	802,66
12	405.101-1-7	ROCHELLE FERREIRA DA SILVA	Inspetor classe B nível 2	17	523,26	12	480,12	1.003,38
13	405.102-1-4	RODRIGO ANTONIO LIMA CHAVES	Inspetor classe B nível 2	17	523,26	12	480,12	1.003,38
14	300.009-3-5	ARTHUR NOBREGA ARAUJO	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
15	301.206-5-5	DANIEL BANDEIRA GOMES	Inspetor classe C nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
16	300.218-1-9	FRANCISCO ELIAS DE FRANCA NETO	Inspetor classe C nível 7	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
17	301.241-1-1	FRANCISCO GLEIBSON DA SILVA SANTOS	Inspetor classe C nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
18	300.196-1-X	JAIME JOSE SARAIVA JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
19	300.020-6-7	JOAO MATEUS LOBO GUERRA	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
20	300.023-0-X	JOSYMEIRY MARCULINO GUERREIRO	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
21	300.024-4-X	MARIANNA GONCALVES DE CASTRO	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
22	300.031-8-7	MATEUS VENICIUS PARENTE LOPES	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	40	1.280,40	1.723,56
23	300.031-6-0	MIRNA GISELLE MENDES FERNANDES	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
24	300.231-1-0	RICARDO COSTA RODRIGUES DOS SANTOS	Inspetor classe C nível 7	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
25	300.030-5-5	VANESSA DAFNE DA CONCEIÇÃO SANTOS	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	36	1.152,36	1.694,00
26	301.222-9-1	ANTONIO CLAILTON ALVES	Inspetor classe C nível 1	13	320,06	24	768,24	1.088,30
27	404.631-1-9	CARLOS EDUARDO ROCHA DE SOUSA	Inspetor classe B nível 2	13	400,14	24	960,24	1.360,38
28	404.639-1-7	CHARLES SOUSA LEAL	Inspetor classe B nível 2	13	400,14	24	960,24	1.360,38
29	301.225-9-3	CLEITON OLIVEIRA LOBO BASTOS	Inspetor classe C nível 1	23	566,26	36	1.152,36	1.718,62
30	300.716-1-1	DANIEL FREIRE PENA	Inspetor classe C nível 3	13	320,06	24	768,24	1.088,30
31	301.070-1-2	DEMETRIUS HERBERT AIRES DE ARAUJO	Inspetor classe C nível 3	13	320,06	24	768,24	1.088,30
32	301.225-3-4	DIEGO HENRIQUE EUFRASIO DE AZEVEDO	Inspetor classe C nível 1	13	320,06	24	768,24	1.088,30
33	404.763-1-8	FRANCISCO ADILTON DO NASCIMENTO BARBOSA	Inspetor classe B nível 2	13	400,14	24	960,24	1.360,38
34	167.697-1-1	FRANCISCO DENIS VIEIRA FRANCO	Inspetor classe A nível 1	13	400,14	24	960,24	1.360,38
35	300.430-1-4	JOAO PAULO ARAUJO FREITAS	Inspetor classe C nível 7	13	320,06	24	768,24	1.088,30
36	300.312-1-0	GLAILTON LOPES DE SOUSA	Inspetor classe C nível 7	13	320,06	24	768,24	1.088,30
37	300.262-1-7	LAERCIO GALVAO SALES	Inspetor classe C nível 7	13	320,06	24	768,24	1.088,30
38	301.246-3-4	ODILO MONTEIRO NOGUEIRA NETO	Inspetor classe C nível 1	13	320,06	24	768,24	1.088,30
39	404.897-1-1	RAFAEL ALMEIDA LEAL	Inspetor classe B nível 1	13	400,14	24	960,24	1.360,38
40	167.981-1-8	RENNE GONDIM RUIVO	Inspetor classe A nível 1	13	400,14	24	960,24	1.360,38
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								1775
TOTAL DA UNIDADE:								55.998,16

UNIDADE: CORE - Coordenadoria De Operações E Recursos Especiais

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	167.710-1-5	FRANCISCO CRISTIANO LIMA COLARES	Inspetor classe B nível 7	48	1.477,44	0	0,00	1.477,44
2	031.324-1-2	JOSE OCELO DE CARVALHO BARACHO	Inspetor classe A nível 4	36	1.108,08	0	0,00	1.108,08
3	301.201-5-9	SEIGO MIRRAY FARIAS MARQUES	Escrivão classe D nível 2	48	1.181,76	0	0,00	1.181,76
4	301.205-9-0	RICARDO CESAR DE FREITAS ARAUJO	Inspetor classe C nível 1	48	1.181,76	0	0,00	1.181,76
5	137.221-1-0	WALCYMAR POLICARPO NEPOMUCENO	Inspetor classe A nível 4	72	2.216,16	0	0,00	2.216,16
6	300.005-1-X	CARLOS ALBERTO COSTA RIBEIRO	Inspetor classe B nível 1	72	2.216,16	0	0,00	2.216,16
7	300.956-1-8	ISAAC DIEB HOLANDA SALES	Inspetor classe C nível 3	36	886,32	12	384,12	1.270,44
8	404.666-1-4	ARTEMISO CONDE GOIS FILHO	Inspetor classe B nível 2	36	1.108,08	12	480,12	1.588,20
9	198.121-1-1	FABIO LOPES ARAUJO	Inspetor classe B nível 3	36	1.108,08	6	240,06	1.348,14
10	300.025-5-5	MATHEUS MUNIZ BARRETO	Inspetor classe D nível 1	48	1.181,76	0	0,00	1.181,76
11	301.222-6-7	FRANCISCO CRISTIANO COELHO LEITAO	Inspetor classe D nível 2	48	1.181,76	24	768,24	1.950,00
12	300.276-1-2	LEONARDO BEZERRA DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	42	1.034,04	6	192,06	1.226,10
13	405.156-1-5	VITOR CESAR BARBOSA MOTA	Inspetor classe B nível 2	66	2.031,48	12	480,12	2.511,60
14	300.717-1-9	FRANCISCO ALEFF ALVES DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 3	24	590,88	6	192,06	782,94
15	300.408-1-3	KELVEN HENRIQUE PEREIRA DE ALMEIDA	Inspetor classe C nível 7	48	1.181,76	0	0,00	1.181,76
16	301.226-1-5	LUIZ ALFREDO DA SILVA FRAGA SAMPAIO	Inspetor classe C nível 1	60	1.477,20	12	384,12	1.861,32
17	300.053-5-X	ALEXANDRE TEIXEIRA GUEDES SANTOS	Escrivão classe D nível 1	60	1.477,20	12	384,12	1.861,32
18	405.015-1-7	MARCELO DAVID ALMEIDA	Inspetor classe B nível 2	36	1.108,08	12	480,12	1.588,20
19	300.453-1-9	FRANCISCO ALBERTO BASTOS BARRETO	Inspetor classe C nível 7	60	1.477,20	12	384,12	1.861,32
20	301.238-8-3	FRANCISCO JOSE ALVES DA SILVA JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	43	1.058,66	17	544,17	1.602,83
21	300.415-1-8	GILSON ELANO DA SILVA FERREIRA	Inspetor classe C nível 7	72	1.772,64	0	0,00	1.772,64
22	155.297-1-7	FRANCISCO CARLOS PINTO SA	Inspetor classe A nível 4	12	369,36	0	0,00	369,36
23	300.027-5-X	JOAO LUCAS LIMA COELHO	Inspetor classe D nível 1	48	1.181,76	12	384,12	1.565,88
24	300.023-4-2	ITALO BATISTA DAS CHAGAS	Inspetor classe D nível 1	42	1.034,04	18	576,18	1.610,22
25	169.040-1-5	FRANCISCO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA	Inspetor classe A nível 1	30	923,40	18	720,18	1.643,58
26	301.226-5-8	FELIPE ANTONIO LIMA RODRIGUES	Inspetor classe D nível 2	18	443,16	18	576,18	1.019,34
27	301.230-0-X	HEINRICH ROSS BATISTA SOUZA	Inspetor classe C nível 1	24	590,88	12	384,12	975,00
28	106.310-1-7	LAZARO DE SOUSA MOREIRA	Inspetor classe A nível 4	12	369,36	12	480,12	849,48
29	405.165-1-4	WHELLER MONTEIRO FERNANDES	Inspetor classe B nível 2	12	369,36	0	0,00	369,36
30	126.914-1-6	ANTONIO JOSE DOS SANTOS PASTOR	Delegado classe especial	13	560,04	47	2.632,47	3.192,51
31	301.202-8-0	JOSE WILSON DA SILVA NETO	Delegado 2a classe	26	959,92	46	2.208,00	3.167,92
32	300.416-1-5	FRANCISCO WASHINGTON DE MIRANDA SOARES	Inspetor classe C nível 7	24	590,88	48	1.536,48	2.127,36
33	106.201-1-2	ANTONIO TORRES DA ROCHA FILHO	Inspetor classe A nível 4	18	554,04	42	1.680,42	2.234,46
34	198.254-1-8	JESSIVAR FELIX DOURADO	Escrivão classe B nível 5	36	1.108,08	36	1.440,36	2.548,44
35	133.929-1-9	JOAO SAVIO LOPES PINTO	Escrivão classe A nível 4	19	584,82	41	1.640,41	2.225,23
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								1866
TOTAL DA UNIDADE:								56.868,07

UNIDADE: DPJI-NORTE - Departamento De Polícia Judiciária Do Interior Norte

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	405.183-1-2	MARCOS AURELIO ELIAS DE FRANCA	Delegado 3a classe	18	775,44	66	3.696,66	4.472,10
2	405.074-1-8	PEDRO TOMAZ JUNIOR	Inspetor classe B nível 2	10	307,80	74	2.960,74	3.268,54
3	167.976-1-8	JOSE CLAUDIO GADELHA AGOSTINHO	Inspetor classe B nível 7	32	984,96	52	2.080,52	3.065,48
4	300.009-5-1	ANDRIEL RODRIGO DOS SANTOS DE LIMA	Inspetor classe D nível 1	24	590,88	60	1.920,60	2.511,48
5	404.956-1-4	JOSE GILVAN DE LIMA PINTO	Inspetor classe B nível 2	30	923,40	54	2.160,54	3.083,94
6	301.194-2-8	FRANCISCO EDIO DE SOUSA ALVES	Escrivão classe D nível 2	18	443,16	66	2.112,66	2.555,82
7	300.047-2-8	JESSYCA FIGUEIREDO SAMPAIO	Escrivão classe D nível 1	20	492,40	64	2.048,64	2.541,04
8	300.754-1-2	HENRIQUE AGUIAR SIMOES	Inspetor classe C nível 3	12	295,44	72	2.304,72	2.600,16
9	300.591-1-5	DANIEL ARAGAO MOTA	Delegado 2a classe	6	221,52	68	3.264,00	3.485,52
10	301.241-2-X	CICERO CESAR PINTO DA CUNHA FILHO	Inspetor classe D nível 2	14	344,68	70	2.240,70	2.585,38
11	133.983-1-3	ESTEFANIO DOS SANTOS COSTA	Escrivão classe A nível 4	8	246,24	76	3.040,76	3.287,00
12	300.007-6-5	BRUNO TAVARES BARROS DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	70	2.240,70	2.585,38
13	301.154-1-4	PAULO HENRIQUE BARROS DA SILVA	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	74	2.368,74	2.614,94
14	300.566-1-2	PAULO VICENTE RIBEIRO DE CASTRO	Delegado 2a classe	10	369,20	74	3.552,00	3.921,20
15	404.695-1-6	ERNESTO EUCLIDES FEIJAO JUNIOR	Inspetor classe C nível 6	15	369,30	69	2.208,69	2.577,99
16	301.247-0-7	JEAN BRUNO WEDDIGEN	Delegado 2a classe	0	0,00	46	2.208,00	2.208,00
17	300.038-6-1	RAMON ALESSANDRO IMPROTA BARROS	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	12	384,12	679,56
18	300.066-0-7	VALDIRMIR VIEIRA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	46	1.472,46	1.767,90
19	300.035-4-3	ENESIO RODRIGUES LAUREANO JUNIOR	Inspetor classe D nível 1	16	393,92	47	1.504,47	1.898,39
20	198.865-1-4	EDUARDO ROCHA DOS SANTOS	Delegado 3a classe	0	0,00	55	3.080,55	3.080,55
21	300.029-4-6	JOHN CARNEIRO DIAS	Inspetor classe D nível 1	30	738,60	54	1.728,54	2.467,14
22	301.082-1-3	ANGELO MANOEL PORTO CRUZ JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	18	443,16	31	992,31	1.435,47



ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
23	300.098-1-9	CLAUDIVAM LUSTOZA BRANDAO	Escrivão classe C nível 7	12	295,44	13	416,13	711,57
24	301.235-7-3	VICTOR BARBOSA PIONA	Delegado 2a classe	0	0,00	70	3.360,00	3.360,00
25	300.021-1-3	FRANCISCO CLEITON LIMA HOLANDA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	34	1.088,34	1.088,34
26	404.726-1-4	DAVI ARAUJO DO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	8	256,08	256,08
27	301.193-6-3	FRANCISCO OSMACI LUCENA PEREIRA	Escrivão classe D nível 2	10	246,20	16	512,16	758,36
28	168.012-1-6	DENNIS ALVES RODRIGUES	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	8	320,08	320,08
29	126.884-1-5	FRANCISCO MIGUEL DE SALES FILHO	Delegado classe especial	28	1.206,24	28	1.568,28	2.774,52
30	167.983-1-2	FRANCISCO JAEELSON MARTINS DE SA	Inspetor classe B nível 7	19	584,82	65	2.600,65	3.185,47
31	155.328-1-5	SEBASTIAO BASTOS RODRIGUES	Inspetor classe A nível 3	0	0,00	16	640,16	640,16
32	301.203-0-2	FRANCISCO AILAITON ARRUDA DE ANDRADE	Delegado 2a classe	16	590,72	68	3.264,00	3.854,72
33	198.820-1-2	EVANIR FARIAS CARNEIRO	Escrivão classe B nível 2	14	430,92	52	2.080,52	2.511,44
34	301.163-1-3	MESSIAS ALVES MOURA	Inspetor classe C nível 2	16	393,92	68	2.176,68	2.570,60
35	301.200-7-8	RICARDO JOSE RITTER DE MAGALHAES	Delegado 2a classe	0	0,00	56	2.688,00	2.688,00
36	301.209-9-X	MELISSA DIAS RODRIGUES OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 2	6	147,72	28	896,28	1.044,00
37	300.036-0-8	FRANCIELLI ANGNES MACIEL DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	19	608,19	755,91
38	300.036-4-0	JOSE AUGUSTIELE ARAUJO SILVA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	9	288,09	435,81
39	301.228-0-1	CLAYTON JORGE GUIMARAES DE MELO	Inspetor classe D nível 2	16	393,92	36	1.152,36	1.546,28
40	300.026-5-2	THIAGO HENRIQUE BARBOSA SABINO PINHO	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	27	864,27	864,27
41	791.113-7-6	MARCOS VINICIUS CACAU LIMA	Delegado 1a classe	16	590,72	68	3.264,00	3.854,72
42	061.292-1-8	JOSE AUGUSTO DA MATA	Escrivão classe A nível 4	30	923,40	54	2.160,54	3.083,94
43	300.496-1-6	FRANCISCO IDEVAL FERREIRA GUEDES	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	20	640,20	689,44
44	404.619-1-4	BRIVALDO ALVES DE LIMA JUNIOR	Inspetor classe B nível 2	2	61,56	2	80,02	141,58
45	791.111-7-1	GUSTAVO HENRIQUE TEIXEIRA ALMEIDA AZEVEDO	Delegado 1a classe	2	73,84	2	96,00	169,84
46	300.793-1-0	KAIO DAVIS CHAVES SILVA	Delegado 2a classe	19	701,48	46	2.208,00	2.909,48
47	300.036-3-2	RONALDO FONTES DAMASCENO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
48	300.012-9-X	MANOEL DE SOUSA COSTA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
49	300.040-4-3	ROBSON DUARTE DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
50	405.107-1-0	RONALD SILVEIRA CARVALHO	Inspetor classe B nível 2	11	338,58	16	640,16	978,74
51	300.818-1-1	VICTOR SOUSA MUNIZ	Delegado 2a classe	2	73,84	2	96,00	169,84
52	300.062-1-6	LUCIANO CAMPELO ALVES	Escrivão classe B nível 1	2	61,56	2	80,02	141,58
53	300.004-4-4	MARCOS VENICIUS AZEVEDO DE SIQUEIRA	Escrivão classe D nível 1	20	492,40	8	256,08	748,48
54	300.019-9-0	ALEXSANDER MIRANDA FARIAS	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	10	320,10	369,34
55	300.019-7-4	LARISSA NOGUEIRA FREIRE	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
56	300.008-0-3	CARLOS ROBERTO JACOME DE MELO JÚNIOR	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	2	64,02	113,26
57	168.020-1-8	JOAQUIM ARIALDO SOUSA CAFE	Inspetor classe B nível 7	18	554,04	45	1.800,45	2.354,49
58	791.111-9-8	LUCIDIO GOMES DE CERQUEIRA FILHO	Delegado 1a classe	14	516,88	42	2.016,00	2.532,88
59	300.930-1-1	BRUNA URSULINO FURTADO	Escrivão classe C nível 2	12	295,44	20	640,20	935,64
60	301.137-1-3	FRANCISCO LUCIVALDO TAVARES DA SILVA	Escrivão classe C nível 3	12	295,44	14	448,14	743,58
61	301.187-6-6	ANTONIA JACILENE SILVA DE MARIA	Escrivão classe D nível 2	12	295,44	20	640,20	935,64
62	301.164-1-0	EDNALDO DE MELO NASCIMENTO	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	20	640,20	935,64
63	791.113-1-7	MARCOS CESAR SERRA DE FREITAS	Delegado 1a classe	14	516,88	6	288,00	804,88
64	126.876-1-3	VICENTE DE PAULO AGUIAR JUNIOR	Delegado classe especial	16	689,28	12	672,12	1.361,40
65	300.562-1-3	CELSO FUJITA	Delegado 2a classe	36	1.329,12	24	1.152,00	2.481,12
66	301.191-2-6	BEATRIZ DE ALMEIDA MARCELINO	Escrivão classe D nível 2	32	787,84	0	0,00	787,84
67	301.188-3-9	ALYSSON DYEGO PORTELA DANTAS	Escrivão classe C nível 1	38	935,56	3	96,03	1.031,59
68	301.214-9-X	CARLOS ROBERTO ARAUJO DA SILVA	Inspetor classe D nível 2	32	787,84	0	0,00	787,84
69	300.027-8-4	MATHEUS SPIELBERG PONTES SILVA	Inspetor classe D nível 1	38	935,56	0	0,00	935,56
70	300.045-8-2	LUYNER LOPES DOS SANTOS	Inspetor classe D nível 1	32	787,84	0	0,00	787,84
71	301.224-2-9	JOSE DOMICIANO DA COSTA	Inspetor classe C nível 1	38	935,56	10	320,10	1.255,66
72	300.041-9-1	IAGO PABLO FREITAS OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	32	787,84	0	0,00	787,84
73	791.113-6-8	FILIPE FREITAS DE PINHO GOMES	Delegado 1a classe	0	0,00	62	2.976,00	2.976,00
74	300.939-1-7	MARCELO PONTES CAVALCANTE	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	16	512,16	512,16
75	167.831-1-0	RONDENEI MARTINS MARÇAL	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	8	320,08	320,08
76	300.033-2-2	GUSTAVO ICARO HENRIQUES	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	23	736,23	859,33
77	301.205-2-3	FABIO SOARES OLIVEIRA	Escrivão classe C nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
78	169.003-1-1	MANOEL GADELHA LEANDRO DE SOUSA	Inspetor classe A nível 1	6	184,68	27	1.080,27	1.264,95
79	167.751-1-8	HERLANILDO CARLOS DE BRITO	Inspetor classe B nível 7	16	492,48	47	1.880,47	2.372,95
80	301.208-1-7	JAMIRO CARNEIRO FONTENELE	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	19	608,19	903,63
81	404.838-1-0	FRANCISCO EUDES OLIVEIRA DA SILVA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	24	768,24	768,24
82	791.113-0-9	ERICK DANIEL MENDES DE BRITO SOUSA	Delegado 1a classe	6	221,52	24	1.152,00	1.373,52
83	300.749-1-2	ANTONIO BATISTA DOS SANTOS	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	22	704,22	950,42
84	198.122-1-9	FRANCISCO BENICIO BEZERRA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	16	640,16	640,16
85	168.996-1-5	ANTONIO FRANCENILSON LOPES DE SOUSA	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	20	800,20	800,20
86	028.488-1-3	CLAUDIO SERGIO LANDIM BARROCAS	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
87	300.999-1-5	FABIO DA SILVA PESSOA	Delegado 2a classe	2	73,84	32	1.536,00	1.609,84
88	300.028-0-6	ROBERTA BRUNA BATISTA MENEZES	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	8	256,08	256,08
89	300.842-1-7	JOAO BOSCO DE ABREU FILHO	Inspetor classe C nível 3	6	147,72	33	1.056,33	1.204,05
90	300.766-1-3	CARLOS DA SILVA MORAIS	Inspetor classe C nível 3	0	0,00	26	832,26	832,26
91	133.190-1-4	MARCIO DAS CHAGAS SILVA	Escrivão classe A nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
92	300.063-9-9	FELIPE LIMA DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	32	787,84	46	1.472,46	2.260,30
93	791.111-6-3	ADRIANO ZEGERINO DE VASCONCELOS	Delegado 1a classe	16	590,72	54	2.592,00	3.182,72
94	301.081-1-6	ROMULO CESAR ADERALDO MENEZES	Inspetor classe C nível 1	42	1.034,04	30	960,30	1.994,34
95	791.114-5-7	FRANCISCO ERIVAN ARAUJO VIEIRA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	50	1.600,50	1.748,22
96	300.030-8-X	THIAGO SOARES DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
97	198.400-1-8	GILK DA SILVA SANTOS	Delegado 3a classe	30	1.292,40	28	1.568,28	2.860,68
98	169.038-1-7	FRANCISCO FLAVIO MARQUES DE SOUSA	Inspetor classe B nível 7	0	0,00	19	760,19	760,19
99	301.192-7-4	FRANCISCO VICENTE FELICIANO ALENCAR	Escrivão classe D nível 2	6	147,72	12	384,12	531,84
100	167.907-1-0	ANTONIO SHIRLEY DO NASCIMENTO SILVA	Inspetor classe A nível 1	0	0,00	8	320,08	320,08
101	301.195-5-X	ANTONIO LEONEL ANDRADE BATISTA	Escrivão classe D nível 2	0	0,00	18	576,18	576,18
102	300.006-9-2	BRUNO SOARES MOREIRA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	8	256,08	256,08
103	791.116-1-9	VINICIUS MARCIO DE MELO MARQUES	Delegado 1a classe	10	369,20	54	2.592,00	2.961,20
104	300.552-1-7	RAFAEL MEDEIROS RODRIGUES	Delegado 2a classe	16	590,72	8	384,00	974,72
105	300.038-9-6	TALES GABRIEL CARVALHO RESENDE	Escrivão classe D nível 1	28	689,36	32	1.024,32	1.713,68
106	300.865-1-1	ROZANGELA DA SILVA MORAIS	Escrivão classe C nível 2	18	443,16	18	576,18	1.019,34
107	300.993-1-1	HELEN COELHO FORTE	Inspetor classe C nível 2	12	295,44	46	1.472,46	1.767,90
108	133.153-1-0	ANTONIO CHARLES FILGUEIRA	Escrivão classe A nível 4	66	2.031,48	18	720,18	2.751,66
109	301.217-4-0	EVANILSON FERREIRA DO NASCIMENTO	Inspetor classe D nível 2	66	1.624,92	18	576,18	2.201,10
110	301.212-3-6	ARLYS MIKELYS MOREIRA OLINDA	Inspetor classe D nível 2	7	172,34	25	800,25	972,59
111	301.201-2-4	LEANDRA ROBERTA VAZ FAUSTINO	Escrivão classe C nível 1	64	1.575,68	6	192,06	1.767,74
112	300.030-0-4	DIEGO AZEVEDO BRAGA	Inspetor classe D nível 1	41	1.009,42	1	32,01	1.041,43
113	151.919-1-0	PAULO MARTINS LOPES	Escrivão classe A nível 3	46	1.415,88	38	1.520,38	2.936,26
114	300.077-2-7	RANDALL CAVALCANTE DE MENDONCA	Escrivão classe D nível 1	16	393,92	49	1.568,49	1.962,41
115	301.169-1-7	ROMULO FERREIRA DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	18	576,18	723,90
116	301.208-0-9	AFRANIO CARVALHO DE FRANCE	Inspetor classe D nível 2	16	393,92	34	1.088,34	1.482,26
117	300.488-1-4	HELIA MARIA DE LIMA FREITAS	Inspetor classe C nível 7	14	344,68	58	1.856,58	2.201,26
118	301.255-4-1	JOAO PAULO BARROS CAVALCANTE	Escrivão classe D nível 2	6	147,72	44	1.408,44	1.556,16
119	301.211-1-2	TICCIANA CALIXTO FERNANDES	Inspetor classe D nível 2	2	49,24	32	1.024,32	1.073,56
120	300.032-5-X	BRUNO RAFAEL CLEMENTINO NASCIMENTO	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	29	928,29	1.272,97
121	198.779-1-4	FRANCISCO ANICETO ROCHA NETO	Escrivão classe B nível 4	8	246,24	46	1.840,46	2.086,70
122	300.016-7-2	JADE KESILEY MENEZES BRAGA	Inspetor classe D nível 1	20	492,40	28	896,28	1.388,68
123	300.400-1-5	MANOEL MACHADO DE FRANÇA FILHO	Inspetor classe C nível 7	18	443,16	6	192,06	635,22
124	301.093-1-7	BRUNA BARROSO LIMA	Escrivão classe C nível 1	60	1.477,20	12	384,12	1.861,32
125	301.247-6-6	BRUNA SILVA RODRIGUES	Escrivão classe D nível 2	12	295,44	12	384,12	679,56
126	405.030-1-3	MARIA ELANE SOARES DE SOUSA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	16	512,16	512,16
127	300.751-1-0	RAIMUNDA KELLY MENEZES FREITAS	Escrivão classe C nível 3	28	689,36	56	1.792,56	2.481,92
128	300.005-4-4	FRANCISCA GISELE DUARTE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	16	512,16	512,16
129	301.143-1-0	FRANCISCO DAS CHAGAS REIS NETO	Escrivão classe C nível 2	6	147,72	50	1.600,50	1.748,22

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
130	405.003-1-6	LUCAS DAMASCENO ALVES DE SOUSA	Inspetor classe B nível 1	6	184,68	26	1.040,26	1.224,94
131	791.112-1-x	EDUARDO MENEZES DE OLIVEIRA	Delegado 1a classe	32	1.181,44	45	2.160,00	3.341,44
132	300.046-6-3	LÍLIA MARIA GRANGEIRO DE CARVALHO	Escrivão classe D nível 1	28	689,36	24	768,24	1.457,60
133	300.008-6-2	JOSÉ OTÁVIO VASCONCELOS LENDENGUE DA COSTA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
134	301.205-5-8	DARLISOM PINTO VIEIRA	Inspetor classe D nível 2	50	1.231,00	34	1.088,34	2.319,34
135	300.075-5-7	FRANCISCO LEMNOS DE OLIVEIRA PEIXE	Escrivão classe D nível 1	24	590,88	24	768,24	1.359,12
136	300.037-2-1	MARCOS ANTONIO DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
137	300.045-7-4	NAIRA ROGELMA OLIVEIRA PIRES	Escrivão classe D nível 1	35	861,70	6	192,06	1.053,76
138	301.186-2-6	DANILO DA SILVA PAIVA	Escrivão classe D nível 2	45	1.107,90	1	32,01	1.139,91
139	301.234-1-7	NILSON GLEZIO DA SILVA	Inspetor classe D nível 2	8	196,96	76	2.432,76	2.629,72
140	301.200-4-3	JUCIANO ALVES FERREIRA	Escrivão classe D nível 2	2	49,24	42	1.344,42	1.393,66
141	301.157-1-6	FRANCISCO MARCIO OLIVEIRA DA SILVA	Inspetor classe C nível 2	2	49,24	22	704,22	753,46
142	301.208-9-2	ANTONIO RAFAEL SALVIANO LIMA	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	12	384,12	384,12
143	198.125-1-0	FRANCISCO JOSE GOMES DO NASCIMENTO JUNIOR	Inspetor classe B nível 2	6	184,68	2	80,02	264,70
144	791.104-1-8	DANILO CARNEIRO ARAUJO	Escrivão classe D nível 1	5	123,10	6	192,06	315,16
145	300.162-1-1	FRANCISCO POLICARPO ROCHA DA SILVA	Inspetor classe D nível 7	24	590,88	22	704,22	1.295,10
146	300.003-6-6	DANIELLE DE ARAUJO OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	17	544,17	839,61
147	198.318-1-7	RICARDO BASTOS DA SILVA	Escrivão classe B nível 5	14	430,92	14	560,14	991,06
148	300.810-1-3	BRUNO DE OLIVEIRA ROCHA	Delegado 2a classe	20	738,40	38	1.824,00	2.562,40
149	301.186-5-0	JOSE WILTON DELFINO DE SOUZA	Escrivão classe D nível 2	6	147,72	6	192,06	339,78
150	300.021-5-6	ROBERT ALVES DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
151	301.001-1-5	ALTENOR ARRUDA DE BRITO	Escrivão classe C nível 2	26	640,12	6	192,06	832,18
152	300.715-1-4	ESTEVAN BANDEIRA DE SOUSA JUNIOR	Inspetor classe C nível 3	46	1.132,52	20	640,20	1.772,72
153	300.532-1-4	ADRIANA MELO SOARES SAVI	Delegado 3a classe	16	689,28	18	1.008,18	1.697,46
154	300.044-4-2	LARISSA MARIA DE FREITAS GOMES	Escrivão classe D nível 1	14	344,68	52	1.664,52	2.009,20
155	300.007-7-3	ANTONYEL MAYLON BEZERRA BORGES	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	6	192,06	635,22
156	300.022-2-9	RODRIGO LISBOA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	9	221,58	2	64,02	285,60
157	300.076-7-0	VALTER MOREIRA JUNIOR	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	2	64,02	211,74
158	300.064-4-5	ITALO MARTINS DE MENDONÇA GOMES	Escrivão classe D nível 1	20	492,40	7	224,07	716,47
159	019.535-1-6	ANTONIO JOSE SOUSA DOS SANTOS	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	1	40,01	101,57
160	093.042-1-5	FRANCISCO DE ASSIS PIRES FILHO	Inspetor classe A nível 4	2	61,56	1	40,01	101,57
161	300.026-1-X	JOSE CLAUDIO TAVARES FREIRE	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
162	300.015-7-5	MAÍSA GABRIELA FURTADO MOREIRA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
163	300.005-9-5	DIEGO LUIS CARVALHO VITOR	Inspetor classe D nível 1	8	196,96	13	416,13	613,09
164	300.045-2-3	PEDRO MENESES DE ALMEIDA SILVA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
165	198.383-1-5	MARCIO FERNANDES OLIVEIRA CHAGAS	Delegado 3a classe	18	775,44	6	336,06	1.111,50
166	791.111-0-4	OSEIAS MONTENEGRO BARBOSA	Delegado 1a classe	2	73,84	1	48,00	121,84
167	300.017-6-1	GABRIEL WILJANDENSON MARREIRO DE PAULA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
168	300.032-3-3	ROMERITO DA SILVA SOUSA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
169	300.005-0-1	ANTONIO ARIEL DA SILVA MONTEIRO	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	11	352,11	401,35
170	300.652-1-2	FRANCISCO MATEUS VASCONCELOS LIMA NUNES	Escrivão classe C nível 3	32	787,84	19	608,19	1.396,03
171	300.002-4-2	CARLOS HENRIQUE FURTADO DE OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	14	344,68	13	416,13	760,81
172	300.462-1-8	INACIO DE SOUSA ALVES	Inspetor classe C nível 7	32	787,84	19	608,19	1.396,03
173	404.659-1-X	ANTONIO PARENTE DE ARAUJO	Inspetor classe B nível 1	2	61,56	1	40,01	101,57
174	300.169-1-2	GEOVAN CASTRO ARAUJO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
175	167.690-1-0	SCHNEIDER QUEIROZ RAMOS	Inspetor classe B nível 7	2	61,56	1	40,01	101,57
176	300.006-5-X	ADRIANE TAVARES DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	2	49,24	1	32,01	81,25
177	133.958-1-0	MANOEL GENESIO BERNARDINO	Escrivão classe A nível 4	30	923,40	16	640,16	1.563,56
178	301.194-1-X	FRANCISCO MARCIO SILVA JANUARIO	Escrivão classe D nível 2	12	295,44	48	1.536,48	1.831,92
179	300.068-4-4	NIVALDO LIMA DE SOUSA FILHO	Inspetor classe D nível 1	12	295,44	48	1.536,48	1.831,92
180	301.161-1-9	LUISSON DA SILVA MOTA	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	48	1.536,48	1.831,92
181	300.023-2-6	ODAIR JOSÉ DE SOUSA AGUIAR	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	28	896,28	1.044,00
182	300.032-7-6	ALAN NUNES CALDAS	Inspetor classe D nível 1	5	123,10	17	544,17	667,27
183	301.222-4-0	FABRICIO RODRIGUES	Inspetor classe D nível 2	37	910,94	19	608,19	1.519,13
184	106.359-1-8	ROBERTO MOTA LOPES	Inspetor classe A nível 4	36	1.108,08	29	1.160,29	2.268,37
185	300.077-8-6	JULIANA BENICIO DE SOUZA CARVALHO FRANCA	Escrivão classe D nível 1	32	787,84	52	1.664,52	2.452,36
186	300.296-1-5	ANTONIO DE SOUSA NETO	Inspetor classe C nível 7	24	590,88	24	768,24	1.359,12
187	133.968-1-7	ANTONIO VIANA BARBOSA JUNIOR	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	42	1.680,42	1.865,10
188	026.596-1-1	FRANCISCO ANTONIO BATISTA SILVA	Inspetor classe A nível 4	6	184,68	18	720,18	904,86
189	404.890-1-0	MORGIANA EMANUELA LIMA SANTOS	Inspetor classe B nível 2	36	1.108,08	30	1.200,30	2.308,38
190	301.229-3-3	GUILHERME RIBEIRO GONCALVES CORDEIRO CRUZ	Inspetor classe C nível 1	12	295,44	30	960,30	1.255,74
191	300.033-6-5	FRANCISCO ALISON DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	24	768,24	768,24
192	135.620-1-6	GLAIZ SOARES LOPES	Escrivão classe A nível 4	12	369,36	12	480,12	849,48
193	404.794-1-4	GILVANE VITORIO CARDOSO	Inspetor classe B nível 2	30	923,40	18	720,18	1.643,58
194	300.008-8-9	JUSSANDRA MARA DE OLIVEIRA BARROS	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	6	192,06	635,22
195	300.041-8-3	BRENDA HENILE DOS SANTOS SOUZA	Escrivão classe D nível 1	16	393,92	15	480,15	874,07
196	167.827-1-8	JOSE TEMISTOCLES TELES DE CARVALHO NETO	Inspetor classe B nível 7	30	923,40	18	720,18	1.643,58
197	404.587-1-9	ALAN GUIMARAES CUNHA	Inspetor classe B nível 1	30	923,40	18	720,18	1.643,58
198	097.596-1-1	FRANCISCO CLAUDIO OLIVEIRA SILVA	Inspetor classe A nível 4	6	184,68	30	1.200,30	1.384,98
199	300.099-1-6	DANIEL MOREIRA SANTOS	Escrivão classe B nível 1	0	0,00	24	960,24	960,24
200	198.143-1-9	MARCIO JOSE REBELLO DE OLIVEIRA	Inspetor classe C nível 6	12	295,44	36	1.152,36	1.447,80
201	300.472-1-4	PAULO JOSE ALVES PINTO JUNIOR	Inspetor classe C nível 7	30	738,60	24	768,24	1.506,84
202	167.867-1-3	JOSE AMAURITONIO VAZ TEIXEIRA	Inspetor classe A nível 1	12	369,36	12	480,12	849,48
203	300.627-1-X	JOSE GILLANO MOREIRA DA SILVA	Escrivão classe C nível 3	12	295,44	6	192,06	487,50
204	300.015-8-3	JOEL VIEIRA DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	22	541,64	6	192,06	733,70
205	134.014-1-1	JOSE WILKENS ARCANJO ARAUJO	Escrivão classe A nível 4	6	184,68	12	480,12	664,80
206	138.862-1-0	FRANCISCO CHAGAS DE PAULA FILHO	Escrivão classe A nível 4	8	246,24	26	1.040,26	1.286,50
207	404.661-1-8	ANTONIO WILSON DE SOUSA	Inspetor classe B nível 2	12	369,36	10	400,10	769,46
208	300.675-1-7	NINIVE XIMENES ARAUJO	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	7	224,07	224,07
209	791.113-2-5	JOAO BATISTA DE LIMA JUNIOR	Delegado 1a classe	6	221,52	0	0,00	221,52
210	045.706-1-8	JOSE EVERARDO ANDRADE RODRIGUES	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	8	320,08	320,08
211	300.317-1-7	JOSE MARCIO SOUSA DE ARAUJO	Inspetor classe C nível 7	2	49,24	1	32,01	81,25
212	300.049-0-6	ANA CECILIA GOMES PESSOA	Escrivão classe D nível 1	18	443,16	30	960,30	1.403,46
213	137.396-1-7	DOMINGOS SAVIO MARTINS OLIVEIRA	Inspetor classe A nível 4	24	738,72	10	400,10	1.138,82
214	106.265-1-X	FRANCISCO JOSELIO BENTO DO NASCIMENTO	Inspetor classe A nível 4	0	0,00	10	400,10	400,10
215	301.233-9-5	MONICA CASTELLO BRANCO	Inspetor classe D nível 2	0	0,00	10	320,10	320,10
216	300.023-5-0	AUDY ESTEVES FERREIRA DA SILVA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	4	128,04	275,76
217	300.019-0-7	CINTIA CHAVES LOBO	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	4	128,04	275,76
218	301.232-2-0	KENIA MARINHA DA SILVA FONTES	Inspetor classe C nível 1	6	147,72	9	288,09	435,81
219	301.243-6-7	TARCIZO ALVES DE SALES NETO	Inspetor classe D nível 2	10	246,20	0	0,00	246,20
220	301.244-4-8	ANTONIO AURELIO ROCHA AGUIAR	Inspetor classe C nível 1	10	246,20	0	0,00	246,20
221	300.457-1-8	GLEIDSON TORRES MELO	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	20	640,20	640,20
222	300.463-1-5	ANTONIO PLATINY DAMASCENO SILVA	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	4	128,04	275,76
223	300.299-1-7	ANTONIO MARCELO BRITO CLAUDINO	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	4	128,04	275,76
224	300.004-5-5	FRANCISCA TAYLLA DE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	14	448,14	595,86
225	301.242-2-7	JOAO PAULO FEITOSA VERAS	Inspetor classe D nível 2	6	147,72	14	448,14	595,86
226	300.038-4-5	ANDERSON LOPES FERREIRA	Escrivão classe D nível 1	6	147,72	14	448,14	595,86
227	301.195-1-7	MARAIZA FELICIANO ALENCAR	Escrivão classe D nível 2	0	0,00	10	320,10	320,10
228	300.174-1-2	JOAO INACIO PRADO AFONSO DE MIRANDA	Inspetor classe C nível 7	6	147,72	1	32,01	179,73
229	300.014-5-1	ERIVELTON ANTÔNIO CRISÓSTOMO	Inspetor classe D nível 1	6	147,72	6	192,06	339,78
230	300.025-3-9	LUIS CLAUDIO LEMOS VIVEIROS	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	10	320,10	320,10
231	099.295-1-7	FRANCISCO MANUEL DE JESUS NOGUEIRA	Inspetor classe A nível 4	3	92,34	0	0,00	92,34
232	301.204-1-8	JULIO CESAR CHIARINI PEREIRA	Delegado 1a classe	10	369,20	0	0,00	369,20
233	301.203-1-0	BRUNO DE MESQUITA MARINHO	Delegado 2a classe	0	0,00	10	480,00	480,00
234	300.035-3-5	RENAN NASCIMENTO DA PAZ	Inspetor classe D nível 1	3	73,86	0	0,00	73,86
235	301.210-7-4	ORIANE CESAR DE BARROS DA PONTE FILHO	Inspetor classe D nível 2	12	295,44	0	0,00	295,44
236	300.021-3-x	LUÁ MARCOS DOS SANTOS SILVA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	3	96,03	96,03

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
237	404.574-1-0	JOSE HILTON ALVES SAMPAIO	Escrivão classe B nível 1	0	0,00	3	120,03	120,03
238	300.987-1-4	CARLOS EDUARDO AMANCIO LIRA	Inspetor classe C nível 3	6	147,72	4	128,04	275,76
239	300.025-6-3	WESLEY LEMOS DE SOUSA	Inspetor classe D nível 1	0	0,00	10	320,10	320,10
240	301.212-1-X	JOSE LUIS CHAVES JUNIOR	Inspetor classe C nível 1	5	123,10	0	0,00	123,10
241	404.834-1-1	FRANCISCO DE ASSIS SOARES DE OLIVEIRA	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	5	200,05	200,05
242	301.122-1-0	LEONARDO DUARTE DE MENESES	Inspetor classe C nível 3	5	123,10	0	0,00	123,10
243	300.066-7-4	VALERIA MORAIS DE SOUZA	Inspetor classe D nível 1	18	443,16	30	960,30	1.403,46
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								8637
TOTAL DA UNIDADE:								291.760,22

UNIDADE: COPOL - Coordenadoria Integrada de Planejamento Operacional

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	300.981-1-0	ANTONIO HARLEY ALENCAR ALVES FILHO	Delegado 2a classe	30	1.107,60	28	1.344,00	2.451,60
2	300.917-1-X	YURI BRANDAO DE MORAIS	Escrivão classe C nível 3	19	467,78	7	224,07	691,85
3	198.286-1-1	KAMILA DA NOBREGA LINHARES	Escrivão classe B nível 4	40	1.231,20	42	1.680,42	2.911,62
4	301.010-1-4	HELIO SOUSA PINHO	Inspetor classe C nível 3	39	960,18	7	224,07	1.184,25
5	300.356-1-5	HEITOR RENNE SINDO LOBO	Inspetor classe C nível 7	39	960,18	7	224,07	1.184,25
6	404.614-1-8	ANDRE DE AGUIAR MOURA	Inspetor classe B nível 2	40	1.231,20	17	680,17	1.911,37
7	300.285-1-1	FERNANDA CLEA MAGALHAES DE SENA	Inspetor classe C nível 7	29	713,98	7	224,07	938,05
8	301.239-6-4	PEDRO HENRIQUE PINHEIRO DE ALBUQUERQUE	Inspetor classe C nível 1	47	1.157,14	28	896,28	2.053,42
9	301.205-3-1	ROBSON FERNANDES NOGUEIRA	Inspetor classe C nível 1	39	960,18	7	224,07	1.184,25
10	301.210-0-7	TIAGO ROLIM QUEIROZ	Inspetor classe C nível 1	47	1.157,14	28	896,28	2.053,42
11	300.013-4-6	GLICIA DA COSTA OLIVEIRA	Inspetor classe D nível 1	36	886,32	18	576,18	1.462,50
12	198.211-1-0	ANTONIO RAFAEL GARCIA SOARES	Escrivão classe B nível 5	44	1.354,32	17	680,17	2.034,49
13	198.263-1-7	ANTONIO RAFAEL MARINHO CORREIA LIMA	Escrivão classe B nível 5	0	0,00	64	2.560,64	2.560,64
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								726
TOTAL DA UNIDADE:								22.621,71

UNIDADE: COIN - Coordenadoria de Inteligência

ORD	MATRÍCULA	NOME	CARGO	HORAS	VALOR(R\$)	HORAS ESP.	VALOR ESP.(R\$)	TOTAL(R\$)
1	300.576-1-9	NELSON CANITO PIMENTEL JUNIOR	Delegado 2a classe	0	0,00	65	3.120,00	3.120,00
2	300.571-1-2	ANDRE FRANCO DE FREITAS	Delegado 2a classe	0	0,00	24	1.152,00	1.152,00
3	300.598-1-6	FELIPE PORTO SEGUNDO	Delegado 2a classe	0	0,00	48	2.304,00	2.304,00
4	301.223-2-1	MARCELO PINHEIRO DA ANUNCIACAO	Delegado 2a classe	0	0,00	34	1.632,00	1.632,00
5	300.932-1-6	ARIANE CARVALHO ROCHA DE MORAIS MOTA	Escrivão classe C nível 3	7	172,34	15	480,15	652,49
6	404.776-1-6	FELIPE BRITO RODRIGUES	Inspetor classe B nível 1	12	369,36	31	1.240,31	1.609,67
7	301.229-0-9	DANIELLA DA SILVA DUARTE	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	50	1.600,50	1.600,50
8	404.993-1-8	LIANA MARILIA SOUZA GOMES	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	29	1.160,29	1.160,29
9	301.216-1-9	ISAIAS PIRES LOPES	Inspetor classe C nível 1	0	0,00	28	896,28	896,28
10	300.323-1-4	HEITOR SAMPAIO BATISTA	Inspetor classe C nível 7	0	0,00	11	352,11	352,11
11	404.734-1-6	DEUSIMAR LOPES DO NASCIMENTO FILHO	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	42	1.680,42	1.680,42
12	404.860-1-1	JAIRO FREIRE FERREIRA	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	60	2.400,60	2.523,72
13	404.820-1-6	ILO RAFAEL DE LIMA FORTE	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	60	2.400,60	2.523,72
14	404.940-1-4	JOILSON PEREIRA BRITO	Inspetor classe B nível 2	4	123,12	60	2.400,60	2.523,72
15	405.118-1-4	SANY LEANDRO DE MEDEIROS RODRIGUES	Inspetor classe B nível 2	0	0,00	70	2.800,70	2.800,70
16	405.112-1-0	RUBENS CHAVES DANIEL	Inspetor classe B nível 2	3	92,34	54	2.160,54	2.252,88
17	300.673-1-2	MARA DESIREE ROCHA THE MOTA	Escrivão classe C nível 3	0	0,00	6	192,06	192,06
TOTAL DE HORAS DA UNIDADE:								721
TOTAL DA UNIDADE:								28.976,56
TOTAL GERAL:								2.068.935,17

*** **

PORTARIA Nº285/2024-DIFIN - O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o Diretor Adjunto do DPJI NORTE **PAULO VICENTE RIBEIRO DE CASTRO**, ocupante do cargo de Delegado de Polícia Civil, lotado no Departamento de Polícia Judiciária do Interior Norte, matrícula nº 300566-1-2, a **viajar** para Sobral/CE, no período de 22/02/2024, com a finalidade de representar o Departamento de Polícia Judiciária do Interior Norte no enterro de policial civil; conforme Ofício nº 047/2024 acostado à folha 11 do processo nº 10051.002959/2024-13, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$ 64,83 (sessenta e quatro reais e oitenta e três centavos), acrescidos de 20%, totalizando R\$ 38,89 (trinta e oito reais e oitenta e nove centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10; classe IV do Anexo I do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 01 de março de 2024.

Otávio Duarte Vieira Coutinho

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº304/2024-DIFIN - O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia de Sobral, a **viajar** para Itapipoca, em objeto de serviço, com a finalidade de realizar de diligências, em razão dos altos índices de ocorrências de CVLIs nos últimos dias e do déficit de servidores na delegacia do referido município; conforme processo nº 10051.004328/2024-39, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Otávio Duarte Vieira Coutinho

DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº304/2024-DIFIN DE 06 DE MARÇO DE 2024

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Júlio Cesar Chiarini Pereira	Delegado	IV	07/03/2024	Sobral para Itapipoca	0,5	64,83	32,41
Bruno Soares Moreira	Inspetor	V	07/03/2024	Sobral para Itapipoca	0,5	61,33	30,66
Helson Ferro de Araújo	Inspetor	V	07/03/2024	Sobral para Itapipoca	0,5	61,33	30,66
Iara Lins Buarque de Mendonça	Inspetor	V	07/03/2024	Sobral para Itapipoca	0,5	61,33	30,66
TOTAL					-	-	124,39

*** **



PORTARIA Nº305/2024-DIFIN - O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na DRPC de Canindé, a **viajar** para Quixadá, em objeto de serviço, com a finalidade de realizar condução de preso; conforme processo nº 10051.002370/2024-15, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº305/2024-DIFIN DE 06 DE MARÇO DE 2024

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS			
					QTD	VALOR (R\$)	ACRESCIDO	TOTAL (R\$)
TARCIZO ALVES DE SALES NETO	Inspetor	V	06/02/2024	Canindé para Quixadá	0,5	61,33	10%	33,73
FRANCISCO IDEVAL FERREIRA GUEDES	Inspetor	V	06/02/2024	Canindé para Quixadá	0,5	61,33	10%	33,73
FRANCISCO BENÍCIO BEZERRA	Inspetor	V	06/02/2024	Canindé para Quixadá	0,5	61,33	10%	33,73
TOTAL	-	-	-	-	-	-	-	101,19

*** **

PORTARIA Nº316/2024-DIFIN - O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados no Departamento de Polícia Judiciária do Interior Norte, a **viajar** para Itapipoca e Amontada, em objeto de serviço, com a finalidade de dar apoio a delegacia da região; conforme processo nº 10051.004431/2024-89, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “b”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 05 de março de 2024.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº316/2024-DIFIN DE 05 DE MARÇO DE 2024

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Marcos Aurélio Elias de Franca	Delegado	III	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	77,10	346,95
Paulo Vicente Ribeiro de Castro	Delegado	IV	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	64,83	291,73
Eduardo Menezes de Oliveira	Delegado	IV	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	64,83	291,73
José Gilvan de Lima Pinto	Inspetor	V	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	61,33	275,98
Henrique Aguiar Simões	Inspetor	V	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	61,33	275,98
Ernesto Euclides Feijão Júnior	Inspetor	V	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	61,33	275,98
Cicero César Pinto da Cunha Filho	Inspetor	V	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	61,33	275,98
Francisco Édio de Sousa Alves	Inspetor	V	04/03/2024 a 08/03/2024	Fortaleza para Itapipoca	4,5	61,33	275,98
TOTAL	-	-	-	-	-	-	2.310,31

*** **

PORTARIA Nº317/2024-DIFIN - O DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, lotados na Delegacia Regional de Sobral, a **viajar** para Itapipoca, em objeto de serviço, com a finalidade de dar apoio a delegacia da região; conforme processo nº 10051.004467/2024-62, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea “a”, § 1º do art. 4º; art. 5º e seu § 1º; art. 10 do Decreto nº 30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à dotação orçamentária da Superintendência da Polícia Civil. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Otávio Duarte Vieira Coutinho
DIRETOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº317/2024-DIFIN DE 06 DE MARÇO DE 2024

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		
					QTD	VALOR (R\$)	TOTAL (R\$)
Lorena Moura Gabriel	Inspetora	V	08/03/2024	Sobral para Itapipoca	0,5	61,33	30,66
José Augustiele Araújo Silva	Inspetor	V	08/03/2024	Sobral para Itapipoca	0,5	61,33	30,66
TOTAL	-	-	-	-	-	-	61,32

PERÍCIA FORENSE DO CEARÁ

PORTARIA Nº123/2024 - O PERITO GERAL ADJUNTO, da Perícia Forense do Estado do Ceará, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso do art. 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao servidor **JOSÉ MÁRIO DE LIMA JÚNIOR**, ocupante do cargo de MÉDICO PERITO LEGISTA/SUPERVISOR DO NÚCLEO DE TANATOLOGIA FORENSE DA COORDENADORIA DE MEDICINA LEGAL DA PEFOCE, EM FORTALEZA-CE, matrícula nº 300.136-1-1, lotado nesta PEFOCE, a importância de R\$ 6.000,00 (Seis Mil Reais), sendo R\$ 4.000,00 (Quatro Mil Reais) relativa à natureza de despesa: 339030 – para aquisição de Materiais Diversos e R\$ 2.000,00 (Dois Mil Reais) relativa à natureza de despesa: 339039 – Outros Serviços Pessoa Jurídica. A aplicação dos recursos não poderá ocorrer para despesa diversa das Notas de Empenhos, e não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo sua comprovação acontecer em até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de março de 2024.

Atila Einstein de Oliveira
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

*** **

PORTARIA Nº124/2024 - O PERITO GERAL ADJUNTO, da Perícia Forense do Estado do Ceará, no uso da atribuição que lhe confere o art. 78 combinado com o art. 120 da Lei nº 9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso do art. 123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, a servidora **SAMYRA MARIA VIEIRA BRASIL ROCHA**, ocupante do cargo de PERITO LEGISTA/COORDENADORA DA COORDENADORIA DE ANÁLISES LABORATORIAIS FORENSES DA PEFOCE, EM FORTALEZA-CE, matrícula nº 168.057-1-8, lotada nesta PEFOCE, a importância de R\$ 5.380,00 (Cinco Mil e Trezentos e Oitenta Reais), sendo R\$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais) relativa à natureza de despesa: 339030 – para aquisição de Materiais Diversos e R\$ 2.880,00 (Dois Mil e Oitocentos e Oitenta Reais) relativa à natureza de despesa: 339039 – Outros Serviços Pessoa Jurídica. A aplicação dos recursos não poderá ocorrer para despesa diversa das Notas de Empenhos, e não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo sua comprovação acontecer em até 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de março de 2024.

Atila Einstein de Oliveira
PERITO GERAL ADJUNTO

Registre-se e publique-se.

*** **



EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 2024_001_0403/2024

CONTRATANTE: Perícia Forense do Estado do Ceará - PEFCE CONTRATADA: SLS TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços contínuos a serem executados com dedicação exclusiva de mão de obra terceirizada, regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) para as Categorias Administrativas e de Asseio e Conservação para a Sede e Núcleos Regionais de Juazeiro do Norte, Iguatu, Quixeramobim e Canindé. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem como fundamento a Dispensa de Licitação nº 001/2024 - PEFCE, e seus anexos, os preceitos do direito público, Lei Federal nº 14.133/21, art. 75, inciso VIII, e demais legislação aplicável ao cumprimento de seu objeto, vinculando-se ao Termo de Dispensa publicado no DOE de 05/03/2024. FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato é de 1 (Um) ano a partir da data de sua publicação. VALOR GLOBAL: R\$ 6.188.084,04 (Seis milhões, cento e oitenta e oito mil, oitenta e quatro reais e quatro centavos) pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100007.06.181.196.20761.01.339037.1.5009100000.0, 10100007.06.181.196.20761.02.339037.1.5009100000.0, 10100007.06.181.196.20761.03.339037.1.5009100000.0, 10100007.06.181.196.20761.09.339037.1.5009100000.0 e 10100007.06.181.196.20761.10.339037.1.5009100000.0 DATA DA ASSINATURA: 07/03/2024 SIGNATÁRIOS: Manuela Chaves Loureiro Cândido - Diretora de Planejamento e Gestão Interna e Victor Simão Bedê - Representante Legal.

Livio César Feitosa Barbosa
COORDENADOR DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CPLAG

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 2024_001_0702/2024

CONTRATANTE: PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. CONTRATADA: LIFE TECHNOLOGIES BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS PARA BIOTECNOLOGIA LTDA OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO É A AQUISIÇÃO DE REAGENTE POLÍMERO POP4 PARA UTILIZAÇÃO DO ANALISADOR GENÉTICO MODELO 3500, PARA O NÚCLEO DE PERÍCIA EM DNA FORENSE DA PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ- NUPDF/PEFOCE FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO FUNDAMENTO O ATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 002/2024 E SEUS ANEXOS, OS PRECEITOS DO DIREITO PÚBLICO, LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CUMPRIMENTO DE SEU OBJETO. FORO: FORTALEZA - CE. VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO É DE 12 (DOZE) MESES, CONTADO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO. VALOR GLOBAL: R\$ 46.517,44 (QUARENTA E SEIS MIL E QUINHENTOS E DEZESSETE REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100 007.06.181.196.20761.03.339030.1.5009100000. DATA DA ASSINATURA: 08/03/2024. SIGNATÁRIOS: MANUELA CHAVES LOUREIRO CÂNDIDO - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA e GUSTAVO ARBEX AVELAR e MARCOS DAMIAN CAUSSI - REPRESENTANTES LEGAL DA CONTRATADA.

Livio César Feitosa Barbosa
COORDENADOR/COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CPLAG

*** **

EXTRATO DE CONTRATO

Nº DO DOCUMENTO 2024_001_2702/2024

CONTRATANTE: PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ. CONTRATADA: SOLUÇÃO COMÉRCIO DE GASES EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS LTDA. OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÁS HÉLIO PARA USO NO NÚCLEO DE TOXICOLOGIA FORENSE (NUTOF), PERTENCENTE À COORDENADORIA DE ANÁLISES LABORATORIAIS FORENSES - CALF. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O PRESENTE CONTRATO TEM COMO FUNDAMENTO NO COEP Nº2024/0536 E SEUS ANEXOS, OS PRECEITOS DO DIREITO PÚBLICO, NO DECRETO Nº 35.341/2023 E NA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL AO CUMPRIMENTO DE SEU OBJETO. FORO: FORTALEZA - CE. VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA DESTE CONTRATO É DE 12 (DOZE) MESES, CONTADO DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO. VALOR GLOBAL: R\$ 27.600,00 (VINTE E SETE MIL E SEISCENTOS REAIS). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100007.06.181.196 .20761.03.339030.1.5009100000. DATA DA ASSINATURA: 01/03/2024. SIGNATÁRIOS: MANUELA CHAVES LOUREIRO CÂNDIDO - DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA e FABIANO GOMES AGOSTINHO - REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA.

Livio César Feitosa Barbosa
COORDENADOR/COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO - CPLAG



ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº119/2024 NUP 10041.000575/2024-85 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, para CONTEUDISTA DO CURSO FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES - CFSD PM - 2024, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000575/2024-85, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº119/2024 DE 05 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES - CFSD PM - CONTEUDISTA 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
CARLO RÔMULO MATOS BARRETO	11702317	CONTEUDISTA	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DIREÇÃO VEICULAR APLICADA À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR	10	21/02/2024 a 21/02/2024	R\$ 730,20
FELIPHE SANTIAGO BARBOSA	30219813	CONTEUDISTA	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	20	02/02/2024 a 02/02/2024	R\$ 1.460,40
LUCIANO FRANCO BEZERRA	30344219	CONTEUDISTA	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DIREÇÃO VEICULAR APLICADA À ATIVIDADE POLICIAL MILITAR	10	21/02/2024 a 21/02/2024	R\$ 730,20
GABRIEL ZANELLA VERÍSSIMO	3084761X	CONTEUDISTA	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA PMCE - III.	18	07/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 1.314,36

TOTAL DE H/A PORTARIA: 58
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.235,16

*** **

PORTARIA Nº139/2024 NUP 10041.000727/2024-40 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, POR COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES - CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 45, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000727/2024-40, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº139/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCO EVERTON DE FARIAS TORRES	127.964-1-2	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 45	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
DOMINGOS SAVIO PAIVA BARBOSA	105.939-1-9	MONITOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 45	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.022,18
HUMBERTO MAIA COSTA FILHO	00067318	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
FRANCISCO MARCELO FERREIRA DA SILVA	13418919	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
ANTONIO JOSE DA SILVA ALVES	136.349-1-2	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOÊNCIA	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 292,08
ALAN MENEZES VERAS	13634815	INSTRUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 408,92
JOSÉ MAURÍCIO RAULINO JÚNIOR	09159916	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
ISABELA LOBO MESQUITA	00017019	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
ALYSSON TOBIAS MENEZES DA MOTA	843.963-4-6	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04

TOTAL DE H/A PORTARIA: 64
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.534,45

*** **

PORTARIA Nº141/2024 NUP 10041.000665/2024-76 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 50, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000665/2024-76, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº141/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCO OSMAR CARNEIRO	00056111	COORDENADOR	MÉDIO	R\$ 29,20	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 50	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 511,00
JOSÉ TUPINAMBÁ VIEIRA DE SOUSA	1053531X	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 50	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
FRANCISCO ODÉLIO FERREIRA BUTRAGO	00075019	INSTRUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 613,38
FRANCISCO ALEXANDRE ARAÚJO BARROS	30330412	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOÊNCIA	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
ALISSON MOURA NEPOMUCENO	843.961-0-9	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
ALLAN CHRISTIANN PEREIRA SALES	3031431X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	2	26/02/2024 a 26/02/2024	R\$ 146,04
BRUNO EDER FONTES NEPOMUCENO	30698010	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
EDEMIR BARROS MAIA	00030813	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	DEONTOLOGIA E HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 204,46
BRUNO EWERTON MATIAS DE SOUSA	843.964-2-7	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
MICHEL ALVES DA CRUZ	11883117	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ORDEM UNIDA - I	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 116,82
ADELEON BARBOSA GOMES	30121600	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
DAVI LIMA BARROSO	30845919	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64

TOTAL DE H/A PORTARIA: 73
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.621,97

*** **

PORTARIA Nº157/2024 NUP 10041.000712/2024-81 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 11, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000712/2024-81, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº157/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
SANDRA MARIA COELHO RIBEIRO	13213917	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOÊNCIA	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
CARLOS HENRIQUE FERREIRA BARROS	1345013	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
LINCOLN DUARTE DANIELCI	431.063-5-X	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 175,23



NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
DANIEL CÉSAR FREIRE MONTEIRO	00020516	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
NÍVEA SÁ COSTA	00068411	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEONTOLOGIA E HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
JOSÉ WELLINGTON SOARES DA COSTA	308.533-1-8	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
FRANCISCO JERÔNIMO OLIVEIRA SOUSA	10685311	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 292,08
GERMANO FABIO MIRANDA CHRISOSTIMO	15171219	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 35
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 2.511,87

*** **

PORTARIA Nº158/2024 NUP 10041.000643/2024-14 A DIRETORA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO INTERNA DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria de nº 118/2024 DG/AESP RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO ao **SERVIDOR** relacionado no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR, MINISTRAR E TUTORAR AULAS DO CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL I - 2023 , REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000643/2024-14, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D'almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº158/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL I - 2023

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
DAVID QUEIROZ DE FREITAS	30029739	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.314,36
PEDRO HENRIQUE MOURÃO GURGEL	30887433	TUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	DIREITOS HUMANOS	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.051,38
PAULA PERPÉTUA BARROS MACIEL	00077410	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
JANAINA PEREIRA RODRIGUES	301.231-3-1	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
FÁBIO LOPES ARAUJO	19812111	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TÉCNICAS OPERACIONAIS	20	05/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 1.460,40
ADAILTON BARBOSA DE CASTRO	00053015	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	10	15/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 584,10
JESSÉ DA COSTA SANTOS	19881415	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	DEFESA. PESSOAL	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
LUIS CESAR DA SILVA COSTA	3011311X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA. PESSOAL	6	08/02/2024 a 22/02/2024	R\$ 438,12
LUCIANO FRANCO BEZERRA	30344219	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	18	07/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 1.314,36
CICERO ALBERTO HOLANDA FEITOSA	30398718	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	10	15/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 730,20
ISAAC DIEB HOLANDA SALES	30095618	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	20	08/02/2024 a 22/02/2024	R\$ 1.460,40
ANTONIO DIDEROT BEZERRA COUTINHO	84396605	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA. PESSOAL	10	08/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 730,20
FELIPE ANTONIO LIMA RODRIGUES	301.226-5-8	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TÉCNICAS OPERACIONAIS	32	05/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 1.869,12
FRANCISCO JODY MARTINS DE VASCONCELOS	300214-1-X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	20	08/02/2024 a 22/02/2024	R\$ 1.460,40
CLÁUDIO HENRIQUE DE OLIVEIRA	301.155-1-1	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONHECIMENTOS BASICOS DE INFORMATICA	10	02/02/2024 a 02/02/2024	R\$ 730,20
RAFAEL PINHEIRO GONÇALVES CAVALCANTE	16755117	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	LEGISLAÇÃO E CONTROLE DISCIPLINAR	10	16/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 730,20
KARYNE FIORI PALHANO VICTOR	19878414	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	9	22/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 657,18
BRENO FONTENELE PELUCIO	19837416	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS	10	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 730,20
FRANCISCA ELAINE MATOS PEREIRA	30081110	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO POLICIAL APLICADOS À INVESTIGAÇÃO	18	06/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.314,36
MARCOS AURELIO FURTADO MACHADO	40488618	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	RELATÓRIOS POLICIAIS - TEORIA E PRÁTICA	12	01/02/2024 a 01/02/2024	R\$ 876,24
RODRIGO RIBEIRO DE VASCONCELOS	3012314X	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	MEDIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONFLITOS	10	21/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 730,20
MIRNA DE LIMA BARBOZA	30120728	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS	3	05/02/2024 a 05/02/2024	R\$ 219,06
TIAGO BEZERRA LIMA	301.219-6-1	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TÉCNICAS DE ENTREVISTA	11	05/02/2024 a 19/02/2024	R\$ 642,51

TOTAL DE H/A PORTARIA: 359
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 25.118,43

*** **

PORTARIA Nº160/2024 NUP 10041.000648/2024-39 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 06, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000648/2024-39,



realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº160/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCO MATIAS FILHO	12536518	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024... GRUPO - 6	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
CAMILY PEREIRA DAVID	30167112	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024... GRUPO - 6	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
LEILIANA MARIA CASTELO MELO SILVA	10630916	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 233,64
JONE DE CASTRO BRASIL	02994011	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
ANTÔNIO RAIMUNDO MOREIRA DO NASCIMENTO	10991617	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
ANDRÉ LUIS SOARES CRUZ	00061417	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
LEANDRO GOMES PIRES	300.404-3-0	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
ANTONIO MATHEUS OSTERO LEITÃO	30058046	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 116,82
ANDREZA MARIA PEREIRA DA SILVA	587.790-1-6	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
MARCUS MAGALHÃES MOURA FILHO	30883845	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 5.023,74

*** **

PORTARIA Nº161/2024 NUP 10041.000655/2024-31 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024, TURMA I - GRUPO 26, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000655/2024-31 realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº161/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
NAERTON GOMES DE MENEZES	11107915	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024... GRUPO - 26	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
ADEMIR DE ARAUJO SOUSA	135.080-1-1	MONITOR	MÉDIO	R\$ 29,20	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024... GRUPO - 26	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 511,00
CARLOS EDUARDO MOREIRA	13507910	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
ALANO TIMBÓ MAGALHÃES BIZARRIA	15183314	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
MANOEL PEREIRA DOS SANTOS FILHO	304.619-1-6	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
MOACYR RODRIGUES SERPA NETO	11107818	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
FELIPE LIMA COSTA	843.963-7-0	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
FRANCISCO ANGELO DA ROCHA NETO	843.967-6-1	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 233,64
AUGUSTO CESAR ISAIAS FONTENELE FILHO	84396818	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
FRANCISCO RAMIRO MAGALHÃES FILHO	303.438-1-6	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.140,01

*** **

PORTARIA Nº162/2024 NUP 10041.000664/2024-21 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSM PM 2024, TURMA I - GRUPO 36, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000664/2024-21 , realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº162/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024



CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCO HAYALLA DE PAULA MOREIRA	12519419	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 36	13	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 949,26
LUIS CESAR DA SILVA COSTA	3011311X	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 36	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
LENNON MENEZES DE PAIVA RODRIGUES	303749-1-6	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
IGOR RAFAEL PEREIRA DA SILVA	84396656	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
RAIMUNDO MORAIS DE SANTANA JUNIOR	843.978-5-7	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
RAIMUNDO MORAIS DE SANTANA JUNIOR	843.978-5-7	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
BRUNO EWERTON MATIAS DE SOUSA	843.964-2-7	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 350,46
JOÃO BATISTA MOREIRA LIMA NETO	30234618	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 233,64
PRISCYLLA DOS SANTOS FONTENELE	84398020	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
DANIEL MOREIRA SALES	843973-6-9	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 175,23

TOTAL DE H/A PORTARIA: 65.5
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.300,68

*** **

PORTARIA Nº163/2024 NUP 10041.000647/2024-94 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 10, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000647/2024-94, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº163/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
RONDINELLI DA COSTA MOREIRA	11279716	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 10	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
FRANCISCO JOSÉ DE SOUZA	1678561X	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 175,23
MARIA GIRLANE NOBRE DE SOUZA	02615517	INSTRUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 408,92
ADLANTA MOURÃO BRITO	40458115	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
HISRAEL PEREIRA DE SOUZA	84396753	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
VICTOR RIBEIRO ARAUJO MARQUES	30369912	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEONTOLOGIA E HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
MARIANA PAES DIOGENES DE PAULA	301.251-1-8	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
IZABELE DE PAULA BARROS	300002-3-4	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64

TOTAL DE H/A PORTARIA: 45.5
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 3.249,32

*** **

PORTARIA Nº165/2024 NUP 10041.000686/2024-91 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I – GRUPO 09, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000686/2024-91, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº165/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCO ANIVALDER NUNES AGUIAR	10872316	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
JOSE COELHO BRAYNER	09844015	INSTRUTOR	MÉDIO	R\$ 29,20	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 87,60
RICARDO RONDINELLE ALVES MADUREIRA	13448213	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
LEANDRO GOMES PIRES	300.404-3-0	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	3	27/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 219,06
NARTAN DA COSTA ANDRADE	19882411	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 613,38

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
CARLA TATIANA MARTINS DE MORAES	19822710	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	9	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 657,18
ELILDA LIMA DE AQUINO	10860415	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
FRANCISCO MARCELO FERREIRA DA SILVA	13418919	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEONTOLOGIA E HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
ADAMS DE OLIVIERA FREITAS	11277411	PROFESSOR	MÉDIO	R\$ 29,20	ORDEM UNIDA - I	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 116,80

TOTAL DE H/A PORTARIA: 38
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 2.584,84

*** **

PORTARIA Nº166/2024 NUP 10041.000666/2024-11 10041.000666/2024-11 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 27, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000666/2024-11, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº166/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
MARIO CLÉZIO ALVES DE MOURA	00074918	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 27	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
JOSÉ WELLINGTON MARTINS ARAÚJO	30058410	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 27	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
JOSE EDIKELSON CHAVES DE ARAUJO	30853814	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
ALZIRENE HOLANDA DE MOURA MORLIN	30470710	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
SAMORA FIDEL MAIA PRUDENTE	843.971-4-8	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 116,82
PRISCILA MARIA DE SOUSA GOMES	84395803	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
DIOGO MONTEIRO RODRIGUES	30852818	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	6	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
MARIANE ARAÚJO LIMA DE ALMEIDA	308.393-1-5	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
TIAGO ALENCAR KOURY	30029518	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 350,46
FRANCISCO DELIO PANTALEAO	843.969-9-0	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.819,20

*** **

PORTARIA Nº167/2024 NUP 10041.000685/2024-47 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 21, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000685/2024-47, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº167/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
TALYTA BARROS MACIEL	30850211	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 21	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
JOSÉ KLEVERTON DE SOUSA MORAES	135.794-1-5	MONITOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 21	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.022,18
ROGER WILKER CASTRO SILVA	00054119	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	29/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 175,23
WILLKER PEREIRA LOPES	30841913	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
KELY DE OLIVEIRA YAMAMOTO	308.390-1-3	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 292,08
THIAGO MAX MOURA CAVALCANTE	843.959-3-5	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
MARCÍLIO OLIVEIRA QUIXADÁ	300.305-9-1	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04



NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
MARCÍLIO OLIVEIRA QUIXADÁ	300.305-9-1	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
METON MEIRELES SOARES DE ALENCAR	30843118	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
WELTESON OLIVEIRA VIANA DA SILVA	843.956-9-2	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
DIEGO MAGALHAES COELHO	843.958-5-4	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	27/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 219,06

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.811,90

*** **

PORTARIA Nº168/2024 NUP 10041.000692/2024-49 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 19, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000692/2024-49, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 06 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº168/2024 DE 06 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
ANTONIO ROGÉRIO RIBEIRO ALMEIDA	3029291X	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 19	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
AUGUSTO CESAR MOURA ROCHA	84396400	MONITOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 19	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.022,18
DAYANE KATHARYNE DE SOUZA	30838718	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 292,08
ALEX DEYVD OLIVEIRA SANTOS	843.960-8-7	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
ADRIANO SILVA DA COSTA	843.958-6-2	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
ADRIANO SILVA DA COSTA	843.958-6-2	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
CHARLES JONES LEMOS JUNIOR	30840313	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
RONALDO EMMANUEL DA SILVA CASTRO	30659619	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
RENE NYRON BARROS CUNHA	843.969-5-8	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	27/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 350,46
ALEXSANDRO VIRGILIO FREITAS	127403-1-X	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.709,63

*** **

PORTARIA Nº170/2024 NUP 10041.000774/2024-93 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR, MINISTRAR E TUTORAR, AULAS DO CURSO FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D – Nível I – 2023 – Grupo 14 – REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000774/2024-93, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº170/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL I - 2023

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
CLENIO KLEBER LUCAS MARTINS	00057517	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DIREITOS HUMANOS	13	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 949,26
BRUNO CARLOS SILVA	30342518	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.314,36
REBECA RAMALHO TORRES MAIA	198.839-1-4	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
LUCAS DE FARIAS CAMELO	40500413	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL... GRUPO -	40	03/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
ADAILTON BARBOSA DE CASTRO	00053015	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	10	27/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 584,10
MARCOS DIAS DO NASCIMENTO	13520216	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA.	4	02/02/2024 a 05/02/2024	R\$ 292,08
FRANCISCO WASHINGTON DE MIRANDA SOARES	30041615	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	20/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 2.628,72

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
LINCOLN BARBOSA SANTOS	13483213	INSTRUTOR	MÉDIO	R\$ 29,20	DEFESA. PESSOAL	8	01/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 233,60
GUILHERME DOS SANTOS MELO	13586918	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA. PESSOAL	8	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 584,16
FRANCISCO LEANDRO BRAGA PINTO	3061061X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	18	15/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 1.314,36
ILO RAFAEL DE LIMA FORTE	40482016	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TÉCNICAS OPERACIONAIS	18	07/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 1.314,36
MOISES FERREIRA PINTO	10633915	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ARMAS E MUNIÇÕES LETAIS E MENOS LETAIS E EQUIPAMENTOS	6	01/02/2024 a 06/02/2024	R\$ 350,46
MOISES FERREIRA PINTO	10633915	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	34	20/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 1.985,94
VITOR CESAR BARBOSA MOTA	40515615	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ARMAS E MUNIÇÕES LETAIS E MENOS LETAIS E EQUIPAMENTOS	6	01/02/2024 a 06/02/2024	R\$ 438,12
VITOR CESAR BARBOSA MOTA	40515615	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	10	20/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 730,20
NILDJON WEDNEY DE SOUZA	13518416	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	9	01/02/2024 a 08/02/2024	R\$ 657,18
VINICIUS RODRIGUES DE FARIAS	307.511-1-6	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	10	27/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 584,10
LEONARDO LEVY ARAGÃO LIMA	430.565-1-4	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	20/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 2.102,76
MARIA CAROLINA RIBEIRO AZEVEDO	431030-2-4	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	36	20/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 2.102,76
SEIGO MIRRAY FARIAS MARQUES	301201-5-9	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TÉCNICAS OPERACIONAIS	25	07/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 1.460,25
REBECA FEITOSA BEZERRA	40508910	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	MEDIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONFLITOS	12	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 876,24
HUGGO LEONARDO DE LIMA ANASTÁCIO	30120337	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TÉCNICAS DE ENTREVISTA	16	02/02/2024 a 07/02/2024	
DIEGO DAVIS FURTADO CAVALCANTE	300.406-6-X	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	LEGISLAÇÃO E CONTROLE DISCIPLINAR	10	16/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 584,10
ROBSON FERNANDES NOGUEIRA	301.205-3-1	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	14	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.022,28
JOSE MURILO DE FRANÇA FILHO	300.444-1-X	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INVESTIGAÇÃO DE CRIME DE TRÁFICO DE DROGAS	10	19/02/2024 a 21/02/2024	R\$ 584,10
ENILSON MOURA PONTES FILHO	167968-1-6	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS	6	02/02/2024 a 05/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 453
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 30.141,53

*** **

PORTARIA Nº172/2024 NUP 10041.000704/2024-35 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 38, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000704/2024-35, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº172/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
NÍBIO ARAÚJO PINTO	10344212	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES - CFSD PM 2024... GRUPO - 38	17.5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
ELIVAN GOMES LIMA	00067911	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
BRENO TIMBÓ MAGALHÃES BIZARRIA	30855515	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
ANTONIO ARNALDO LOPES DO NASCIMENTO	0374681X	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 175,23
CARLOS RENATO SILVA DE MELO	00053317	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
GERALDO PAULO FERREIRA FILHO	03705315	PROFESSOR	MÉDIO	R\$ 29,20	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 116,80
CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	30124529	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 204,46
ALEFE ALMEIDA TEIXEIRA	84395951	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 233,64
BENEDITO WASHINGTON ALVES CRAVEIRO	11315615	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 350,46

TOTAL DE H/A PORTARIA: 52.5
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 3.526,76

*** **

PORTARIA Nº175/2024 NUP 10041.000696/2024-27 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS



MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 02, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000696/2024-27, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº175/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
GLAYDSON PINHEIRO FARIAS	11333710	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 2	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
LEILIANA MARIA CASTELO MELO SILVA	10630916	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 116,82
VINICIUS PAIVA MARTINS	843.965-5-9	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
EDEMIR BARROS MAIA	00030813	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 613,38
MARLOS AMAURY CASTELO BEZERRA FILHO	30193512	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
FRANCISCO CAVALCANTE DE PAULA NETO	02853213	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 306,69

TOTAL DE H/A PORTARIA: 38.5
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 3.044,94

*** **

PORTARIA Nº177/2024 NUP 10041.000707/2024-79 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 10, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000707/2024-79, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº177/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
DIEGO ALMEIDA DE OLIVEIRA	30010116	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ORDEM UNIDA - I	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 292,08
ALINE MEDEIROS PINHEIRO	30119355	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 10
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 730,20

*** **

PORTARIA Nº179/2024 NUP 10041.000700/2024-57 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR, AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 47, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000700/2024-57, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº179/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
JOSE ALEXANDRE SOARES NOGUEIRA	10794315	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 47	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
LEVI GOMES RODRIGUES	30189116	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 47	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
BURTON DEYVES GOMES DE ARAUJO	10837219	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA PESSOAL POLICIAL MILITAR	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 219,06
FRANCISCO THIAGO CARNEIRO SENA	30154118	INSTRUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLENCIA	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 408,92
JORGE LUIS SOUSA COSTA	13628017	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	2	26/02/2024 a 26/02/2024	R\$ 116,82
MARCOS AURELIO DA SILVA JUNIOR	304.936-1-3	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
DIÓGENES LIMA DE SOUZA	02752913	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEONTOLOGIA E HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
JOSE WAGNER GUEDES NOGUEIRA	18414	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
JOSE JANDER FACUNDO BARBOSA	13526915	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
GERALDO PAULO FERREIRA FILHO	03705315	PROFESSOR	MÉDIO	R\$ 29,20	ORDEM UNIDA - I	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 58,40
KATSON DEYVIS MONTEIRO ROQUE	843.972.8-8	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 5.023,72

*** **

PORTARIA Nº183/2024 NUP 10041.000698/2024-16 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 03, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000698/2024-16, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº183/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCA ADEIRLA FREITAS DA SILVA	1085301X	COORDENADOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 3	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.022,18
JOELSON PIMENTEL DA SILVA	00066818	MONITOR	MÉDIO	R\$ 29,20	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 3	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 511,00
CLAUDOMIRO SOUZA DA SILVA	12550510	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12
RENATA SILVA PINHEIRO MELO	16788511	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
JUAN TELMO SILVA FERREIRA LIMA	30262611	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
FRANCISCO CLÁUDIO BASTOS MENDONÇA	0994821X	PROFESSOR	DOUTOR	R\$ 131,45	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 394,35
ANDREIA KATIA SOUZA	30001613	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
FELIPE LEONNI ALVES DE PAULA FLOR	30724712	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 350,46
DANIEL MEZENTSEF DO AMARAL VIEIRA	588.184-1-0	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
SAMUEL JACÓ DE OLIVEIRA	843.972-1-0	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 233,64

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 4.059,63

*** **

PORTARIA Nº184/2024 NUP 10041.000731/2024-16 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR E MINISTRAR AULAS NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024, TURMA I - GRUPO 05, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000731/2024-16 , realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº184/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
ANDERSON DUARTE BARBOZA	1518521X	COORDENADOR	DOUTOR	R\$ 131,45	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 5	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.300,38
ROBERTO CHRISTIAN VIDAL ALVES	30303814	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS POLICIAIS MILITARES – CFSD PM 2024... GRUPO - 5	17,5	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.277,85
JOSENI DE LIMA PEREIRA	00076112	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	EDUCAÇÃO FÍSICA POLICIAL MILITAR	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
MARCOS SILVA DOS SANTOS	13583811	INSTRUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	FUNDAMENTOS PSICOSSOCIAIS DO FENÔMENO DA VIOLÊNCIA	4	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 408,92
MÁRCIO SILVA COSTA	15172010	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ORDEM UNIDA - I	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 233,64
FRANCISCO ALMEIDA DE SOUSA FILHO	30040503	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INSTRUÇÃO GERAL - I	6	26/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
RAFAEL BARBOSA GONÇALVES	30046919	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ANÁLISE E MAPEAMENTO DE OCORRÊNCIAS	2	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 146,04
FRANCISCO THIAGO CARNEIRO SENA	30154118	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	SISTEMA DE SEGURANÇA PÚBLICA NO BRASIL	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 613,38
KLÉCIO MONTEIRO GOMES	13585512	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	FUNDAMENTOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL	3	28/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 175,23



NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
ADALREISSON FRANCISCO DA SILVA	30396413	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INTRODUÇÃO AO ESTUDO DO DIREITO	6	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 438,12

TOTAL DE H/A PORTARIA: 70
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 6.323,76

*** **

PORTARIA Nº188/2024 NUP 10041.000652/2024-05 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR, MINISTRAR E TUTORAR, AULAS DO CURSO FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D – NÍVEL I – 2023 – GRUPO 01 – REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000652/2024-05, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D' Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº188/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL I - 2023

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
CLAUDOMIRO SOUZA DA SILVA	12550510	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.314,36
HELERY ALECRIM CAVALCANTE	300.741-1-4	TUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DIREITOS HUMANOS	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.314,36
SERGIO ALEXSANDRO DA SILVA CARVALHO	00060712	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVE... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
RENATO LEITE DE FIGUEIREDO	3011972X	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVE... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
ELAINE CRISTINA NOBRE DE SOUSA	30184610	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRATICA	10	15/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 730,20
FABIOLLA MOREIRA CASSIANO	30666615	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRATICA	10	15/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 730,20
MAC THIAGO BARBOSA DA SILVA	30043413	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	5	02/02/2024 a 02/02/2024	R\$ 292,05
YURI BRANDÃO DE MORAIS	3009171X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TÉCNICAS OPERACIONAIS	25	02/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 1.825,50
GLEIDSON SALES GOMES	1256631X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRATICA	10	15/02/2024 a 15/02/2024	R\$ 730,20
FRANCISCO ALMEIDA DE SOUSA FILHO	30040503	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRATICA	8	07/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 584,16
PEDRO HENRIQUE PINHEIRO DE ALBUQUERQUE	30123964	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TÉCNICAS OPERACIONAIS	25	02/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 1.460,25
DAVID NASCIMENTO CÂMARA	30086414	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	DEFESA. PESSOAL	12	01/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 700,92
MARCIO FEITOSA GARCIA	16795216	INSTRUTOR	MÉDIO	R\$ 29,20	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	11	05/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 321,20
FÁBIO LOPES ARAÚJO	19812111	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA. PESSOAL	10	01/02/2024 a 22/02/2024	R\$ 730,20
DIONNIS DA SILVA DE SOUZA	30034015	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	LEGISLAÇÃO E CONTROLE DISCIPLINAR	10	16/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 584,10
PAULO ADRIANO MAIA BARROS	16771619	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	MEDIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONFLITOS	6	21/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
RAMON SOUSA OLIVEIRA	19827917	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO POLICIAL APLICADOS À PRÁTICA CARTORÁRIA - PRÁTICA	22	16/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.285,02
FRANCISCO WELLINGTON DA CUNHA JUNIOR	30689615	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	19	02/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 1.387,38
LAMARTINE LIMA FEITOSA DE OLIVEIRA	30064410	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TÉCNICAS DE ENTREVISTA	18	01/02/2024 a 27/02/2024	R\$ 1.314,36
RENATA ALVES DE MELO	30025512	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONHECIMENTOS BASICOS DE INFORMATICA	18	05/02/2024 a 19/02/2024	R\$ 1.314,36
ADRIA OLIVEIRA MOTA	301.190-0-2	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	INVESTIGAÇÃO DE CRIME DE HOMICÍDIO	13	01/02/2024 a 08/02/2024	R\$ 759,33
PEDRO SÉRGIO CORREIA CARVALHO	301211-9-8	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS	5	29/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 365,10

TOTAL DE H/A PORTARIA: 353
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 24.022,97

*** **

PORTARIA Nº206/2024 NUP 10041.000730/2024-63 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, POR COORDENAR E MONITORAR NO CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES – CFO QOPM/2024, TURMA I, 3º PELOTÃO, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000730/2024-63, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D'Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.



ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº206/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES - CFO QOPM/2024

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
MARCHEZAN NACARATO ROCHA	00014613	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES - CFO QOPM/2024... GRUPO - 3	20	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.460,40
CLEBERSON DO NASCIMENTO LEITE	84397298	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DO QUADRO DE OFICIAIS POLICIAIS MILITARES - CFO QOPM/2024... GRUPO - 3	20	26/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.460,40

TOTAL DE H/A PORTARIA: 40
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 2.920,80

*** **

PORTARIA Nº208/2024 NUP 10041.000762/2024-69 O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE CONCEDER **GRATIFICAÇÃO** POR ATIVIDADE DE MAGISTÉRIO aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, por COORDENAR, MONITORAR, INSTRUIR, MINISTRAR E TUTORAR, AULAS DO CURSO FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLICIA CIVIL DE CLASSE D – Nível I – 2023 – Grupo 01 – REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2024, conforme NUP nº 10041.000762/2024-69, realizado por este órgão, com direito a percepção da gratificação prevista nos arts. 9º e 10º da Lei nº 15.191, de 19 de julho de 2012, Decreto nº 31.276, de 13 de Agosto de 2013 e Portaria nº 820/2021 – DG/AESP/CE, de 16 de Setembro de 2021. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 07 de março de 2024.

Leonardo D’ Almeida Couto Barreto
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº208/2024 DE 07 DE MARÇO DE 2024
CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL I - 2023

NOME	MATRÍCULA	FUNÇÃO	NÍVEL	VALOR H/A	DISCIPLINA / CURSO	CARGA HORÁRIA	PERÍODO	TOTAL
FRANCISCO OSMAR CARNEIRO	00056111	TUTOR	MÉDIO	R\$ 29,20	SAÚDE E SEGURANÇA APLICADA	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 525,60
CRISTOVAM COLOMBO CIRQUEIRA FERREIRA FILHO	30124529	TUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	DIREITOS HUMANOS	18	01/02/2024 a 20/02/2024	R\$ 1.840,14
POLLYANA KARLA ALVES DOS SANTOS	303.048-1-0	MONITOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
FABIO TORRES VIEIRA	198.330-1-1	COORDENADOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CURSO DE FORMAÇÃO E TREINAMENTO PROFISSIONAL PARA INSPETOR DE POLÍCIA CIVIL DE CLASSE D - NÍVEL... GRUPO -	40	01/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.920,80
FÁBIO LOPES ARAUJO	19812111	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	10	02/02/2024 a 21/02/2024	R\$ 730,20
EDSON MUNIZ DIOGENES	00062219	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	27	01/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 1.577,07
CLEONARDO DE MESQUITA GOES	15134011	INSTRUTOR	MESTRE	R\$ 102,23	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	27	01/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 2.760,21
ROMMEL GUILHERME PASSOS KERTH	1268911X	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	27	01/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 1.577,07
WAGNER CRUZ DE SOUSA	00071811	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	27	01/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 1.971,54
FRANCISCO EDUARDO FERREIRA DE SOUZA	16904015	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO	12	02/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 700,92
FRANCISCO ALBERTO BASTOS BARRETO	300453-1-9	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	TÉCNICAS OPERACIONAIS	25	06/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.825,50
MARCELO DAVID ALMEIDA	40501517	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	EDUCAÇÃO FÍSICA.	10	06/02/2024 a 22/02/2024	R\$ 584,10
FAGNER MELO DA MOTA	30044118	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TÉCNICAS OPERACIONAIS	35	06/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 2.044,35
LEANDRO GOMES PIRES	300.404-3-0	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	18	16/02/2024 a 19/02/2024	R\$ 1.314,36
GLEIDSON SALES GOMES	1256631X	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	10	19/02/2024 a 19/02/2024	R\$ 730,20
LUIZ RAMON GAMA LIMA JÚNIOR	309.042-8-1	INSTRUTOR	MÉDIO	R\$ 29,20	CONDUÇÃO VEICULAR OPERACIONAL - TEORIA E PRÁTICA	10	19/02/2024 a 19/02/2024	R\$ 292,00
ELIEYDE FONTENELE DE SOUZA	40468412	INSTRUTOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	TIRO POLICIAL DEFENSIVO	27	01/02/2024 a 07/02/2024	R\$ 1.577,07
DEBORA CAVALCANTE DE FALCONERI TEIXEIRA	300.806-1-0	INSTRUTOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	DEFESA. PESSOAL	10	02/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 730,20
LUCIANA COSTA VALE	19874818	PROFESSOR	MESTRE	R\$ 102,23	LEGISLAÇÃO E CONTROLE DISCIPLINAR	5	23/02/2024 a 23/02/2024	R\$ 511,15
GEILSON FRANCIS TORRES DA SILVA	40479015	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	MEDIAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONFLITOS	4	27/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 292,08
FILipe VERAS NAVARRO	30104412	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE CRIMES CIBERNÉTICOS	13	23/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 949,26
ANTONIO HARLEY ALENCAR ALVES FILHO	30098110	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE CRIME DE HOMICÍDIO	6	27/02/2024 a 28/02/2024	R\$ 438,12
ANTONIO BRUNO CAVALCANTE FARIAS	301.209-1-4	PROFESSOR	GRADUAÇÃO	R\$ 58,41	RELATÓRIOS POLICIAIS - TEORIA E PRÁTICA	6	02/02/2024 a 21/02/2024	R\$ 350,46
EDISON FRANKLIN DOMINGOS DE SOUZA	301214-0-6	PROFESSOR	ESPECIALISTA	R\$ 73,02	INVESTIGAÇÃO DE COMBATE À CORRUPÇÃO E À LAVAGEM DE DINHEIRO	18	08/02/2024 a 29/02/2024	R\$ 1.314,36

TOTAL DE H/A PORTARIA: 443
VALOR TOTAL DA PORTARIA: R\$ 30.477,56



SECRETARIA DO TURISMO

PORTARIA Nº16/2024 - A SECRETÁRIA DO TURISMO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE DESIGNAR o Senhor **LUIZ MAURO ARAGÃO ROSA**, matrícula nº 300.150.1-0, como Gestor do Contrato e o Senhor **RAFAEL CARVALHO FERNANDES PEREIRA**, matrícula nº 300.002.4-2 como fiscal do Contrato, elencado no ANEXO ÚNICO desta portaria. SECRETARIA DO TURISMO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza-CE, 07 de março de 2024.

Yrwana Albuquerque Guerra
SECRETÁRIA DO TURISMO

ANEXO ÚNICO

Nº CONTRATO/ANO	EMPRESA
02/2024	ASSIST CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

*** **

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº009/2024

AUTORIZANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO – SETUR. AUTORIZATÁRIA: **COMUNIDADE CATOLICA SHALOM**. OBJETO: Autorizar o **uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ** para a realização do Evento “Retiro da Comunidade Shalom 2024”. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará – CEC, aprovado pelo Decreto nº. 31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº 31.670, de 09 de fevereiro de 2015. PRAZO: 23 a 27 de maio de 2024. VALOR: R\$ 63.149,60 (sessenta e três mil cento e quarenta e nove reais e sessenta centavos). DATA DA ASSINATURA: 07 de março de 2024. SIGNATÁRIOS: Yrwana Albuquerque Guerra (Autorizante) e Diogo Victor de Souza Rocha (Autorizatório).

Mateus Rodrigues Lins
COORDENADOR – ASSESSORIA JURÍDICA

*** **

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DO CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ Nº034/2024

AUTORIZANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO – SETUR. AUTORIZATÁRIA: **RICOMUNICACAO LTDA**. OBJETO: Autorizar o **uso das áreas e equipamentos do CENTRO DE EVENTOS DO CEARÁ** para a realização do Evento “Convenção de Vendas M Dias Branco”. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se o presente instrumento no Regulamento Interno do Centro de Eventos do Ceará – CEC, aprovado pelo Decreto nº. 31.051, de 13 de novembro de 2012, alterado pelo Decreto nº 31.670, de 09 de fevereiro de 2015. PRAZO: 07 a 15 de março de 2024. VALOR: R\$ 128.897,00 (cento e vinte e oito mil oitocentos e noventa e sete reais). DATA DA ASSINATURA: 07 de março de 2024. SIGNATÁRIOS: Yrwana Albuquerque Guerra (Autorizante) e Ricardo Nunes Sampaio (Autorizatório).

Mateus Rodrigues Lins
COORDENADOR – ASSESSORIA JURÍDICA

CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98/2011, e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 18/2019, registrado sob o SPU nº 18668102-0, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 203/2019, publicada no DOE CE nº 075, de 23/04/2019, visando apurar a responsabilidade disciplinar do servidor PP ARTUR GOMES DA SILVA – MF nº 473.216-1-1, em razão de suposta prática de transgressão disciplinar passível de apuração a cargo desta CGD, na qual o servidor teria acumulado dois cargos públicos de então Agente Penitenciário no Estado do Ceará-CE e de Agente Penitenciário no Estado do Maranhão-MA, por período superior a um ano, desde a posse neste último em 11/05/2017; CONSIDERANDO que durante a produção probatória, o processado foi devidamente citado (fl. 102), qualificado e interrogado (fls. 170/171), apresentou defesa prévia (fls. 106/116) e alegações finais (fls. 229/231), além de serem ouvidas 03 (três) testemunhas (fls. 154/157 e 168/169); CONSIDERANDO que a Lei nº 9.826/1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Ceará), no seu Art. 182 estabelece que o direito ao exercício do poder disciplinar prescreve passados 05 (cinco) anos da data em que o ilícito tiver ocorrido; CONSIDERANDO que a Constituição Federal de 1988, no seu Art. 5º, XL, assevera que “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu” e, por sua vez, o parágrafo único, do Art. 2º, do Código Penal, determina que “a lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, ainda que decididos por sentença condenatória transitada em julgado”; CONSIDERANDO que na seara do direito administrativo, também é reconhecida a retroatividade benéfica da lei posterior, ou seja, o princípio da retroatividade da lei penal mais benéfica alcança as leis que disciplinam o direito administrativo sancionador; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; CONSIDERANDO que o fato, suposto acúmulo de cargos, cessou em 21/09/2018, quando do o processado requereu a exoneração (fl. 210), transcorrendo, assim, o lapso temporal superior a 05 (cinco) anos, restando demonstrado que a conduta transgressiva foi alcançada pela prescrição; CONSIDERANDO por fim que já transcorreram, a contar da data em que “o ilícito tiver ocorrido”, mais de 05 (cinco) anos até a presente data, levando-se em conta todas as suspensões do prazo prescricional, além do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216/2020, e dos Decretos nº 33.633/2020 e nº 33.699/2020, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19, totalizando 138 (cento e trinta e oito) dias de suspensão, operou-se a prescrição no caso concreto em decorrência do termo final do prazo ter sido atingido; RESOLVE, por todo o exposto, a) **deixar de acatar a fundamentação exarada no Relatório Final** (fls. 234/240), haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade, consubstanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do Art. 182 da Lei 9.826/1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Ceará) e, por consequência, b) **arquivar o presente Processo Administrativo Disciplinar** instaurado em face do servidor PP **ARTUR GOMES DA SILVA – MF nº 473.216-1-1**. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRA. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO – CGD, em Fortaleza/CE, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003, CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância Administrativa referente ao SPU nº 190161150-4, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 40/2021, publicada no D.O.E. CE nº 025, de 01 de fevereiro de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar do militar estadual ST PM EUGÊNIO COLARES FREITAS DIAS, em razão deste ter, supostamente, proferido palavras ofensivas a honra da Sra. I.C.L.D e lhe agredido fisicamente, fato ocorrido no dia 18/02/2019 na cidade de Trairi/CE; CONSIDERANDO que a alínea “e” do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO que, na hipótese descrita na exordial acusatória, a conduta imputada ao acusado se equipara, em tese, aos delitos de difamação (Art. 132 do CPB), cuja pena máxima em abstrato é de até 01 (um) ano de detenção, e de lesão corporal (Art. 129 do CPB), cuja pena máxima em abstrato é de até 01 (um) ano de detenção; CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Art. 109, inc. V, do CPB, o delito cuja pena máxima não exceda a 02 (dois) anos, prescreve no prazo de 04 (quatro) anos, hipótese em que se enquadra o suposto delito de lesão corporal, o qual possui maior pena máxima cominada; CONSIDERANDO que, a título ilustrativo, em consulta processual ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), verificou-se não ter havido ou estar em curso nenhuma ação penal com relação aos fatos apurados nos autos deste procedimento; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que transcorreram mais de 4 (quatro) anos entre a suposta conduta ilícita (18/02/2019) até a presente data. Desta maneira, verifica-se a incidência da prescrição no presente caso mesmo diante do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216, de 23 de abril de 2020, e dos Decretos nº 33.633 e nº 33.699, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; RESOLVE, por todo o exposto, **acatar em parte a fundamentação**



exarada no Relatório Final (fls. 137/143), haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade, consubstanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do inc. II, c/c § 1º, alínea “e”, do Art. 74 da Lei nº 13.407/03 – Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e, por consequência, **arquivar a presente Sindicância Administrativa** instaurada em face do militar ST PM EUGÊNIO COLARES FREITAS DIAS – M.F. nº 112.559-1-4. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRA. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003, CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância Administrativa referente ao SPU nº 191070618-0, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 385/2021, publicada no D.O.E. CE nº 181, de 06 de agosto de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar do militar estadual 1º SGT PM FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO, em razão deste ter, supostamente, agredido e ameaçado o Sr. Cosmo Moreira do Nascimento, em virtude de uma dívida relativa a compra do veículo automóvel Nissan Livina, placas OCI 2235, no dia 27/11/2019, Av. coletora A, Mondubim - Fortaleza/CE, gerando o Boletim de Ocorrência nº 108 - 6892/2019 (fl. 04), datado do dia 27/11/2019, que resultou no exame de corpo de delito nº 2019.0050079 (fls. 21/22); CONSIDERANDO que durante a instrução probatória o sindicado foi devidamente citado (fls. 64/65) e apresentou defesa prévia às (fls. 67/72), momento processual em que informou que arrolaria posteriormente 2 (duas) testemunhas, entretanto não apresentou nenhuma testemunha. Além disso, a Autoridade Sindicante notificou 2 (duas) testemunhas (fls. 76, 77, 79 e 80), contudo uma das testemunhas não compareceu. Posteriormente, o acusado foi interrogado às (fls. 83) e abriu-se prazo para apresentação da defesa final; CONSIDERANDO que das testemunhas arroladas pela Autoridade Sindicante, o Sr. Cosmo Moreira do Nascimento à fl. 79-A, relatou que comprou o veículo consciente de que havia débito, mas que, inicialmente, não teria recebido do sindicado a procuração para realizar a transferência, tendo recebido posteriormente uma procuração em nome de outra pessoa, que não era o proprietário. Por essa razão, afirmou que cancelou os pagamentos da dívida que tinha com o sindicado, tendo o encontrado no interior do “supermercado Claeck”, momento em que foi cobrado e ameaçado pelo Subtenente F. Pereira, ao tempo em que questionou se o carro negociado era roubado, uma vez que havia descoberto que o veículo estava sub judice e que, embora não tivesse busca e apreensão não poderia licenciá-lo. Assim, esclareceu que estava na presença do seu filho, que é dependente químico e egresso do sistema penitenciário que cumpria com medidas cautelares diversas da prisão e que naquele momento não poderia se envolver em brigas e teria afirmando ainda: “meu filho, na realidade já ia partir pra cima dele”. O Sr. Cosmo não relatou ao certo qual tipo de agressão teria sofrido, expressando dúvidas, sobre um suposto tapa ou soco que teria recebido do sindicado. Em relação ao veículo disse que entregou para ser guardado na oficina de um amigo, no bairro Serrinha, e mais uma vez exprimindo incerteza, disse: “eu não sei onde esse carro está agora, mas deve estar na oficina dele”; CONSIDERANDO que, em sede de interrogatório, o sindicado negou veementemente as acusações, informando que são inverídicas as denúncias feitas pelo senhor Cosmo Moreira do Nascimento (fl. 79-A). Disse ser a verdadeira vítima, uma vez que fez um contrato verbal de compra e venda com Cosme e que realizou a tradição do veículo automóvel Nissan Livina, placas OCI 2235, todavia não recebeu preço acordado. Afirmou que o veículo estava em nome de terceira pessoa, tendo esta se prontificado a comparecer para repassar as informações a respeito do carro. Na sequência, o sindicado informou que por várias vezes procurou o denunciante para cobrar as parcelas da dívida em atraso, tendo Cosme respondido que não pagaria, alegando que o veículo estava em situação irregular, tendo em vista que o carro estava com débito, permanecendo na posse do veículo, recusando-se a comparecer a delegacia para tentar uma solução para o problema. Dessa forma, o sindicado afirmou que encontrou o denunciante e seu filho no estacionamento do “supermercado Claeck”, tendo mais uma vez o interpelado sobre o pagamento da dívida, tendo Cosme apresentado comportamento alterado, e por esta razão, com o objetivo de evitar agressões, solicitou uma viatura policial a CIOPS. Relatou, também, que diante da solicitação da viatura, Cosme tentou evadir-se, e devido a situação tentou segurá-lo a fim de que aguardassem a viatura policial, sendo empurrado pelo denunciante e pelo seu filho, ao passo em que adentraram no veículo e se evadiram. Assim, o sindicado afirmou que guardou a viatura sozinho, tendo feito Boletim de ocorrência na Delegacia, sendo lá verificado registro policial em nome de Cosme como infrator. Asseverou que não agrediu, tampouco ameaçou Cosme, mas que simplesmente o segurou para que juntos guardassem a viatura policial a fim de evitar mais problemas. Salientou, por fim, que deu a dívida por perdida, que o veículo ficou com Cosme, e que não tem mais nenhum interesse, a fim de evitar mal maior; CONSIDERANDO que, em sede Alegações Finais (fls. 90/94), a defesa ressaltou a falta de elementos probatórios que corroborem a veracidade das acusações de agressão física. Além disso, o histórico de inadimplência e o comportamento duvidoso do Sr. Cosme lançam dúvidas sobre sua credibilidade como testemunha. Da mesma forma, a defesa argumentou que não há evidências que sustentem a acusação de ameaças por parte do policial militar. A falta de registros de declarações intimidatórias ou ameaçadoras enfraquece substancialmente a acusação. Argumentou que diante da fragilidade das provas apresentadas e dos indícios de interesses pessoais e pendências financeiras por parte do denunciante, a defesa requer o arquivamento da sindicância, pois não há elementos suficientes para sustentar as acusações e justificar qualquer punição em face do sindicado; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final nº 337/2023, às fls. 96/99, no qual, enfrentando os argumentos apresentados nas razões finais, firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “[...]4. PARECER - Face ao exposto, sugere-se o ARQUIVAMENTO DOS AUTOS EM RAZÃO DA INSUFICIÊNCIA DE PROVAS, acerca das acusações noticiadas: agressões e ameaças, cerne desta sindicância, pois, muito embora se verifique a existência de lesões assentadas em exame de corpo de delito (folha 22), não ficou clarividente a existência de nexo causal que vincule a conduta do sindicado ao resultado naturalístico apontado no corpo do denunciante, tendo em vista a ausência de testemunhas e outros meios de prova capazes de apontar o nexo de causalidade (folhas 79-A e 18). Assim, embora outros fatos correlatos não digam respeito exatamente ao interesse dessa sindicância, como a suposta irregularidade do bem, objeto do contrato não solene de compra e venda, suscitada pelo denunciante, verificou-se que não há ‘queixa’ de roubo em relação ao veículo Nissan Livina, placas OCI 2235 no sistema do DETRAN-CE. (folha, 88). Dessa forma, vê-se que o fato em análise, embora ontologicamente investigado, carece de outras provas, testemunhais ou documentais (folha 18), que esclareçam de forma inequívoca as circunstâncias do ocorrido, não havendo a priori elementos suficientes para comprovar as condutas descritas no raio apuratório imputadas ao sindicado, ressaltando a possibilidade de reapreciação do feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriores a conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o parágrafo único inciso III do artigo 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará (Lei 13.407/2003)[...]; CONSIDERANDO que o parecer do sindicante foi acolhido integralmente pelo Orientador da CESIM/CGD por meio do Despacho nº 724/2024 (fl. 100), no qual deixou registrado que “[...]1. Trata-se de análise de autos de sindicância sob Portaria Nº 385/2021 - CGD, publicada no Diário Oficial do Estado, nº181, pag.71, do dia 06.08.2021, em que o Subtenente Francisco de Assis Pereira Filho – MF: 110.226-1-8 é acusado de ameaçar e agredir a Cosmo Moreira do Nascimento face a dívida por este contraída e não paga referente a compra do veículo automóvel Nissan Livina, placas OCI 2235. 2. Não se vislumbram vícios ou nulidades aparentes. 3. Quanto ao mérito, pugnou-se pelo arquivamento face a insuficiência de provas. Concordamos com o sindicante pelos motivos expostos em seu relatório. [...]”; CONSIDERANDO que, a título ilustrativo e ressalvada a independência entre as instâncias, em consulta processual ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), verificou-se não ter havido ou estar em curso nenhuma ação penal com relação aos fatos apurados nos autos deste procedimento; CONSIDERANDO que há divergências significativas entre os relatos do denunciante (Cosmo Moreira do Nascimento) e do sindicado (1º SGT PM 17.313 Francisco de Assis Pereira Filho) sobre o ocorrido. Nessa toada, verifica-se que a versão apresentada pelo sindicado, em interrogatório, é compatível com o seu depoimento prestado na investigação preliminar, no sentido de que “[...]tentou segurá-lo a fim de que aguardassem a viatura policial[...]; CONSIDERANDO que se verifica o surgimento de dúvidas a partir do mosaico probatório sobre o que, de fato, aconteceu, sobretudo no que diz respeito à suposta agressão física que a vítima teria sofrido; CONSIDERANDO que exame de corpo de delito de Cosmo Moreira do Nascimento constatou escoriações na região cervical anterior. Essas lesões físicas são consistentes com a possibilidade de agressão, embora não se possa determinar sua origem apenas com base nesse exame; CONSIDERANDO que não há testemunhas apresentadas pelo denunciante, e não foi possível coletar filmagens ou testemunhas oculares do fato; CONSIDERANDO os elementos apresentados, não há evidências conclusivas e suficiente para determinar com certeza a responsabilidade do Subtenente F. Pereira. Embora o exame de corpo de delito indique haver registros de lesões, a falta de testemunhas e evidências adicionais torna difícil corroborar as alegações do denunciante no tocante a comprovação inequívoca da autoria; CONSIDERANDO, então, que do laudo probatório não há provas suficientes de que o policial sindicado agrediu e ameaçou o denunciante; CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátria, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético/jurídica. Desta forma, para embasar um édito sancionatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos que aponte, de forma inquestionável, o acusado como o autor do fato ou, pelo menos, que corrobore os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição do militar acusado, com fundamento na insuficiência de provas, conforme estabelecido no art. 386, III, do Código de Processo Penal, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da Constituição Federal). Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressão disciplinar por parte do sindicado, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica ao agente imputado em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO que os assentamentos funcional do militar em referência, fls. 55/59, consta a informação e que tal militar conta com mais de 29 (vinte e nove) anos na PMCE, possui 14 (quatorze) elogios, sem registro de punição disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento Excelente; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, a Controladora Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante) sempre que a solução estiver em conformidade às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o entendimento constante do Relatório Final** exarado pela Autoridade Sindicante, fls. 96/99, ratificado pelo Orientador da CESIM/CGD, fl. 100 e pelo Coordenador da CODIM/CGD, fl. 101; b) **Arquivar a presente Sindicância**

instaurada em face do militar estadual 1º SGT PM FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA FILHO – M.F. nº 110.226-1-8, por insuficiência de provas em relação às acusações presentes na Portaria Inaugural, as quais pudessem consubstanciar uma sanção disciplinar, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inciso III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); c) Nos termos do Art. 30, caput, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, caberá recurso face a presente decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil posterior à data da intimação pessoal dos acusados ou de seus defensores acerca do teor da presente decisão, nos termos do que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no D.O.E. CE nº 100, de 29/05/2019, o qual deverá ser dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD); d) Decorrido o prazo recursal, inadmitido ou julgado o recurso interposto, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertencem os servidores para o imediato implemento da medida eventualmente imposta, adotando-se as providências determinadas no art. 99, inc. III, e no § 1º do mesmo exerto normativo da Lei nº 13.407/2003; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou nos assentamentos funcionais dos servidores militares implicados, observando-se que, caso haja a aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente deverá determinar o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida decretada, consoante o disposto no Art. 34, §§ 7º e 8º, do Anexo I, do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E./CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD, publicado no D.O.E./CE nº 013, de 18/01/2018. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza-CE, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância Administrativa registrada sob o SPU nº 201002465-0, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 481/2022, publicada no DOE CE nº 210, de 19 de outubro 2022, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares 2º SGT PM HERON CARNEIRO GOMES, 3º SGT PM DONIETY SOBRINHO DE SOUSA e CB PM JOSÉ SOLIVANO ALMEIDA JÚNIOR os quais, supostamente, no dia 06 de dezembro de 2020, por volta de 19h, teriam chegado na casa da sogra do Sr. Luiz Gêneses Araújo de Sousa, no Distrito de Deserto/Itapipoca-CE, exigindo que o referido senhor se apresentasse na área externa da residência, tendo o Sr. Gêneses se negado, afirmando que só sairia com a presença de seu advogado, pois nada devia, onde os militares acima se retiraram afirmando que o pegariam dentro do veículo tipo Topic, quando o citado cidadão fosse trabalhar como cobrador de passagens; CONSIDERANDO que, de acordo com a Portaria Instauradora, os militares acima teriam ameaçado invadir a mencionada residência, chegando a ingressar no “terreiro”, sendo impedidos pela esposa do Sr. Gêneses, que os questionou sobre a existência de mandado judicial; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória os sindicatos foram devidamente citados (fls. 59/61) e apresentaram defesas prévias às (fls. 63/66), momento processual em que foi arrolado 2 (duas) testemunhas. Demais disso, a Autoridade Sindicante ouviu 3 (três) testemunhas (fl. 76). Posteriormente, os acusados foram interrogados às (fl. 101) e abriu-se prazo para apresentação da defesa final; CONSIDERANDO que em sede de razões prévias, a defesa, optou por discutir o mérito por ocasião das razões finais; CONSIDERANDO que o Sr. Luiz Gêneses Araújo de Sousa, ao ser ouvido em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim declarou: “[...] (2:45) vinha de Fortaleza na topic em que faz a rota para Itapipoca, onde deixou os passageiros e se deslocou para o Distrito do Deserto para a casa de sua sogra...que estava se preparando para jantar, quando ouviu o barulho de um veículo lá fora e se deslocou para ver o que era e viu uma viatura preta, ocasião em que retornou para a cozinha e sua esposa se postou na porta...ele desceu da viatura e o declarante logo o reconheceu...o Heron; (3:33) chegou muito alterado na cerca, logo abrindo, entrando...pedindo para o declarante sair para lhe falar...sua esposa respondeu que o declarante só ia sair se fosse com o advogado, pois não estava fazendo nada...sua esposa perguntou: o que vocês querem com ele?...ele respondeu: só com ele...se ele não sair, nós vamos falar com ele quando ele estiver trabalhando...ele pensa que vai ficar escondido aí?; (4:22) quis forçar a entrada e sua esposa ficou no meio, perguntando a ele se ele tinha mandado judicial; (4:50) sua esposa falou pra eles que ia chamar o advogado, que era de Itapipoca, ocasião em que eles ligaram a viatura e foram embora, mas ficaram passando na BR; (5:15) dois entraram, o Heron foi até a porta, outro ficou na porteira, e o outro ficou na viatura (nesse momento a voz de D. Geane aparece no áudio, orientando suas respostas, ocasião em que a testemunha fora advertida por este sindicante e o Dr. Edaviverton, defensor dos sindicatos, solicitou que consignasse em ata); (6:50) conheceu apenas o Heron porque já morou no deserto...ele tem parentes no Deserto; (7:15) sobre as testemunhas citadas nos autos, D. Gessy, afirmou ser sua sogra, só que não escuta...Sr. Francisco Pereira, é sogro, idoso já...a Valda, é cunhada, mas mora no Paracuru e não tem o contato dela; (8:00) sobre Sérgio, afirmou ser um motorista que fez a viagem com o declarante naquele dia, estava com o declarante na casa, mas não tem o contato dele; (8:40) sobre a afirmação de que muita gente no Deserto sabe que sofre perseguição de Heron, mas não cita nomes, o declarante respondeu que é trabalhador e foi forjado numa prisão...achou um Toca CD, eles chegaram de moto e levaram o declarante preso sem nenhuma explicação...foi para o presídio...denunciou esse fato na CGD, mas não teve testemunhas porque têm medo, mas vai correr atrás para limpar seu nome e entrar contra o Estado; (9:45) sobre Anne Karoline, foi questionada na CGD se o declarante tinha algum problema com a polícia, respondendo que não sabia, contrariando a sua versão de que é perseguido, o declarante respondeu que acha que ela não sabe conversar, falar, a pessoa diz uma coisa, diz outra; (13:15) não entraram na casa, passaram do terreiro, entraram pela porteira...só não entraram porque sua esposa estava na porta; (14:30) já foi preso injustamente, por isso ficou com medo de ser colocado em uma viatura e eles sumir com sua pessoa (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que a Sra. Francisca Geane Araújo Barbosa, ao ser ouvida em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim declarou: “[...] (3:00) estava lá fora, na frente da casa, dentro do cercadinho que limita o terreiro...seu esposo estava tomando banho...estavam no terreiro o motorista, a Gessivalda, sua irmã, de quem não tem o contato, e a Anne Karoline, sua sobrinha...que sua mãe não se encontrava no terreiro; ...não lembra tanto dos fatos devido ao tempo...foram deixar os passageiros em Itapipoca e foram pra casa de sua mãe...que seu esposo já estava jantando...o motorista não quis jantar naquele momento, ficou no terreiro com os presentes...a viatura parou de lado da cerca do pai...um ficou na viatura, o outro seguiu junto com o Sr. Heron e ficou na portinha da cancela e Heron entrou...que a declarante ficou na porta...ele já chegou perguntando pelo seu esposo...dizendo que queria falar com o Gêneses...a declarante perguntou o que ele queria falar...ele respondeu que queria que Gêneses o acompanhasse...a declarante perguntou o porquê de Gêneses lhe acompanhar, pois não estava fazendo nada...que ficou na porta...Gêneses veio até a sala e voltou...Heron falou outras palavras de baixo calão e quis se alterar porque a declarante não o deixava entrar...disse que ele não podia entrar na casa de seu pai, pois não tinha mandado...Heron respondeu que ia pegar seu marido por ocasião de suas viagens...que Gêneses pediu que a declarante ligasse para o Dr. Cassiano, o advogado...ele chamou Gêneses de “cuzão”...seu pai saiu e perguntou o que se tratava e pediu que a declarante se acalmasse...Heron se virou e saiu dizendo que seu marido uma hora ia sair...que não tem o contato de Sérgio...que o motorista mandou que Sérgio abrisse sua bolsa para se tinha alguma coisa dentro, humilhou o rapaz, tanto é que ele não quis mais viajar com o Gêneses... (10:00) que Valda mora no Paracuru, mas não sabe mais o endereço dela...ela tem uma criança deficiente e é difícil ela ir na casa de sua mãe; (10:45) que já era tarde da noite... não sabe citar nomes de testemunhas, pois não havia ninguém na rua, somente familiares;...(11:50) eles não entraram na casa, só no cercadinho...que a declarante já estava nesse cercadinho...ele (Heron) entrou, não pediu licença...sobre a averiguação da existência de uma pessoa armada, a declarante afirma que tinha um rapaz sobrinho de seu esposo, um menino, o qual foi apresentado a Heron, mas não tinha ninguém armado...que eles não falaram sobre arma, eles tinham interesse era no Gêneses...que conhece Heron desde antes de ser polícia, apenas de vistas...nunca tiveram rixa com ele...houve uma confusão lá atrás envolvendo seu filho...não sabe informar acerca de um toca fita...sobre a prisão de Gêneses por causa desse toca fita foi informada pela sua irmã...que, particularmente, nunca teve nenhum problema com Heron (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que a Sra. Anne Karoline de Sousa Magalhães, ao ser ouvida em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim declarou: “[...] (6:00) lembra pouca coisa...lembra que o Luiz estava tomando banho quando eles chegaram...tem um quintalzinho na frente da casa...ele entrou nesse quintalzinho e quis entrar na casa...que a esposa do Luis disse que ele precisaria de um mandado para entrar na casa...eles falaram com o motorista...que é sobrinha de Geane...que o Heron é que foi até a porta; (8:20) esse quintalzinho fica na frente da casa...tem uma cancelinha de madeira, bem simples...só um dos policiais foi até a porta, passou por essa cancelinha...que não deu para ouvir o que ele falou...apenas ouviu que queria falar com o Luis...estava com o Luis o motorista da topic...que estava na cozinha, quando ouviu a chegada da viatura, foi até a sala do meio...não ouviu ameaça porque quem estava conversando com o policial era a esposa do Luis...que o policial não entrou na casa...ficou na porta porque a esposa do Luis ficou na frente...ela falou sobre o advogado e eles saíram; (13:20)...que quando chega alguém conhecido da família, se dirige até a porta, mas quando é desconhecido, espera na cancela (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que a Sra. Cecília de Sousa Rodrigues Barbosa, ao ser ouvida em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim relatou: “[...] (2:30) não tem parentesco com os sindicatos, nem com Gêneses e Geane; (3:25) mora vizinho ao sogro de Gêneses, Sr. Francisco, utilizam a mesma cerca...estava em casa na hora em que os policiais chegaram na viatura...estava no quintal, com a lâmpada acesa e viu duas pessoas correndo pelo quintal... identificou bem o Gêneses...o outro não sabe quem era...era umas 7 horas da noite; (6:25) os policiais não entraram na casa...não viu policial correndo atrás deles; (7:15) que não sabe dizer se Gêneses era envolvido com coisa errada; (8:15) que ouviu os policiais dizendo só que queriam conversar com o Gêneses...que na frente da casa do sogro do Gêneses tem um cercado e uma porteira...não viu os policiais entrarem além da porteira...a rua é bem iluminada; (10:20) que Gêneses amedronta as pessoas...é ameaçador...os policiais não entraram...não deu tempo...quando eles viram a viatura, eles correram (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que a Sra. Gilvânia Araújo Freire, ao ser ouvida em audiência por videoconferência, às fls. 102, assim relatou: “[...] (2:30) só conhece o PM Heron...ele tem familiares no Distrito do Deserto...não tem parentesco com Heron, nem com Gêneses...mora distante duas casas do sogro de Gêneses...no dia dos fatos estava em casa...não viu a hora em que a viatura chegou...não ouviu a conversa, nem viu policial entrando na casa, nem no terreiro...não viu nenhuma abordagem...pra chegar na porta da casa deles, tem uma cerca de madeira e uma cancelinha...tem que chamar para chegar até na casa dele; (5:20) ouviu comentários que ele foi preso certa vez...ele trabalhava em topic...(5:50) ouviu comentários de que ele estava com outra pessoa nesse dia...quando viram a viatura, correram no mato...não lembra

quem comentou; (7:40) ouviu boato de que um filho dele é envolvido com facção...quando ele aparece (Gêneses) costuma ameaçar as pessoas...Cecília lhe comentou que achou estranho esse cara que ele trouxe de Fortaleza; (9:00) que ligou para a polícia pedindo uma rota na localidade; (9:40) no Deserto tem um posto policial, mas é fechado...quando precisam da polícia, tem que ligar para Itaipoca (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que as testemunhas, Cecília de Sousa Rodrigues Barbosa e Gilvânia Araújo Freire, relataram em audiência por videoconferência que não têm parentesco com os envolvidos. Cecília testemunhou ter visto duas pessoas, incluindo Gêneses, correndo pelo quintal quando a polícia chegou, mas os policiais não entraram na casa. A referida testemunha mencionou que Gêneses é visto como ameaçador. Gilvânia afirmou conhecer apenas o PM Heron e que não presenciou a chegada da viatura nem qualquer abordagem policial. também ouviu rumores sobre a prisão anterior de Gêneses e sobre ele estar acompanhado por outra pessoa naquele dia. Além disso, ela mencionou um boato sobre o filho de Gêneses estar envolvido com uma facção criminosa; CONSIDERANDO que no auto de qualificação e interrogatório o 2º SGT PM Heron Carneiro Gomes ao ser ouvido em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim declarou: “[...] (3:55) estava de serviço em Itaipoca... foi acionado no início da noite; (4:40) já conhecia os denunciante... acredita que os sogros não quiseram ser ouvidos por não quererem participar dessa farsa... não tem nada contra as pessoas... somente com relação a Gêneses que vive procurando confusão, inclusive, com os vizinhos; (6:35) que são mentirosas as acusações... em nenhum momento quiseram entrar na casa... ficaram do lado de fora, quando Geane disse que ele estava no banheiro... que esperaram, mas ele não saiu... que foram embora... que só queriam abordá-lo; (8:05) que a ocorrência ocorreu no Deserto... que receberam uma ligação no telefone... que Cecília informou que uma pessoa que chegou no Deserto junto com Gêneses falava em arma de fogo... que seguiram para verificar a denúncia; (9:20) não recorda se informou ao Copom sobre a ocorrência; (10:10) que não havia porteira, apenas uma cerca aberta... que não chegou a adentrar... ficou na abertura; (11:05) não são verdadeiras as acusações... que Gêneses não estava na casa do sogro... estava em outra casa... que não chegou nem a ver Gêneses... ele estava em uma casa após a dos sogros; (12:25) acredita que a denúncia é por questão pessoal, pois eles não conhecem os outros policiais, apenas sua pessoa, devido a sua atuação e por ter parentes no Deserto... que Gêneses foi preso por casa de um furto de uns objetos que tinha acabado de capotar nos Alexandrinos... que estava de folga nesse dia e informou a outra equipe que localizou os objetos furtados... que os PMs que o prenderam foi o Mateus e o CB PM Maciel; (15:15) que já respondeu a Conselho de Disciplina, mas foi absolvido... que Gêneses afirmou que só sairia da casa na presença do advogado, o que é mentira, pois, sequer, chegaram a vê-lo naquele dia... vizinhos deram conta de que, com a chegada da viatura, ouviram barulho no mato produzido por pessoas que fugiam, não podendo afirmar que era Gêneses (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que no auto de qualificação e interrogatório o 3º SGT PM Doniety Sobrinho de Sousa ao ser ouvido em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim declarou: “[...] (3:10) estava de serviço... salvo engano, em motocicletas, com o SGT Heron e CB Almeida... estavam de serviço em Itaipoca, mas também atendem ocorrências no deserto; (4:25) não conhecia os denunciante; (5:00) as acusações, invasão de domicílio, pois não procederam dessa forma... apenas conversaram com os familiares, pois os populares informaram que Gêneses falava em arma de fogo... tinha um cidadão lá, que foi verificado a bolsa que ele conduzia... que foi tudo tranquilo; (7:15) não conhece Gêneses... disseram que ele estava tomando banho... queriam apenas conversar com o mesmo sobre a questão da arma de fogo... pois quando vinha de Fortaleza, amedrontava os vizinhos com essas conversas; (8:50) desconhece o motivo da denúncia, mas tem conhecimento que ele já denunciou o Sgt Heron anteriormente... que ele já denunciou outros policiais, que é costume fazer isso; (10:00) não criaram a ocorrência no sistema, pois na época, não era possível, mas informaram ao Copom que iriam averiguar essa informação da existência de arma de fogo; que já responde a outros processos, mas isso por conta da atuação... a intenção era somente averiguar a existência de arma de fogo com denunciante ou não... houve uma conversa com as pessoas no local de forma legal e ficou surpreso com a denúncia (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que no auto de qualificação e interrogatório o CB PM José Solivano Almeida Júnior, ao ser ouvido em audiência por videoconferência, à fl. 102, assim declarou: “[...] (3:50) devido ao tempo não lembra a função na equipe, mas estava de serviço com os outros dois sindicados... estava de serviço em Itaipoca, quando o Sgt Heron recebeu uma ligação de uma pessoa vizinha informando que o denunciante comentava sobre arma de fogo; (5:30) ao chegar no local, o Sgt Heron pediu a esposa do Gêneses para chamá-lo para conversar fora da casa... ela informou que ele estava no banho... ele demorou e não saiu... que tinha um motorista fora da casa e pediu para verificar a sua pochete, somente isso... que como Gêneses não saiu, forma embora... Que em nenhum momento ultrapassaram a cerca... que dali mesmo o Sgt Heron conversou com a esposa dele... não houve ameaça; (8:25) que não o conhecia, mas ouviu falar que o mesmo já havia sido preso por uma das equipes do Raio... ele é conhecido como “BO” por ser integrante de facção criminosa, segundo soube; (9:35) as acusações são inverídicas... o Sgt Heron ficou do cercado para trás... o interrogado e o Sgt Sousa ficaram próximos a viatura; (11:00) acredita que a denúncia seja pessoal em relação ao Sgt Heron, o qual reside na localidade, e por ter sido preso por outra equipe do Raio; (12:20) que nunca foi punido... já respondeu a processo, mas foi absolvido (grifei);[...]”; CONSIDERANDO que, em sede de Razões Finais (fls. 99/113), a defesa dos militares em evidência, argumentou que não há evidências de crime militar ou infração disciplinar. A defesa rebateu as acusações, alegando que os fatos narrados são falsos e caluniosos, destacando que os militares não ameaçaram os denunciante nem tentaram invadir a residência mencionada. A defesa explicou que os militares foram acionados devido ao comportamento perturbador do Sr. Luiz Gêneses, supostamente ligado a atividades criminosas, e que não houve invasão de domicílio, conforme alegado. Além disso, argumentou que o depoimento do denunciante é inconsistente e carente de veracidade. A defesa ainda contestou a autoria dos militares e a falta de provas substanciais nos autos, sugerindo o arquivamento do caso com base no princípio do “in dubio pro reo”; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final nº 328/2023 (fls. 110/125), no qual firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “5. CONCLUSÃO - Diante das razões acima expostas e que dos autos consta, verifica-se não haver provas suficientes de que os sindicados 2º SGT PM HERON CARNEIRO GOMES, MF: 135.340-1-2, o 3º SGT PM DONIETY SOBRINHO DE SOUSA, MF: 303.336-1-6, e CB PM JOSÉ SOLIVANO ALMEIDA JÚNIOR, MF: 587.402-1-7, cometeram as transgressões descritas na exordial, razão pela qual, é medida que se adequa, a sugestão de arquivamento do presente feito, tendo em vista o que restou apurado nos autos da presente sindicância administrativa”. Este entendimento foi ratificado pelo Despacho nº 543/2024 (fl. 128) do Orientador da CESIM/CGD e pelo Coordenador da CODIM/CGD, através do Despacho nº 1073/2024 (fl. 129); CONSIDERANDO as divergências entre os relatos das testemunhas acerca da entrada dos policiais na residência e as supostas ameaças, é evidente a existência de versões conflitantes do ocorrido, o que suscita dúvidas sobre a veracidade dos eventos; CONSIDERANDO que as imputações deduzidas em desfavor dos sindicados na inicial acusatória não restaram plenamente comprovadas, visto que as provas adstritas aos autos foram insuficientes para atestar de modo incontestado a eventual responsabilidade disciplinar dos processados, mormente as declarações das testemunhas inquiridas pelo Sindicante, as quais foram inconclusivas e contraditórias; CONSIDERANDO, então, que do lastro probatório não há provas suficientes de que os policiais sindicados ameaçaram ou invadiram a residência dos denunciante; CONSIDERANDO que, à luz da jurisprudência e da doutrina majoritária pátria, não se justifica, sem base probatória idônea, a formulação de qualquer juízo condenatório, o qual deve, necessariamente, assentar-se em elementos de certeza para que se qualifique como ato revestido de validade ético/jurídica. Desta forma, para embasar um édito sancionatório, é preciso haver prova suficiente constante nos autos que aponte, de forma inquestionável, o acusado como o autor do fato ou, pelo menos, que corrobore os elementos informativos colhidos na fase investigatória, pressuposto que não restou atendido na hipótese dos autos, sob pena de ser impositiva a absolvição dos militares acusados, com fundamento na insuficiência de provas, conforme estabelecido no art. 386, III, do Código de Processo Penal, em observância ao princípio constitucional da presunção de inocência (art. 5º, LVII, da Constituição Federal). Nesse sentido, havendo dúvida razoável acerca do cometimento de transgressão disciplinar por parte dos sindicados, com esteio na insuficiência de provas seguras e convincentes, deve ser adotada a medida administrativa mais benéfica ao agente imputado em prevalência ao princípio in dubio pro reo; CONSIDERANDO que, a título ilustrativo e ressalvada a independência entre as instâncias, em consulta processual ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Ceará (TJCE), verificou-se não ter havido ou estar em curso nenhuma ação penal com relação aos fatos apurados nos autos deste procedimento; CONSIDERANDO que as provas colacionadas aos autos se demonstram insuficientes para determinar, de forma indubitável, que os sindicados praticaram as condutas descritas na Portaria exordial, caracterizadoras de transgressão disciplinar; CONSIDERANDO o resumo de assentamentos do 2º SGT PM Heron Carneiro Gomes, sito às fls. 26/19, consta que o sindicato foi incluído na PMCE em 19/02/2001, conta com 31 (trinta e um) elogios, não constam punições disciplinares. Demais disso, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM/PMCE), o militar em evidência figura no comportamento Excelente; CONSIDERANDO o resumo de assentamentos do 3º SGT PM Doniety Sobrinho de Sousa, sito às fls. 30/32, consta que o sindicato foi incluído na PMCE em 09/04/2021, conta com 12 (doze) elogios, não constam punições disciplinares. Demais disso, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM/PMCE), o militar em evidência figura no comportamento Excelente; CONSIDERANDO o resumo de assentamentos do CB PM José Solivano Almeida Júnior, sito às fls. 33/35, consta que o sindicato foi incluído na PMCE em 08/09/2010, conta com 03 (três) elogios, não constam punições disciplinares. Demais disso, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM/PMCE), o militar em evidência figura no comportamento Excelente; CONSIDERANDO, por fim, que a autoridade julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da comissão processante, sempre que a solução estiver em conformidade com as provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º, da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº 328/2023** (fls. 110/125); b) **Absolver os SINDICADOS** 2º SGT PM HERON CARNEIRO GOMES – M.F. nº 135.340-1-2, o 3º SGT PM DONIETY SOBRINHO DE SOUSA – M.F. nº 303.336-1-6 e CB PM JOSÉ SOLIVANO ALMEIDA JÚNIOR – M.F. nº 587.402-1-7, em relação às acusações constantes na portaria inaugural, com fundamento na insuficiência de provas, de modo a justificar um decreto condenatório, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará - Lei nº 13.407/2003; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º,

Anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no DOE CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inc. I da Lei nº 13.407, de 02 de dezembro de 2003, CONSIDERANDO os fatos constantes do Conselho de Disciplina referente ao SPU nº 200708287-4, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 92/2020, publicada no DOE CE nº 037, de 21 de fevereiro de 2020, alterada pela Portaria CGD nº 101/2021 – ADITAMENTO, publicada no DOE CE nº 053, de 5 de março de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos militares estaduais, SD PM JOSÉ LOCHAIDER LIMA MAGALHÃES, LUCIVAN LÚCIO RODRIGUES DO CARMO, SD PM JOSÉ BERNADONE XIMENES ALBUQUERQUE, SD PM FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA, SD PM GLEITON RODRIGUES BOTO e SD PM GERARDO JÚNIOR DE SOUZA, em razão do teor do ofício nº 227/2020, datado de 19/02/2020, oriundo do Subcomando Geral da Polícia Militar do Ceará, que encaminhou cópia da Portaria do IPM nº 151/2020-3º CRPM/PMCE, em face de suposta prática de paralisação parcial do Policiamento Ostensivo Geral (POG), contrariando a Recomendação nº 001/2020 – Promotoria de Justiça Militar Estadual, bem como a Recomendação do Comando-Geral da PMCE, publicadas no BCG nº 032, de 14/02/2020. Tendo em conta que as equipes policiais que patrulhavam normalmente o município de Sobral teriam se recolhido ao quartel e deixado as viaturas no pátio do 3ºBPM, oportunidade em que mulheres, homens encapuzados envolvidos no movimento paredista esvaziaram os pneus das viaturas a mando do Vereador Sargento Ailton, consta ainda que na documentação apresentada, o Comandante do 3ºCRPM relacionou as equipes policiais que se recolheram a sede da Unidade, aderindo ao movimento paredista iniciado no dia 18/02/2020, constando os nomes dos policiais supramencionados; CONSIDERANDO que na mesma ocasião, foi decretado o afastamento preventivo dos militares, nos termos do Art. 18 e parágrafos, da Lei Complementar nº 98 de 13/06/2011 (fls. 03/08). Outrossim, encaminhou-se ao Comando-Geral da PMCE, cópia integral do expediente, para fins de cumprimento da medida de afastamento ora imposta, e demais medidas decorrentes (fl. 36). De outro modo, consta às fls. 34/35, despacho da então Controladora Geral de Disciplina que revogou a cautelar de afastamento preventivo, possibilitando o retorno dos aconselhados ao exercício das atividades funcionais; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória os militares foram devidamente citados (fls. 590/592, fls. 593/595, fls. 596/598, fls. 599/601, fls. 602/604 e fls. 605/607) e apresentaram as respectivas defesas prévias (fls. 613/627, fls. 628/643, fls. 644/665-V, fls. 666/692, fls. 693/704 e fls. 705/723), momento processual em que arrolaram 5 (cinco) testemunhas, ouvidas à fls. 1339/1339-V – mídia DVD-R. Demais disso, a Comissão Processante ouviu 7 (sete) testemunhas (fl. 1339 – mídia DVD-R). Posteriormente, os acusados foram interrogados por meio de videoconferência à (fl. 1339-V – DVD-R) e abriu-se prazo para apresentação das defesas finais; CONSIDERANDO que, ao se manifestar em sede de razões prévias (fls. 613/627, fls. 628/643, fls. 644/665-V, fls. 666/692, fls. 693/704 e fls. 705/723), em suma, os militares refutaram veementemente as imputações. Nesse sentido a defesa do SD PM Lochaider, arguiu que o processo regular ora instaurado seria desprovido de indícios mínimos da prática de transgressão disciplinar, ante a ausência de procedimento prévio apto a justificar a instauração do Conselho de Disciplina, procedimento totalmente prematuro, devendo ser instaurado inicialmente uma Investigação Preliminar ou Sindicância, oportunidade em que se poderia fazer uma análise mais apurada dos fatos aventados. Asseverou ainda sobre pretensa ausência de individualização das condutas dos investigados, considerando uma ofensa ao contraditório e ampla defesa. No mérito, aduziu que em que pese as acusações constantes na portaria instaurada, o militar em momento algum se dirigiu ao quartel do 3º BPM com o intuito de aderir ao movimento paredista que se iniciou na noite do dia 18 de fevereiro de 2020. Pelo contrário, posto que teria ocorrido um pedido de socorro na frequência (Código S21) ao quartel, o que teria motivado as composições de serviço se deslocarem ao Batalhão com o fim exclusivo de prestar o apoio, solicitação essa que, em momento algum, foi desconsiderada, destacando ainda que o aconselhado pertencia ao Grupo de Apoio Tático, tendo como missão principal a intervenção em ocorrências de maior gravidade e que ao chegar ao quartel, a composição do aconselhado foi abordada por vários grevistas encapuzados, tendo estes, rapidamente, esvaziado os pneus das viaturas, impossibilitando qualquer ato de resistência por parte do investigado e sua equipe, sob pena de ocasionar um verdadeiro desastre. Ademais, esclareceu ainda que, naquele momento, estavam no quartel do 3ºBPM vários oficiais, o fiscal de policiamento, e que nada puderam fazer diante da situação. Relatou que continuou no quartel, onde cumpriu fielmente as determinações do então Ten PM Marcos Paulo e somente se dirigiu a sua residência após o término do serviço. Por fim, requereu o trancamento imediato do presente Conselho de Disciplina, uma vez que a portaria seria manifestamente inepta, deixando de individualizar as condutas dos aconselhados, se restringindo a indicação dos fatos de maneira genérica, representando verdadeira ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa. Ademais, suscitou a absolvição do militar com fundamento na ausência de prova a demonstrar ter ele cometido crime militar ou, muito menos, transgressão disciplinar, e em sendo caso de prosseguimento do feito, a defesa requereu, a título de diligências, em caráter de imprescindibilidade: a) que fosse oficializado a direção da CIOPS, para que encaminhasse aos autos do presente Conselho de Disciplina os áudios captados na frequência de rádio no dia 18/02/2020, no horário compreendido entre 18h50 e 20h00, inclusive especificando se em algum dos áudios captados consta pedido de apoio e/ou socorro (S-21) à sede do 3º BPM, bem como se consta desconsideração posterior (tornar sem efeito) do pedido de apoio e/ou socorro, b) que seja oficiada a 1ªCia/3ºBPM a juntada do resumo de assentamentos do policial militar ora aconselhado e frequência do mês de fevereiro de 2020. De igual modo, foram as argumentações da defesa do SD PM Lúcio, SD PM Benardone, SD PM Hélder, SD PM Gleiton e SD PM Gerardo, a qual acrescentou que os PPMM após o final de suas jornadas de serviço, se deslocaram para suas residências e que não fizeram parte do movimento grevista, além de apresentarem certidões do Comando da 1ªCia/3ºBPM atestando que não há registro de faltas dos aconselhados ao serviço durante o mês de fevereiro de 2020. Já em relação, aos aconselhados SD PM Francisco Hélder Lourenço Sousa, SD PM Gleiton Rodrigues Boto e SD PM Gerardo Júnior de Souza, a defesa anexou cópia do Boletim de Ocorrência registrado no dia 18/02/2020, onde se constata que a equipe MP BRAVO, da qual os aconselhados faziam parte, realizou a apreensão de uma motocicleta que estava abandonada nas imediações da BR222 (fl. 640) e concernente aos SD PM Lucivan Lúcio Rodrigues e SD PM José Benardone Ximenes Albuquerque, anexou-se documentação referente a apreensão de arma de fogo no dia 19/02/2020 (fls. 658 e 683), asseverando-se que se o intuito dos aconselhados fosse aderir ao movimento de paralisação, certamente não realizariam seu trabalho com a apreensão de uma motocicleta minutos antes do início do movimento; CONSIDERANDO que em resposta às defesas prévias, a Comissão Processante às fls. 730/759 exarou os despacho nº 13160/2020, nº 13164/2020, nº 13166/2020, nº 13169/2020, nº 13172/2020 e nº 13173/2020, nos seguintes termos: “[...] Trata-se de Conselho de Disciplina, protocolado sob o SPU nº 2007082874, instaurado através da Portaria nº 92/2020, publicada no DOE nº 037, de 21 de fevereiro de 2020, a fim de apurar as condutas atribuídas ao policial militar SD PM 31.828 FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA, M.F. Nº 308.741-3-7. DAS PRELIMINARES. Na Defesa Prévia, o Dr. Oséas de Souza Rodrigues Filho, OAB/CE nº 21.600, representante legal do SD PM 31.828 FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA, M.F. Nº 308.741-3-7, arguiu em sua preliminar a “AUSÊNCIA DE PROCEDIMENTO PRÉVIO APTO A JUSTIFICAR A INSTAURAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA” e a “AUSÊNCIA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS DOS INVESTIGADOS” e em decorrência a ofensa ao contraditório e ampla defesa. Requer a defesa o acolhimento das preliminares, nos termos do art. 89 da Lei 13.407/2003 (Código de Disciplina da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará), o trancamento imediato do Presente Conselho de Disciplina, tendo em vista a portaria é manifestamente inepta, deixando de individualizar as condutas dos aconselhados; no mérito a absolvição do referido policial militar; a realização das seguintes diligências: a) Ofício a Coordenadoria da CIOPS, no sentido de encaminhar os áudios na frequência de rádio no dia 18 de fevereiro de 2020, no horário compreendido entre 18h50min às 20h00, inclusive especificando se em algum dos áudios captados consta pedido de apoio e/ou socorro à sede do 3º BPM, bem como desconsideração posterior do pedido de apoio; b) Que seja oficiado a 1ªCia/3ºBPM a juntada do resumo de assentamentos do policial militar ora aconselhado e frequência do mês de fevereiro de 2020. Apresenta a defesa a defesa o rol de testemunhas e pugna pela produção de todos os meios de provas admitidas em direito. Deixamos de entrar no mérito da absolvição do aconselhado, tendo em vista o processo se encontrar ainda em instrução. Em relação as preliminares arguidas pela defesa, discordamos do posicionamento do causídico, posto que, as acusações estão perfeitamente descritas na inaugural, indicando todos os elementos fáticos que motivaram a instauração do referido Conselho de Disciplina, atribuídos aos policiais militares acusados de aderirem ao movimento paredista iniciado no dia 18.02.2020, quando patrulhavam normalmente a cidade de Sobral se recolheram ao quartel deixando as viaturas no pátio do 3ºBPM, oportunidade em que mulheres, homens encapuzados envolvidos no movimento paredista esvaziaram os pneus das viaturas a mando do vereador Sargento Ailton. Observando a capitulação legal imputada aos acusados, reforçamos o entendimento de que está perfeitamente definida na inaugural, a indicação dos artigos vistos no Código Disciplinar da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, em tese, violados pelos Militares acusados, senão vejamos: [...] CONSIDERANDO que tais atitudes, em tese, ferem os valores fundamentais determinantes da moral militar estadual insculpidos no art. 7º, II, III, IV, V, VI, VII, e violam os deveres éticos consubstanciados no art. 8º, incisos IV, V, VI, VIII, XI, XIII, XIV, XV, XVIII, XIX, XXIII, XXXIII, XXXIV, XXXVI, caracterizando transgressões disciplinares, de acordo com o art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, I, II, c/c art. 13, §1º, XXIV, XXVII, XXXIII, XXXVII, XLII, XLIII, XLIV, LVII, LVIII, §2º, VII, VIII, XX, e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 [...] O causídico defende que na inaugural não consta o grau de culpabilidade e grau de participação de seu cliente, bem como dos demais acusados, dentre outros questionamentos, no entanto, os tribunais já firmaram entendimento que não é causa de nulidade da Portaria Inicial a ausência de descrição minuciosa dos fatos, senão vejamos: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO MATO GROSSO TJ-MT – MANDADO DE SEGURANÇA: MS 01394384420128110000 139438/2012 MANDANDO DE SEGURANÇA – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – MAGISTRADO – FALTA DE ELABORAÇÃO DA PORTARIA INAUGURAL CONCOMITANTEMENTE AO ACÓRDÃO QUE DETERMINOU A ABERTURA DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – IRRELEVÂNCIA – AUSÊNCIA DE PREVISÃO NA RESOLUÇÃO Nº 30/CNJ EM VIGOR À ÉPOCA – POSTERIOR ELABO-



RAÇÃO E PUBLICAÇÃO DA PORTARIA INAUGURAL COM POSSIBILIDADE DE RATIFICAÇÃO DA DEFESA APRESENTADA – INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO – NULIDADE NÃO CONFIGURADA ATO DE INSTAURAÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO – DESCRIÇÃO MINUCIOSA DOS FATOS IMPUTADOS AO INVESTIGADO E CAPITULAÇÃO LEGAL DA CONDUTA – DESNECESSIDADE – EXISTÊNCIA DE SUFICIENTE DELIMITAÇÃO DA ACUSAÇÃO – OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA – NÃO CARACTERIZAÇÃO – DIREITO LÍQUIDO E CERTO – AUSENTE – SEGURANÇA DENEIGADA. (grifo nosso) ADMINISTRATIVO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. MILITAR. EXCLUSÃO DAS FILEIRAS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO MARANHÃO. ILEGALIDADE. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. 1. A circunstância de se encontrar o servidor público em licença médica no curso do processo disciplinar não constitui, por si só, óbice à aplicação da penalidade administrativa. 2. O Superior Tribunal de Justiça firmou compreensão segundo a qual não se exige a descrição minuciosa dos fatos na portaria de instauração do processo disciplinar. Tal exigência tem momento oportuno, qual seja, quando do indiciamento do servidor. 3. As razões que conduziram à aplicação da pena de exclusão das fileiras do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão ao ora recorrente apresentam-se devidamente declinadas no relatório, ao qual foi negado provimento em decisão igualmente fundamentada. Em consequência, não se verifica a sustentada ausência de motivação. 4. Recurso ordinário improvido (STJ, MA Nº 22.428 – QUINTA TURMA, RELATOR MINISTRO ARNALDO ESTEVES LIMA, DJE19/05/2008) (grifo nosso) Os militares citados na Portaria instauradora, foram identificados na documentação apresentada pelo Comandante do 3º CRPM como sendo as equipes policiais que se recolheram a sede do 3º Batalhão Policial Militar, aderindo ao movimento paredista. As condutas praticadas pelos agentes militares, em tese, podem enquadrar-se ainda como práticas de ilícitos previstos no Código Penal Militar, tais como os crimes de motim, insubordinação e abandono de posto. Percebe-se nos autos, que os acusados agiram em unidade de designios, conforme consta na Portaria, senão vejamos: [...] CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 227/2020, datado de 19/02/2020, oriundo do Subcomando Geral da Polícia Militar do Ceará, fls. 02, encaminhando cópia da Portaria nº 151/2020 instaurada no 3º CRPM/PMCE, em face de práticas de paralisação parcial do Policiamento Ostensivo Geral, contrariando a Recomendação nº 001/2020 – Promotoria de Justiça Militar Estadual, bem como a Recomendação do Comando-Geral da PMCE, publicadas no BCG nº 032, de 14/02/2020; CONSIDERANDO os fatos descritos na documentação de que as equipes policiais que patrulhavam normalmente a cidade de Sobral se recolheram ao quartel deixando as viaturas no pátio do 3º BPM, oportunidade em que mulheres, homens encapuzados envolvidos no movimento paredista esvaziaram os pneus das viaturas a mando do Vereador Sargento Ailton; CONSIDERANDO que ainda na documentação apresentada, o Comandante do 3º CRPM relacionou as equipes policiais que se recolheram a sede do Batalhão, aderindo ao movimento paredista iniciado no dia 18.02.2020, constando os nomes dos policiais supramencionados. [...] Há elementos de autoria e materialidade transgressiva disciplinar substancialmente vistos nos autos que evitam nulidades processuais, florescendo um processo regular válido com existência de tais elementos pré-constituidos. Não há de se considerar peça genérica, visto que na Portaria Inaugural está latente a imputação objetiva. Reforça-se ainda, a prática de condutas transgressivas atribuídas aos militares Estaduais que figuram como acusados no referido Processo Regular. De outro modo, as condições de acusação, dolo, elementos do tipo e responsabilidade objetiva, serão alvos de discussão e devidamente elucidados no devido processo legal, tudo sob o crivo dos institutos constitucionais da ampla defesa e do contraditório. É necessário ainda destacar, que não há nenhum malferimento a impossibilidade de defesa alegada pela defesa, uma vez que podemos observar na Portaria Inaugural, que o fato a ser apurado encontra-se bem delineado, com todas as circunstâncias, além de conter a qualificação dos acusados, e constar também a classificação das transgressões disciplinares. No ambiente instrutório de um processo administrativo disciplinar, verifica-se como sendo local inviável de aferir mérito, face a construção processual em andamento, sem falar que não há ofensa a nenhum dispositivo legal ou obstrução a defesa, pois sempre se busca a cega, legítima e legal obediência ao devido processo legal. Destarte, em relação ao fato da defesa alegar a ausência de procedimento prévio apto a justificar a instauração do Conselho de Disciplina, sendo este totalmente prematuro, solicitando nos termos do art. 89 da Lei nº 13.407/2003, a inconsistência dos fatos apontados, considerar, desde logo, insuficientes a acusação e, em consequência, deixar de instaurar o referido procedimento. Entendemos que as alegações da defesa não procedem, tendo em vista que o referido normativo legisla que esta é uma faculdade, sendo que não observamos inconsistência dos fatos apontados, conforme já devidamente debatido, bem como já foi feita esta análise pela autoridade delegante na confecção da portaria. Outrossim, não há que se falar em uma hierarquia entre procedimentos administrativos, ou seja, não é necessário para a abertura de um Processo Regular que ele esteja vinculado a realização de um outro procedimento administrativo disciplinar prévio, conforme o Art. 71, §1º, da Lei nº 13.407/2003, in verbis: [...] O processo regular poderá ter por base investigação preliminar, inquérito policial militar ou sindicância instaurada realizada ou acompanhada pela Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário [...] Grifei. Conforme se verifica, o Processo Regular poderá ser originário de um outro procedimento administrativo disciplinar ou de um caderno inquisitorial, não de forma necessária, mas dependendo do caso concreto, a critério da autoridade instauradora. Neste mesmo diapasão é a Instrução Normativa 12/2020 – CGD, publicada no Diário Oficial do Estado nº 249, de 10.11.2020, senão vejamos: [...] Art. 23. Os Processos Administrativos Disciplinares, Conselhos de Disciplina e Conselho de Justificação, poderão também ter por base elementos informativos, investigação preliminar, sindicância, inquérito policial, policial militar, sempre que estiverem presentes indícios de autoria e materialidade, a critério da autoridade que determinar a instrução do processo [...] grifei. Mediante análise retro, não merece prosperar a tese defensiva preliminar de que há uma ausência de procedimento prévio apto a justificar a instauração do presente Conselho de Disciplina, tendo em vista haver indícios da prática transgressiva de natureza grave com autoria delineada apta a sua devida instauração. Finalmente, após a apreciação da Defesa Prévia elaborada pelo Dr. Oséas de Souza Rodrigues Filho, OAB/CE Nº 21.600, no sentido de apreciação das preliminares arguidas e os pedidos formulados, esta Comissão apesar de conhecer as preliminares e face a competência por delegação, entende categoricamente que é legítima e legal a apreciação e deliberação da preliminar interposta, de sorte que enviamos o presente despacho, acatando, em parte, os pedidos da defesa na realização das diligências requeridas e sendo desfavorável no trancimento do presente Conselho de Disciplina por “inépcia da portaria inaugural” Razão pela qual remeto a presente decisão para o Representante Legal do SD PM 31.828 FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA, M.F Nº 308.741-3-7, para conhecimento. [...]”; CONSIDERANDO que em depoimento acostado à fl. 1339 – mídia DVD-R, o TEN CEL PM Jean Acácio Pinho, a época Comandante do 3ºBPM, a qual pertenciam os aconselhados, asseverou que: “[...] Era comandante do 3º Batalhão Policial Militar há pouco mais de um mês (7:25); (...) estava cursando no CAESP na Academia Estadual de Segurança Pública e, por volta de 19h30, obtive informação sobre os fatos constantes na portaria através do Cap Marcos Paulo do que ocorria em Sobral (8:00); (...) havia rumores (...) por conta da movimentação na Assembleia, no tocante ao aumento salarial da PM, mas não havia nada concreto (10:00); (...) segundo o Cap PM Marcos Paulo, as viaturas teriam se deslocado para o Btl por conta de um pedido de S21, e, chegando lá, foram impedidas de sair do quartel (...) não recorda com precisão, mas chegaram até a tentar entrar na frequência determinando o retorno das viaturas para as áreas de serviço, mas não conseguiram (11:00); (...) sobre o sistema de comunicação da época, era digital, diferentemente de Fortaleza, não gravava, nem identificava de onde partia a comunicação, mas por ser um sistema fechado, é possível que o pedido tenha partido de um HT institucional; no sistema analógico, qualquer pessoa que possuísse um HT poderia acessar o sistema (13:00); (...) a relação com os nomes dos aconselhados foi providenciada pelo Cap PM Marcos Paulo e Cap PM César (15:30); (...) eles (policiais) se apresentaram normalmente para tirar o serviço (...) se ingressaram no movimento em momento posterior, não sabe afirmar (17:00); (...) não recorda se no dia 18.02.2020 viaturas foram tomadas em local diverso do 3º BPM, mas, nos dias seguintes, tem ciência de que houve (17:00); (...) que no dia 19.02.2020 ocorreu o fato envolvendo o Senador Cid Gomes (18:15); (...) como sua passagem pelo comando do Batalhão foi muito efêmera, não deu tempo conhecer a tropa, não consegue identificar nenhum dos aconselhados (19:20). (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que em depoimento acostado à fl. 1339 – mídia DVD-R, o CAP PM Marcos Paulo da Costa, a época Comandante da 1ªCIA/3ºBPM, a qual pertenciam os aconselhados, relatou que: “[...] Era o comandante da 1ª Companhia do 3º Batalhão e estava no quartel de serviço na IRSO (...) por volta de 19h, os manifestantes começaram a chegar no quartel no final da rendição do horário (7:20); (...) quando as viaturas que já haviam assumido o serviço chegaram no quartel, ali já haviam homens, mulheres e crianças, encapuzados, cercando e secando os pneus das viaturas (8:50); (...) que não tinha alegativa não (...) que lhes alertou que retornassem para a área, que aquele movimento era ilegal e seriam responsabilizados e as consequências viriam (...) que não tem como precisar se os militares tinham condição de retornar para suas áreas, mas a tropa foi orientada a voltar para a área (10:30); (...) não teve pedido de S21 na frequência; (...) soube depois que houve chamamento das equipes pelo aplicativo “Zello” (11:20); (...) lembra de que havia 2 policiais antigos de serviço que se recusaram a acompanhar os manifestantes, permanecendo no local a pé (12:20); (...) tentou com o uso da palavra convencer aquelas pessoas a não fazerem aquilo, identificando o Sgt Ailton, pessoa que estava à frente do movimento (14:00); (...) recebeu orientação superior para ter cautela e aguardar apoio (15:30); (...) muitos policiais não se apresentaram para o serviço nos dias seguintes, mas essas faltas foram documentadas (16:30). (...) ratifica lembrar do Sgt Ailton, mas não recorda do nome dos demais, mas está tudo documentado (18:10); para a defesa, respondeu devido ao número de pessoas que participavam do movimento não tinha como efetuar a prisão de ninguém (...) os policiais que estavam de serviço chegaram no quartel para aderir ao movimento (...) havia determinação contrária para que não fossem para o quartel (19:10); (...) não houve pedido de S21 na frequência (22:30) (...) conhece o Sgt PM Vieira (indagado novamente pela defesa) afirmou que em nenhum momento ouviu o pedido de S 21, nem foi informado de que alguém ouviu... (25:00). Grifei.(grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que em depoimento acostado à fl. 1339 – mídia DVD-R, o CAP PM Álvaro César Gonçalves Silveira, a época Supervisor de Policiamento do Turno A, declarou que: “[...] Estava de serviço de Supervisor do Turno A, até 19h (...) tinham 3 preleções naquele dia, 16, 18 e 19 horas (...) a preleção das 19h ocorreria no Centro de Convenções por orientação do Ten PM Marcos Paulo (...) por conta das negociações em torno da melhoria salarial da categoria e das situações que já ocorriam na Capital, as preleções desse dia mudaram para local diverso do 3º BPM (...) as equipes das 19h assumiram o serviço, mas não conseguiram sair do quartel (...) ouviram barulho de pneu secando, quando viram vários encapuzados esvaziando os pneus das viaturas (6:30); (...) após a preleção pegou uma viatura, junto com o SGT Célio e um motorista para ir ao Centro de Convenções para a rendição (...) que viu o Marcos Paulo entrar em diálogo com o Sgt Ailton e este disse que a viatura poderia seguir, mas quando chegaram em frente aos encapuzados, um deles colocou uma arma em cima do capô da viatura e afirmou que ninguém sairia mais (11:30); era subordinado ao Comandante da Companhia, não participou da confecção do documento que identificou os aconselhados como participantes do movimento grevista (13:50); que está tudo documentado... a escala de serviço continuou (...) a cada rendição havia determinação de reportar aos superiores as alterações: faltas, atestados (...) (15:00); (...) ouviu o pedido de S21

(...) não estava com HT (...) não sabe dizer se foi pelo rádio ou pelo aplicativo Zelo, mas não estava bem claro (...) nesse momento já recebeu determinação de seguir para o Centro de Convenções (...) não sabe dizer se outros ouviram, inclusive o Marcos Paulo (...) no momento em que chegaram os encapuzados (25:30). (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que em depoimento acostado à fls. 1339 – mídia DVD-R, o CAP PM RR José Flávio do Vale Sousa, a época Oficial de Serviço no dia 18/02/2020, Turno “B”, aduziu que: “[...] só assumiu o serviço por volta de 22h, quando pegou carona com o Cel Henrique (6:50); (...) encontrou viaturas com os pneus vazios, no pátio e próximo ao quartel, encapuzados e familiares, tudo paralisado (9:20); (...) os policiais de serviço não estavam entre os manifestantes, apenas foram impedidos e estavam aguardando orientações; (...) o Sgt PM Gomes não conseguiu sair para o seu local de serviço (11:00); não sabe dizer como procedeu a identificação dos aconselhados como participantes da greve; (...) o clima estava tenso, não era possível trabalhar racionalmente; (...) as informações não saíram a contento, tendo em vista a situação caótica instalada (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que no mesmo sentido, foram os depoimentos das demais testemunhas arroladas pela Trinca Processante, 2º TEN PM Evaldo Alrismar dos Santos, ST PM Francisco Moredson Marques Barbosa e 1º SGT PM Antônio Célio da Silva Santos, os quais de forma geral, corroboraram com os depoimentos dos Oficiais militares; CONSIDERANDO que as testemunhas indicadas pela defesa, em suma, ouvidas por meio de videoconferência (fls. 1339/1339-V – mídia DVD-R) algumas afirmaram que presenciaram, enquanto que outras se encontravam no local do ocorrido. Entretanto, infere-se dos depoimentos, que de fato ocorreu um pedido de S-21 (socorro) proveniente da frequência de rádio e que por esse motivo a composição teria se deslocado até a sede do 3ºBPM, a fim de dar apoio ao policiamento. Depreende-se ainda, que as viaturas foram impedidas por parte de manifestantes concentrados defronte a unidade de se deslocarem à área de serviço e não se deu confronto de parte dos aconselhados em face das circunstâncias, assim como se refutou qualquer adesão dos processados ao movimento grevista. Demais disso, abstrai-se que os militares permaneceram executando o serviço e nos dias subsequentes não aderiram ao movimento em questão; CONSIDERANDO que aduz-se, de forma similar, dos interrogatórios dos militares aconselhados, realizados por meio de videoconferências (fls. 1339-V – mídia DVD-R), que estes refutaram de forma veemente as acusações. Nesse contexto, relataram que ao chegarem à sede do 3ºBPM, respectivamente em viaturas e motos em razão de um pedido de S-21 (socorro) via frequência, foram interceptados na entrada do portão por indivíduos armados e encapuzados, dentre os quais, homens, mulheres e crianças que cercaram os veículos e esvaziaram os pneus. Declararam ainda, que os manifestantes encontravam-se bastante exaltados e em maior quantidade. Ademais, afirmaram que não houve contraordem para a solicitação de apoio, e que diante das circunstâncias, optaram para uma não reação, haja vista a probabilidade de um infortúnio. Por fim, ressaltaram que continuaram na sede da Unidade e nos dias subsequentes executaram o serviço normalmente; CONSIDERANDO que, ao se manifestar em sede de razões finais (fls. 1349/1427), a defesa dos aconselhados, em suma, relatou que em momento algum, os aconselhados participaram do movimento paredista iniciado na noite do dia 18 de fevereiro de 2020, nem incorreram em quaisquer infrações administrativas ou penais nos dias compreendidos como do movimento paredista, sendo uma verdadeira teratologia seus nomes constarem na relação de investigados neste procedimento administrativo. No mérito, asseverou que não há nenhum elemento de prova legalmente permitido capaz de demonstrar uma conduta contrária às normas do ordenamento jurídico brasileiro ou ao que determina expressamente o Código de Disciplina dos Militares do Estado do Ceará. Aduziu que em momento algum os PPMM em epígrafe, praticaram transgressão disciplinar/ilícito/penal/cível/administrativo, com tal propósito fez referência aos depoimentos das testemunhas. Na sequência, em relação ao SD PM Lochaider, reiterou as mesmas argumentações constantes em sede de defesa prévia. De igual modo, em relação ao SD PM Hélder, SD PM Gleiton e SD PM Gerardo, ressaltou ainda que consta nos autos o Boletins de Ocorrência nºs 553-1591/2020, datado do dia 18/02/2020, e 553-1622/2020, datado do dia 19/02/2023 (fls. 1410/1411), em que se constata que a equipe MP BRAVO, da qual os aconselhados pertenciam, realizou a apreensão de duas motocicletas que estavam abandonadas na cidade de Sobral e salientou que não se extrai dos autos qualquer comprovação de falta ao serviço no mês de fevereiro/2020, e que, se o interesse dos aconselhados fosse participar do movimento de paralisação, certamente não teriam apreendido a motocicleta minutos antes do início do movimento. Na mesma esteira, em relação ao SD PM Lúcio e o SD PM Berardone, a defesa mencionou a ação meritória de ambos na apreensão de uma arma de fogo registrada no dia 19/02/2020, dia após o início do movimento, registrada no BO nº 553-1623/2023, já mencionado em defesa prévia, onde enfatizou que, se o interesse dos aconselhados fosse participar do movimento de paralisação, certamente não teriam continuado nos dias seguintes cumprindo seu mister. Ademais, a defesa apresentou ainda uma concatenação do exposto, em que vislumbrou que, tanto as testemunhas, quanto os acusados, em seus depoimentos trouxeram informações relevantíssimas, que se encaixam e elucidam a cabal inocência dos ora aconselhados. Nesse sentido, ressaltou que não há outra medida que não seja a absolvição dos aconselhados, o que deve ser feito com fulcro nos dispositivos da Lei nº 13.407/2033 (Código de Disciplina da Polícia Militar do Ceará e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará), art. 34 (não haverá aplicação de sanção disciplinar quando for reconhecida qualquer das seguintes causas de justificação), inc. II (em preservação da ordem pública ou do interesse coletivo). Demais disso, ressaltou que todas as testemunhas ouvidas, foram unânimes em demonstrar que não há provas que corroborem com o que foi imputado contra os aconselhados, posto que os fatos alegados não se baseiam em nenhuma prova. Na sequência, fez referência ao princípio da presunção de inocência, art. 5º, LVII, da CF/88: “Ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença condenatória”. Ressaltou ainda que, na ocasião era inexigível conduta diversa, ou seja, impossibilidade de reação sem que resultasse um massacre, consoante refulza da prova hospedada nos autos, uma vez que se encontravam em situação de inferioridade numérica, e portavam somente armas letais, como bem salientado em prova testemunhal, de maneira que, eventual resposta violenta, poderia resultar em uma tragédia. De mais a mais, apresentou julgamento em caso idêntico, constante no Conselho de Disciplina registrado sob o SPU nº 200185440-0, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 90/2020, identidade fática, em que a Autoridade Controladora absolveu os militares por não haver prova alguma que demonstrasse terem cometido infração penal ou, muito menos, transgressão disciplinar. Por fim, requereu a absolvição dos aconselhados, haja vista a ausência de prova para qualquer condenação; CONSIDERANDO que em relação à Sessão de Deliberação e Julgamento (fls. 1444/1445), conforme previsto no Art. 98 da Lei nº 13.407/2003, a Trinca Processual, manifestou-se no sentido de que os aconselhados não são culpados das acusações contidas na portaria inaugural e não estão incapacitados de permanecerem na ativa; CONSIDERANDO que do mesmo modo, a Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 244/2023, às fls. 1448/1478, no qual, enfrentando os argumentos apresentados nas razões finais, firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “[...] Nesta senda, a Comissão Processante buscou ao máximo a elucidação dos fatos descritos na portaria inaugural, garantindo aos Aconselhados o direito à ampla defesa e contraditório, ouvindo todas as testemunhas que tomaram conhecimento dos fatos. Em fase de defesa preliminar, a 6ª Comissão de Processo Regula Militar, atendendo ao requerido pelo defensor, achou por oportuno, diligenciar no sentido de oficiar ao Sr. Orientador da CIOPS/Célula Sobral, para solicitar gravação das comunicações daquele fatídico dia, 18/02/2020, das 16:00 às 21:00, e, através dos Despachos emitidos aos defensores, fls. 730/759-CD, em relação aos militares ora aconselhados, indeferiu aos pedidos de trancamento do feito: a) por ausência de individualização das condutas e inépcia da inaugural, reconhecendo que “as acusações estão perfeitamente descritas na inaugural, indicando todos os elementos fáticos que motivaram a instauração do referido Conselho de Disciplina, atribuídos aos policiais militares acusados de aderirem ao movimento paredista iniciado no dia 18/02/2020, quando patrulhavam normalmente a cidade de Sobral se recolheram ao quartel deixando as viaturas no pátio do 3º BPM, oportunidade em que mulheres, homens encapuzados envolvidos no movimento paredista esvaziaram os pneus das viaturas a mando do vereador Sargento Ailton. Observando a capitulação legal imputada aos acusados, reforçamos o entendimento de que está perfeitamente definida na inaugural, a indicação dos artigos vistos no Código Disciplinar da Polícia e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará, em tese, violados pelos Militares acusados, senão vejamos: (...) b) Que o Procedimento Disciplinar instaurado é desprovido de indícios mínimos da prática de transgressão disciplinar, ausência de procedimento prévio apto a justificar a instauração do Conselho de Disciplina, procedimento totalmente prematuro e que, o mínimo que deveria ter sido feito, era a instauração de uma Sindicância, foi o que o defensor Dr. Oseas Rodrigues Sousa filho, OAB/CE nº 21.600, arguiu em relação aos seus patrocinados, tendo a Comissão defendido que não é necessário para a abertura de um Processo Regular que ele esteja vinculado a realização de um outro procedimento administrativo disciplinar prévio, conforme o Art. 71, §1º, da Lei nº 13.407/2003, in verbis: (...) Conforme se verifica, o Processo Regular poderá ser originário de um outro procedimento administrativo disciplinar ou de um caderno inquisitorial, não de forma necessária, mas dependendo do caso concreto, a critério da autoridade instauradora. Neste mesmo diapasão é a Instrução Normativa 12/2020 – CGD, publicada no Diário Oficial do Estado nº 249, de 10.11.2020, senão vejamos: (...) Finalmente, após a análise das Defesas Prévias no sentido de apreciação das preliminares arguidas e os pedidos formulados, a Comissão, apesar de conhecer as preliminares e face a competência por delegação, entendendo categoricamente que é legítima e legal a apreciação e deliberação da preliminar interposta, de sorte que foi providenciado despachos, acatando, em parte, os pedidos dos defensores na realização das diligências requeridas e sendo desfavorável ao trancamento do presente Conselho de Disciplina por “inépcia da portaria inaugural”. Relativamente ao Aditamento à Portaria, a 6ª CPRM também se reportou à defesa, em despacho fls. 985/987-CD, que, em nova manifestação, alegou também a ausência de individualização das condutas, o que torna a portaria inepta, e litispendência administrativa entre o objeto da Portaria de Aditamento nº 100/2021 – DOE DE 05/03/2021 e o objeto apurado sob o SPU nº 2001940585, fls. 918/984-CD, onde deliberou pela discordância dos argumentos da defesa com relação a portaria inepta, tendo em vista que tais argumentos já foram enfrentados pela comissão por ocasião da análise realizada na defesa preliminar; Que em relação a litispendência administrativa (a defesa alegou existir Investigação Preliminar sob o SPU nº 2001940585 em andamento, que trata sobre o mesmo fato com investigados distintos), a Comissão Processante decidiu encaminhar, em autos apartados, os argumentos da defesa ao Exmº Senhor Controlador Geral de Disciplina, tendo em vista que saiu da competência da Comissão tornar sem efeito o aditamento da presente portaria, cuja decisão do Sr. Controlador Geral de Disciplina foi em dar prosseguimento no feito, deixando de abordar os fatos contidos na Portaria de Aditamento, já que o raio apuratório do presente Conselho é a suposta participação dos Aconselhados no motim realizado na sede do quartel do 3º BPM, em Sobral/CE, no dia 18/02/2020, Despacho fls. 1040/1047-CD. Superado esse momento, a instrução trouxe aos autos que os Aconselhados se dirigiram ao Quartel do 3º BPM em razão de ter ouvido um Pedido de S-21 na frequência, exceto pelas afirmações do (...) Outras testemunhas, embora não tenham ouvido referido acionamento das viaturas para apoio no quartel, referiram tudo o que souberam acerca da motivação: (...) As versões acima, tanto no que se refere ao Pedido de S-21, quanto ao fiel cumprimento do que lhes fora determinado, se alinham aos interrogatórios dos Aconselhados, restando provado que os militares processados, em momento algum, contrariaram as orientações repassadas naquele momento pelo seu superior hierárquico, então Ten PM Marcos Paulo, além de estar fartamente comprovado que o pedido de apoio urgente realmente ocorreu, e que, conceitualmente tal tier se refere a “fato que exige a intervenção de policiamento ostensivo, seja essa por ordem do COPOM/

CIOPS, seja por iniciativa própria da guarnição policial”; e ainda, conforme relataram em seus interrogatórios, por estarem de serviço em equipes de moto patrulhamento que, pela agilidade e rapidez com que conseguem chegar ao destino, não havendo também qualquer contraordem, nem de seus superiores hierárquicos, tão pouco do Centro Integrado de Operações de Segurança, não exitaram em seguir para atender ao chamamento que, naquele momento, tinha plena aparência de legítimo, e que, só não esboçaram nenhuma reação, em razão de se encontrarem em desvantagem numérica, diante de pessoas nervosas e encapuzadas, ocasião em que mantiveram a calma e preservaram suas integridades físicas e o material sob suas responsabilidades, além de evitarem um confronto com os manifestantes que poderia ser desastroso, tanto é que seus superiores ali presentes, não se manifestaram, nem ordenaram que agissem de forma contrária, pois, segundo afirmou o Sd Lucivan Lúcio, ao procurar orientação junto ao comando sobre o que fazer, o Cap PM Marcos Paulo teria lhes afirmado: “que não havia mais nada a fazer...que aguardassem até o final do serviço...que entregassem o armamento. e assim foi feito. Considerando que restou comprovado nos autos que o sistema de comunicação operacional utilizado na época, possuía vulnerabilidade permitindo que pessoas, de posse de um hand talk (HT) institucional, pudessem facilmente acessar à frequência, inclusive transmitindo mensagens, sem que fossem identificados, sem que fossem gravados, conforme atestou a Empresa Digtiro, em seu Relatório de Auditoria, fls. 1052/1055-CD. Quanto a ausência de indícios de adesão ao movimento paredista ou de transgressão militar, apresentada pelos defensores dos Aconselhados, ficou provada nos autos, através dos termos de depoimentos das testemunhas, que em nenhum momento, os policiais Aconselhados tiveram contato ou mesmo tenham se aproximado dos manifestantes, permanecendo, durante aquele período, no interior da Unidade Militar, devidamente fardados, em condição de prontidão e aguardando determinações superiores, contrapondo o que foi inicialmente narrado na Portaria acusatória, de que os Aconselhados teriam, em tese, aderido ao movimento paredista. Considerando que no momento em que foi deflagrado o início das manifestações, em frente ao Quartel do 3º BPM, em Sobral, estavam na Unidade o Comandante da Companhia, Cap PM Marcos Paulo da Costa, o Cap PM Álvaro César Gonçalves Silveira, Subcomandante, e o Sgt PM Antônio Célio da Silva Santos, Fiscal de Policiamento, não havendo em seus depoimentos registro de que tenham dado ordem em contrário ao suposto pedido de S-21, conforme afirmaram os Aconselhados em seus interrogatórios, e o Ten Cel PM Acácio em seu depoimento, vejamos: ... chegaram até a tentar entrar na frequência determinando o retorno das viaturas para as áreas de serviço, mas não conseguiram (11:00). Considerando que o atendimento de ocorrências críticas pelo Policiamento Ostensivo Geral é normatizado pelo Manual de Procedimentos Operacionais – MPO, instrumento desenvolvido pela instituição com vistas à uniformização das ações operacionais dentro da Polícia Militar do Ceará, o qual define, no Módulo VI, com título do Processo de Policiamento Ostensivo Geral, Preventivo e Repressivo em ocorrências críticas, as condutas para Gerenciamento de Risco para intervenção Policial Militar, elencando a sequência de ações para os resultados esperados, como adiante segue: (...) Desta forma, recorrendo aos relatos dos depoimentos dos Aconselhados, pode-se depreender que não houve precipitação por parte da composição e que, observando, ao chegar na sede do 3º Batalhão Policial Militar, que o cenário lhes era desfavorável e, não dispondo de armamento e equipamento para controle de distúrbio civil, não realizaram nenhuma intervenção policial, acertadamente, pois, conforme afirmaram, caso tivessem reagido poderia ter ocorrido uma tragédia. Vejamos o que o mesmo dispositivo acima mencionado descreve: 2. Caso não seja possível evitar a intervenção, adotar o uso seletivo da força, preocupando-se com a segurança de terceiros (Sequência de ação nº 5); 3. Caso haja resistência ativa durante o gerenciamento de risco, como agressões com disparos de arma de fogo, adotar medidas prudentes e eficazes de preservação da integridade física própria e de terceiros, priorizando e valendo-se ainda do uso seletivo da força e, se for o caso, abortar a ação (sequência de ação nº 5). Considerando que no Processo Administrativo Disciplinar as provas devem ser robustas, positivas e fundadas em dados concretos que identifiquem tanto a autoria quanto a materialidade para que se possa ter a convicção de estar correta a solução, e que é fácil perceber, que no presente Conselho de Disciplina as provas são nitidamente frágeis, de maneira que os depoimentos das testemunhas não confirmam as acusações narradas na Portaria inicial e suscitam dúvidas que os Aconselhados possam ter concorrido para a paralisação das atividades de segurança pública naquela data. E que, portanto, a doutrina ao tratar da presunção, conforme o que anuncia Nucci (2007, p. 465) onde afirma que a presunção não é um meio de prova válido, visto que constitui uma mera opinião baseada numa posição ou numa suspeita. Reforçando o que anteriormente foi exposto, vejamos a jurisprudência: (...) Portanto, havendo dúvida razoável acerca das condutas praticadas pelos militares Aconselhados e ante a ausência de provas seguras e convincentes, deve prevalecer o princípio in dubio pro reo”. Sendo assim, após minuciosa análise das provas constantes destes fôlios, a Comissão Processante entendeu que merecem prosperar as teses defensivas, na medida em que a autoria e a materialidade das condutas atribuídas aos Aconselhados não restaram devidamente provadas. Diante do exposto e que dos autos constam, ficou demonstrado que ação da composição policial tendo como integrantes os Aconselhados, em se deslocar, na viatura e motocicletas do MP BRAVO, para o pátio do 3º BPM, não coaduna com as condutas transgressivas descritas na exordial, tendo em vista que está provado mediante provas testemunhais que houve o pedido de S-21 (Socorro Urgente), e que, pela fragilidade e vulnerabilidade da frequência não foi possível identificar a procedência, a veracidade, a motivação, e ainda, que não houve nenhuma determinação ou orientação em contrário e, portanto, não poderiam ter agido de outra forma, senão, prestar o apoio solicitado, não ficando demonstrada qualquer intenção dos Aconselhados em contribuir para o êxito da paralisação da Polícia Militar do Ceará. Além do mais, conforme consta nos autos, os aconselhados SD PM 31.823 FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA, SD PM GLEITON RODRIGUES BOTO e SD PM 34.023 GERARDO JÚNIOR DE SOUZA, apresentaram na Delegacia de Polícia Civil veículo abandonado na BR 222, anexando cópia do Boletim de Ocorrência Nº 553-1591/2020, confeccionado no dia 18/02/2020, fls. 640-CD; e os SDS LUCIVAN LÚCIO RODRIGUES e JOSÉ BENARDONE XIMENES ALBUQUERQUE, realizaram a apreensão de arma de fogo no dia 19.02.2020, Certidão fls. 658 e 683-CD, onde se percebe que se o intuito dos aconselhados fosse aderir ao movimento de paralisação, certamente não estariam realizando sua missão com dedicação; e ainda, certidões assinadas pelo mesmo oficial que chancelou o Relatório Circunstanciado que incluiu os aconselhados no rol de acusados no presente feito, fls. 13/15-CD, atestando que os mesmos não cometeram faltas ao serviço no mês de fevereiro de 2020, fls. 476, 492, 508, 526, 541 e 559-CD. (...) 6. CONCLUSÃO - Análises dos autos, esta Comissão Processante passou a deliberar, em sessão própria e previamente marcada, onde foi facultada a presença do advogado e dos Aconselhados, em observância ao disposto na lei castrense nesse sentido, tendo o Dr. Abraão Lincoln Sousa Ponte, OAB/CE Nº 30.395, bem como os Aconselhados, comparecido ao ato de deliberação e julgamento, decidindo, ao final, conforme o art. 98, § 1º, da Lei nº 13.407/03 (Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do Estado do Ceará), por UNANIMIDADE DE VOTOS de seus membros, pela não culpabilidade dos Aconselhados: SD PM JOSÉ LOCHAIDER LIMA MAGALHÃES, MF: 308754-9-4, SD PM Nº 32.289 LUCIVAN LÚCIO RODRIGUES, MF: 308.850-0-7; SD PM 33.195 JOSÉ BENARDONE XIMENES ALBUQUERQUE, MF: 309.827-4-1; SD PM 31.823 FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA, MF 308.741-3-7; SD PM 32.158 GLEITON RODRIGUES BOTO, MF: 308.881-5-4 e SD PM 34.023 GERARDO JÚNIOR DE SOUZA, MF: 306.004-2-1, tendo em vista não estarem comprovados os fatos constantes na portaria inicial, não configurando assim o cometimento de transgressão disciplinar de natureza grave e/ou crime militar. Assim sendo, os membros do Conselho decidiram da seguinte forma: I – NÃO SÃO CULPADOS DAS ACUSAÇÕES, tendo em vista ausência de provas para um édito condenatório. II – NÃO ESTÃO INCAPACITADOS DE PERMANECEREM NO SERVIÇO ATIVO DA POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ. (grifamos) [...]”; CONSIDERANDO que em face do parecer da Comissão, o então Orientador da CEPREM/CGD por meio do Despacho nº 15978/2023 (fls. 1481/1482), registrou que: “(...) 3. Dos demais que foi analisado, infere-se que a formalidade pertinente ao feito restou atendida. 4. Por todo o exposto, ratifico o entendimento da comissão processante, que os ACONSELHADOS não são culpados das acusações e não estão incapacitados de permanecerem no serviço ativo da Polícia Militar do Ceará (grifou-se) (...)”, cujo entendimento foi homologado pelo Coordenador da CODIM/CGD através do Despacho nº 16152/2023 às fls. 1483/1484: “[...] 3. Por meio do Despacho nº 15.978 (fls. 1481/1482), o Orientador da Célula de Processo Regular Militar (CEPREM/CGD) inferiu que a regularidade formal do feito restou atendida e ratificou integralmente o entendimento da Comissão Processante, no seu Relatório Final (fls. 1448/1478), no sentido que os ACONSELHADOS não são culpados das acusações e não estão incapacitados de permanecerem no serviço ativo da Polícia Militar do Ceará. 4. Considerando que as garantias do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa foram satisfatoriamente atendidas no decurso da instrução processual, homologo o entendimento da comissão processante, entendendo que o procedimento ora em análise, encontra-se apto para julgamento. Em decorrência do art. 18, IV do DECRETO Nº 33.447/2020, encaminho a deliberação superior com assessoramento jurídico (grifou-se) [...]”; CONSIDERANDO que a fim de perłustrar os acontecimentos e fatos vinculados, foram instaurados no âmbito da PMCE e PCCE, respectivamente o IPM de Portaria nº 151/2020-3ºCRPM e o IP de Portaria nº 54/2020 (nº 553-178/2020), às fls. 993/994. Igualmente, tramita no âmbito da Auditoria Militar do Estado do Ceará o feito de nº 0213051-20.2021.8.06.0001 em fase de diligências complementares; CONSIDERANDO que dormita nos autos o ofício nº 330/2021 – CESUT/CIOPS/SSPDS (fls. 1049/1055), acompanhado do relatório de auditoria com resposta da Empresa DIGITRO acerca da gravação dos áudios do ramal 2424, do dia 18/02/2020, entretanto não foi constatada a existência de gravações, bem como dos ramais 2413 (AIS13) e 2424 (AIS14); CONSIDERANDO que as testemunhas indicadas pela Comissão Processante, de forma geral, não confirmaram a participação dos aconselhados no movimento grevista, assim como nos dias subsequentes. Nesse sentido, relataram que após o evento, executaram o serviço normalmente. Do mesmo modo, depreende-se que ocorreu uma solicitação de pedido de socorro na frequência e que as viaturas por este motivo teriam se deslocado à OPM, ocasião em que algumas tiveram os pneus esvaziados e outras impedidas de sair da unidade; CONSIDERANDO que nesse contexto, a prova testemunhal também revelou que no âmbito da OPM, eram corriqueiras as comunicações via rádio, sem a identificação exata de onde se iniciava a interlocução. Outrossim, relatou-se por parte das testemunhas, problemas recorrentes na frequência de rádio na área circunscricional do 3ºBPM, como interferências e falta de qualidade na transmissão, bem como no sistema de telefonia; CONSIDERANDO da mesma forma, analisando detidamente a conjuntura fática, infere-se que as interceptações das viaturas foram realizadas por grupos formados por mulheres, crianças e homens. Assim como no momento do ocorrido, os aconselhados não dispunham de equipamentos aptos a coibir e/ou conter aglomerações (gás, spray, taser etc), desse modo, com o escopo de evitar um conflito e por conseguinte um infortúnio as composições optaram por dialogar e não se posicionar de maneira mais veemente. Cabe ainda ressaltar, que os PPM permaneciam na subunidade resguardando as instalações físicas até o término do serviço. Da mesma forma, as testemunhas relataram desconhecer qualquer envolvimento dos aconselhados nas ações relacionadas ao fato ora investigado, ou em outro episódio posterior vinculado ao movimento em questão; CONSIDERANDO que revelou a prova que os fatos narrados na exordial, diferem do que efetivamente ocorreu. De outro modo, o que se inferiu no decorrer da instrução processual é que na realidade, os PPM em razão de um pedido de socorro via frequência de rádio, por indivíduo ignorado, se deslocaram à sede da OPM, e ao comparecerem, foram interceptados por manifestantes posicionadas

defronte à Unidade, os quais cercaram os veículos (viaturas e motos) e esvaziaram os pneus, não tendo como retornarem à área de serviço. Desta forma, deduz-se dos autos, que os aconselhados não facilitaram ou expuseram deliberadamente a viatura ao grupo de amotinados. Assim sendo, os processados não demonstraram comportamento destoante de sua rotina policial. Aduz-se, na verdade, que os veículos foram danificados (pneus esvaziados), por um contingente considerável, dentre as quais homens, mulheres e crianças, além de pessoas encapuzadas e armadas, relutantes em seu objetivo, ou seja, de embarçar o serviço de policiamento; CONSIDERANDO demais disso, a inexistência de dolo por parte dos processados, a fim de caracterizar nexo causal (apoio) com o ocorrido naquela fatídica noite, quando criminosos, mediante comportamento ilícito, ofendendo os pilares da hierarquia e da disciplina, impediram, bem como esvaziaram os pneus de algumas viaturas, a fim de que não executassem o policiamento ostensivo. Desse modo, não se vislumbrou qualquer acerto prévio ou adesão, entre os ora aconselhados e os manifestantes. Nessa senda, evidenciou-se que os indivíduos responsáveis pela balbúrdia, encontravam-se encapuzados, inclusive armados, em maior quantidade, dentre os quais crianças e mulheres. Assim sendo, no contexto apresentado, não se podia exigir conduta diversa de parte dos aconselhados. Dessa forma, restou comprovado nos autos, que os acusados não praticaram as ações descritas na exordial inaugural; CONSIDERANDO por fim, a minuciosa análise da prova testemunhal/documental, não foi conclusiva para demonstrar, de forma inequívoca, que os militares tenham aderido/participado, direta ou indiretamente, do movimento paredista ocorrido no Estado do Ceará, no período de 18/02/2020 à 01/03/2020, mormente na noite do ocorrido. Isso posto, não restou configurado nos autos que os aconselhados tenham deliberadamente se deslocado da área de atuação (município de Sobral/CE) até a sede do 3ºBPM, com o intuito de aderir ao movimento paredista então deflagrado. Desta feita, em observância ao princípio da legalidade, restou afastada a responsabilidade dos processados quanto às transgressões nominadas na Portaria Inaugural; CONSIDERANDO que, no caso concreto, não restou provada a voluntariedade objetiva na conduta assemelhada à transgressão disciplinar, posto que indubitosa sua caracterização, pois ausente o nexo causal evidenciado entre a vontade específica ou subjetiva e o resultado perquirido; CONSIDERANDO na cognição de José Armando da Costa, acerca do princípio “in dubio pro reo”, na publicação: Teoria e prática do direito disciplinar, 1981, p. 341: “(...) aplicável ao processo disciplinar a mesma sistemática garantista do direito penal, assentada, entre outros, no princípio in dubio pro reo, segundo o qual a dúvida favorece o indiciado, verdadeiro corolário da presunção de inocência. Com o efeito, incabível uma condenação por presunção (...)”. No mesmo sentido assevera Antônio Carlos Alencar Carvalho, em Manual de processo administrativo disciplinar e sindicância, 2014, p.941: “(...) É o que assinala a doutrina publicista especializada em poder disciplinar: A acentuada dúvida quanto à existência do ilícito e de sua autoria favorecerá, incontestavelmente, o acusado (...)”. Igualmente, trata-se de concepção consolidada na jurisprudência, conforme decisão do STJ (RMS 24.584/SP, 5ª Turma, rel. Min Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 08/03/2010): “(...) a imposição de sanção disciplinar está sujeita a garantias muito severas, entre as quais avulta de importância a observância da regra do in dubio pro reo, expressão jurídica do princípio de presunção de inocência, intimamente ligado ao princípio da legalidade (...)”; CONSIDERANDO que o princípio da legalidade, o qual impõe ao Administrador Público a instauração e apuração dos fatos supostamente transgressivos, ajusta-se ao princípio do devido processo legal, do qual emana o julgamento disciplinar justo e razoável; CONSIDERANDO que no processo acusatório, a dúvida milita em favor do acusado, uma vez que a garantia da liberdade deve prevalecer sobre a pretensão punitiva do Estado. Sendo assim, não havendo provas suficientes da materialidade e autoria do ilícito, o julgador deverá absolver o acusado, isto é, in dubio pro reo; CONSIDERANDO que da mesma forma, sendo conflitante a prova e não se podendo dar prevalência a esta ou aquela versão, é prudente a decisão que absolve o réu; CONSIDERANDO que não há provas contundentes para caracterizar transgressões disciplinares praticadas pelos militares, posto que o conjunto probatório (material/testemunhal) restou insuficiente para sustentar a aplicação de uma reprimenda disciplinar; CONSIDERANDO os princípios da livre valoração da prova e do livre convencimento motivado das decisões; CONSIDERANDO, por fim, após análise do conjunto probatório carreado aos autos, restou demonstrado que os acusados não praticaram as condutas descritas na Portaria Inaugural; CONSIDERANDO os assentamentos funcionais (fls. 1057/1057-V, fls. 1058/1060, fls. 1061/1062, fls. 1063/1064, fls. 1065/1066-V e fls. 1067/1068) dos policiais militares em referência, verifica-se, respectivamente que: 1) SD PM José Lochaider Lima Magalhães, conta com mais de 6 (seis) anos de efetivo serviço, com o registro de 4 (quatro) elogios, sem punição disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 2) SD PM Lucivan Lúcio Rodrigues, conta com mais de 6 (seis) anos de efetivo serviço, com o registro de 4 (quatro) elogios, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 3) SD PM José Benardone Ximenes Albuquerque, conta com mais de 6 (seis) anos de efetivo serviço, com o registro de 1 (um) elogio, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 4) SD PM Francisco Hélder Lourenço Sousa, conta com mais de 6 (seis) anos de efetivo serviço, com o registro de 2 (dois) elogios, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 5) SD PM Gleiton Rodrigues Boto, conta com mais de 6 (seis) anos de efetivo serviço, com o registro de 3 (três) elogios, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom, e 6) SD PM Gerardo Júnior de Souza, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, com o registro de 1 (um) elogio, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; CONSIDERANDO que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicância ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar, o entendimento exarado no relatório final de fls. 1448/1478, e Absolver os MILITARES SD PM JOSÉ LOCHAIDER LIMA MAGALHÃES – M.F. nº 308.754-9-4, SD PM LUCIVAN LÚCIO RODRIGUES DO CARMO – M.F. nº 308.850-0-7, SD PM JOSÉ BERNADONE XIMENES ALBUQUERQUE – M.F. nº 309.827-4-1, SD PM FRANCISCO HÉLDER LOURENÇO SOUSA – M.F. nº 308.741-3-7, SD PM GLEITON RODRIGUES BOTO – M.F. nº 308.881-5-4 e SD PM GERARDO JÚNIOR DE SOUZA – M.F. nº 309.004-2-1**, com fundamento na inexistência de provas suficientes para a condenação, em relação às acusações constantes na Portaria Inicial, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003) e, por consequência, **arquivar o presente feito** em desfavor dos mencionados militares; b) Nos termos do art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; c) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; d) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5.º, inc. I, da Lei Complementar n.º 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inc. I da Lei Estadual n.º 13.407, de 21 de novembro de 2003, CONSIDERANDO os fatos anotados na Sindicância Administrativa registrada sob o SPU n.º 190310669-6, instaurada com esteio na Portaria CGD n.º 462/2019, publicada no DOE CE n.º 168, de 5 de setembro de 2019, visando apurar a responsabilidade funcional do servidor militar estadual 1º SGT PM Antônio Barbosa Filho, em razão de, estando de folga e à paisana, ter sido preso e autuado em flagrante delito por infração ao Art. 16 da Lei n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), consoante os fatos registrados no Inquérito Policial nº 316-75/2019, lavrado na Delegacia de Defesa da Mulher de Sobral-CE. Depreende-se da Portaria Instauradora que, no dia 28.03.2019, por volta das 6h10min, o Ministério Público do Ceará (MPCE), em conjunto com a Polícia Militar do Ceará e Polícia Civil do Ceará, coordenou e desencadeou operação visando dar cumprimento a mandado de busca e apreensão expedido pela Vara Única da Auditoria Militar na residência do 1º SGT PM Antônio Barbosa Filho, que resultou na apreensão dos seguintes objetos e acessórios, em tese, ilícitos: 2 (duas) munições intactas de calibre 223, marca CBC; 1 (uma) munição intacta de calibre 7,62, marca CBC; 10 (dez) munições intactas de calibre .380, marca CBC; 01 (um) carregador de pistola PT 840 para munição de calibre .40, marca Taurus; 01 (um) carregador de pistola PT 938, sem marca aparente, para munição de calibre .380; além de 01 (um) veículo marca/modelo Fiat/Siena EL Flex, de placas NRA-9881, cor cinza, sem documentação, com restrições administrativas e registro em nome de terceiro já falecido. Consta dos autos ainda que havia mandado de prisão preventivo em aberto expedido pela Vara da Auditoria Militar do Ceará em desfavor do policial militar em questão. Deste modo, em decorrência de possuir em sua residência diversas munições de uso restrito em desacordo com determinação legal ou regulamentar, dentre outros objetos, o 1º SGT PM Antônio Barbosa Filho foi preso, em seguida indiciado e, posteriormente, denunciado perante a justiça criminal como incurso nas penas do art. 16 da Lei n. 10826/03 (posse ou porte ilegal de munição de uso restrito), dando origem ao Processo Penal nº 0006248-60.2019.8.06.0167, que, atualmente, segundo consulta pública ao sítio eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará (TJCE), encontra-se sob instrução processual na 4ª Vara Criminal da Comarca de Sobral/CE aguardando o cumprimento de diligências complementares requeridas pelo MPCE. No mais, às fls. 75 consta o Ofício nº 888/2019, oriundo do Presídio Militar, datado de 31/07/2019 informando que o 1º SGT PM Antônio Barbosa Filho foi beneficiado com a prisão domiciliar, mediante monitoramento eletrônico, por determinação do juízo da Vara da Auditoria Militar do Estado do Ceará (fls. 76/77); CONSIDERANDO que, dando-se impulso aos trabalhos da persecução disciplinar, o policial militar processado foi devidamente citado (fls. 31), ocasião em que tomou conhecimento do teor das acusações deduzidas contra si na inicial disciplinar, abrindo-se prazo para apresentação das alegações iniciais de defesa a partir daquela data. Na sequência processual, o Sindicado apresentou Defesa Prévia (fls. 42/43) por intermédio de defensor técnico legalmente constituído com procuração nos autos (fls. 44). No azo, rechaçou, de modo sucinto, as acusações alegando serem inverídicas. Em seguida, optou por se reservar no direito de apreciar o mérito da acusação, a fim refutá-la, por ocasião das Razões Finais. Por fim, pugnou pela improcedência das acusações e pela declaração sumária de inocência

do Sindicado com a consequente prolação de decisão absolutória e arquivamento do feito. Na ocasião, arrolou 3 (três) testemunhas de defesa, as quais foram ouvidas no curso da instrução processual e cujos depoimentos foram reduzidos a termo (fls. 107; 108 e 116/117). Demais disso, em busca da verdade material, a Autoridade Sindicante também ouviu, além daquelas indicadas pela defesa, outras 4 (quatro) testemunhas (fls. 96/97; 98/99; 103/104 e 105/106). Por conseguinte, o acusado foi qualificado e interrogado acerca dos fatos (fls. 117/118), momento a partir do qual se abriu prazo para apresentação das alegações finais de defesa, as quais foram apresentadas posteriormente em forma de memoriais escritos e juntadas às fls. 156/171 dos autos. Todos os depoimentos e declarações coletados no curso da instrução processual foram reduzidos a termo e juntados aos autos; CONSIDERANDO o depoimento do policial civil IPC Luiz Luzzeli Pinheiro Júnior, testemunha compromissada, o qual afirmou (fls. 96/97) que: “[...] atuando com o Delegado Rommel, sempre no mesmo ambiente da residência, encontraram algumas munições de uso restrito, não sabendo o depoente precisar quais munições encontrou, esclarecendo que tanto sua pessoa, quanto o delegado, foram os responsáveis pela localização das munições, recordando que as mesmas foram encontradas em local de fácil acesso, tipo gavetas; QUE o sindicado, em todo os momentos da operação, acompanhou os trabalhos do depoente e do delegado, sempre facilitando a atuação, indicando os locais onde guardava o material que fora apreendido; QUE o sindicado, à medida em que as munições eram encontradas, procurava justificar o motivo para tê-las em sua posse, recordando que, salvo engano, algumas cápsulas que ele havia encontrado durante um treinamento na própria instituição Polícia Militar; QUE diante da localização das munições, o Dr. Rommel deu voz de prisão ao sindicado, cientificando-o também da existência de um mandado de prisão em seu desfavor; QUE RECORDA também que ali havia um veículo Siena, o qual apresentava restrições administrativas, porém, o depoente não recorda o que o sindicado alegou para justificar a presença daquele veículo na sua residência; QUE o veículo estava estacionado na garagem normalmente, não tendo o depoente como informar se tal veículo estava sendo utilizado pelo sindicado. DADA A PALAVRA AO DEFENSOR DO SINDICADO, este perguntou ao depoente se teria como atestar a potencialidade lesiva das munições e se as mesmas estavam em perfeitas condições de uso, RESPONDEU que não tem como avaliar. PERGUNTADO se o depoente sabe afirmar se as munições encontradas são normalmente utilizadas por policiais militares no exercício de suas funções ou se existe alguma restrição em relação ao uso, RESPONDEU que embora não pertença à Polícia Militar e não poder afirmar categoricamente, mas acredita que algumas munições como, cal. 7,62, 223, calibres de armas longas, e 380, possam ser utilizadas por policiais militares [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO o depoimento do SGT PM Francisco Gilson Cisne (fls. 98/99), testemunha compromissada, o qual afirmou, em suma, que: “[...] comandava uma equipe policial militar que acompanhava um delegado da Polícia Civil, cujo nome não recorda; QUE ali estava somente em apoio àquela equipe; QUE a equipe da polícia civil tinha como objetivo executar um Mandado de Busca e Apreensão na residência alvo da operação; [...] QUE não chegou a participar da buscas naquela residência, como já afirmou, participou apenas do apoio; QUE recorda que ali forma encontrados alguns carregadores, munições, não recordando os calibres. QUE recorda também que ali havia um veículo Siena, não sabendo afirmar se o sindicado apresentou alguma justificativa para tê-lo em sua residência, acreditando se o fez, foi para o delegado. DADA A PALAVRA AO DEFENSOR DO SINDICADO, este perguntou ao depoente se teria como atestar a potencialidade lesiva das munições e se as mesmas estavam em perfeitas condições de uso, RESPONDEU que não tem como atestar, pois não chegou a ter acesso às mesmas, ou seja, tocá-las. PERGUNTADO se o depoente sabe afirmar se as munições calibres 762, 556 e .40, são normalmente utilizadas por policiais militares no exercício de suas funções ou se existe alguma restrição em relação ao uso, RESPONDEU que são utilizadas normalmente, esclarecendo que o calibre 380, somente é utilizado em arma particular; QUE com relação ao calibre 762, este não é utilizado rotineiramente. [...] PERGUNTADO se a Polícia Militar disponibiliza cursos de capacitação para os policiais e se nesses cursos são efetuados disparos de fuzis, RESPONDEU que sim, esclarecendo que, em alguns cursos, são efetuados disparos de fuzis [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO o depoimento da testemunha IPC Eduardo Porto de Freitas (fls. 103/104), a qual afirmou, em síntese, que: “[...] durante a busca, o Dr. Rommel e o IPC Luiz, encontraram no interior da residência algumas munições de uso restrito, as quais foram descritas na portaria inaugural do presente feito; QUE recorda que as munições foram encontradas em local de fácil acesso, tipo guarda-roupa, local onde comumente se guarda esse tipo de material; QUE o sindicado, em todos os momentos da operação, acompanhou os trabalhos da equipe, sempre facilitando a atuação de todos, sendo bastante solícito e educado, tanto ele, como a esposa; QUE o depoente não presenciou o sindicado justificar a presença das munições na sua residência; QUE diante da localização das munições, o Dr. Rommel deu voz de prisão ao sindicado, cientificando-o também da existência de um mandado de prisão em seu desfavor; QUE recorda também que ali havia um veículo Fiat Siena, o qual apresentava restrições administrativas, multas, onde o Dr. Rommel também determinou a apreensão do veículo, condicionando sua eventual liberação após perícia no órgão competente, tendo o depoente conduzido o citado veículo até a Delegacia Regional de Polícia Civil de Sobral; QUE o veículo estava estacionado na garagem normalmente, logo atrás de outro veículo de propriedade do sindicado; QUE considera normal a atitude de guardar uma munição como lembrança, até porque não foram muitas as encontradas. DADA A PALAVRA AO DEFENSOR DO SINDICADO, este perguntou se o depoente sabe afirmar se as munições encontradas são normalmente utilizadas por policiais militares no exercício de suas funções e se são utilizadas para exercício de tiro em cursos ministrados na Instituição Militar, RESPONDEU que os policiais utilizam as munições descritas na portaria no exercício de suas funções, bem como em cursos [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO o depoimento do DPC Rommel Bezerra Noronha (fls. 105/106), testemunha compromissada, o qual afirmou, em síntese, que: “[...] no dia dos fatos, por volta de 06h00, se encontrava na operação liderada pelo Ministério Público do Ceará, liderando uma equipe da Polícia Civil, dando cumprimento a um mandado de busca e apreensão expedido pela Auditoria Militar do Estado do Ceará, na residência do SGT PM Antônio Barbosa Filho, quando, em gavetas de móveis, não recordando em que cômodos da residência, encontrou algumas munições de uso restrito, não sabendo o depoente precisar quais munições encontrou, esclarecendo que tanto sua pessoa, quanto o IPC Luiz Luzelli, foram os responsáveis pela localização das munições, recordando que as mesmas foram encontradas em local de fácil acesso; QUE o sindicado, em todo os momentos da operação, acompanhou os trabalhos do depoente e dos demais integrantes da equipe, sempre facilitando a atuação; QUE o sindicado, à medida em que as munições eram encontradas, principalmente as de uso restrito, justificou que, salvo engano, elas estavam disponíveis em um stand de tiro e ele as guardou para si, esclarecendo que o fez quando da realização de um curso para promoção; QUE diante da localização das munições, o depoente deu voz de prisão ao sindicado, cientificando-o também da existência de um mandado de prisão em seu desfavor; QUE recorda também que ali havia um veículo Siena, o qual apresentava apenas restrições administrativas e que estava em nome de pessoa já falecida, registrado em município diverso da cidade de Sobral, informação esta colhida junto ao CIOPS [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO o depoimento do SGT PM José Mário Ferreira Mendonça (fls. 107), testemunha indicada pela defesa, que disse o seguinte: “[...] na época dos fatos se encontrava de férias e tomou conhecimento da operação que culminou na prisão do sindicado através de terceiros; QUE as munições descritas na presente audiência são utilizadas por militares no exercício de suas funções, bem como em prática de tiro em cursos ministrados na instituição; QUE as munições de calibre maior, no caso, 223 e 7,62, são utilizadas na modalidade de policiamento de guarda, tanto em quartéis, como em unidades prisionais; QUE as demais são de uso permitido para os integrantes das forças policiais; QUE relativamente ao veículo, o depoente nada sabe informar, acrescentando ainda que nunca viu o sindicado circulando em tal veículo [...] RESPONDEU que já trabalhou com o sindicado, inclusive, aprendeu muito com ele, considerando-o excelente profissional, cumpridor de suas obrigações; e, como pessoa, desconhece qualquer ato que desabone a conduta do mesmo [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO o depoimento do SGT PM João Batista de França Silva (fls. 108), testemunha indicada pela defesa, que relatou o seguinte: “[...] na época dos fatos, tomou conhecimento da operação que culminou na prisão do sindicado através de redes sociais e de colegas de farda; QUE tal situação lhe causou surpresa; QUE as munições descritas na presente audiência são utilizadas por militares no exercício de suas funções, dependendo da modalidade do policiamento, bem como em prática de tiro em cursos ministrados na instituição; QUE as munições de calibre maior, no caso, 223, são utilizadas no armamento existente nas viaturas, e 7,62, embora não seja utilizado comumente nos dias atuais, mas era utilizado na modalidade de policiamento de guarda, tanto em quartéis, como em unidades prisionais; QUE as demais (ponto 40 e 380) são de uso permitido para os integrantes das forças policiais; QUE relativamente ao veículo, o depoente nada sabe informar, esclarecendo ainda que nunca viu o sindicado circulando em tal veículo. [...] RESPONDEU que já teve a satisfação de trabalhar com o sindicado, considerando-o excelente profissional e G Crise durante o atendimento das ocorrências, bastante operacional e serve como espelho para o restante da tropa [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO o depoimento do TEN PM Carlos Alberto da Costa (fls. 116/117), testemunha indicada pela defesa, a qual disse o seguinte: “[...] conhece o sindicado há mais de 20 anos, tendo, inclusive, exercido suas funções junto com o mesmo; QUE sobre os fatos ora apurado, o depoente tomou conhecimento através do próprio sindicado, de que ocorrera um cumprimento de mandado de busca e apreensão em sua residência, ocasião em que foram encontradas algumas munições de uso restrito, onde na oportunidade o mesmo fora recolhido ao Presídio Militar; QUE sobre as munições de calibres menores, o depoente afirma que qualquer policial militar pode ter em sua posse para uso em sua arma particular; QUE com relação às munições de grosso calibre, o depoente afirma que há aproximadamente 8 anos, por ser o comandante da Força Tática de Apoio (FTA), na época, organizou, com a aquiescência do comando do 3º BPM, um treinamento de tiro, onde, na ocasião, o sindicado também participou porque fazia parte do grupo e era o subcomandante do depoente, onde, após a devida elaboração de Nota de Instrução, o treinamento foi realizado utilizando munição que seria descartada da carga da corporação, tendo em vista a data de validade das mesmas; QUE durante o treinamento algumas munições não deflagraram em razão de sua validade, o que era comum, razão pela qual o comandante da equipe ou alguém que estivesse lhe auxiliando, fazia o recolhimento da munição que deu “nega”; QUE acredita que o sindicado tenha guardado essas munições não deflagradas em sua residência e, em razão da quantidade, uma munição apenas de cada calibre, ou seja, 223 e 7,62, este último utilizado dentro da viatura para ocorrências envolvendo roubos a banco, acredita que não foi sua intenção usá-la de forma ilícita, pois poderia ser novamente utilizada em treinamentos futuros; QUE com relação ao veículo encontrado na residência do sindicado o depoente nada sabe informar. DADA A PALAVRA AO DEFENSOR DO SINDICADO, este perguntou ao depoente se sabe informar sobre a conduta pessoal e profissional do sindicado, RESPONDEU que como já afirmou anteriormente, o conhece há mais de 20 anos, inclusive, tem conhecimento de que o mesmo recebeu até condecorações por ser muito operacional; QUE ...inclusive chegou a trabalhar 7 anos com o mesmo na Força Tática, a quem deu treinamento e preparação para a função, onde a desempenhou com bastante desenvoltura, inclusive, realizando prisões de destaque na cidade de Sobral, razão da presença do depoente na presente audiência; QUE caso tivesse acontecido algum fato desagradável durante esse período, o sindicado não teria permanecido no grupo junto com o depoente [...]”; CONSIDERANDO que, em sede de interrogatório (fls. 117/118), o 1º SGT PM Antônio Barbosa Filho declarou, em suma, o que adiante se transcreve: “[...] Que é integrante dos quadros da Polícia Militar do Ceará desde 16.04.1990,

estando no comportamento excepcional, esclarecendo que sua prisão objeto de apuração na presente audiência se deu na sua residência em decorrência de mandado de busca e apreensão, onde ali foram encontradas algumas munições de menor e maior calibre, além de um veículo Fiat, tipo Siena, o qual se encontrava guardado em sua garagem em decorrência da não conclusão de uma negociação; QUE tal veículo apresentava apenas restrições administrativas, tendo em vista ainda estar em contato com a família do proprietário, e só assim, após a devida regularização, passar a utilizá-lo no seu dia a dia; QUE o citado mandado de busca e apreensão decorreu de uma investigação desencadeada pelo Ministério Público do Ceará, cuja apuração ainda se encontra em andamento. [...] PERGUNTADO se conhece as provas contra si apuradas e se tem alguma coisa a alegar a respeito das mesmas, RESPONDEU que as munições calibre 223 eram utilizadas normalmente nas viaturas, bem como em cursos, como também as de pequeno calibre, no caso, as ponto 40; QUE eram munições velhas, que muitas vezes resfriavam e inchavam, devido ao mal acondicionamento, onde, em algumas vezes, por ocasião da prática de tiro, não deflagravam, e como eram de responsabilidade dos comandantes de grupos de operações, as mesmas eram guardadas para uso posterior, mas estavam sujeitas ao controle da corporação; QUE com relação as munições 380, o interrogado afirma que ainda não entendeu o motivo da apreensão, pois as mesmas estavam guardadas porque faziam parte da quantidade de munições de sua pistola particular que foi perdida, cujo boletim de ocorrência apresenta na presente audiência; QUE relativamente ao veículo, o negociou com um corretor, o qual apresentava restrições administrativas, pelo qual pagou R\$ 10.000,00, em razão de multas e atrasos no licenciamento; QUE tal veículo permaneceu guardado enquanto as negociações estavam em andamento; QUE o interrogado chegou a procurar a esposa do proprietário do veículo em Tianguá para concluir as negociações e regularizá-lo, para, só então passar a utilizá-lo; [...] PERGUNTADO se é verdadeira a imputação que lhe é feita, RESPONDEU que as considera inverídicas, pois no seu entendimento, não cometeu nenhum ilícito no tocante às munições e ao veículo, conforme já explicado [...]” (grifou-se); CONSIDERANDO que, ao se manifestar em sede de Razões Finais (fls. 156/171), o sindicado, por intermédio de seu representante jurídico, após descrever os fatos constantes na portaria, aduziu, em suma, que as condutas imputadas ao policial militar acusado seriam atípicas. Na sequência, sustentou que a prova testemunhal teria demonstrado não haver subsunção entre as possíveis penalidades disciplinares e as fatos apurados na instrução processual. A defesa alegou a atipicidade material das condutas imputadas ao defendente, haja vista que algumas das munições encontradas na residência do sindicado seriam de uso comum no policiamento ostensivo e que, por serem velhas, não teriam mais potencial lesivo, senão para uso em treinamentos. Além disso, segundo sustentou, a quantidade de munições de uso restrito apreendidas seria irrisória e não ensejaria a aplicação de reprimenda, tendo em vista ser ele um agente de segurança pública. Disse ainda que as munições de calibre .380 encontradas seriam de uma arma particular de sua propriedade que havia sido perdida, conforme noticiado por ele em boletim de ocorrência anexado à peça defensiva. Com relação ao veículo Fiat/Siena, asseverou que não havia contra o referido automóvel nenhuma restrição judicial, senão irregularidades de cunho meramente administrativo. Por conseguinte, defendeu a aplicação ao caso do princípio da insignificância em virtude da pequena quantidade de munições apreendidas, tendo em vista a mínima ofensividade da conduta, a inexistência de periculosidade social do ato, o reduzido grau de reprovabilidade do comportamento e a inexpressividade da lesão provocada, devendo, por isso, ser eximido de responsabilização disciplinar. Nesta esteira, pugnou pela absolvição do acusado com fundamento nos arts. 33, 34 e 37 da Lei Estadual nº 13.407/2003. Na continuação, pugnou que, caso se entendesse pela aplicação de sanção disciplinar, fossem levados em consideração os bons antecedentes, a primariedade e a conduta social proba do sindicado para fins de atenuação da reprimenda, a ser aplicada no mínimo legal. Por fim, requereu a absolvição do sindicado com base na atipicidade material da conduta e, subsidiariamente, pela aplicação da sanção de advertência em vista de preponderarem as circunstâncias atenuantes; CONSIDERANDO que os autos foram instruídos com os seguintes documentos: cópia do Inquérito Policial nº 316-75/2019 – DAI (fls. 5/19); cópias da Ficha Funcional (fls. 45/68; 129140-v); Certidões Administrativas Disciplinares (fls. 78; 81/82); cópia do Boletim de Ocorrência nº 553-8642/2017 (fls. 120), datado de 28/09/2017, lavrado na Delegacia Regional de Sobral-CE, tendo como noticiante o 1º SGT PM Antônio Barbosa que informou a perda de sua arma particular, marca Taurus, calibre .380; cópia do Certificado de Registro de Veículo (CRV) do veículo I/Fiat Siena EL Flex, placa NRA9881, ano 2009/2010, cor cinza (fls. 121); Decisão judicial da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sobral/CE deferindo o acesso aos autos do processo penal (fls. 141/142) de onde foram extraídos a documentação a seguir: Consulta de Antecedentes Criminais Unificada (fls. 143); cópia da denúncia do MPCE (fls. 144/146); cópia da decisão do juízo da 2ª Vara Criminal da Comarca de Sobral recebendo a denúncia ministerial e tomando o 1º SGT PM Antônio Barbosa Filho em réu por infração, em tese, ao art. 16 da Lei n. 10.826/03 (fls. 147/151); CONSIDERANDO que, após concluída a instrução probatória, a Autoridade Sindicante, analisando pormenorizadamente as alegações defensivas e o contexto das provas ameaçadas aos autos, elaborou o Relatório Final nº 39/2020 (fls. 172/183) concluindo pela insuficiência de suporte probatório para subsidiar a aplicação de reprimenda disciplinar em desfavor do militar estadual sindicado, sugerindo, assim, o arquivamento do feito com a seguinte fundamentação, em síntese: “[...] No mérito, conclui-se que não há provas suficientes nos autos de que o sindicado tenha concorrido de forma relevante para o cometimento de transgressão disciplinar capaz de deflagrar a aplicação de sanção disciplinar em seu desfavor, ante a ausência de lesividade à incolumidade pública quanto a munição apreendida, em razão da sua pequena quantidade e desacompanhada de armamento apto a deflagrá-la, ressalvado as premissas do Art. 72, § único, inc. III, da Lei 13.407. 5. CONCLUSÃO. Diante das razões acima expostas e que dos autos consta, sou de parecer favorável ao arquivamento da presente sindicância administrativa pelas razões acima expostas”. Em seguida, o caderno processual foi remetido à então orientadora da Célula de Sindicância Militar (CESIM/CGD), que, por meio do Despacho nº 8005/2020 (fls. 185), apesar de ter atestado a regularidade processual, discordou do posicionamento do Sindicante e sugeriu a aplicação de sanção disciplinar ao sindicado. No azo, sugeriu ainda a instauração de investigação preliminar a fim de apurar a conduta do 2º Tenente PM Carlos Alberto aduzindo ter exsurgido “[...] nos autos notícia de que as munições apreendidas teriam chegado ao sindicado após instrução sob responsabilidade do 2º Ten PM Carlos Alberto da Costa Maia, MF.: 099.302-1-3, o qual possivelmente deixou de adotar as providências necessárias para descarte do material administrativo, conforme se extrai do termo às fls. 116/117. Diante do que, sugere-se a instauração de investigação preliminar para apurar essa possível irregularidade”. Na sequência, os autos foram encaminhados ao Coordenador de Disciplina Militar (CODIM/CGD), o qual, no bojo do Despacho nº 9106/2020 (fl. 186), corroborou, integralmente o entendimento da Orientadora da CESIM/CGD. Ato contínuo, os autos conclusos foram remetidos a este Controlador Geral para prolação de decisão; CONSIDERANDO que o militar estadual deve atuar como agente garantidor da ordem pública, sobre quem recai o dever de atuar onde estiver, mesmo não estando em serviço, de preservar a paz pública e a integridade das pessoas e não ser o vetor de comportamento contrário, desconsiderando, portanto, sua condição de agente público, o qual deve, acima de seus interesses privados, adotar conduta condizente com o acatamento, de modo integral, das leis, regulamentos, normas e ordens; CONSIDERANDO, a título argumentativo, que, em que pese a independência das instâncias administrativa e penal, o Art. 16 da Lei n. 10.826/03 (“Estatuto do Desarmamento”), dispõe pena em abstrato de reclusão de 3 (três) a 6 (seis) anos para o referido delito. No caso concreto, embora remanesçam dúvidas acerca das munições e do carregador de calibre .380 apreendidos durante a diligência policial, haja vista que o sindicado apresentou cópia do Boletim de Ocorrência nº 553-8642/2017 (fls. 120) em que relatou a perda de uma pistola de mesmo calibre no ano de 2017, é fato incontroverso que o sindicado foi flagrado em sua residência acondicionando algumas munições de uso restrito e acessórios de armamento de origem não plenamente comprovada sem autorização legal e em desacordo com determinação legal ou regulamentar, a saber: 2 (duas) munições intactas de calibre 223 para fuzil, marca CBC, 1 (uma) munição intacta de calibre 7,62 para fuzil, marca CBC e 01 (um) carregador de pistola PT 840 para munição de calibre .40, marca Taurus, munições estas de alta potência, longo alcance e elevado poder de perfuração pertencentes, segundo o próprio sindicado reconheceu, à carga de material bélico da PMCE, estando em desacordo com as regras estabelecidas na Instrução Normativa nº 02/2018-GC, publicada no BGC nº 195, de 17/10/2018, que, dentre outras determinações, disciplina a cautela de arma de fogo e munição pertencentes ao patrimônio da PMCE. Neste sentido, incidível ao caso o art. 59 da supracitada instrução, segundo o qual: “Art. 59. Constitui crime previsto no artigo 16 do Estatuto do desarmamento (Lei nº. 10.826/2003), cuja pena prevista pode chegar a 6 (seis) anos de reclusão mais multa, possuir, deter, portar, adquirir, fornecer, receber, ter em depósito, transportar, ceder, ainda que gratuitamente, emprestar, remeter, empregar, manter sob sua guarda ou ocultar arma de fogo, acessório ou munição de uso proibido ou restrito, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar. Parágrafo Único. Incorrendo no disposto no caput do presente artigo, o infrator ficará sujeito à suspensão do porte de todas as armas de fogo de sua propriedade e o recolhimento de seus armamentos de calibre restrito, até que seja sanado o óbice, sem prejuízo das demais sanções penais e administrativas cabíveis” (grifou-se). A conduta adotada pelo sindicado, portanto, infringiu os preceitos normativos inscritos no Art. 7.º, IV (disciplina) e V (profissionalismo) e no Art. 8.º, incs. II (cumprir os deveres de cidadão), XV (zelar pelo bom nome da Instituição Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e le-gais), XVIII (proceder de maneira ilibada na vida pública e par-ticular) e XXXI (não abusar dos meios do Estado postos à sua dis-posição, nem distribuí-los a quem quer que seja, em detrimento dos fins da adminis-tração pública, coibindo, ainda, a transferência, para fins particu-lar-res, de tecnologia própria das funções militares), configurando, portanto, o cometimento de transgressões disciplinares que se amoldam aos preceitos legais sancionadores dispostos no art. 11, §§ 1.º e 3.º, c/c Art. 12, § 1.º, I e II c/c Art. 13, § 1.º, XIV e XLVIII, § 2.º, XX e LIII, todos da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará). Por sua vez, no tocante ao veículo Fiat/Siena EL Flex, placas NRA 9881, cor cinza, também está fartamente descrito nos presentes autos que apresentava somente restrições administrativas e que estava guardado na garagem da residência alvo do mandado de busca, ou seja, o sindicado não foi flagrado circulando com o veículo, cuja documentação consta nos autos, fls. 121”; CONSIDERANDO que, máxima vênia, não assiste razão ao argumento da defesa, ao qual se filiou a Autoridade Sindicante, visando afastar a responsabilidade disciplinar do acusado ao sustentar a ausência de lesividade à incolumidade pública quanto às munições encontradas, tendo em vista a pequena quantidade apreendida, além de estarem desacompanhadas de armamento apto a deflagrá-las, tanto porque não foi produzido laudo pericial apontando a ausência de potencial lesivo do material recolhido, quanto porque, no âmbito criminal, a hipótese do art. 16 do Estatuto do Desarmamento trata de crimes plurinucleares de perigo abstrato, que são aqueles que descrevem apenas um comportamento, sem exigir a lesão concreta a um bem jurídico ou a colocação deste em efetivo risco. Segundo entendimento doutrinário, nos crimes de perigo abstrato, a lesão ao bem jurídico é presumida, razão pela qual não seria possível se falar em ausência de tipicidade material. Não

obstante, no que diz respeito particularmente aos crimes de porte e posse de munição de uso permitido e restrito, previstos nos arts. 12, 14 e 16 da Lei nº 10.826/2003, os Tribunais Superiores têm reconhecido a possibilidade de se afastar a tipicidade material da conduta quando evidenciada a inexpressividade da lesão ao bem jurídico tutelado. Assim, se uma pessoa possui apenas uma pequena quantidade de munição, desacompanhada de arma de fogo, a sua conduta torna-se irrelevante para o mundo jurídico, especialmente no âmbito penal, pois não representa nenhuma expectativa de perigo de dano à incolumidade pública. Todavia, em que pese compreensão diversa, o referido entendimento se aplica à seara penal, de natureza subsidiária, fragmentária do direito penal, que somente deve ser acionada quando os outros ramos do direito não forem suficientes para a proteção dos bens jurídicos envolvidos. O Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militares do Ceará, positivado na Lei Estadual n. 13.407/03, tem por objetivo preservar outros bens jurídicos insculpidos nos arts. 7º e 8º da referida norma, que o legislador denominou de “valores e deveres militares”, os quais influenciam, de forma consciente ou inconsciente, o comportamento e, em particular, a conduta pessoal de cada integrante da Instituição Militar. Os valores, os deveres e a ética militares são conceitos indissociáveis, convergentes e que se complementam, constituindo-se em bússolas morais que devem pautar o comportamento do profissional militar. Além disso, a via administrativa não se presta a comprovar a prática delitiva, mas, ao contrário, apontar o cometimento de infração disciplinar e a respectiva responsabilidade pela violação de valores e deveres que fundamentam a atuação do servidor e a própria essência da instituição a qual está submetido, ainda que o ilícito administrativo apurado também se amolde a tipos penais. Demais disso, permanece hígida a jurisprudência das Cortes Superiores no sentido de que a posse de munição, em regra, mesmo desacompanhada de arma apta a deflagrá-la, continua a preencher a tipicidade penal, não podendo ser considerada atípica a conduta. Embora tenha se passado a admitir, no entanto, a incidência do princípio da insignificância quando se tratar de posse de pequena quantidade de munição, desacompanhada de armamento capaz de deflagrá-la, uma vez que ambas as circunstâncias conjugadas denotam a inexpressividade da lesão jurídica provocada, a possibilidade de incidência do princípio da insignificância não pode levar à situação de proteção deficiente ao bem jurídico tutelado. Portanto, não se deve abrir muito o espectro de sua incidência, que deve se dar apenas quando efetivamente mínima a quantidade de munição apreendida, em conjunto com as circunstâncias do caso concreto, a denotar a inexpressividade da lesão. Com efeito, analisando os autos, não se verificou a insignificância dos materiais apreendidos, haja vista que o policial militar sindicado foi surpreendido em sua residência na posse de 2 (duas) munições de uso restrito, além de um carregador de pistola de calibre .40 sem origem definida, desprovidas de autorização legal e em desacordo com determinação legal ou regulamentar (legislações do Exército Brasileiro, leis e decretos de controle bélico, instruções normativas da PMCE), sem registro de autorização superior para armazenamento, carga ou descarga de munições da PMCE por meio do sistema de armas (SIARM), sistema de controle de armamento e munição da Instituição Polícia Militar do Ceará. A condição de policial militar não lhe permitia possuir acervo bélico na sua residência sem o devido registro e cadastro na PMCE, órgão militar competente para fins de controle e de verificação das condições de uso e de segurança dos materiais por parte dos policiais militares. Portanto, não há se falar em atipicidade material em virtude da apreensão das munições desacompanhadas de arma de fogo, porquanto a conduta narrada preenche não apenas a tipicidade formal mas também a material, uma vez que “o tipo penal visa à proteção da incolumidade pública, não sendo suficiente a mera proteção à incolumidade pessoal” (AgRg no REsp n. 1.434.940/GO, Sexta Turma, Rel. Min. Rogério Schietti Cruz, DJe de 4/2/2016), além de caracterizar infração administrativa a ensinar a devida reprimenda disciplinar. Em arremate, ficou caracterizado, de modo incontroverso, que o acusado praticou parte das condutas descritas no bojo deste processo. A autoria e a materialidade das transgressões constantes na exordial foram parcialmente comprovadas pela prova material e pelos testemunhos colhidos tanto em sede de inquérito policial, quanto no âmbito deste procedimento, este conduzido sob o crivo do contraditório e da ampla defesa; CONSIDERANDO o histórico funcional do policial militar acusado, extraído dos resumos de assentamentos insitos às fls. 45/68; 129140-v e em consulta ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM), onde consta que seu ingresso nas fileiras da PMCE ocorreu em 16/4/1990, contando, atualmente, com mais de 33 (trinta e três) anos e 10 (dez) meses de efetivo serviço. Constatam registros de vários elogios e o agraciamento com a Medalha Martiniano de Alencar, porém sem nenhuma anotação punitiva disciplinar, encontrando-se, atualmente, na categoria de comportamento “EXCELENTE”; CONSIDERANDO o disposto no Art. 33 do Código Castrense, in verbis: “[...] nas aplicações das sanções disciplinares serão sempre considerados a natureza, a gravidade e os motivos determinantes do fato, os danos causados, a personalidade e os antecedentes do agente, a intensidade do dolo ou o grau da culpa”; CONSIDERANDO que o acusado é um profissional da Segurança Pública com longa carreira policial, de quem se espera uma conduta equilibrada e isenta, e procedimento ilibado na vida pública e privada de forma a zelar pelo bom nome da PMCE, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais, bem como atuação dentro da estrita observância das normas jurídicas e do Código Disciplinar; CONSIDERANDO que as testemunhas indicadas pela defesa pouco contribuíram para o esclarecimento dos fatos investigados, tampouco para afastar as acusações que recaíram sobre o sindicado; CONSIDERANDO que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, por força do Art. 28-A, § 4.º da Lei Complementar n.º 98/2011; Por todo o exposto e por tudo que consta nos autos, RESOLVE: a) **Deixar de acatar o entendimento firmado** pelo Sindicante designado e, acompanhando os pareceres exarados, respectivamente, pela então Orientadora da CESIM e pelo Coordenador da CODIM/CGD, **aplicar ao servidor militar estadual 1º SGT PM 13.435 ANTÔNIO BARBOSA FILHO, MF nº 037.385-1-5, a sanção de 5 (cinco) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR**, com fulcro no Art. 14, inc. III e Art. 17 c/c Art. 32, inc. I, c/c Art. 42, inc. III, da Lei Estadual n.º 13.407/2003, em decorrência da comprovada prática de atos contrários aos valores militares estaduais contidos no Art. 7.º, incs. IV e V, bem como violação dos deveres militares consubstanciados no Art. 8.º, incs. II, XV, XVIII e XXXI, configurando, portanto, o cometimento de transgressões disciplinares que se amoldam aos preceitos legais sancionadores dispostos no art. 11, §§ 1.º e 3.º, c/c Art. 12, § 1.º, I e II c/c Art. 13, § 1.º, XIV e XLVIII, § 2.º, XX e LIII, todos da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará), a ensinar a aplicação da sobredita reprimenda disciplinar, com a incidência das atenuantes inscritas nos incs. I e II do Art. 35 e das agravantes dos incs. II e VI do Art. 36, alterando-se a categoria de comportamento do servidor sancionado para “ÓTIMO”, nos termos do Art. 54, inc. I c/c § 2º, todos da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará); b) Consoante disposição do § 3.º do art. 18 da Lei nº 13.407/2003, a sanção de permanência disciplinar poderá ser convertida em prestação de serviço extraordinário, desde que apresentado requerimento no prazo de 3 (três) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil após a data da publicação no Diário Oficial do Estado da presente decisão (Enunciado n.º 02/2019-CGD), sem o óbice de, caso seja interposto recurso, ser pleiteado após a decisão do CODISP/CGD, respeitando-se o prazo legal de 3 (três) dias úteis contados da data da publicação da decisão do Órgão Recursal; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar n.º 98, de 13/6/2011, caberá recurso em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, o qual deverá ser dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), nos termos do que preconiza o Enunciado n.º 01/2019-CGD, publicado no D.O.E./CE n.º 100, de 29/5/2019; d) Decorrido o prazo recursal, inadmitido ou julgado o recurso interposto, a decisão será encaminhada à Instituição a qual pertence o servidor sancionado para a imediata execução da medida eventualmente imposta, adotando-se, no caso, as providências determinadas no art. 99, inc. III, e no § 1.º do citado excerpto normativo da Lei nº 13.407/2003; e) Da decisão proferida por esta CGD, será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou nos assentamentos funcionais do servidor processado, seguido do envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §§ 7.º e 8.º, Anexo I do Decreto Estadual n.º 33.447/2020, publicado no D.O.E./CE n.º 021, de 30/1/2020, bem como no Provimento Recomendatório n.º 4/2018 – CGD (publicado no D.O.E./CE n.º 013, de 18/1/2018); PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011; CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 58/2021, registrado sob o SPU nº 210014756-5, instaurado por meio da Portaria CGD nº 559/2021, publicada no DOE CE nº 238, de 20/10/2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar dos policiais penais VITOR HUGO COSTA DE VASCONCELOS e HEVERALDO DE MELO MORENO, pelo fato de, conforme o Memorando nº 01/2021 do Instituto Presídio Professor Olavo Oliveira II, no dia 01/01/2021, houve uma tentativa de fuga naquela unidade prisional e todos os policiais penais de serviço, à exceção dos policiais supra, teriam agido para impedir as fugas. Fora destacado na Portaria Instauradora que os nominados servidores teriam permanecido no alojamento, enquanto os demais policiais penais tentavam impedir as fugas; CONSIDERANDO a necessidade de se consolidarem políticas públicas de incentivo e aperfeiçoamento dos mecanismos consensuais de solução de litígios no âmbito disciplinar, foi possível verificar através dos instrumentos probatórios acostados aos autos, as fichas funcionais dos processados (fls. 185/198), bem como dos termos de declaração das testemunhas (fls. 143, 145, 154/156 e 172/173) e o entendimento da Comissão Processante por meio do Relatório Final às fls. 240/250, ratificado pela Coordenadora da CODIC/CGD, fl. 254, que a infração administrativa disciplinar cometida pelos processados preenche os requisitos da Lei nº 16.039/2016 e da Instrução Normativa nº 07/2016-CGD; CONSIDERANDO que este signatário, ante o preenchimento dos pressupostos/requisitos contidos na Lei nº 16.039/2016, e na Instrução Normativa nº 07/2016-CGD, de 08/09/2016, propôs (fls. 255/257) aos processados, por intermédio do NUSCON/CGD, o benefício da Suspensão Condicional do presente Processo Administrativo Disciplinar, pelo prazo de 01 (um) ano, mediante o cumprimento das condições previstas no Art. 4º, §2º, e Parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 16.039/2016; CONSIDERANDO a anuência expressa dos servidores acusados para fins de Suspensão Condicional do Processo Administrativo Disciplinar, mediante a aceitação das condições definidas nos “Termos de Suspensão Condicional do Processo” (fls. 260/263), firmado perante o NUSCON/CGD; CONSIDERANDO que após a publicação desta decisão em Diário Oficial do Estado, a Suspensão Condicional do feito, devidamente aceita pelos servidores interessados: a) poderá ser revogada se, no curso de seu prazo os beneficiários/interessados vierem a ser processados por outra infração disciplinar, não efetuarem a reparação do dano sem motivo justificado ou descumprirem qualquer outra condição imposta, conforme Art. 4º, §4º, da Lei nº 16.039/2016 e Art. 28 da Instrução Normativa nº

07/2016-CGD; b) ficará suspenso o curso do prazo prescricional durante o período da Suspensão Condicional (Art. 4º, §6º, da Lei nº 16.039/2016 e Art. 29 da Instrução Normativa nº 07/2016-CGD); c) durante o período de Suspensão do Processo, a certidão emitida pela CEPRO/CGD será positiva com efeitos negativos, consoante o disposto no Art. 34 da Instrução Normativa nº 07/2016-CGD; d) cumpridas as condições estabelecidas e terminado o período de prova, sem que os servidores tenham dado causa à revogação da Suspensão, declarar-se-á a extinção da punibilidade dos acusados, arquivando-se o procedimento disciplinar, nos moldes do Art. 4º, §5º, da Lei nº 16.039/2016 e Art. 27 da Instrução Normativa nº 07/2016-CGD; RESOLVE: a) **homologar os 'Termos de Suspensão Condicional do Processo'** (fls. 260/263), haja vista a concordância manifestada pelos **SERVIDORES** policiais penais VITOR HUGO COSTA DE VASCONCELOS – M.F. nº 300.433-1-6 e HEVERALDO DE MELO MORENO – M.F. nº 472.534-1-1, e, **suspender o presente Processo Administrativo Disciplinar** pelo prazo de 01 (um) ano, e como consequência, submeto os interessados ao período de prova, mediante condições contidas nos mencionados Termos; b) após a publicação desta decisão em Diário Oficial do Estado, intime-se os advogados constituídos ou os servidores interessados para ciência desta decisão e regular cumprimento; c) após, retornem-se os presentes autos ao NUSCON/CGD, para conhecimento e acompanhamento (Art. 23, §3º, da Instrução Normativa nº 07/2016-CGD). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO - CGD, em Fortaleza/CE, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes da Sindicância registrada sob o SPU nº 190079185-1, instaurada sob a égide da Portaria nº 685/2019, publicada no DOE CE nº 233, de 09 de dezembro de 2019, Visando apurar a responsabilidade disciplinar do Policial Militar CB PM EDUARDO DA SILVA SANTOS, pelo suposto ato de fazer comentários depreciativos contra o Cap PM Haurysson Batista Cavalcante através da rede social WhatsApp, no dia 29/01/2019, imputando ao oficial em tela a prática de crimes de extorsão, sequestro, formação de quadrilha, entre outros crimes, além de ter afrontado o Regulamento Disciplinar Castrense ao proferir comentário depreciativo contra seu superior hierárquico; CONSIDERANDO que a alínea “e” do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO que não há notícia nos autos de que o sindicato tenha sido denunciado criminalmente em razão dos fatos narrados na Portaria; CONSIDERANDO que a hipótese acusatória descrita na Portaria Instauradora, imputada ao sindicato se equipara, em tese, ao delito previsto no Art. 214 do CPM (calúnia), cuja pena máxima em abstrato é de detenção, de 06 (seis) meses a 2 (dois) anos; CONSIDERANDO que, conforme estabelecido no Art. 125, inc. VI, do CPM, o delito cuja pena máxima seja igual a um ano ou, sendo superior, não excede a 02 (dois), prescreve no prazo de 04 (quatro) anos. Da mesma forma, consoante estabelecido no Art. 109, inc. V, do CP, o delito cuja pena máxima é igual a 01 (um) ano ou, sendo superior, não excede a 2 (dois) anos, prescreve no prazo de 04 (quatro) anos; CONSIDERANDO, que a alínea “e” do § 1º do inc. II do Art. 74 da Lei nº 13.407/2003 dispõe que a prescrição da transgressão disciplinar compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidas na legislação penal, especialmente no Código Penal ou Penal Militar; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que transcorreram 5 (cinco) anos entre a suposta conduta ilícita até a presente data. Desta maneira, verifica-se a incidência da prescrição no presente caso mesmo diante do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216, de 23 de abril de 2020, e dos Decretos nº 33.633 e nº 33.699, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; RESOLVE, por todo o exposto, **deixar de acatar a fundamentação exarada no Relatório Final** de fls. 114/119, haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade constataada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do disposto no inc. II, c/c § 1º, alínea “e”, do Art. 74 da Lei nº 13.407/03 – Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará e, por consequência, **arquivar a presente Sindicância Administrativa** instaurada em face do militar estadual CB PM EDUARDO DA SILVA SANTOS – M.F. nº 304.586-1-3. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRA. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza/CE, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 200775322-1, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 382/2021, publicada no D.O.E. nº 177, de 02 de agosto de 2021, a fim de apurar denúncia em desfavor do bombeiro militar ST BM CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DO NASCIMENTO, em que o referido bombeiro militar fora abordado por policiais militares do RAIQ de serviço em Iguatu/CE, no dia 13/08/2020, onde fora encontrado com o sindicato uma certa quantidade de drogas, sendo lavado o TCO nº 479-268/2020 na Delegacia Regional Polícia Civil de Iguatu/CE; CONSIDERANDO que durante a produção probatória, o sindicato foi devidamente citado à fl. 50, apresentou Defesa Prévia às fls. 56/58. Por sua vez, foram ouvidas quatro testemunhas arroladas pela autoridade sindicante e foram ouvidas três testemunhas indicadas pela defesa. Em seguida, o sindicato foi interrogado, e apresentou as Razões Finais às fls. 89/111. Todas as audiências foram realizadas por meio de videoconferência, com cópia em mídia à fl. 85; CONSIDERANDO que a testemunha SD PM Cristian Rocha Leite relatou em seu termo, em resumo, que o fato ocorreu ao final do turno B de serviço, quando visualizaram o veículo do sindicato em local suspeito conhecido por venda de drogas. Disse que realizaram a abordagem, então o CB PM Passos encontrou algumas trouxinhas de maconha no bolso do sindicato. Disse que se encontravam no carro abordado o sindicato e sua esposa. Disse que o sindicato chegou a comentar no momento da abordagem que o entorpecente era fazer um chá para sua esposa, a qual estaria se tratando, por conta de remédios que a esposa tomava; CONSIDERANDO que a testemunha SD PM Cícero Rafael de Lima relatou, em resumo, que estavam fazendo patrulhamento de rotina no bairro, o qual é conhecido pelo tráfico de drogas na região, quando visualizaram o veículo do sindicato em velocidade alta. Foi solicitada a parada do veículo e realizada a abordagem. O CB PM Passos encontrou algumas trouxinhas da maconha no bolso do sindicato, sendo apresentado o material na Delegacia. Foi solicitada a presença do fiscal de dia no local, o CAP PM Joseliano, que foi até o local e fez a condução do sindicato até a delegacia, sendo concluído o procedimento. O sindicato chegou a relatar que o entorpecente era da esposa. Disse que a esposa do sindicato, no momento da abordagem, ficou muito nervosa, comentou que era usuária e que a droga era para eles usarem; CONSIDERANDO que a testemunha 2º SGT PM Jonatan do Nascimento Soares relatou, em resumo, que estavam de serviço de motocicleta. Disse que visualizaram o veículo em situação suspeita no bairro, conhecido por ser um local perigoso, de forma que realizaram a abordagem. Disse que durante a abordagem o sindicato estava bastante nervoso e teria se identificado como tenente do Corpo de Bombeiros Militar, posteriormente se identificou como subtenente e por fim apresentou identidade de 1º sargento, no que se justificou que a sua identidade militar ainda não havia sido trocada. Durante a busca pessoal foram encontradas nove trouxinhas de maconha no bolso do sindicato. Disse que o sindicato relatou que era usuário. Não recordou se foi relatado pelo sindicato para qual seria o uso do entorpecente encontrado; CONSIDERANDO que a testemunha SD PM Edmilson Passos de Araújo Neto relatou, em resumo, que durante a abordagem o sindicato foi arrogante. Disse que o sindicato não colaborou com a abordagem inicial. Disse que foram encontradas nove trouxinhas de maconha com o sindicato. Disse que foi o responsável por encontrar o entorpecente, o qual estava no bolso no sindicato. Disse que o sindicato relatou que era usuário, assim como sua esposa, e que inclusive já havia sido internado em clínica. Disse que por conta da questão hierárquica, foi solicitada a presença do CAP PM Joseliano, o qual deu voz de prisão ao sindicato, sendo então conduzido pelo oficial até a delegacia. Disse que a esposa do sindicato se encontrava bastante nervosa; CONSIDERANDO que a testemunha indicada pela defesa, Sra. Maria Celma Costa Alencar, mãe da Sra. Jackeline Costa, afirmou que a filha fazia tratamento no CAPS pra tentar resolver o problema da dependência química; CONSIDERANDO que a Sra. Jackeline Costa e Silva, esposa do sindicato, declarante indicada pela defesa, afirmou que no dia do fato saiu de casa com o sindicato para comprar o entorpecente, e como estava sem bolso pediu que o militar guardasse no bolso dele. Disse que possuía dependência química e que o entorpecente era dela. Disse que antes de conhecer o sindicato já era usuária. Disse que guardava o entorpecente em sua residência, situação em que o sindicato não sabia onde o escondia, embora soubesse da existência. Disse que o sindicato não era usuário; CONSIDERANDO que a testemunha ST BM Francisco Fernandes Neto narrou que soube pelos colegas de trabalho o que havia ocorrido com o sindicato. Disse acreditar que o que aconteceu foi um fato isolado e que tinha o sindicato como um ótimo profissional, além de confirmar que a esposa do sindicato tinha problema químico; CONSIDERANDO que em seu Auto de Qualificação e Interrogatório, o sindicato disse que o entorpecente encontrado em seu bolso pertencia à esposa, por “problemas” que ela tinha. Disse que o entorpecente foi colocado em seu bolso porque sua esposa o tinha entregado para levar. Disse que se identificou como subtenente bombeiro militar. Disse que o entorpecente foi adquirido pela esposa. Disse que a quantidade de entorpecente encontrada é utilizada para medicamento. Disse que presenciou a esposa fazendo chá com entorpecente; CONSIDERANDO que em sede de Razões Finais, a defesa do sindicato (fls. 89/111) alegou, em síntese, que a conduta era atípica, e que estaria em discussão no STF. Alegou que a posse de entorpecentes para o consumo próprio teria que ser encarada como ofensiva ao princípio constitucional da igualdade, do estado de inocência e da ofensividade vez que travava de forma diferente usuários de substâncias entorpecentes lícitas e ilícitas, as quais causam igualmente vínculos de dependência. Argumentou que o sindicato lutava para afastar sua esposa do vício e que apesar do tratamento esta tinha crises de abstinência o que a obrigava ao

consumo da maconha para se acalmar. Destacou que a conduta do sindicado era excelente, com referências a diversos elogios recebidos. Requereu observação ao princípio da proporcionalidade e adequação entre os meios e os fins. Por fim, pediu reconhecimento da improcedência das acusações e o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO que no Relatório Final (fls. 112/117) a autoridade sindicante sugeriu a aplicação de sanção disciplinar ao sindicado pela comprovação das transgressões disciplinares apuradas, conforme motivou em seu parecer: “[...] A pretensão da defesa não merece prosperar assim, vejamos: Em análise ao que foi ouvido nas videoconferências pelas testemunhas do processo, fls 82 e 83: ‘os militares que efetuaram a prisão e a condução a delegacia, reafirmam em todos os termos (Delegacia, fls 10; e Investigação Preliminar, fls 28/ 31), potencializando a posse da droga encontrada no bolso do militar’ [...] Posterior todas as oitivas, vislumbra-se a ofensa a moral e os bons costumes por atos, palavras ou gestos (Art. 13, § 1º, Inciso XXXII), onde tal fato atinge a honra militar ou até mesmo a reputação, quando da ação do militar em conduzir a companheira a seguir pra um determinado local comprar drogas. Ainda dentro do que foi escrito acima, verifica que a honra foi ferida, quando existe a prova (TCO nº 479-268/2020) ,fls 10 ou até mesmo a confirmação da culpa em juízo. Diante do que foi exposto, o Sindicado pelo que foi apurado nos Autos findou comprovado que o mesmo transgrediu conforme Portaria nº 382, com base na Lei 13.403/ 2013, Código Disciplinar, pois violou os valores, deveres e a disciplina militar. [...] 5 – CONCLUSÃO: Diante de todo o exposto e tudo o que foi apurado nesta Sindicância, concluo com o parecer, salvo melhor juízo, pela aplicação de reprimenda disciplinar em desfavor do Bombeiro Militar: SUB TENENTE BM CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DO NASCIMENTO, M. F.: 109.661-1-6, lotado atualmente na 1ª CIA/ 4º BPM – Iguatu-CE. [...]”; CONSIDERANDO que à fl. 10 encontra-se cópia do TCO em desfavor do sindicado, em que foi autuado nas tenazes do delito tipificado no art. 28 da Lei nº 11.343/06 (“uso de drogas”); CONSIDERANDO que às fls. 104/107 encontra-se cópia de formulário assinado por uma psicóloga, no qual realiza encaminhamento para CAPS AD da esposa do sindicado por esta alegar se dependente química e precisar de tratamento continuado; CONSIDERANDO que às fls. 109/110 consta cópia de Termo de Audiência Preliminar em que o sindicado e sua esposa aceitaram proposta do Ministério Público, no processo nº 3001617-22.2020.8.06.0091 do Juizado Especial e Criminal da Comarca de Iguatu, para prestação pecuniária como pena restritiva de direitos, haja vista a imputação da prática da conduta prevista no Art. 28 da Lei nº 11.343/06. Em sequência, à fl. 111, encontra-se cópia da Sentença que homologou a proposta de transação penal formulada pelo Parquet; CONSIDERANDO que dessa forma não obstante o esforço da defesa em alegar que ocorre discussão acerca da descriminalização do usuário, não há atualmente nenhum fundamento legal que retire a ilicitude da conduta pela qual foi lavrado TCO em desfavor do sindicado, notadamente pela prática da conduta prevista no Art. 28 da Lei nº 11.343/06. Ademais, tomando-se que restou comprovado, com o próprio reconhecimento do sindicado, de que este se deslocou com sua esposa até local onde ocorrem práticas criminosas, bem como guardou material ilícito em bolso próprio, ainda que em pequena quantidade e supostamente para utilização somente por sua esposa, verifica-se que se encontram nos autos elementos probatórios suficientes de que o sindicado cometeu transgressões disciplinares no descumprimento dos preceitos previstos. Por sua vez, é inequívoco que a droga foi encontrada na posse do sindicado, em local conhecido pelo tráfico de drogas, e que o próprio sindicado teria admitido aos policiais que o abordaram ser usuário da droga. Importante ressaltar que a alegada condição de dependente química da esposa do sindicado não elide as práticas transgressivas cometidas conforme os fatos narrados e comprovados ao final da instrução; CONSIDERANDO o Resumo de Assentamentos do militar do sindicado (fls. 54/55), verifica-se que o referido processado foi incluído na corporação no dia 18/11/1994, sem registro de punição disciplinar, possui 01 (um) elogio, com comportamento “Excelente”; CONSIDERANDO que conforme previsão do Art. 33 da Lei nº 13.407/2003: “Na aplicação das sanções disciplinares serão sempre considerados a natureza, a gravidade e os motivos determinantes do fato, os danos causados, a personalidade e os antecedentes do agente, a intensidade do dolo ou o grau da culpa”. CONSIDERANDO, por fim, que a autoridade julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da autoridade processante (sindicante ou comissão processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final** (fls. 112/117) e **punir com 5 (cinco) dias de Permanência Disciplinar** o militar estadual ST BM CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DO NASCIMENTO – M.F. nº 109.661-1-6, por ter sido comprovada a prática das transgressões disciplinares narradas na Portaria desta Sindicância, notadamente o sindicado foi flagrado guardando pequenas quantidades de drogas em sua roupa, que seriam para uso de sua esposa dependente química, quando fora abordado por uma equipe do RAIQ, enquanto transitava em local conhecido pelo tráfico de drogas em 13/08/2020 no Município de Iguatu/CE, infringindo atos contrários aos valores militares previstos nos incs. IV (“a disciplina”), V (“o profissionalismo”), e IX (“a honra”) do art. 7º, violando também os deveres militares contidos nos incs. IV (“servir à comunidade, procurando, no exercício da suprema missão de preservar a ordem pública e de proteger a pessoa, promover, sempre, o bem estar comum, dentro da estrita observância das normas jurídicas e das disposições deste Código”), VIII (“cumprir e fazer cumprir, dentro de suas atribuições legalmente definidas, a Constituição, as leis e as ordens legais das autoridades competentes, exercendo suas atividades com responsabilidade, incutindo este senso em seus subordinados”), XI (“exercer as funções com integridade e equilíbrio, segundo os princípios que regem a administração pública, não sujeitando o cumprimento do dever a influências indevidas”), XV (“zelar pelo bom nome da Instituição Militar e de seus componentes, aceitando seus valores e cumprindo seus deveres éticos e legais”), XVIII (“proceder de maneira ilibada na vida pública e particular”) do Art. 8º, constituindo, como consta, transgressão disciplinar, de acordo com Art. 12, §1º, incs. I (“todas as ações ou omissões contrárias à disciplina militar, especificadas no artigo seguinte, inclusive, os crimes previstos nos Códigos Penal ou Penal Militar”) e II (“todas as ações ou omissões não especificadas no artigo seguinte, mas que também violem os valores e deveres militares”) c/c Art. 13, §1º, inc. XLVI (“fazer uso, estar sob ação ou induzir outrem ao uso de substância proibida, entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, ou introduzi-las em local sob administração militar”), com atenuantes do inc. I e VIII do Art. 35, e agravantes dos incs. IV e VI do art. 36, ingressando no comportamento “ÓTIMO”, de acordo com o art. 54, inc. II, §2º e §4º, todos da Lei nº 13.407/2003; b) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; c) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; d) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inc. I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 52/2021, registrado sob o SPU nº 190658855-1, instaurado por intermédio da Portaria CGD nº 506/2021, publicada no DOE CE nº 219, de 24 de setembro de 2021, visando apurar a responsabilidade disciplinar do servidor PERITO CRIMINAL CRISTÓVÃO ALVES LIMA, pela prática em tese de transgressão disciplinar prevista no Art. 100, incs. I e XII, Art. 103, alínea “b”, inc. II, alínea “c”, incs. VIII e XII, todos da Lei nº 12.124/1993 (fls. 03/04); CONSIDERANDO que durante a instrução probatória o processado foi devidamente citado (fl. 67), apresentou Defesa Prévia (fls. 81/85), bem como fez o requerimento de instauração de incidente de insanidade mental do servidor, conforme VIPROC nº 07212801/2022, no qual a comissão processante entendeu que, diante dos argumentos e documentação apresentados pela defesa, restaram dúvidas razoáveis acerca da higidez mental do processado, motivo pelo qual, em conformidade com a Instrução Normativa nº 02/2012-CGD, sugeriram à autoridade competente a instauração de incidente de insanidade mental (fl. 03 do VIPROC nº 07212801/2022); CONSIDERANDO que o Controlador Geral de Disciplina, por meio do Despacho às fls. 61/64 dos autos apartados, deferiu a instauração do incidente de insanidade, entendendo haver indícios de doença mental incapacitante, ocasião em que determinou, como consequência, a suspensão do processo e submissão do acusado à perícia médica para aferição de sua sanidade mental; CONSIDERANDO que foi realizado exame pericial psiquiátrico no processado, com a consequente emissão do Laudo Pericial nº 2023.0314781 (fls. 85/100 dos autos apartados), no qual o periciado fora diagnosticado com Transtorno Afetivo Bipolar (F31.2 pela CID-10) e tendo o aludido laudo pericial concluído que “o periciado apresenta Transtorno Afetivo Bipolar, tendo apresentado episódio maníaco com sintomas psicóticos à época dos fatos (CID-10 — F31.2), condição que resultou em completo prejuízo da sua capacidade de entendimento e de autodeterminação na ocasião”. Ademais, ao responder os quesitos realizados, o perito entendeu que, ao tempo da ação (14/07/2019), o periciado era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato, em decorrência de doença mental; CONSIDERANDO que, após a juntada do aludido laudo aos autos, a Comissão Processante emitiu o Relatório às fls. 199/200v, no qual sugeriu, de acordo com o Art. 4º, inc. II, da Instrução Normativa CGD nº 02/2012, o arquivamento dos autos em razão do reconhecimento pericial da inimputabilidade do processado; CONSIDERANDO que a sugestão de arquivamento com fulcro no Art. 4º da Instrução Normativa nº 02/2012 foi corroborada pelo então Orientador da CEPAD/CGD (fl. 203) e pela Coordenadora da CODIC/CGD (fl. 204); CONSIDERANDO que, ao tempo das condutas que compõe a acusação, o acusado fora considerado completamente inimputável em virtude do Transtorno Afetivo Bipolar (F31.2 pela CID-10), afastando-se, por via de consequência, a culpabilidade do processado em relação aos fatos que lhe foram imputados, porquanto ele não teria capacidade volitiva de autodeterminação; CONSIDERANDO que consta na fl. 94 do Laudo Pericial nº 2023.0314781 (fls. 85/100 dos autos apartados) relatório com três atestados médicos, nos quais apresentam os seguintes diagnósticos: em 23/11/2018 “(...) apresenta quadro atual compatível com o diagnóstico classificado pela CID-10 em F31.6 [Transtorno afetivo bipolar, episódio atual misto] (...) sintomas de humos disfórico, baixa tolerância ao estresse, impulsividade, labilidade, emocional, pensamento niilista, hipersônia, comportamento suicida e ideais supervalorizadas de autorreferência (...)”; em 18/07/2019 “apresenta transtorno psiquiátrico específico, com sintomas que podem intervir em sua capacidade de autodeterminação (impulsividade) e julgamento (...), gerando

agressividade, dificuldade em controlar impulsos, comportamento errante, compulsões (...) encontra-se na fase aguda da doença (...)”; CONSIDERANDO que, conforme preconiza o Art. 26, caput, do Código Penal, onde trata da imputabilidade por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, sendo isento o agente que, por esses motivos, era, ao tempo da ação ou omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se segundo esse entendimento, ou seja, o agente que se encontra nessas condições é inimputável, como ocorre no presente caso destes autos; CONSIDERANDO que, fazendo-se um paralelo com a esfera penal, na qual a ausência de culpabilidade não permite a afirmação de que houve um crime, também aqui, no âmbito disciplinar, afastando-se a culpabilidade da conduta, devendo se concluir pela ausência de transgressão; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Sindicante, salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º, da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar o relatório** exarado pela Comissão Processante de fls. 199/200v; b) **Absolver** o servidor PERITO CRIMINAL **CRISTÓVÃO ALVES LIMA** – M.F. nº 300.143-1-6, com fundamento na ausência de transgressão, porquanto a culpabilidade das condutas foi afastada pelo reconhecimento pericial da imputabilidade do processado, e em consequência; c) **Arquivar o presente procedimento** instaurado em face do aludido servidor; d) Nos termos do art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; e) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; f) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018); PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD. em Fortaleza, 20 de fevereiro de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011, e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 62/2022, referente ao SPU nº 220861290-0, instaurado por intermédio da Portaria CGD nº 122/2023, publicada no D.O.E CE nº 44, de 06/03/2023, visando apurar a responsabilidade disciplinar do Policial Penal ROBSON LINCOLN FERNANDES DE SOUSA, em razão de, supostamente, no dia 31/08/2022, ter agredido física e moralmente sua ex-companheira Rubênia Menezes Gondim, no contexto de violência doméstica e familiar, culminando na sua prisão em flagrante, pela prática do crime previsto no Art. 129, §13, do CPB c/c Art. 5º, inciso III e Art. 7º, inciso I, da Lei nº 11.340/06, conforme Inquérito Policial nº 303-895/2022 (fls. 14/22, fls. 26/49, fls. 65/93). O Laudo Pericial, referente ao exame de corpo de delito, atestou ofensa a integridade corporal da mencionada vítima (fl. 39v/40v). O Poder Judiciário concedeu medidas protetivas em favor de Rubênia Menezes Gondim (fls. 54v/55). O Ministério Público ofereceu denúncia em desfavor do referido policial penal (fls. 100/101v). O Poder Judiciário recebeu a denúncia (fl. 103), que resultou na ação penal nº 0203880-30.2022.8.06.0025 (fl. 49v, mi-dia - fl. 193), para apuração da prática de lesão corporal qualificada praticada contra mulher – violência doméstica e familiar (Art. 129, §13, do CPB), em desfavor do servidor em testilha; CONSIDERANDO que as condutas praticadas pelo processado constituem, em tese, violação de dever, previsto no Art. 6, inciso III, bem como transgressões disciplinares, dispostas no Art. 10, incisos V e X, todos da Lei Complementar nº 258/2021 (fls. 02/03); CONSIDERANDO que o Controlador Geral de Disciplina concluiu que a conduta, em tese, praticada pelo processado, não preenchia os pressupostos legais e autorizadores contidos na Lei nº 16.039/2016 e na Instrução Normativa nº 07/2016 - CGD, de modo a viabilizar a submissão do caso ao Núcleo de Soluções Consensuais – NUSCON (fls. 105/107); CONSIDERANDO que, durante a instrução probatória, o processado foi devidamente citado (fl. 131). Ato contínuo, 08 (oito) testemunhas foram ouvidas (fl. 148, fl. 149, fl. 165, fl. 166, fl. 167, fl. 188, fl. 189, fl. 190, apenso I – mídia - fl. 03 – fls. 04/06). Após, o acusado foi qualificado e interrogado (fl. 203, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 07) e apresentou alegações finais (fls. 209/226); CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 148, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 04), Wátila Lemos da Silva, policial militar, declarou que recebeu a ocorrência por meio de populares, que relataram a prática de agressões físicas por um policial penal à companheira. Assim, conduziu o acusado à delegacia, onde foi autuado em flagrante. Também levou a vítima para realizar exame de corpo de delito, não recordando se a vítima estava lesionada; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 149, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 04), Francênio José de Souza, policial militar, declarou que deu apoio à vergastada ocorrência. O acusado estava dentro de casa. A testemunha não recordou se a vítima estava lesionada; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 165, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 05), Francisco Jonas dos Santos Sousa, policial militar, declarou que o acusado estava em uma casa conjugada e foi encontrado em um quarto, sendo contido e atendido pela ambulância. O policial penal não estava portando arma. A vítima apresentava marcas. A composição não visualizou a vítima em poder do acusado. Todavia, a vítima mencionou que foi agredida pelo acusado, o qual havia bebido e se drogado; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 166, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 05), Dummar Thomeny Ribeiro, policial militar, declarou que o acusado estava dentro de casa e se recusava a sair. A vítima também estava dentro de casa. O imóvel era dividido, estando o acusado de um lado e a vítima de outro. O acusado apresentava sinais de alteração. A testemunha teve conhecimento de que o acusado teria misturado álcool com remédio controlado. A vítima narrou que havia sido agredida pelo companheiro. O depoente não recordou ter visualizado lesões aparentes na vítima; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 188, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 06), Rubênia Menezes Gondim, suposta vítima, informou que o ex-companheiro era dependente químico e que consumia álcool. A depoente asseverou que, na vergastada data, o acusado lhe agrediu com um ma-ta-leão e com tapas. A vítima mencionou que estava sozinha com o acusado no momento das agressões. O servidor fazia uso de medicamentos controlados, em razão de insônia e depressão. Segundo a declarante, o acusado parecia fora de si e a ofendeu com diversas palavras de baixo calão, mas não relatou ameaças. Destacou que, quando o acusado não estava sob o efeito de drogas, era uma pessoa maravilhosa. Na data em que houve efetivamente a agressão física, o acusado foi preso pela polícia militar. Os militares ingressaram no local com a autorização da declarante. A depoente não relatou agressões anteriores. O acusado não resistiu à ação policial. Asseverou que a conduta agressiva do acusado foi limitada à vergastada ocorrência. A depoente afirmou que os fatos se deram por conta das drogas e do álcool, tendo o acusado um bom caráter. Quanto ao resultado do seu exame de corpo de delito, mencionou que o contato nos braços se deu por conta do ma-ta-leão; CONSIDERANDO que em depoimento (fl. 190, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 06), Flávio Silva Santana, policial penal, mencionou que acusado deixou o local em uma ambulância e que não é comum uma ocorrência de Maria da Penha nesse porte; CONSIDERANDO que em auto de qualificação e interrogatório (apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 04), o processado declarou que Rubênia era sua namorada, mas que estavam praticamente separados. Disse ter comprado a casa ao lado do imóvel da vítima, para fazer uma casa só. Inclusive, era o local para onde estava se mudando com o fim do relacionamento. Disse que obstruiu a passagem com seu carro e moto para evitar a entrada de Rubênia no mencionada local. O interrogando mencionou que, na noite anterior, Rubênia entrou em seu quarto e, diante da confirmação do fim do relacionamento, desferiu um soco na TV, quebrando o aparelho. Ao tentar retirá-la do local, levou uma mordida na mão. Na noite dos fatos, havia tomado muitos remédios para dormir, sendo acordado com a entrada de policiais militares no local. Asseverou que estava desarmado durante a vergastada ocorrência. O interrogando refutou ter agredido fisicamente ou ameaçado a sua ex-companheira Rubênia. Todavia admitiu que houve uma discussão séria entre o casal com ofensas recíprocas. Destacou que Rubênia utilizava sua casa e motocicleta sem sua autorização. Todavia, não pode se aproximar de sua ex-companheira para contestar tal situação em razão de medidas protetivas em seu desfavor. Mencionou que ingeriu medicamentos e álcool no dia dos fatos. Inclusive, utiliza Cetralina diariamente. afirmou que no momento da ocorrência, Rubênia não estava na sua casa e sim na casa dela que ficava ao lado. O interrogando informou que se relacionou por quatro anos com sua ex-companheira e que não houve agressões entre o casal, apenas discussões fugazes. O servidor mencionou que, após os vergastados fatos, houve uma tentativa frustrada de reconciliação do casal. Por fim, mencionou que no dia da ocorrência, não possuía condições de entender o caráter ilícito dos fatos, pois havia bebido muito e utilizado medicamentos; CONSIDERANDO que em sede de alegações finais (fls. 209/226), a defesa arguiu que os fatos não ocorreram da forma delineada na Portaria inaugural. Portanto, não há nexo causal entre a realidade dos fatos e o tipo penal atribuído ao servidor, no contexto de violência doméstica e familiar, em relação à sua ex-companheira Rubênia. O causídico destacou vários pontos dos depoimentos das testemunhas para demonstrar a boa-fé do acusado. Ainda, frisou que o processado não tinha consciência de seus atos no momento da ocorrência, pois estava sob efeito de álcool e medicamentos. Por fim, requereu a absolvição do servidor e o arquivamento do presente PAD; CONSIDERANDO que a Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 62/2022 (fls. 228/234), no qual firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “[...] o acusado agiu nos moldes descritos inicialmente, tendo ao menos agredido fisicamente, ameaçado e injuriado sua ex-companheira, fatos comprovados em depoimentos e na prova técnica colhida. Dessa forma, atacou o acusado o objeto de proteção da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340/2006), legislação de suma importância e que, pelos especiais dispositivos de que dispõe em busca de sua efetividade, prevê crimes graves sendo seus processos, inclusive, priorizados por esta casa. Assim sendo, entendemos pela incidência do art. 10, V (praticar ato definido como crime que, por natureza e configuração, o incompatibilize para o exercício da função) e X (cometer crime tipificado em lei quando praticado em detrimento de dever inerente ao cargo ou função, ou quando o crime for considerado de natureza grave, a critério da autoridade competente) da LC nº. 258/2021, restando prejudicada a aplicação do art. 6º, III (manter conduta pública e privada compatível com a dignidade da função) em virtude do princípio jurídico da consunção, posto que inimaginável o cometimento de um crime grave sem que fosse também frontalmente atacada a boa conduta pública e privada por parte do servidor. Diante do exposto, a Terceira Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, à unanimidade de seus membros, sugere a demissão do policial penal acusado, do Robson Lincoln Fernandes de Sousa, pelos fatos e fundamentos ora expostos, tendo em consideração o disposto nos arts. 10 e 15 da Lei Complementar Estadual nº. 258/2021”. Este entendimento foi ratificado pelo Orientador da CEPAD (fl. 237) e homologado pela Coordenadora da CODIC (fl. 238);

CONSIDERANDO a ficha funcional (fls. 120/126) e a Informação nº 504/2023-CEPRO/CGD (fl. 202), verifica-se que o PP Robson Lincoln Fernandes de Sousa tomou posse em 20/03/2013 e possui 06 (seis) elogios. Não há registro de punição disciplinar; CONSIDERANDO a independência das instâncias, destaca-se que os fatos em apuração nesta esfera administrativa (fls. 02/03), também foram objeto da ação penal nº 0203880-30.2022.8.06.0025 (fl. 49v, mídia - fl. 193), que tramita no 1º Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, cuja última informação disponibilizada pelo site do TJCE, datada de 22/01/2024, dispõe, in verbis: “Intime-se o advogado de defesa para ofertar razões finais”. Impede salientar que a ex-companheira do acusado, Rubênia Menezes Gondim apresentou, em juízo, a retratação da “representação em desfavor de Robson Lincoln Fernandes de Sousa” (fls. 96v/98). Todavia, em razão de se tratar de ação penal pública in-condicionada, o MP ofereceu a denúncia em desfavor de Robson Lincoln Fernandes de Sousa (fls. 100/101v), como incurso no tipo penal de lesão corporal leve (fl. 100v), qualificada praticada contra mulher por razões de condições do sexo feminino, nos termos do Art. 129, §13, do CPB; CONSIDERANDO o disposto no Art. 17, Parágrafo único, in verbis: “Na aplicação da sanção, a autoridade competente levará em consideração os antecedentes funcionais do agente público, as circunstâncias em que o ilícito ocorreu, a natureza e a gravidade da infração e os danos que dela provierem”, bem como o Art. 5, §3º, todos da Lei Complementar nº 258/2021, que trata da apuração da responsabilidade funcional, por meio de processo administrativo disciplinar, quando a “conduta funcional irregular configura, a um só tempo, ilícito administrativo e penal”. In casu, restou demonstrado de forma pacífica, que o fato em apuração nesta esfera administrativa (fls. 02/03), constitui crime, previsto no §13º do Art. 129 do CP (lesão corporal qualificada praticada contra mulher por razões de condições do sexo feminino), cuja pena prevista é de 1 (um) a 4 (quatro) anos de reclusão. Todavia, referente ao §13, do Art. 129 do CPB, Rogério Greco destaca, in verbis: “a mencionada qualificadora somente terá aplicação nas hipóteses que estivermos diante de lesões corporais simples, conforme o disposto no Art. 1º da Lei nº 14.188/2021. Isto porque, caso as lesões sofridas pela mulher sejam de natureza grave ou mesmo gravíssima, como as penas previstas, respectivamente, nos preceitos secundários são superiores àquelas cominadas no aludido §13º, aqueles deverão ser aplicados em detrimento deste último”. Assim, a hipótese de violência doméstica, referente ao §13º do Art. 129 do Código Penal, “se configura como lesão corporal leve, embora qualificada” (Greco, Rogério – Curso de Direito Penal – Vol. 2; 20 ed.; Barueri - SP: Atlas, 2023); CONSIDERANDO o entendimento da doutrina dominante, no sentido de que o princípio constitucional implícito da proporcionalidade consiste em uma barreira protetora dos direitos fundamentais contra o excesso, sendo decorrente do devido processo legal substancial, caracterizado pela razoável aplicação da lei e da atividade estatal no processo. Nessa senda, inobstante o relevante contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, não seria adequado, na esfera administrativa, a aplicação da sanção capital de demissão ao processado, referente a prática de lesão corporal leve, devidamente comprovada por laudo pericial emitido pela PEFOCE (fl. 39v/40v), referente ao exame de corpo de delito realizado na vítima. Ademais, o fato em apuração tratou-se de uma situação pontual, conforme depoimento de Rubênia Menezes Gondim (fl. 188, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 06), que inclusive, judicialmente, se retratou da representação em face de Robson Lincoln Fernandes de Sousa (fls. 96v/98), aduzindo que, no dia dos fatos, o acusado encontrava-se sob efeito de álcool e medicamentos controlados. Além disso, ressalvada a vulnerabilidade da mulher, impende mencionar que houve lesão corporal leve recíproca, conforme laudo pericial emitido pela PEFOCE (fls. 44v/46), referente ao exame de corpo de delito realizado no acusado; CONSIDERANDO o conjunto probatório testemunhal (fl. 148, fl. 149, fl. 165, fl. 166, fl. 167, fl. 188, fl. 189, fl. 190, apenso I – mídia - fl. 03 – fls. 04/06), documental (fl. 49v, fls. 96v/98, fl. 100v, mídia - fl. 193) e pericial (fl. 39v/40v) produzido nos autos, notadamente o laudo pericial referente ao exame de corpo de delito realizado em Rubênia Menezes Gondim, bem como o seu depoimento (fl. 188, apenso I – mídia - fl. 03 – fl. 06) e retratação judicial (fls. 96v/98), além do processo judicial que trata dos mesmos fatos (fl. 49v, mídia - fl. 193), restou demonstrado que o PP Robson Lincoln Fernandes de Sousa, durante uma discussão, sob o efeito de álcool e medicamentos, agrediu fisicamente sua então companheira, em contexto de violência doméstica e familiar, causando-lhe lesões corporais leves. Destarte, restou caracterizada a prática de transgressão do segundo grau pelo processado, prevista no Art. 9º, inciso XXIII (gerar por palavra ou gestos ofensivos descrédito à Instituição Penitenciária), da Lei Complementar nº 258/2021; CONSIDERANDO que todos os meios estruturais de se comprovar ou não o envolvimento transgressivo do acusado foram esgotados no transcorrer do presente feito administrativo; CONSIDERANDO, por fim, que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Comissão Processante, salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, § 4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, diante do exposto: a) **Acatar parcialmente o Relatório Final nº 62/2022**, emitido pela Comissão Processante (fls. 228/234); b) **Punir com 90 (noventa) dias de suspensão**, o Policial Penal **ROBSON LINCOLN FERNANDES DE SOUSA** - M.F. nº 473.174-1-X, nos termos do Art. 12, inciso II, Art. 14, inciso II, c/c Art. 5, §3º e Art. 17, Parágrafo único, em relação à acusação constante na Portaria inaugural (fls. 02/03), de no dia 31/08/2022, ter agredido física e moralmente a sua ex-companheira, ato que constitui ilícito administrativo, caracterizador de transgressão disciplinar do segundo grau, pre-visto no Art. 9º, inciso XXIII, da Lei Complementar nº 258/2021 – Regime disciplinar dos Policiais Penais do Estado do Ceará, convertendo a mencionada sanção disciplinar em multa equivalente a 50% (cinquenta por cento) da remuneração correspondente ao período da suspensão, devendo o referido agente público permanecer em serviço, na forma do §2º do Art. 14 do mencionado diploma legal; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019 - CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o re-registro na ficha funcional do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003; CONSIDERANDO os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar referente ao SPU nº 200198018-8, instaurado sob a égide da Portaria CGD nº 114/2020, publicada no DOE CE nº 039, de 23/02/2020, retificada pela Portaria de Correição nº 515/2020 (correção da data da ocorrência), publicada no DOE nº 256, de 18/11/2020, em face dos militares estaduais SD PM FRANCISCO MIKE CHAVES REBOUÇAS, SD PM FRANCISCO EDIVALDO DA SILVA LIMA FILHO, SD PM MAURO RUBENS ALVES DE SOUSA, SD PM MOISÉS BATISTA ROLIM NETO, SD PM FRANCISCO ÂNGELO BARBOSA FELÍCIO, SD PM BRENO CÁSSIO RIBEIRO DE LIMA e SD PM FRANCISCO ANERY OLIVEIRA SOUZA, em razão de, consoante o Termo de Deserção Especial, terem deixado de se “apresentar no dia 21/02/2020, e embarcarem às 09 horas por ocasião da partida do efetivo para diversas cidades no interior do Estado a fim de participar da Operação Carnaval 2020, consumando instantaneamente a figura típica incriminadora do art. 190 do Código Penal Militar”. Consta ainda no ato instaurador que, por conta da lavratura do termo de deserção, foi determinado o “encaminhamento de expediente Sr. Subcomandante Geral da PMCE para conhecimento, publicação e medidas decorrentes para a agregação (praças estáveis) ou exclusão (não estáveis) dos desertores, a partir da presente data” e a “...atualização dos assentamentos individuais dos desertores com a publicação em BCG do presente Termo”; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória os acusados foram devidamente citados no intervalo compreendido entre as fls. 323/336, fls. 359/360 e, em seguida, ofertaram Defesas Prévias (fls. 342/343, fls. 345/346, fls. 348/351, fls. 353/354, fls. 356/358, fls. 362/363 e fls. 365/391). A comissão juntou aos autos (prova emprestada, fl. 572) referente a oitiva de 3 (três) testemunhas de acusação, do PAD protocolado sob o SISPROC nº 2001980242-3ºCPRM, instaurado através da Portaria CGD nº 118/2020, publicada no DOE nº 039, de 23/02/2020, conforme fls. 585/586, fls. 587/587-V e fls. 588/588-V. Por indicação da defesa, foram ouvidas 20 (vinte) testemunhas, também por meio audiovisual, de acordo com as atas de fl. 664, fl. 736, fl. 793, fl. 836, fl. 838, fl. 840, fl. 853 e mídia DVD-R à fl. 1038. Os interrogatórios dos acusados foram registrados igualmente por videoconferência, de acordo com as atas constantes às fls. 914/914-V, fls. 915/915-V e mídia DVD-R à fl. 1038. Na sequência, foram apresentadas as razões finais de defesa (fls. 948/960-V, fls. 961/973, fls. 982/992-V e fls. 1001/1003); CONSIDERANDO que em sede de razões prévias (fls. 342/391, fls. 342/344, fls. 348/352, fls. 353/344, fls. 356/361, fls. 362/364 e fls. 365/391), em suma, a defesa do SD PM Francisco Mike Chaves Rebouças, aduziu que os fatos não se passaram conforme descrito na portaria inicial, reservando-se o direito de discutir os fatos após o término da instrução processual, por ocasião das alegações finais. No mesmo sentido foram as defesas do SD PM Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho, SD PM Mauro Rubens Alves de Sousa, SD PM Moisés Batista Rolim Neto, MF: 309.045-9-1, SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima. Na sequência, a defesa do SD PM Francisco Ângelo Barbosa Felício, arguiu a total improcedência das acusações e sua consequente inocência e absolvição, e requereu desde já o arquivamento do presente processo regular por insuficiência de elementos que indiquem o cometimento de transgressões disciplinares e a ausência de tipificação legal apta a classificar sua conduta. Por fim, a defesa do SD PM Francisco Anery Oliveira Souza, afirmou que as imputações que lhes foram atribuídas não merecem prosperar uma vez que não praticou qualquer ato que pudesse ser caracterizado como transgressão disciplinar, pois estava recuperando-se de procedimento cirúrgico e se encontrava de licença médica pós-operatória, conforme documentação apresentada, e requereu sua absolvição sumária; CONSIDERANDO que, dos depoimentos que constituíram a prova emprestada, às fls. 585/586, fls. 587/587-V e fls. 588/588-V, Oficiais militares lotados na Coordenadoria Geral de Operações (CGO), extrai-se que estes se limitaram em relatar o planejamento da Operação Carnaval de 2020 e comentar sobre a elaboração do Termo de Deserção no tocante aos aconselhados que faltaram ao embarque para deslocamento concernente às atividades de policiamento. Na mesma esteira, esclareceram que posteriormente houve a retificação (despacho saneador) da relação dos militares cuja finalidade era de não cometer nenhuma injustiça em relação aos PPM constantes na primeira listagem, e sim identificar os que realmente deixaram de se apresentar para o embarque. Noutro sentido, nada souberam dizer em

relação à conduta individual pessoal/profissional, bem como a motivação referente a ausência de cada um dos acusados; CONSIDERANDO que as testemunhas arroladas pelas defesas dos aconselhados, de forma geral, não confirmaram as suas participações no movimento grevista, assim como nos dias subsequentes. Nesse sentido, souberam dos fatos por ouvir dizer e entretanto fizeram referência aos atestados médicos; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Francisco Mike Chaves Rebouças, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este afirmou, em síntese, que: “[...] Que deveria se apresentar no Quartel do Comando Geral da PM, a fim de embarcar para o município de Camocim/CE, não se recordando do meio a ser utilizado; Que não compareceu para o embarque por se encontrar com problema de saúde na coluna; Que foi ao Hospital Uniclínica onde obteve os atestados médicos de dois e cinco dias, não se recordando o nome do médico; Que a procura desse atendimento ocorreu no seu dia de sua folga, antes da data de embarque; Que encaminhou esses atestados médicos à PM, através de email; Que recebeu as diárias para esse deslocamento e procedeu a sua devolução junto à PMCE; Que não sabe dizer o porquê de seu nome constar na lista dos faltosos e não compareceu para o embarque por encontrar-se com problemas de saúde [...]; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Moisés Batista Rolim Neto, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este asseverou, em síntese, que: “[...] Que não compareceu ao Quartel do Comando-Geral da PMCE por se encontrar com problemas de saúde; Que procurou a UPA da Praia do Futuro, foi atendido por um médico, sendo diagnosticado com Dengue e obteve um atestado médico de três dias; Que tanto encaminhou o atestado via email, como também fez a sua entrega pessoalmente à CGO; Que estava designado para trabalhar no município de Pecém, devendo ali se apresentar utilizando meios próprios ou em ônibus fretado que sairia do Quartel do Comando-Geral da PMCE; Que recebeu as diárias para a sua viagem e procedeu a sua devolução junto à PMCE; Que não tirou nenhum serviço durante a operação carnaval; Que não se recorda o dia do seu recolhimento; Que não participou do movimento paredista, nem tão pouco fez alusão de apoio [...]; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este afirmou, em síntese, que: “[...] Que não compareceu ao Quartel do Comando-Geral da PMCE para o embarque, por se encontrar com problema de saúde, por se encontrar com dispensa médica; Que procurou a Multiclínica, foi diagnosticado com suspeita de estar com chikungunya e obteve um atestado médico de cinco dias; Que enviou esse atestado via e-mail, como também sua irmã fez a entrega pessoalmente na CGO; Que estava designado para trabalhar no município de Camocim, devendo de se dirigir ao Quartel do Comando Geral da PMCE para embarque; Que não sabe dizer o porquê de seu nome constar na lista dos faltosos; Que recebeu as diárias para a sua viagem e procedeu a sua devolução junto à PMCE; Que ficou recolhido entre 12 e 15 dias, sendo o início no dia 23 (domingo); Que não participou do movimento paredista, nem tão pouco prestou apoio [...]; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este aduziu, em síntese, que: “[...] Que não compareceu ao Quartel do Comando-Geral da PMCE para o embarque, por se encontrar na UPA do Bom Jardim, com diagnóstico de virose, obtendo um atestado médico de dois dias, 21 e 22 de fevereiro; Que fez a entrega do atestado na CGO no dia 22 (sábado); Que não se recorda qual a cidade que teria sido designado para trabalhar; Que o transporte para ali chegar seria um ônibus, com emissão de passagem na Rodoviária, todavia, não obteve essa emissão pelo fato de encontrar-se com problemas de saúde; Que recebeu as diárias para a sua viagem e procedeu a sua devolução junto à PMCE; Que não sabe dizer o porquê de seu nome constar na lista dos faltosos, pois procedeu a entrega do atestado médico na CGO; Que em momento algum chegou a participar da operação carnaval; Que não participou do movimento paredista, nem tão pouco fez nenhuma declaração de apoio [...]; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Francisco Ângelo Barbosa Felício, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este afirmou, em síntese, que: “[...] Que não compareceu ao Quartel do Comando-Geral da PMCE para o embarque, por se encontrar com atestado médico; Que tem problemas de cálculo renal, que antes da viagem sentia muita dor e no dia marcada para o seu deslocamento teve o problema de sua saúde agravada, dirigindo-se à UPA da Leste-Oeste, foi atendido por um médico e obteve o atestado médico de um dia (21/02); Que não cumpriu nenhum dia da operação carnaval; Que no dia seguinte (22/02) retornou a mesma UPA e obteve um segundo atestado médico de três dias, não se recordando do diagnóstico; Que fez a entrega pessoalmente desses atestados na CGO; Que depois que saiu a lista dos desertores se apresentou, no domingo, e ali ficou recolhido dois dias no Presídio Militar e, oito a dez dias, no Batalhão de Choque; Que salvo engano estava designado para trabalhar no município de Trairi; Que salvo engano o transporte designado para esse deslocamento era um ônibus que sairia do Quartel do Comando-Geral da PMCE; Que recebeu as diárias para a sua viagem e procedeu a sua devolução junto à PMCE; Que não participou do movimento paredista, nem tão pouco expressou nenhuma declaração de apoio [...]; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Mauro Rubens Alves de Sousa, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este arguiu, em síntese, que: “[...] Que não compareceu ao Quartel do Comando-Geral da PMCE para o embarque por se encontrar doente e estava munido de um atestado médico; Que procurou a UPA do Conjunto Ceará no dia 21/02, foi atendido por um médico e obteve um atestado médico de dois dias, 21 e 22 de fevereiro; Que tanto enviou por email para a CGO, como ali compareceu, a fim de entregar o atestado médico; Que não participou da operação carnaval; Que apresentou-se espontaneamente e ficou recolhido cinco dias no BPCHOQUE; Que recebeu as diárias da viagem e procedeu a sua devolução à PMCE; Que não participou do movimento paredista, nem tão pouco expressou nenhuma declaração de apoio [...]; CONSIDERANDO o interrogatório do SD PM Francisco Anery Oliveira Souza, realizado por meio de videoconferência, registrado nos autos à fl. 1038 – mídia DVD-R, este declarou, em síntese, que: “[...] Que ficou ciente que estava escalado para a operação carnaval em 2019, contudo, no dia 18/01 se submeteu a uma cirurgia de apendicite, permanecendo até o dia 14/03 em processo de recuperação; Que recebeu as diárias da viagem e procedeu a sua devolução à PMCE; Que não participou do movimento paredista, nem tão pouco manifestou nenhuma declaração de apoio [...]; CONSIDERANDO que, ao se manifestar em sede de razões finais (fls. 948/960-V, fls. 961/973, fls. 982/992-V e fls. 1001/1003), a defesa dos aconselhados – SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima, SD PM Mauro Rubens Alves de Sousa, SD PM Francisco Mike Chaves Rebouças e SD PM Moisés Batista Rolim Neto, em suma, após discorrer sobre as circunstâncias fáticas e matéria de direito, dentre outras argumentações, requereu que a intimação dos membros da Comissão Externa para emissão de parecer, além do reconhecimento das preliminares afetas as excludentes de crime militar e justificação das transgressões disciplinares presentes no art. 43 do CPM e art. 34, inciso I, da Lei nº 13.407/2003, bem como o reconhecimento da falta de materialidade da prática do crime de deserção especial previsto no art. 190 do CPM, equiparada a transgressão disciplinar, nos termos do art. 12, § 1º, inc. I, parte final da Lei nº 13.407/2003, dado a inaplicabilidade aos militares estaduais, ou o reconhecimento de que as condutas não caracterizam ilícito criminal ou disciplinar, em razão das causas de justificação, emitindo-se ao final, parecer pela improcedência das acusações. Na mesma senda, a defesa do O SD PM Francisco Ângelo Barbosa Felício (fls. 961/973), requereu sua absolvição e o consequente arquivamento dos autos em razão de excesso de enquadramento, da falta de provas, da ausência de justa causa e de proporcionalidade e razoabilidade. No mesmo sentido, a defesa do SD PM Francisco Edvaldo da Silva Lima Filho (fls. 982/992), pleiteou sua absolvição e o consequente arquivamento dos autos, na medida em que não foi comprovado por meio de prova cabal a conduta transgressora e a subsunção aos elementos configuradores dos tipos transgressivos que lhes foram atribuídos, a fim de que seja emitido parecer de que referido PM não está incapacitado de permanecer na ativa e, caso entenda pela aplicação de punição disciplinar, que lhe seja infligida a pena de advertência. Por fim, a defesa do SD PM Francisco Anery Oliveira Souza (fls. 1001/1003), reiterou o pedido de reconhecimento de sua absolvição sumária; CONSIDERANDO que em relação à Sessão de Deliberação e Julgamento (fls. 1023/1023-V), conforme previsto no Art. 98 da Lei nº 13.407/2003, a Trínca Processual, manifestou-se nos seguintes termos, in verbis: “[...] Passou-se, então, em conformidade com o art. 98 da Lei nº 13.407/03, ao julgamento, tendo a comissão processante deliberado que os SDs PMs Francisco Mike Chaves Rebouças, MF: 309.054-2-3; Mauro Rubens Alves de Sousa, MF: 309.048-1-8; Moisés Batista Rolim Neto, MF: 309.045-9-1; SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima, MF: 309.064-9-7; Francisco Ângelo Barbosa Felício, MF: 309.056-0-1; Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho, MF 309.064-3-8 e Francisco Anery Oliveira Souza, MF 309.055-7-1: I – Por unanimidade de votos, NÃO SÃO CULPADOS das acusações constantes na Portaria Inicial; II – Por unanimidade de votos, NÃO ESTÃO INCAPACITADOS de permanecer na situação ativa da Polícia Militar do Estado do Ceará. (destacou-se) [...]”; CONSIDERANDO que, do mesmo modo, a Comissão Processante emitiu o Relatório Final nº 58/2023, às fls. 1050/1064-V, no qual sugeriu-se o arquivamento do feito sem aplicação de sanção aos acusados, sob o seguinte fundamento, in verbis: “[...] 6. DA ANÁLISE DO MÉRITO. Após minuciosa análise das provas constantes dos autos, a comissão processante entendeu que merecem prosperar as teses das defesas, na medida em que a autoria e a materialidade das condutas atribuídas aos aconselhados não restaram provadas. (...) Contudo, os fatos não aconteceram da maneira narrada na portaria inicial, conforme conjunto probatório colhido durante a instrução processual, senão veja-se: Os militares ora acusados afirmaram em seus interrogatórios que deixaram de se apresentar para o embarque da operação carnaval por se encontrarem com problemas de saúde, havendo inclusive apresentado atestados médicos. Diante desses fatos, a comissão processante buscando conhecer a veracidade de cada um desses documentos emitiu ofícios aos hospitais e clínicas, sendo ao final constatado as suas autenticidades. O Hospital Central de Fortaleza confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Francisco Mike Chaves Rebouças (fl. 217), expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 02 (dois) dias de afastamento do trabalho (fls. 1027/1028). O Dr. João Batista, médico da Clínica Articular, confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Francisco Anery Oliveira Souza (fl. 241), expedido no dia 14/02/2020, concedendo-lhe 30 (trinta) dias de afastamento do trabalho (fl. 886). A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Conjunto Ceará, confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Mauro Rubens Alves de Sousa (fl. 261), expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 02 (dois) dias de afastamento do trabalho (fl. 888v). A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Granja Lisboa confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho (fl. 533), expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 02 (dois) dias de afastamento do trabalho (fls. 866/867). A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Praia do Futuro confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Moisés Batista Rolim Neto (fls. 1055/1056), expedido no dia 20/02/2020, concedendo-lhe 03 (três) dias de afastamento do trabalho (fl. 958). A Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Vila Velha confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Francisco Ângelo Barbosa Felício (fl. 510), expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 01 (um) dia de afastamento do trabalho (fl. 864). A Multiclínica Fortaleza confirmou a autenticidade do atestado médico apresentado pelo SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima (fl. 164), expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 06 (seis) dias de afastamento do trabalho (fl. 892). Apesar de estar provado que os referidos militares deixaram de se apresentar no dia 21/02/2020, às 09 horas, na sede do Comando-Geral da Polícia Militar do Ceará, para embarcarem com destino ao interior do Estado, a fim de participarem da Operação Carnaval 2020, não há que se falar na prática da figura típica prevista no art. 190 do Código Penal Militar, na medida em que não houve dolo por parte dos acusados, não

havendo se falar em prática de transgressão disciplinar. Verifica-se, pois, que as ausências de todos os acusados estavam acobertadas por causa lícita de justificação de suas faltas, quais sejam, as enfermidades descritas em seus respectivos atestados médicos, conforme precedentes do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais: APELAÇÃO CÍVEL – MILITAR DEMITIDO – PEDIDO DE REINTEGRAÇÃO – DESERÇÃO – ATESTADO MÉDICO – CAUSA LÍCITA DE JUSTIFICAÇÃO DAS FALTAS – IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA FALTA GRAVE PREVISTA NO ART. 13, XX, DO CEDM OU DA CONTAGEM DO PRAZO PARA A CONFIGURAÇÃO DA DESERÇÃO – ATO DEMISSIÓARIO IRRAZOÁVEL E DESPROPORCIONAL – ANÁLISE DA LEGALIDADE NESTES ASPECTOS – POSSIBILIDADE – REINTEGRAÇÃO QUE SE IMPÕE – JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA – PARCELAS REMUNERATÓRIAS – INCIDÊNCIA DESDE O MOMENTO EM QUE DEVERIAM TER SIDO PAGAS – FATOR DE CORREÇÃO MONETÁRIA – APLICAÇÃO DO ART. 1º-F DA LEI N. 9.494/97 COM A REDAÇÃO DADA PELA LEI N. 11.960/09 – INCONSTITUCIONALIDADE DECLARADA PELO STF – APLICAÇÃO DOS ÍNDICES DA TABELA DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TJMG) – CONTADORIA JUDICIAL, COM BASE NA VARIAÇÃO ORTN/OTN/BTN/TR/IPC-r/INPC – SENTENÇA MANTIDA – RECURSO ESTATAL IMPROVIDO. A aplicação de sanção disciplinar requer a existência de elementos fáticos e probatórios aptos a demonstrar a efetiva prática do ilícito disciplinar. Desta feita, somente com a presença indubitável da prova da infração e da culpabilidade do acusado é que se admite a aplicação de punições, as quais deverão ser devidamente motivadas nos fatos e provas reunidas do decorrer da instrução processual. No mesmo sentido julgou o Superior Tribunal de Justiça ao analisar Mandado de Segurança impetrado por servidor público demitido com base em acusação não provada: ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. PENA DE DEMISSÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVAS DA INFRAÇÃO DISCIPLINAR. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE INOBSERVADO. SEGURANÇA CONCEDIDA. 6. Inexistindo prova inequívoca de que a impetrante se valeu do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, a ela não pode ser aplicada pena de demissão, que se mostra desproporcional por um ato de desídia (art. 117, XV, da Lei n. 8.112/90). Similarmente, não se pode admitir que a Administração Pública coadune com a aplicação da responsabilidade objetiva aos acusados na esfera disciplinar, independentemente de seu ânimo subjetivo, conforme decidiu o Tribunal Regional Federal da 5ª Região: ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. DESIGNAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PARA FAZER PERÍCIA. OMISSÃO NA APRESENTAÇÃO DE RELATÓRIO. APLICAÇÃO DE PENALIDADE MAIS BRANDA PELA ADMINISTRAÇÃO. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. VII – Não existe responsabilidade objetiva dos agentes públicos perante a Administração Pública, de maneira que, para que ocorra a responsabilização do servidor em decorrência de ilícito funcional, deve haver a comprovação cabal da sua culpa, em qualquer das modalidades previstas (negligência, imprudência ou imperícia) ou de dolo, bem como do nexo de causalidade entre a ação ou omissão culposa ou dolosa e o dano. Assim sendo, esta Comissão Processante entendeu pelo arquivamento deste processo regular, na medida em que não houve a prática de transgressões disciplinares por parte dos aconselhados, por ausência de dolo. 7. CONCLUSÃO E PARECER - Desta feita, após análise das provas contidas nestes autos, esta comissão processante passou a deliberar, em sessão própria e previamente marcada, em que a defesa dos acusados se fizeram presentes e acompanharam os trabalhos pertinentes de deliberação e julgamento do caso, tendo seus membros decidido que os SDs PMs Francisco Mike Chaves Rebouças, MF: 309.054-2-3, Moisés Batista Rolim Neto, MF: 309.045-9-1, Breno Cássio Ribeiro de Lima, MF: 309.064-9-7, Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho, MF: 309.064-3-8, Francisco Ângelo Barbosa Felício, MF: 309.056-0-1, Mauro Rubens Alves de Sousa, MF: 309.048-1-8, e Francisco Anery Oliveira Souza, MF: 309.055-7-1: 1 – Por unanimidade de votos, NÃO SÃO CULPADOS das acusações constantes na portaria; II – Por unanimidade de votos, NÃO ESTÃO INCAPACITADOS a permanecerem na situação ativa da Polícia Militar do Estado do Ceará. (destacou-se) [...]”; CONSIDERANDO que, em face do parecer da Comissão Processante, o Orientador da CEPREM/CGD, por meio do despacho nº 5613/2023 (fls. 1066/1067), posicionou-se nos seguintes termos, in verbis: “[...] 3. Dos demais que foi analisado, infere-se que a formalidade pertinente ao feito restou atendida. 4. Por todo o exposto, ratifico o entendimento da comissão processante, que o aconselhado não são culpados das acusações e não estão incapacitados a permanecerem na situação em que se encontra na ativa da Polícia Militar do Ceará.[...]”. Na sequência, o Coordenador da CODIM/CGD, por meio do despacho nº 6207/2023 (fls. 1068/1069), atestou a regularidade do feito; CONSIDERANDO que pelos mesmos motivos, e em observância ao princípio da independência das instâncias, em consulta pública ao site do TJCE, os aconselhados figuraram ou figuram no polo passivo dos processos tombados sob os nºs 0213622-25.2020.8.06.0001, 0037060-30.2021.8.06.0001 e 0215035-73.2020.8.06.0001 (Auditoria Militar do Estado do Ceará); CONSIDERANDO que sobre o episódio, por meio da Comunicação Interna nº 1208/2021 (fl. 576), a Comissão Processante requereu ao Controlador Geral de Disciplina, autorização para utilização como prova emprestada, dos depoimentos colhidos no bojo do PAD de SPU nº 200198019-6, especificamente dos Oficiais militares estaduais lotados à época, na Coordenadoria Geral de Operações (CGO), setor da PMCE responsável pela operacionalização da Operação Carnaval e lavratura do termo de deserção. Na sequência, conforme despacho da Autoridade Controladora (fls. 517/580), o pleito foi deferido e as cópias dos testemunhos passaram a integrar os presentes fólios (fls. 585/588-V); CONSIDERANDO que no mesmo sentido, após diligências da Trinca Processante junto a unidades hospitalares diversas a fim de confirmar a veracidade dos atestados médicos e respectivas dispensas apresentados pelos aconselhados para o serviço do dia em questão, de fato, comprovou-se suas respectivas autenticidades (fls. 864/892 e fls. 1027/1028); CONSIDERANDO que os atestados e declarações emitidas pelas unidades médicas/hospitalares concernentes às condições de saúde arguidas e os respectivos afastamentos do serviço em face dos militares, foram comprovados mediante farta documentação constante nos autos, in casu: SD PM Francisco Mike Chaves Rebouças (Hospital Central de Fortaleza, expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 02 (dois) dias de afastamento do trabalho, às fls. 217, fls. 1027/1028); SD PM Francisco Anery Oliveira Souza (Clínica Articular, expedido no dia 14/02/2020, concedendo-lhe 30 (trinta) dias de afastamento do trabalho, às fls. 241, fl. 886); SD PM Mauro Rubens Alves de Sousa (Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Conjunto Ceará, expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 02 (dois) dias de afastamento do trabalho, às fls. 261, fl. 888-V); SD PM Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho (Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Granja Lisboa, expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 02 (dois) dias de afastamento do trabalho, às fls. 533, fls. 866/867); SD PM Moisés Batista Rolim Neto (Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Praia do Futuro, expedido no dia 20/02/2020, concedendo-lhe 03 (três) dias de afastamento do trabalho, às fls. 1055/1056, fl. 958); SD PM Francisco Ângelo Barbosa Felício (Unidade de Pronto Atendimento (UPA) da Vila Velha, expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 01 (um) dia de afastamento do trabalho, às fls. 510, fl. 864), e SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima (Multiclínica Fortaleza, expedido no dia 21/02/2020, concedendo-lhe 06 (seis) dias de afastamento do trabalho, à fl. 264, fl. 892); CONSIDERANDO que nas hipóteses acima (acometimento de enfermidade e devida comprovação), constata-se que os aludidos militares, na ocasião em comento, encontravam-se amparados por motivo de força maior ou caso fortuito, plenamente comprovados, restando reconhecida causa de justificação que exclui a ilicitude da transgressão, e consequentemente aplicação de sanção disciplinar, conforme previsão do inc. I do Art. 34 do Código Disciplinar da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros; CONSIDERANDO que, ao fim da instrução, não restou nos autos carga probatória que autorize concluir que qualquer dos acusados tenha participado do movimento paredista ocorrido no ano de 2020. Na mesma esteira, em relação ao não comparecimento para embarque na denominada Operação Carnaval, como os atestados apresentados presumem-se válidos, nessa perspectiva, não há como sustentar que os processados sejam culpados das acusações, estando suas faltas justificadas pelos atestados apresentados, ainda que extemporaneamente; CONSIDERANDO que, partindo do pressuposto de que não há nenhum indício que autorize apontar caráter fraudulento aos atestados médicos apresentados pelos militares, estes se afiguram legítimos a evidenciar que os servidores se encontravam com problemas de saúde no dia do embarque para a Operação Carnaval (21/02/2020). Assim, à luz do regime jurídico disciplinar incidente ao caso, deve-se compreender que as enfermidades pelas quais estavam acometidos constituíram motivo de força maior para a ausência ao serviço para o qual estavam escalados, causa portanto de justificação e impeditiva da aplicação de sanção disciplinar, em consonância com o disposto no art. 34, I, da Lei nº 13.407/03 (Código Disciplinar PM/BM). Nessa conjuntura, mesmo a não apresentação de atestado antes do embarque, é razoável/plausível que os acusados, por encontrarem-se adoentados, mostraram-se impossibilitados de apresentá-los a tempo, enquadrando-se também na hipótese de motivo de força maior, o que constituiu causa justificante, consoante o já mencionado dispositivo legal; CONSIDERANDO demais disso, não se depreende a incidência de dolo por parte dos processados, a fim de caracterizar nexo causal (apoio) com o ocorrido naquele fatídico período, quando militares estaduais, mediante comportamento ilícito, ofendendo os pilares da hierarquia e da disciplina se revelaram contra a Instituição PMCE. Desse modo, não se vislumbrou qualquer acerto prévio ou adesão, entre os ora aconselhados e os manifestantes; CONSIDERANDO por fim, a minuciosa análise da prova testemunhal/documental, não foi conclusiva para demonstrar, de forma inequívoca, que os militares tenham aderido/participado, direta ou indiretamente, do movimento paredista ocorrido no Estado do Ceará, no período de 18/02/2020 à 01/03/2020, mormente no dia do ocorrido (21/02/2020). Isso posto, não restou configurado nos autos que os aconselhados tenham deliberadamente faltado ao serviço a fim de deixar de apresentarem-se no momento da partida do transporte, com o intuito de aderirem ao movimento paredista então deflagrado. Desta feita, em observância ao princípio da legalidade, restou afastada a responsabilidade dos processados quanto às transgressões nominadas na Portaria Inaugural, haja vista que suas não apresentações, deu-se em razão de força maior, fato comprovado conforme documentação médica constante às fls. 864/892 e fls. 1027/1028; CONSIDERANDO que, no caso concreto, não restou provada a voluntariedade objetiva na conduta assemelhada à transgressão disciplinar, posto que indubitosa sua caracterização, pois ausente o nexo causal evidenciado entre a vontade específica ou subjetiva e o resultado perquirido; CONSIDERANDO que o princípio da legalidade, o qual impõe ao Administrador Público a instauração e apuração dos fatos supostamente transgressivos, ajusta-se ao princípio do devido processo legal, do qual emana o julgamento disciplinar justo e razoável; CONSIDERANDO por fim, que no processo acusatório, a dúvida milita em favor do acusado, uma vez que a garantia da liberdade deve prevalecer sobre a pretensão punitiva do Estado. Sendo assim, não havendo provas suficientes da materialidade e autoria do ilícito, o julgador deverá absolver o acusado, isto é, “in dubio pro reo”. In casu, é o que se verificou em relação à participação/adesão dos militares no movimento paredista. Desta forma sendo conflitante a prova e não se podendo dar prevalência a esta ou aquela versão, é prudente a decisão que absolve o réu; CONSIDERANDO os princípios da livre valoração da prova e do livre convencimento motivado das decisões; CONSIDERANDO os assentamentos funcionais (fls. 858/860, fls. 416/416-V, fls. 861/863, fls. 418/418-V, fls. 520/521, fl. 420/421 e fls. 413/414-V) dos policiais militares em referência, verifica-se, respectivamente que: 1) SD PM Francisco Mike Chaves Rebouças, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, sem registros de elogios e/ou punição, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 2) SD PM Moisés Batista Rolim

Neto, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, sem registros de elogios e/ou punição, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 3) SD PM Breno Cássio Ribeiro de Lima, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, sem registros de elogios e/ou punição, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 4) SD PM Francisco Edivaldo da Silva Lima Filho, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, com o registro de 1 (um) elogio, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 5) SD PM Francisco Ângelo Barbosa Felício, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, com o registro de 1 (um) elogio, sem sanção disciplinar, encontrando-se atualmente no comportamento bom; 6) SD PM Mauro Rubens Alves de Sousa, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, sem registros de elogios e/ou punição, encontrando-se atualmente no comportamento bom; e 7) SD PM Francisco Anery Oliveira Souza, conta com mais de 5 (cinco) anos de efetivo serviço, sem registros de elogios e/ou punição, encontrando-se atualmente no comportamento bom; CONSIDERANDO que a Autoridade Julgadora, no caso, o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar, o entendimento exarado no relatório final de fls. 1050/1064-V, e Absolver os MILITARES SD PM FRANCISCO MIKE CHAVES REBOUÇAS – M.F. nº 309.054-2-3, SD PM MAURO RUBENS ALVES DE SOUSA – M.F. nº 309.048-1-8, SD PM MOISÉS BATISTA ROLIM NETO – M.F. nº 309.045-9-1, SD PM BRENO CÁSSIO RIBEIRO DE LIMA – M.F. nº 309.064-9-7, SD PM FRANCISCO EDIVALDO DA SILVA LIMA FILHO – M.F. nº 309.064-3-8, SD PM FRANCISCO ÂNGELO BARBOSA FELÍCIO – M.F. nº 309.056-0-1 e SD PM FRANCISCO ANERY OLIVEIRA SOUZA – M.F. nº 309.055-7-1, com fundamento na ausência de transgressão em relação à falta funcional equiparada ao delito de deserção especial, porquanto reconhecida a causa de justificação prevista no art. 34, I, da Lei nº 13.407/03, e com fundamento na insuficiência de provas para a condenação em relação a participação no movimento paredista deflagrado no dia 18/02/2020, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003) e, por consequência, **arquivar o presente Processo Administrativo Disciplinar em desfavor dos mencionados militares em relação às acusações constantes na Portaria Inicial; b) Nos termos do art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/201, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; c) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; d) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, do Anexo I do Decreto Estadual nº 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRA-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD. Fortaleza, 4 de março de 2024.****

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 25/2022 registrado sob o SPU nº 190976241-2, instaurado sob a égide da Portaria nº 235/2022 - GAB/CGD, publicada no DOE CE nº 106, de 20 de maio de 2022, em face do servidor IPC FRANCISCO LOURIVAL LIMA DE ARAÚJO por suposta prática de ameaça e por ter entrado em vias de fato, com o esposo de sua filha, fato ocorrido no dia 27/10/2019; CONSIDERANDO que ao se analisar a Ação Penal proposta pelo Ministério Público em face do acusado, no Processo nº 0186175-96.2019.8.06.0001 que tramita no 2º Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca de Fortaleza, a magistrada verificou que ocorreu a extinção da punibilidade do acusado em virtude da ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, nos moldes dos Arts. 107, inc. IV, e 109, inc. VI, do Código Penal, conforme sentença às fls. 211/211-v; CONSIDERANDO que o Art. 14, inc. I, da Lei nº 13.441/2004 dispõe que a prescrição da transgressão administrativa compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que o decurso de tempo necessário para extinguir a pretensão punitiva em relação às transgressões equiparadas ao delito em epígrafe, além do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216, de 23 de abril de 2020, e dos Decretos nº 33.633 e nº 33.699, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19, totalizando 138 (cento e trinta e oito) dias de suspensão, operou-se a prescrição no caso concreto em decorrência do termo final do prazo ter sido atingido; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; RESOLVE, por todo o exposto, **acatar a fundamentação exarada no Relatório Final (fls. 213/215), haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade, consubstanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do Art. 14, inc. I, da Lei nº 13.441/2004, assim, por consequência, arquivar o presente Processo Administrativo Disciplinar nº 25/2022 instaurado em face do servidor IPC FRANCISCO LOURIVAL LIMA DE ARAÚJO – M.F. nº 137.407-1-2. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRA. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - (CGD), em Fortaleza/CE, 20 de fevereiro de 2024.**

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 200498044-8, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 374/2021, publicada no D.O.E. nº 177, de 02 de agosto de 2021, a fim de apurar denúncia em desfavor do policial militar SD PM JONAS DOS SANTOS SAMPAIO. Conforme se narrou na Portaria, o referido militar estadual, em tese, no dia 07/06/2020, por volta de 23h55min, teria se aproximado em seu veículo de uma barreira sanitária de fiscalização postada na Rua Bandeirante, Bairro Boa Esperança, Camocim-CE, dirigindo em alta velocidade e em zigue-zague, quando fora abordado por policiais militares que integravam a equipe e orientado a retornar para sua residência, pois contrariava normas estaduais quanto ao isolamento social, de forma que o referido militar supostamente afirmou que estava indo comprar bebidas e dali se retirou tomando direção contrária a orientada, sendo necessário que os militares o acompanhassem e lhe dessem voz de parada por diversas vezes, com consequente voz de prisão. Então o supracitado militar foi conduzido ao Posto Policial Rodoviário Estadual, no município de Granja/CE, onde ali se recusou a fazer o exame de bafômetro, sendo então conduzido a Delegacia Regional de Polícia Civil de Camocim-CE, onde foi realizado o Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 430 – 77/2020 pela prática do crime previsto no Art. 268 (“infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa”) do Código Penal Brasileiro; CONSIDERANDO que durante a produção probatória, o sindicado foi devidamente citado à fl. 44, apresentou Defesa Prévia às fls. 47/49. Por sua vez, foram ouvidas cinco testemunhas arroladas pela autoridade sindicante e duas testemunhas indicadas pela defesa. Em seguida, o sindicado foi interrogado, e apresentou as Razões Finais às fls. 96/105. Todas as audiências foram realizadas por meio de videoconferência, com cópia em mídia às fls. 73 e 93; CONSIDERANDO que a testemunha CB PM Ari Araújo dos Santos relatou em seu termo, em resumo, que estava de serviço em uma barreira sanitária na Rua Bandeirantes e que a cidade estava em lockdown. Disse que um veículo se aproximou da barreira em alta velocidade e em zigue-zague, quando o condutor se identificou como militar e disse que estava indo comprar bebidas. Relatou que ele foi orientado a retornar para casa, então ele deu ré e seguiu por outra rua contrária a orientada pela guarnição. Disse que a guarnição seguiu por uma rua por onde o sindicado iria passar, dando-lhe ordem de parada, sinalizando com uma lanterna, mas o sindicado não parou. Narrou que ele foi seguido e abordado em frente ao depósito de bebidas e que estava com sintomas de haver ingerido bebida alcoólica, mas que não foi possível fazer o bafômetro. Disse que não chegou a entrar no depósito e que ele estava com o irmão no interior do veículo, mas que não sabia que este estava com sintomas de Covid-19. Disse que o sindicado não falou que estava indo para a UPA com seu irmão. Disse que entendeu que, pelo fato de não ter seguido direto para casa, e sim para o depósito, desobedeceu a orientação dada; CONSIDERANDO que a testemunha SD PM Francisco Adriano dos Reis Silva relatou, em resumo, que após verbalização do CB PM Ari, o sindicado deu uma ré e entrou em uma rua paralela. Disse não recordar ter ouvido o sindicado informar para onde estava indo, pois estava na contensão. Disse que o trajeto tomado por ele o levava à UPA, esclarecendo que o depósito de bebida e a UPA têm o mesmo trajeto. Disse que ele apresentava sinais de embriaguez e que se recusou a fazer o bafômetro. Disse que o sindicado teria falado durante a abordagem na barreira sanitária que iria comprar bebidas e que em momento algum falou que iria levar o irmão para a UPA; CONSIDERANDO que a testemunha GM José Janes Filomena de Sousa relatou, em resumo, que o sindicado transitava em velocidade excessiva. Disse que não ouviu o diálogo entre o CB PM Ari e o sindicado. Disse que ele deu ré e seguiu por outra via, mas foi seguido pelos policiais. Disse que não ouviu o sindicado dizer que iria comprar bebidas; CONSIDERANDO que a testemunha GM Erinaldo Brito de Abreu relatou, em resumo, que o sindicado trafegava em alta velocidade no sentido Rua Bandeirantes/Centro. Disse que os policiais seguiram até o encontro do sindicado na Perimetral, não sabendo o que ocorreu lá. Disse que ele estava com o irmão dele, o Cleilson, que estava dormindo. Disse que não ouviu o sindicado afirmar que iria comprar bebidas quando foi abordado na barreira sanitária. Disse que não foi feita vistoria no veículo na barreira; CONSIDERANDO que a testemunha ST PM Joilson dos Anjos Barros relatou, em resumo, que era o fiscal

de policiamento no dia dos fatos, portanto acompanhou a ocorrência, conduzindo o sindicato até a Polícia Rodoviária Estadual em Granja, onde o mesmo se negou a fazer o exame de bafômetro. Disse que os policiais informaram que o sindicato ignorou a ordem de parada na barreira e que ele estava embriagado, pelo jeito de falar alterado, “atitudes de civil” e exalando cheiro de bebida. Disse que havia um irmão dele dentro do veículo e que ele mencionou que iria levar o irmão para a UPA; CONSIDERANDO que a testemunha indicada pela defesa Sra. Cleide Paiva Monteiro, afirmou que viu o sindicato se aproximar da barreira, pois estava sentada na calçada com sua filha, isso por volta de 23h00min. Disse que não foi autorizada a passagem e ele voltou. Disse que o sindicato não desceu do veículo, não sendo possível ver se apresentava sintomas de ingestão de bebida alcoólica. Disse que não ouviu o teor da conversa. Disse que ele trafegava normal, parou na barreira, deu ré e entrou em uma rua à direita, mas não deu pra ver o destino, pois não dava pra saber para onde seguia; CONSIDERANDO que a testemunha indicada pela defesa Valdir de Barros Silva afirmou que o sindicato é cliente do depósito em que trabalha. Disse que somente viu quando os policiais levaram o sindicato. Disse que trabalha à noite no depósito e que o sindicato havia encomendado, momentos antes dos fatos, via WhatsApp, um garrafão de 20 litros de água mineral, e que ele estava indo à UPA então passaria para pegar. Disse que o sindicato chegou no carro, parou em frente ao depósito, mas os policiais chegaram logo em seguida e o levaram. Disse que não ouviu sons de sirene. Disse que o sindicato não chegou a entrar no depósito e que tinha um rapaz junto com o sindicato; CONSIDERANDO que em seu Auto de Qualificação e Interrogatório, o sindicato, em resumo, disse que se encontrava em casa, a qual ficava há poucos metros da barreira, vizinho ao seu irmão. Disse que possui um veículo e seu irmão lhe pediu para levá-lo até a UPA. Disse que na barreira falou para os policiais que iria no depósito de bebidas e na UPA, acreditando que os mesmos só entenderam o que foi falado sobre o depósito de bebidas. Disse que trafegava em velocidade compatível com a permitida para a via. Disse que sua rua estava em obras, razão pela qual vinha desviando dos buracos, o que foi entendido como trafegar em zigue-zague. Disse que obedeceu a ordem de retornar, dando uma ré, seguindo pela mesma rua, entrando em outra via mais adiante, pois esta estava mais livre para chegar até a UPA em razão da emergência. Disse que ia primeiro para a UPA, mas foi abordado em frente ao depósito de bebida. Disse que os fatos descritos na portaria não são verdadeiros; CONSIDERANDO que em sede de Razões Finais, a defesa do sindicato (fls. 96/105), em síntese, argumentou que os fatos narrados não condiziam com a verdade, já que o defendente estava em situação de extrema urgência, conduzindo seu irmão Cleilson Lourenço dos Santos para atendimento médico, pois apresentava sintomas da Covid-19, esclarecendo que o sindicato não transpôs a barreira sanitária, pois após orientado, deu marcha ré em seu veículo e tomou o destino, no caso a Unidade de Pronto Atendimento de Camocim, passando em um depósito de bebidas onde iria comparar água mineral, fato confirmado pela testemunha Valdir Silva. Destacou o entendimento da autoridade policial, que não vislumbrou sinal de que o sindicato tivesse ingerido bebida alcoólica, enquadrando-o somente na desobediência às normas de isolamento social. Apontou trechos do depoimento da Sra. Cleide Paiva Monteiro, a qual afirmou que visualizou o momento em que o sindicato se aproximou da barreira sanitária, atestando que o mesmo não seguia em alta velocidade, nem fazia zigue-zague, tampouco desobedeceu a ordem de parada dos policiais, retornando e seguindo seu destino por outra rua. Outrossim, mencionou a testemunha Valdir de Barros Silva, a qual declarou que viu os policiais abordando o sindicato em frente ao depósito de bebidas onde trabalhava e que, momentos antes, havia recebido mensagem do sindicato via WhatsApp, afirmando que passaria no depósito para pegar um garrafão de água mineral, já que o depósito estava localizado no trajeto que dá acesso à Unidade de Pronto Atendimento, acrescentando ainda que os policiais militares não fizeram uso de sirenes e que pararam normalmente, indicando que o sindicato não estava sendo perseguido. O defensor fez alusão à documentação comprobatória do atendimento prestado ao irmão do sindicato apresentada nos presentes autos (fls. 90/91) ressaltando que os militares tolheram o direito constitucional do sindicato de ir e vir, em um momento de estado de necessidade, fazendo referência ao Art. 24 do Código Penal Brasileiro, defendendo que o sindicato agiu em estado de necessidade para salvar um bem jurídico próprio ou de terceiros, descrevendo as suas características, e que tal atitude, em estado de necessidade justificante, exclui a ilicitude do fato. Por fim, requereu pela absolvição do sindicato com o consequente arquivamento do feito; CONSIDERANDO que no Relatório Final nº 58/2022 (fls. 106/110) a autoridade sindicante sugeriu a absolvição do sindicato pela insuficiência de provas em seu desfavor: “[...] 4. ANÁLISE DAS RAZÕES DE DEFESA (DO DIREITO). Tratam os presentes autos de abordagem policial que resultou na condução do SD PM Jonas dos Santos Sampaio à Delegacia de Polícia Civil de Camocim, em razão de estar dirigindo com sintomas de haver ingerido bebida alcoólica, e ainda, descumprindo medidas administrativas sanitárias em vigor na época dos fatos, no caso 07/06/2020, por volta de 23:55hs. Visando o esclarecimento dos fatos constantes na exordial, buscou-se ao extremo a colheita de provas notificando-se todas as testemunhas que tomaram conhecimento dos fatos, sendo proporcionado ao sindicato SD PM Jonas dos Santos Sampaio o direito a ampla defesa e ao contraditório. A versão trazida aos autos foi a de que o sindicato, trafegando em alta velocidade e em zig-zag, deixou de seguir orientação dos militares CB PM Ari Araújo Santos, de serviço com o SD PM Francisco Adriano dos Reis Silva e guardas municipais do município de Camocim, no sentido de retornar na a sua residência, já que o Estado do Ceará estava em decreto de lockdown, sendo proibida a locomoção de pessoas na via pública, onde o PM Jonas dos Santos Sampaio teria ignorado a argumentação dos policiais militares de serviço, seguindo um destino diferente do que lhe fora sugerido, sendo necessário tentar interceptá-lo em uma via mais adiante da barreira, onde ali constatou-se que o mesmo estava com sintomas de embriaguez, sendo-lhe dada a voz de prisão com consequente condução à Polícia Rodoviária Estadual para a realização de Exame de Alcoolemia, onde o sindicato se negou a fazê-lo, mídia fls. 73. Os Guardas Municipais GM JOSÉ JANES FILOMENA DE SOUSA e GM ERINALDO BRITO DE ABREU confirmaram a versão policial no tocante à presença do sindicato na barreira sanitária, porém, não ouviram o teor da conversa entre o CB PM Ari e o sindicato, já que o único mais próximo do diálogo era o SD PM Adriano, que, em suas declarações, inicialmente, afirmou que não recordava ter ouvido o sindicato informar para onde estava indo, pois estava na contenção, mas, na mesma audiência, sob a arguição do defensor do sindicato, disse que o sindicato afirmou que estava indo comprar bebidas, deixando, em razão da contradição, dúvidas quanto ao que realmente o sindicato disse para o CB PM Ari. O depoimento da testemunha Cleide Paiva Monteiro, fls. 93, não se alinha com a versão policial quanto à velocidade do veículo guiado pelo sindicato, que, segundo a mesma, era normal, se unindo a todas afirmações, tanto dos PMs, quanto dos agentes municipais, de que o sindicato deu marcha ré em seu veículo, ou seja, que não ultrapassou a barreira sanitária composta pelos servidores em alusão. No interrogatório do sindicato, fls. 93, este afirmou que falou para os policiais Ari e Adriano, os quais não conhecia, que estava indo ao depósito de bebidas e para a Unidade de Pronto Atendimento, e que já havia feito a encomenda de um garrafão de água mineral, via whatsapp, no depósito, se comprometendo por ali passar quando fosse para a UPA, mas acredita que os militares se detiveram apenas ao falado em relação ao depósito, acreditando que houve falta de compreensão para com as informações, inclusive, às relacionadas à UPA de Camocim. Tal versão foi corroborada nos autos pelo depoimento do ST PM Joilson dos Anjos Barros que, às fls. 73, afirmou que o sindicato mencionou que estava indo para a UPA levar o seu irmão para atendimento, sendo afirmação uníssona a de que o irmão do sindicato, Cleilson Lourenço dos Santos, testemunha dispensada nos autos, fls. 92, se encontrava dentro do veículo do sindicato no momento da abordagem, tanto na barreira sanitária, como em frente ao depósito de bebidas. Sobre o depósito de bebidas, a testemunha Valdir de Barros Silva confirmou a versão do sindicato de que, momentos antes de sua abordagem em frente ao depósito, havia encomendado um garrafão de 20 litros de água mineral, afirmando que passaria para pegá-lo quando fosse para a UPA, fls. 93. Dessa forma e pelo que foi apurado, este sindicante não encontrou provas nos autos que demonstrem que o sindicato cometeu as transgressões que lhe foram atribuídas, pois não há perícia técnica que ateste o estado de embriaguez referido nos autos, embora exista uma constatação de sintomas, fls. 16, onde a Dra. Ilca M. Hamamoto atestou a necessidade de exame toxicológico + bafômetro; tão pouco que o sindicato estivesse a dirigir causando perigo de vida e que tenha desobedecido a ordem de parada dos militares, já que todos afirmaram que o mesmo deu marcha ré em seu veículo e não resistiu ao trabalho policial, apesar da recusa em ser examinado, direito que lhe foi assegurado, razão pela qual a Autoridade Policial lhe atribuiu apenas a conduta prevista no Art. 268 do Código Penal Brasileiro, in verbis: ‘Art. 268 - Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa’; no entanto, ficou comprovado que o irmão do sindicato, Cleilson Lourenço Santos, foi atendido na UPA 24h Francisco Cláudio Gomes no dia 08/06/2020, 1:39:26 hs., sendo este visto pelos responsáveis pela abordagem, momentos antes, na companhia do sindicato na barreira sanitária, sendo esta a justificativa que o sindicato, através de seu interrogatório e de suas testemunhas; e seu defensor, mediante as alegações finais, trouxeram aos presentes autos e que encontram consonância no Art. 24 do Código Penal Brasileiro: ‘Art. 24 - Considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.’ No mesmo sentido é o que versa o Decreto nº 33.608, publicado no DOE Nº 110, de 30.05.2020 sobre o isolamento social: ‘DECRETO Nº 33.608, de 30 de maio de 2020. PRORROGA O ISOLAMENTO SOCIAL NO ESTADO DO CEARÁ, NA FORMA DO DECRETO Nº 33.519, DE 19 DE MARÇO DE 2020, E INSTITUI A REGIONALIZAÇÃO DAS MEDIDAS DE ISOLAMENTO SOCIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Art. 5º Fica estabelecido o dever geral de permanência domiciliar, consistente na vedação à circulação de pessoas em espaços e vias públicas, ou em espaços e vias privadas equiparadas a vias públicas, ressalvados os casos de extrema necessidade que envolvam: I - o deslocamento a unidades de saúde para atendimento médico’ ‘PALACIO DA ABOLIÇÃO, DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 30 de maio de 2020’. 5. CONCLUSÃO. Diante das razões acima expostas e que dos autos consta, verifica-se não existir provas de que o sindicato SD PM JONAS DOS SANTOS SAMPAIO, MF Nº 309.169-4-8, tenha agido deliberadamente para contrariar normas sanitárias expedidas pelo Poder Público, transitando em seu veículo embriagado e desobedecendo orientação de seus pares, razão pela qual, é medida que se adequa a de sugestão de arquivamento da presente sindicância administrativa por falta de provas. [...]’; CONSIDERANDO que às fls. 11/14 encontra-se cópia do TCO em desfavor do sindicato pela prática do Art. 268 do Código Penal Brasileiro; CONSIDERANDO que à fl. 16 encontra-se cópia de Auto de Exame de Corpo de Delito, em que a médica responsável respondeu que embora o sindicato supostamente apresentasse sinais de embriaguez, não apresentava hálito correspondente de quem consumiu bebida alcoólica, não possuía coordenação motora debilitada, não possuía voz embaçada e não possuía visão com reflexo retardado, destacando observação da necessidade de teste toxicológico, bem como de bafômetro; CONSIDERANDO que às fls. 89/91 consta cópia de Ficha de Atendimento “Cleilson Lorenço Santos”, da UPA 24h de Camocim/CE, comprovando que este foi atendido na transição do dia 07/06/2020 para o dia 08/06/2020, considerando a data de nascimento e a idade do paciente no dia da consulta, com hipótese diagnóstica de “síndrome gripal”; CONSIDERANDO que em consulta pública ao site e-SAJ verifica-se o procedimento nº 0050511-97.2020.8.06.005, com classe “Termo Circunstanciado”, relacionado ao Termo Circunstanciado de Ocorrência nº 430-77/2020, lavrado em desfavor do sindicato, atualmente em trâmite no Foro de Camocim/CE; CONSIDERANDO que dessa forma as provas nos autos garantiram verossimilhança à versão

apresentada pelo sindicato de que no dia dos fatos se deslocava em direção à UPA em socorro ao seu irmão, e por tal motivo teria desconsiderado as restrições de deslocamento por conta das questões sanitárias. Além disso, as provas testemunhas se demonstraram divergentes, suscitando-se dúvidas quanto ao cometimento de transgressões por parte do sindicato, uma vez que se demonstraram insuficientes para determinar que este se deslocaria a um depósito de bebidas para comprar bebida alcoólica, ou somente água, ou ainda quanto à necessidade de exames complementares, que não foram realizados, para determinar sua condição de embriaguez. Destaca-se ainda o argumento da defesa de que o sindicato não foi autuado por embriaguez enquanto dirigia, indicando que não houve elementos suficientes na interpretação da autoridade policial que determinassem convencimento nesse sentido. Em consequência, na ausência de elementos suficientes para o convencimento de que o sindicato tenha praticado as transgressões que lhe foram imputadas na Portaria, este é favorecido pela insuficiência de provas; CONSIDERANDO o Resumo de Assentamentos do militar do SD PM Jonas dos Santos Sampaio (fls. 56/58), verifica-se que o referido processado foi incluído na corporação no dia 04/01/2019, com registro de uma punição disciplinar, possui 01 (um) elogio, com comportamento “BOM”; CONSIDERANDO que todos os meios estruturais de se comprovar ou não o envolvimento transgressivo do acusado foram esgotados no transcorrer do presente feito administrativo e não demonstraram, de forma inequívoca, que o acusado tenha praticado as transgressões narradas na Portaria desta Sindicância; CONSIDERANDO, por fim, que a autoridade julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da autoridade processante (sindicante ou comissão processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº58/2022** (fls. 106/110), e **Absolver** o sindicato SD PM JONAS DOS SANTOS SAMPAIO – M.F. nº 309.169-4-8, com fundamento na inexistência de provas suficientes para a condenação, em relação às acusações constantes na Portaria inicial, ressalvando a possibilidade de instauração de novo feito, caso surjam novos fatos ou evidências posteriormente à conclusão dos trabalhos deste procedimento, conforme prevê o Parágrafo único e inc. III do Art. 72, do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará (Lei nº 13.407/2003); b) **Arquivar a presente Sindicância** instaurada em face do mencionado militar; c) Nos termos do Art. 30, caput da Lei Complementar nº 98, de 13/06/2011, caberá recurso, em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias corridos, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contados a partir do primeiro dia útil após a data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, segundo o que preconiza o Enunciado nº 01/2019-CGD, publicado no DOE nº 100 de 29/05/2019; d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no Art. 34, §7º e §8º, Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E. CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 c/c Art. 32, inciso I da Lei nº 13.407, de 21 de novembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes na Sindicância registrada sob o SPU nº 18667832-0, instaurada sob a égide da Portaria CGD nº 1038/2018, publicada no D.O.E. nº 237, de 19 de dezembro de 2018, a fim de apurar os fatos em desfavor do militar estadual SD PM CELSO RICARDO BEZERRA OLIVEIRA, quando supostamente embriagado portando arma pertencente ao acervo da PMCE e envolvendo-se em várias discussões, ocasião em que também teria “guardado” a referida arma da instituição em um veículo de propriedade particular até o dia seguinte. Fatos ocorridos no dia 10/08/2018 por volta das 01h30min na cidade de Aiuaba/CE; CONSIDERANDO que durante a instrução probatória o sindicato foi devidamente citado (fls. 41/42) e apresentou defesa prévia às (fls. 47/49), momento processual em que arrolou 2 (duas) testemunhas. Demais disso, a Autoridade Sindicante oitvou 2 (duas) testemunhas. Posteriormente, o acusado foi interrogado às (fls. 68/69) e abriu-se prazo para apresentação da defesa final; CONSIDERANDO que das testemunhas arroladas pela Autoridade Sindicante, Rodrigo Moreira dos Santos, afirmou que (fls. 57/58): “[...] Na madrugada do dia 10 de agosto do ano de 2018 o depoente se encontrava na praça da matriz da cidade de Aiuaba, onde havia várias barracas de venda de comidas e bebidas, devido aos festejos da padroeira da cidade: QUE estava andando com um primo seu e avistou uma amiga que estava sentada à mesa onde se encontrava o Policia Militar conhecido por Celso: QUE esta amiga o ofereceu uma bebida e que este policial veio logo dizendo que o depoente não poderia beber, pois a mulher não deixava: QUE o depoente afirma não ter amizade com o referido policial e revidou o comentário dizendo que não tinha medo nem de outro homem. QUE nesse momento os Anímos se exaltaram, contudo não houve contato físico, pois as pessoas que ali se encontravam não permitiram; Que o depoente afirma que o policial Celso estava visivelmente embriagado e por isso saiu para outro lugar e não soube mais se aconteceu outros desentendimento aquela noite: QUE o depoente afirma saber que Celso era policial, contudo nunca teve vínculos de amizade com o mesmo: QUE o depoente afirma não ter percebido se o policial estava portando arma naquela ocasião.[...]”; CONSIDERANDO que a testemunha arrolada pela Autoridade Sindicante, Luiz Felipe de Oliveira Sousa, afirmou que (fls. 59/60): “[...] Na madrugada do dia 10 de agosto do ano de 2018 o depoente encontrava-se nos festejos da padroeira da cidade e que já havia bebido um pouco e que resolveu andar até algumas barracas na praça da cidade: QUE chegou a ver o desentendimento do PM Celso Ricardo com outra pessoa, mas que resolveu ficar por lá: QUE ao passar pela mesa onde se encontravam algumas pessoas conhecidas parou para conversar e que nesse momento o PM Celso levantou-se e foi procurar confusão com o depoente, dizendo várias coisas seguido de um empurrão: QUE saíram da praça discutindo até chegar por trás da igreja: QUE uma conhecida sua chamou para ir embora daquele local : QUE ao seguir para onde a moto do depoente estava estacionada, este ouviu algumas ofensas proferidas pelo PM Celso e que foi em direção ao policial para que este repetisse o que tinha dito, contudo este policial foi logo arremessando uma latinha de cerveja cheia, e que o depoente desviou e não chegou a atingi-lo: QUE ao iniciar uma luta corporal percebeu que o amigo do PM Celso, conhecido como Erivan, retirou a arma que estava cintura do referido policial, não sabendo onde esta arma foi parar: QUE iniciaram uma luta luta corporal que rapidamente foi separada por populares, e que após esse episódio foi embora daquele local, e não teve mais nenhum contato com o referido Policial: QUE o depoente afirma que nunca chegou a ser preso: QUE o depoente afirma que nunca teve contato com esse policial, nem antes e nem depois desse episódio: QUE a luta corporal não deixou marcas ou hematomas no depoente: QUE em momento algum chegou a ser ameaça por meio de arma de fogo: QUE no momento do desentendimento não chegou a ver nenhuma composição policial no local.[...]”; CONSIDERANDO que a testemunha arrolada pela defesa, Antônio Sizino Ribeiro Neto, afirmou que (fls. 62/63): “[...] Na madrugada do dia 10 de agosto do ano de 2018 o depoente afirma que estava de folga e que encontrava-se sentado em uma mesa próxima à que estava o PM Celso Ricardo: QUE em um dado momento da noite presenciou um desentendimento verbal entre o Policial Celso e outra pessoa que não sabe identificar: QUE foi até o local e percebeu que era apenas um desentendimento que logo foi resolvido: QUE presenciou apenas esse fato durante a noite, envolvendo qualquer policial: QUE percebeu que o PM Celso Ricardo encontrava-se armado no referido evento, e que o PM Celso pediu para o depoente ficasse com sua arma, sendo devolvida ao Celso horas depois, quando o depoente decidiu ir embora: QUE o depoente confirma que havia uma equipe de policiais realizando a segurança do evento, e que tomou conhecimento bem depois desse outro episódio envolvendo o Celso Ricardo: QUE o depoente afirma que já chegou a trabalhar com o PM Celso e que nunca tomou conhecimento de condutas que desabonassem o comportamento deste policial. [...]”; CONSIDERANDO que em sede de interrogatório o sindicato às fls. 68/69, declarou, in verbis: “[...] Recordo dos fatos e que na referida noite estava de folga na praça com alguns, amigos sentados ao redor de algumas mesas; QUE o interrogado afirma que foi de carona para a referida praça com o Sr. Francisco Erivan, o qual foi indicado como testemunha e, não foi possível ouvi-lo, devido ter se mudado para São Paulo; QUE guardou a referida arma no interior desse veículo, ficando estacionado próximo a residência do sindicato; QUE avistou outro policial militar no local, de nome Ribeiro Neto, que estava de folga com a família; QUE perguntou a este policial se ele iria beber, sendo que o mesmo respondeu que não, e decidiu então pedir para este policial ficar com a sua arma, pois o interrogado achava mais seguro; QUE afirma ter bebido algumas cervejas com os amigos e afirma ter tido um pequeno desentendimento com uma pessoa de nome Rodrigo Moreira, que pensou ter ouvido alguma pouca direcionada a ele e que após algumas explicações tudo voltou ao normal; QUE o interrogado afirma que nesse momento sua arma estava com Ribeiro Neto; QUE algumas horas depois o policial Ribeiro Neto o procurou para devolver a arma, pois já iria embora e que recebeu a arma e a colocou novamente no veículo de seu amigo Francisco Erivan; QUE após a devolução da arma parou de beber e continuou na praça com alguns amigos, e pouco tempo depois passou a ouvir provocações por parte de um amigo do Rodrigo Moreira, conhecido por Luiz Felipe; QUE nesse momento discutiram a uma certa distância, sem haver contato físico; QUE nesse momento decidiu ir embora e se encaminhou para onde estava o veículo de seu amigo; QUE ao ser avista por Luiz Felipe, que estava visivelmente embriagado, este se aproximou e partiu para a agressão, a qual foi rapidamente interrompida por várias pessoas que passavam no local; QUE afirma ter sido lesionado com um soco na face; QUE após esse fato entrou no mesmo veículo que havia vindo de carona, o qual também estava sua arma, e deslocou-se até sua residência; QUE após esse fato não teve mais contato com essas pessoas que buscaram confusão; QUE perguntado pela defesa, se em algum momento do evento ele se encontrava com a arma em suas vestes, este respondeu que não, ou ela estava com o colega policial militar, ou no interior do veículo de seu amigo.[...]”; CONSIDERANDO que, em sede Alegações Finais (fls. 71/72), o representante legal do sindicato sustentou que o sindicato, mesmo tendo a cautela da arma optou por não portá-la, tendo solicitado a um colega policial para que ficasse com o armamento, ressaltando que este sequer foi suscetível a perigo de extravio. Quanto aos desentendimentos envolvendo o sindicato, a defesa asseverou que nenhuma das testemunhas se prestou a comparecer a delegacia, demonstrando que sabiam das agressões contra o policial e que este optou por não judicializar o procedimento contra as pessoas que o agrediram. Por fim a defesa pleiteia a apreciação das teses defensivas e o reconhecimento da ausência de dolo para transgredir, uma vez que o militar tomou todas as precauções no que tange a arma que estava sob sua cautela, e por consequência desse reconhecimento, a absolvição por não existir fato típico. E caso não seja reconhecida, que seja aplicada a sanção mínima cabível, tendo em vista a baixa relevância,

inexpressividade da conduta; CONSIDERANDO que a Autoridade Sindicante emitiu o Relatório Final nº 101/2019, às fls. 73/80, no qual, enfrentando os argumentos apresentados nas razões finais, firmou o seguinte posicionamento, in verbis: “[...] 7 – DA CONCLUSÃO E PARECER -Em face do exposto e que dos autos consta, verifica-se que o fato objeto da presente sindicância, conforme resulta dos depoimentos e das provas apresentadas, constatou-se o cometimento de transgressões, haja vista que, durante os festejos da padroeira da cidade de Aiuaba ocorrido no dia 10/08/2017 o SD PM CELSO RICARDO BEZERRA DOS SANTOS estava portando arma da Polícia Militar em desacordo com as normas vigentes, NÃO OBEDECENDO AS REGRAS BÁSICAS DE SEGURANÇA, BEM COMO PORTAR ARMA DE FOGO EM ESTADO DE EMBRIAGUEZ. Devendo-se observar também que, ao repassar a referida arma para outra pessoa (civil ou militar), violou o Art. 41 da Instrução Normativa nº 01, de 30 de maio de 2006, que prevê que “O porte de arma de fogo, de uso permitido e restrito, é deferido ao policial militar, conforme Anexos 09 e 09 A, de acordo com o art. 33 do Decreto Federal nº 5.123, de 1º de julho de 2004, sendo pessoais, intransferível...”. DESSE MODO, e após a análise do acervo probatório coligido nos autos, este sindicante sugere a punição do SD PM CELSO RICARDO BEZERRA OLIVEIRA, MAT. 306.981-8, pertencente ao efetivo da 1ª CIA/13ºBPM (Tauá), por infringir os Art. 7º, V e Art. 8º, incisos XV e XVIII, configurando as transgressões disciplinares dispostas no Art. 13, § 1º, XXX, XLVIII e LI, tudo da Lei nº 13.407/03 – Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará; CONSIDERANDO que o parecer do sindicante foi acolhido integralmente pela então Orientadora da CESIM/CGD por meio do Despacho nº 6120/2019 (fls. 82), no qual deixou registrado que “[...] 3. O processo foi realizado dentro dos princípios da Ampla Defesa e do Contraditório, com a presença efetiva de advogado constituído, o qual não apresentou Defesa Prévia (fls. 47/49) apresentou Defesa Final (fls. 71/72), tendo tudo transcorrido na mais perfeita ordem. 4. Em análise ao coligido nos autos, verifica-se que o Sindicante concluiu que não existe nenhuma causa de justificação prevista no CDPM/BM para a conduta investigada, e que a situação investigada configura a prática de violação dos deveres militares contidos na Portaria Inaugural, sendo de parecer favorável à aplicação de reprimenda disciplinar (fls. 80). 5. De fato, restou comprovado a autoria e materialidade da transgressão disciplinar, em especial por meio de provas testemunhais (fls. 57/63), bem como, relatado pelo Sindicado em seu interrogatório (fls. 68/69), onde o mesmo confessa ter cedido a arma de fogo que estava sob sua cautela a terceiros sem observância às regras legais constantes na Lei nº 10.826/2003 c/c violação ao disposto no art. 41 da Instrução Normativa nº 01, de 30/05/2006 (PMCE). Apesar da Instrução Normativa nº 01, publicada no BCG nº 101, de 30/05/2006, que disciplinava a aquisição, registro, cadastro, porte, trânsito e transferência de armas fogo e munição no âmbito da PMCE e dava outras providências, estar revogada, em razão da publicação de uma nova norma administrativa a respeito da mesma matéria (Instrução Normativa nº 02, publicada no BCG nº 195, de 17/10/2018), deve ser ela considerada pois os fatos se deram em data (10/08/2018) em que a referida norma ainda estava em vigor. 6. De acordo com o art. 19, III, do Decreto nº 31.797/2015, RATIFICO o Parecer do Sindicante de sugestão de aplicação de sanção disciplinar em face do Sindicado pela prática de transgressão disciplinar conforme delineada na inicial. [...]”, cujo entendimento foi ratificado pelo então Coordenador da CODIM/CGD (fl. 83); CONSIDERANDO que as provas reunidas no caderno processual são suficientes para confirmar a hipótese acusatória delineada na portaria inaugural, sem que haja no bojo do processo argumento lastreado em provas com aptidão para justificar a conduta; CONSIDERANDO que não há notícia nos autos de que o sindicado tenha sido denunciado criminalmente em razão dos fatos narrados na Portaria; CONSIDERANDO que conforme resulta dos depoimentos e das provas apresentadas, constatou-se que no dia 10 de agosto do ano de 2018, por volta das 01h30min, em via pública, na cidade de Aiuaba/CE, o sindicado, policial militar, fora de serviço, sob o efeito de álcool, portava a arma de fogo tipo pistola, arma pertencente ao acervo da PMCE, calibre .40, série alfanumérica SRF 26915, oportunidade em que cedeu a referida arma da instituição à terceiros, incorrendo na infração ao Art. 14, da Lei nº 10.826/2003; CONSIDERANDO o Resumo de Assentamentos do Sindicado, (fls. 26/27), observa-se que este ingressou na PMCE em 14/04/2015, sem registro de elogios, sem registro de punições disciplinares. Demais disso, conforme consulta ao Sistema de Acompanhamento Policial Militar (SAPM/PMCE), o militar em evidência figura no comportamento Ótimo; CONSIDERANDO, por fim, que a autoridade julgadora, no caso o Controlador Geral de Disciplina, acatará o relatório da Autoridade Processante (Sindicante ou Comissão Processante), salvo quando contrário às provas dos autos, consoante descrito no Art. 28-A, §4º da Lei Complementar nº 98/2011; RESOLVE, por todo o exposto: a) **Acatar o Relatório Final nº101/2019** (fls. 73/80) e, por consequência, **punir com 5 (cinco) dias de Permanência Disciplinar** o militar estadual SD PM CELSO RICARDO BEZERRA OLIVEIRA – M.F. nº 306.981-1-8, por ter sido comprovada a prática de transgressões disciplinares descritas na portaria inaugural, com fundamento no inc. III do Art. 42 da Lei nº 13.407/2003, pelos atos contrários aos valores militares previstos no Art. 7º, incisos IV, V, VII, bem como Transgressão Disciplinar incursa no Art. 13, § 1º, incs. XXXII, XLVIII e LI, com atenuantes dos incs. I e VIII do Art. 35, e agravantes dos incs. II do Art. 36, permanecendo o processado no comportamento “Ótimo”, nos termos do Art. 54, II, todos da Lei nº 13.407/2003; b) Caberá recurso em face desta decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, dirigido ao Conselho de Disciplina e Correição (CODISP/CGD), contado da data da intimação pessoal do acusado ou de seu defensor, nos termos do art. 30, caput da Lei Complementar 98, de 13/06/2011; c) A conversão da sanção de permanência disciplinar em prestação de serviço extraordinário, disciplinada pelo art. 18 da Lei 13.407/2003, poderá ser requerida no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data da intimação da presente decisão, sem óbice de, no caso de interposição de recurso, ser impedida após a decisão do CODISP/CGD, respeitando-se o prazo legal (03 dias úteis contado da data da intimação da decisão do CODISP/CGD); d) Decorrido o prazo recursal ou julgado o recurso, a decisão será encaminhada à Instituição a que pertença o servidor para o imediato cumprimento da medida imposta; e) Da decisão proferida pela CGD será expedida comunicação formal determinando o registro na ficha e/ou assentamentos funcionais do servidor. No caso de aplicação de sanção disciplinar, a autoridade competente determinará o envio imediato a esta Controladoria Geral de Disciplina da documentação comprobatória do cumprimento da medida imposta, em consonância com o disposto no art. 34, §7º e §8º, do Anexo I do Decreto Estadual nº. 33.447/2020, publicado no D.O.E CE nº 021, de 30/01/2020, bem como no Provimento Recomendatório nº 04/2018 – CGD (publicado no D.O.E. CE nº 013, de 18/01/2018). PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA – CGD, em Fortaleza, 4 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 5º, inciso I, da Lei Complementar nº 98, de 13 de junho de 2011 e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Processo Administrativo Disciplinar nº 51/2022 registrado sob o SPU nº 18480973-8, instaurada sob a égide da Portaria nº 486/2022 - GAB/CGD, publicada no DOE CE nº 209, de 18 de outubro de 2022, visando apurar suposta prática de lesão corporal culposa na direção de veículo automotor, por parte do servidor IPC JOAQUIM CONRADO DE OLIVEIRA ARAÚJO, ocorrido em junho de 2018; CONSIDERANDO que ao se analisar a Ação Penal, no Processo nº 0050228-87.2020.8.06.0081 que tramitou na 1ª Vara da Comarca de Granja, que foi proposta pelo Ministério Público em face do acusado, sendo que em audiência o MP apresentou em seus memoriais orais a desclassificação para o Art. 305 do CTB e, com isso, a prescrição na forma retroativa, desta forma o magistrado prolatou a seguinte sentença: “Diante do acima exposto JULGO IMPROCEDENTE a pretensão punitiva deduzida na denúncia, para, ABSOLVER o réu JOAQUIM CONRADO DE OLIVEIRA ARAÚJO, da acusação do delito tipificado nos art. 303, §1º do CTB, o que faço nos termos do art. 386, III, V e VII do Código de Processo Penal, por inexistência do fato. Ainda, nos termos do art. 107, IV c/c art. 109, V e art. 115, todos do Código Penal, declaro a EXTINTA A PUNIBILIDADE, em face da PRESCRIÇÃO, em favor de JOAQUIM CONRADO DE OLIVEIRA ARAÚJO em relação ao crime previsto no art. 305 do CTB”; CONSIDERANDO que o Art. 14, inc. I, da Lei nº 13.441/2004 dispõe que a prescrição da transgressão administrativa compreendida como crime se verifica nos mesmos prazos e condições estabelecidos na legislação penal, especialmente no Código Penal; CONSIDERANDO o entendimento das cortes superiores de que o prazo prescricional da lei penal se aplica às transgressões disciplinares mesmo quando não há apuração criminal contra o servidor (E.g.: STJ, 1ª Seção, MS nº 20.857/DF, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, julgado em: 28/08/2019); CONSIDERANDO que o decurso de tempo necessário para extinguir a pretensão punitiva em relação às transgressões equiparadas ao delito em epígrafe, além do período de suspensão do prazo prescricional estabelecido pela Lei Complementar Estadual nº 216, de 23 de abril de 2020, e dos Decretos nº 33.633 e nº 33.699, que fizeram cessar o transcurso do prazo prescricional entre os dias 16 de março e 31 de julho do ano de 2020 em razão do quadro pandêmico ocasionado pelo vírus da Covid-19, totalizando 138 (cento e trinta e oito) dias de suspensão, operou-se a prescrição no caso concreto em decorrência do termo final do prazo ter sido atingido; CONSIDERANDO que a prescrição, instituto com natureza jurídica de direito material, opera verdadeira perda do direito de punir por parte da Administração e é matéria de ordem pública, que pode, por tal razão, ser reconhecida em qualquer fase processual; CONSIDERANDO que já transcorreram mais de 04 (quatro) anos, levando-se em conta todas as suspensões do prazo prescricional, verificando-se assim a consumação da prescrição administrativa; RESOLVE, por todo o exposto, **acatar a fundamentação exarada no Relatório Final** (fls. 279/281), haja vista a incidência de causa extintiva da punibilidade, consubstanciada no reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva disciplinar estatal, nos termos do Art. 14, inc. I, da Lei nº 13.441/2004, assim, por consequência, **arquivar** o presente Processo Administrativo Disciplinar instaurado em face do servidor IPC JOAQUIM CONRADO DE OLIVEIRA ARAÚJO – M.F. nº 013.025-1-5. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E SE CUMPRE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - (CGD), em Fortaleza/CE, 20 de fevereiro de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

*** **

CITAÇÃO POR EDITAL Nº06/2024

O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º, I e IV, c/c o art. 5º, I e XV, da Lei Complementar nº 98/2011; CONSIDERANDO que a 2ª COMISSÃO DE PROCESSOS REGULARES MILITAR (2ºCPRM), composta pelos militares estaduais: Cel QOPM RR ARLINDO da Cunha MEDINA Neto, MF: 002.646-1-X (PRESIDENTE), TEN CEL QOPM JOÃO MARCELO AMARO DE SOUSA, MF: 111.069-1-9 (INTERROGANTE) e CAP PM ERLANE Pereira Vaz Rocha - MF: 111.3-16 (RELATORA E ESCRIVÃ), de acordo com a Portaria CGD nº 287/2023,



publicada no DOE nº 081, de 02/05/2023, designada para processar o Conselho de Disciplina (CD) sob SISPROC nº 1910954982; CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob o retromencionado número de SISPROC, que SD PM 18.742 ROMILDO FERREIRA PESSOA - MF: 125.736-1-8, foi convocado para comparecer nesta 2ª CPRM, conforme fez público o BCG nº 087, de 10/05/2023 (fls. 76), tendo deixado de comparecer, conforme certificado nos autos (fls. 77), e sido informado por e-mail do 24º Batalhão de Polícia Militar, de 26/05/2023, que o policial militar retromencionado não foi localizado no endereço constado no ofício que seguiu anexo, mais precisamente o Ofício nº 1156/2023-NGPM/CCP/CGP/JUSTIÇA/DISCIPLINA, de 11/05/2023, que consta o endereço “Rua SIDNEY OLIVEIRA SANTOS, nº 132, Novo Maranguape, da apresentação, conforme Ofício nº 946/2022-P/1-1ª CPRM/PMCE, de 15/09/2022 (fls. 79), e conforme certificado nos autos (fls. 83) e diante da informação da CGP/PMCE, através do Ofício nº 2170/2023-NGPM/CCP/CGP/JUSTIÇA/DISCIPLINA, de 20/10/2023 (fls. 84) que o ACUSADO não foi localizado em razão de o endereço e o telefone registrados no Sistema de Acompanhamento de Policiais Militares (SAPM) não ter sido atualizado pelo mesmo, assim, portando, não sendo o policial militar retromencionado localizado; e CONSIDERANDO que, com as demais considerações constantes da portaria inicial, as condutas irregulares que ora lhes são atribuídas caracterizam, em tese, violação dos valores militares estaduais determinantes da moral militar estadual insculpidos no art. 7º, II, IV, V, VI, VIII, IX e XI, e violam os Deveres Éticos consubstanciados no art. 8º, II, IV, V, VIII, XV, XVIII e XXIII, configurando as transgressões disciplinares previstas no art. 12, § 1º, I e II, e § 2º, III, c/c art. 13, § 1º, VI e XXI, e § 2º, XX e LIII, tudo da Lei nº 13.407/2003 (Código Disciplinar PM/BM), com base nos termos do disposto no art. 9º da Instrução Normativa CGD nº 16/2021, publicada no DOE nº 289, de 29/12/2021, vêm pelo presente Edital promover a **CITAÇÃO** do SD PM 18.742 **ROMILDO FERREIRA PESSOA** - MF: 125.736-1-8, classificado no Núcleo de Gestão de Reserva Remunerada e Reforma (NGRR/CGP), ACUSADO no processo regular em apreço, por se encontrar em local incerto e não sabido, não tendo sido localizada ou deixou de atender à intimação formal desta 2ª CPRM, nos termos do art. 93, §1º, do Código Disciplinar PM/BM. Também vêm pelo presente edital promover a INTIMAÇÃO do referido Soldado para apresentar defesa prévia por escrita, no prazo de 03 (três) dias a partir da data da publicação do presente Edital, com fulcro no art. 94 da Lei nº 13.407 (Código Disciplinar PM/BM), nesta 2ª Comissão de Processo Regular Militar (2ª CPRM/CGD), sob pena de revelia (Art. 93, §1º, b, do Código Disciplinar PM/BM), e caso não atenda esta publicação, torna-se desnecessária sua intimação para os demais atos processuais, ficando também INTIMADO, bem como seu defensor(a) legalmente constituído(a), que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado (DOE), em conformidade com o art. 34º, § 2º, do Regulamento e Estrutura da Controladoria Geral de Disciplina dos Órgãos de Segurança Pública e Sistema Penitenciário (CGD), aprovado pelo Decreto nº 33.447, publicado no DOE nº 021, de 30/01/2020. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE CUMpra-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza/CE, 07 de março de 2024.

Rodrigo Bona Carneiro

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº14/2024 PREGÃO ELETRÔNICO Nº166/2023

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ARES-CONDICIONADOS**, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALECE, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA E ESTE EDITAL, que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11213/2023. VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação. FUNDAMENTAÇÃO: No Pregão Eletrônico – Edital de Licitação nº 166/2023. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Ato Deliberativo nº 593, de 23 de fevereiro de 2005, Decretos Estaduais nº 27.624, de 22 novembro de 2004, nº 33.326, de 29 de outubro de 2019, 32.824 de 11 de outubro de 2018, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com suas alterações e do disposto no presente edital e seus anexos. LOTE II – SPLIT HI-WALL 12.000BTU/h ITEM – 2 Split Hi-Wall 12.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. COM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Tensão: Monofásico (COTA RESERVADA DE ATÉ 25%). QUANTIDADE: 9; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 2.993,04. LOTE IV - SPLIT HI-WALL 18.000 BTU/h ITEM – 4 Split Hi-Wall 18.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. COM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Tensão: Monofásico (COTA RESERVADA DE ATÉ 25%). QUANTIDADE: 12; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 3.922,49. LOTE VI - SPLIT HI-WALL 22.000 BTU/h ITEM - 6 Split Hi-Wall 22.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. COM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Tensão: Monofásico (COTA RESERVADA DE ATÉ 25%) QUANTIDADE: 4; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 4.500,95 LOTE VII - SPLIT HI-WALL 30.000 BTU/h ITEM – 7 Split Hi-Wall 30.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. COM INSTALÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Tensão: Monofásico (COTA PRINCIPAL). QUANTIDADE: 6; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 6.316,05. LOTE VIII - SPLIT HI-WALL 30.000 BTU/h ITEM – 8 Split Hi-Wall 30.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. COM INSTALÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Tensão: Monofásico (COTA RESERVADA DE ATÉ 25%) QUANTIDADE: 2; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 6.316,05. LOTE IX - PISO – TETO 48.000 BTU/h ITEM – 9 Piso – Teto 48.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. Tecnologia: Inverter COM INSTALAÇÃO Alimentação: 220V Tensão: Monofásico. QUANTIDADE: 1; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 13.202,00. LOTE X - UNIDADE CONDENSADORA 60.000 BTU/h ITEM – 10 Unidade Condensadora 60.000 BTU/h convencional, com saída do fluxo de ar vertical ou horizontal com defletor e serpentina de cobre. COM INSTALAÇÃO Alimentação: 380V Marca de Referência: Carrier, Midea Tensão: Trifásico (COTA PRINCIPAL). QUANTIDADE: 12; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 7.629,00. LOTE XI - UNIDADE CONDENSADORA 60.000 BTU/h ITEM – 11 Unidade Condensadora 60.000 BTU/h convencional, com saída do fluxo de ar vertical ou horizontal com defletor e serpentina de cobre, COM INSTALAÇÃO Alimentação: 380V Tensão: Trifásico (COTA RESERVADA DE ATÉ 25%). QUANTIDADE: 4; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 8.324,32. LOTE XII - UNIDADE CONDENSADORA 90.000 BTU/h ITEM – 12 Unidade Condensadora 90.000 BTU/h convencional, com saída de ar vertical ou horizontal com defletor e com serpentina de cobre. COM INSTALAÇÃO Alimentação: 380V Marca de Tensão: Trifásico (COTA PRINCIPAL). QUANTIDADE: 6; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 9.621,00. LOTE XIII - UNIDADE CONDENSADORA 90.000 BTU/h ITEM – 13 Unidade Condensadora 90.000 BTU/h convencional, com saída de ar vertical ou horizontal com defletor e com serpentina de cobre. COM INSTALAÇÃO Alimentação: 380V Tensão: Trifásico (COTA RESERVADA DE ATÉ 25%) QUANTIDADE: 1; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 9.621,00. LOTE XIV - EVAPORADORA CASSETTE 1 VIA 7.500 BTU/h ITEM – 14 Evaporadora Cassete 1 via 7.500 BTU/h – COM INSTALAÇÃO Alimentação: 220V Tensão: Monofásico. QUANTIDADE: 4; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 7.130,00. LOTE XV - EVAPORADORA CASSETTE 4 VIAS 9.600 BTU/h ITEM – 15 Evaporadora Cassete 4 vias 9.600 BTU/h – COM INSTALAÇÃO Alimentação 220V Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 2; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 8.108,00. LOTE XVI - EVAPORADORA CASSETTE 4 VIAS 12.300 BTU/h ITEM – 16 Evaporadora Cassete 4 vias 12.300 BTU/h – COM INSTALAÇÃO Alimentação: 220V Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 2; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 8.216,00. LOTE XVII - EVAPORADORA CASSETTE 4 VIAS 15.400 BTU/h ITEM – 17 Evaporadora Cassete 4 vias 15.400 BTU/h – COM INSTALAÇÃO Alimentação: 220V Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 1; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 8.432,00. LOTE XVIII - EVAPORADORA CASSETTE 4 VIAS 19.100 BTU/h ITEM – 18 Evaporadora Cassete 4 vias 19.100 BTU/h - COM INSTALAÇÃO Alimentação 220V Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 1; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 8.627,00. LOTE XIX - SPLIT HI-WALL 9.000 BTU/h ITEM – 19 Split Hi-Wall 9.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Acreditação: PROCEL OURO / PROCEL Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 6; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 1.932,69. LOTE XX - SPLIT HI-WALL 18.000 BTU/h ITEM – 20 Split Hi-Wall 18.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Acreditação: PROCEL OURO / PROCEL Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 2; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 3.172,49. LOTE XXI - SPLIT HI-WALL 24.000 BTU/h ITEM – 21 Split Hi-Wall 24.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Acreditação: PROCEL OURO / PROCEL Tensão: Monofásico. QUANTIDADE: 2; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 3.750,95. LOTE XXII - SPLIT HI-WALL 30.000 BTU/h ITEM – 22 Split Hi-Wall 30.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) convencional, com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Acreditação: PROCEL OURO / PROCEL Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 2; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 5.566,05. LOTE XXIV – PISO TETO 48.000 BTU/h ITEM – 24 Piso Teto 48.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) convencional, com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 380v Acreditação: Procel / Inmetro A Tensão: Trifásico QUANTIDADE: 5; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 11.502,30. LOTE XXVII – CASSETTE 56.000 BTU/h ITEM – 27 Cassete 56.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) convencional, com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Alimentação: 380v Tecnologia:



Inverter Acreditação: Procel / Inmetro A Tensão: Trifásico QUANTIDADE: 3; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 16.468,91. RATIFICAÇÃO: Sávila Maria de Queiroz Magalhães - Diretora Geral, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20) e a empresa: **COLDAR ENGENHARIA LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.218.036/0001-10, representada pela Sra. Danielle Silva Peixoto. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de março de 2024.

Sávila Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº15/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº166/2023**

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ARES-CONDICIONADOS**, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALECE, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA E ESTE EDITAL, que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11213/2023. VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação. FUNDAMENTAÇÃO: No Pregão Eletrônico – Edital de Licitação nº 166/2023. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Ato Deliberativo nº 593, de 23 de fevereiro de 2005, Decretos Estaduais nº 27.624, de 22 novembro de 2004, nº 33.326, de 29 de outubro de 2019, 32.824 de 11 de outubro de 2018, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com suas alterações e do disposto no presente edital e seus anexos. LOTE XXIII – PISO TETO 36.000 BTU/h ITEM – 23 Piso Teto 36.000 BTU/h (condensadora + evaporadora) convencional, com serpentina de cobre. SEM INSTALAÇÃO Tecnologia: Inverter Alimentação: 220V Acreditação: Procel / Inmetro A Tensão: Monofásico QUANTIDADE: 4; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 14.339,00. RATIFICAÇÃO: Sávila Maria de Queiroz Magalhães - Diretora Geral, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20) e a empresa: **AC EQUIPAMENTOS E ELETRODOMESTICOS LTDA** inscrito no CNPJ/MF sob o nº 46.221.464/0001-29, representada pelo Sr. Jiovane Brandão de Souza. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de março de 2024.

Sávila Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº16/2024
PREGÃO ELETRÔNICO Nº166/2023**

OBJETO: A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ARES-CONDICIONADOS**, DE MODO A SUPRIR AS NECESSIDADES DO PRÉDIO SEDE E ANEXOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ - ALECE, EM CONFORMIDADE COM O TERMO DE REFERÊNCIA E ESTE EDITAL, que passa a fazer parte desta Ata, com as propostas de preços apresentadas pelos fornecedores classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 11213/2023. VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da sua publicação. FUNDAMENTAÇÃO: No Pregão Eletrônico – Edital de Licitação nº 166/2023. Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho 2002, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Ato Deliberativo nº 593, de 23 de fevereiro de 2005, Decretos Estaduais nº 27.624, de 22 novembro de 2004, nº 33.326, de 29 de outubro de 2019, 32.824 de 11 de outubro de 2018, e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e o Decreto Federal nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, com suas alterações e do disposto no presente edital e seus anexos. LOTE XXVIII – CLIMATIZADOR EVAPO-RATIVO PORTÁTIL ITEM – 28 Climatizador Evaporativo Portátil Tamanho do reservatório: 60l a 80L Alimentação: 220V Com painel de controle para regular a velocidade e oscilação da direção do fluxo de ar; Com Painéis Evaporativos Colmeia; Com indicador do nível da água; Com rodas para locomoção e travas; Com Proteção de parada automática da bomba, caso falte água no reservatório; Com Dreno para vazamento de água do reservatório. QUANTIDADE: 4; UNIDADE: U; VALOR UNITÁRIO: R\$ 18.304,33. RATIFICAÇÃO: Sávila Maria de Queiroz Magalhães - Diretora Geral, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará (CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20) e a empresa: **PSP NEGOCIOS E EMPREENDIMENTOS EMPRESARIAIS LTDA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 45.198.491/0001-65, representada pelo Sr. Paulo Bretas Pedro. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de março de 2024.

Sávila Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

EXTRATO DO TERMO JUSTIFICATIVO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO EDITAL 16/2024

PROCESSO Nº 01080/2024 OBJETO: CONTRATAÇÃO DO SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ – SINDIÔNIBUS PARA **FORNECIMENTO DE CRÉDITOS NO CARTÃO ELETRÔNICO PARA TRANSPORTE** NA REGIÃO METROPOLITANA, COM RECARGA MENSAL, PARA ATENDER AOS SERVIDORES DESTA CASA LEGISLATIVA. JUSTIFICATIVA: A presente contratação justifica-se pela necessidade de fornecimento de Vale-Transporte Eletrônico (VTE) Metropolitano para atender ao deslocamento dos servidores desta Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, conforme solicitação do Núcleo de Provedores e Benefícios. VALOR: R\$ 21.236,40 (vinte e um mil duzentos e trinta e seis reais e quarenta centavos) DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01000000.002.01.01.122.421.20127.0.1.5.00.9.100000.3.3.90.39.03.2.1.0000.E0000 – Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação tem como fundamento o artigo 74, I, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, bem como o Decreto Municipal nº 9.142 de 8 de julho de 1993. CONTRATADA: **SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO CEARÁ – SINDIÔNIBUS**. DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE: A contratação da empresa é justificada considerando que o específico objeto dessa contratação (recarga de vale-transporte para a Região Metropolitana de Fortaleza), somente é fornecido, em caráter de exclusividade, pelo SINDIÔNIBUS, conforme Decreto nº 9.142 publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza nº 10.155 de 16 de julho de 1993. RATIFICAÇÃO: Considerando o Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação emitido pela Central de Contratações desta Casa Legislativa, bem como com amparo no Parecer exarado pela Douta Procuradoria deste Poder Legislativo, RATIFICO a presente INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, para a CONTRATAÇÃO DE VALE-TRANSPORTE NA FORMA DE RECARGA PARA CARTÃO ELETRÔNICO PARA REGIÃO METROPOLITANA, COM RECARGA MENSAL, PARA ATENDER AOS SERVIDORES DESTA CASA LEGISLATIVA, conforme especificações contidas no Termo Justificativo de Inexigibilidade de Licitação, que será formalizada com a empresa SINDICATO DAS EMPRESAS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS DO ESTADO DO CEARÁ – SINDIÔNIBUS., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.341.423/0001-14, nos termos do art. 74, I da Lei 14.133 de 01 de abril de 2021. DATA ASSINATURA: 08/03/2024. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de março de 2024.

Sávila Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL

*** **

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO Nº55/2023

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº 06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº 2807, Dionísio Torres. CONTRATADA: **MARIA GOMES DOS SANTOS**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.382.398/0001-06, situada à Rua Coronel João de Oliveira, nº 420, Bairro Messejana, na cidade de Fortaleza/CE, CEP. 60.841-820. OBJETO: O presente Termo de Rescisão tem por objeto a **rescisão unilateral do Contrato** em epígrafe, firmado entre as partes em 27/09/2023, nos termos da cláusula décima sexta do instrumento original. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A rescisão unilateral tem como fundamento legal o artigo 78, incisos I, c/c artigo 79, inciso I, da Lei 8.666/1993 e o Processo Administrativo nº 11696/2023, datado de 10/11/2023. DATA DA ASSINATURA: 01 de dezembro de 2023. SIGNATÁRIA: SÁVILA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES, Diretora Geral. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de março de 2024.

Sávila Maria de Queiroz Magalhães
DIRETORA GERAL



OUTROS

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBARA - AVISO DE RESULTADO DE HABILITAÇÃO - Nº 2023122601-TP. O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO MUNICIPAL TORNA PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS O RESULTADO DA HABILITAÇÃO LICITAÇÃO DE MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS DE Nº 2023122601-TP. ESTAVAM HABILITADAS AS EMPRESAS: 1. L.A. LOCAÇÕES E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 26.542/0001-29. 2. RM CLEMENTE CANDIDO INSCRITA NO CNPJ: 35.214.818/0001-91. 3. BMAG SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 49.574.575/0001-07. 4. LEXON SERVIÇOS & CONSTRUTORA EMPREENDIMENTOS EIRELI INSCRITA NO CNPJ: 07.191.777/0001-20. 5. S&T CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES DE MÃO DE OBRA LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ: 18.413.043/0001-64. 6. TECTA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 20.160.697/0001-75. 7. MOMENTUM CONSTRUTORA LIMITADA INSCRITA NO CNPJ: 26.754.240/0001-75. 8. WU CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 10.932.123/0001-14. 9. T & R ENGENHARIA INSCRITA NO CNPJ: 27.006.668/0001-00. 10. ZENEDINI ZIDANE SAMPAIO CAVALCANTE CONSTRUÇÕES ME INSCRITA NO CNPJ: 44.159.038/0001-87. 11. VIPON EMPREENDIMENTOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 34.631.462/0001-29. 12. SARAIVA EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 30.166.388/0001-66. 13. F M S OLIVEIRA - ME INSCRITA NO CNPJ: 46.319.340/0001-80. 14. F D M DA SILVA FILHO INSCRITA NO CNPJ: 40.014.683/0001-50. 15. CONSTRUTORA EXITO LTDA - EPP INSCRITA NO CNPJ: 03.147.269/0001-93. 16. J. L. COSTA ESTEVAM INSCRITA NO CNPJ: 32.216.752/0001-80. 17. REMC CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA INSCRITA NO CNPJ: 25.078.864/0001-57. 18. A F OLIVEIRA DA SILVA ME INSCRITA NO CNPJ: 22.805.799/0001-26. 19. CLEZINALDO S DE ALMEIDA CONSTRUÇÕES - ME INSCRITA NO CNPJ: 22.575.652/0001-97. 20. MEDEIROS CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ: 07.615.710/0001-75. 21. KLEBIO LANDIM DE FRANÇA EIRELI INSCRITA NO CNPJ: 35.848.539/0001-80. 22. ARCTURO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 03.077.025/0001-81. 23. MV2 SERVIÇOS DE ENGENHARIA LIMITADA INSCRITA NO CNPJ: 38.284.700/0001-28. 24. C V TOME SERVIÇOS ME INSCRITA NO CNPJ: 23.834.673/0001-42. 25. C.R.P. COSTA CONSTRUÇÕES E PRESTADORA DE SERVIÇOS IERELI INSCRITA NO CNPJ: 02.567.157/0001-29. 26. P H FERNANDES GUEDES EIRELI - ME INSCRITA NO CNPJ: 10.206.387/0001-90. FICARAM INABILITADAS AS EMPRESAS: 1. T.C.S. DA SILVA CONSTRUÇÕES LTDA INSCRITA NO CNPJ: 10.787.147/0001-27, MOTIVO: APRESENTOU A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA MUNICIPAL ATRAVÉS DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL SEM ASSINATURA, QR CODE OU QUALQUER OUTRA FORMA QUE COMPROVE A VERACIDADE DA CERTIDÃO EM QUESTÃO, DESCUMPRINDO A CLÁUSULA 4.2.2 - C) DO EDITAL. 2. J.N.B. CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 45.779.381/0001-97, MOTIVO: APRESENTOU A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM A FAZENDA ESTADUAL ATRAVÉS DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS INSCRITOS NA DÍVIDA ATIVA ESTADUAL VENCIDA E NÃO APRESENTOU O CRP DO RESPONSÁVEL PELO BALANÇO PATRIMONIAL, DESCUMPRINDO AS 4.2.2 - B) 4.2.5, 4.2.5.1. DO EDITAL. 3. FP CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA INSCRITA NO CNPJ: 43.803.324/0001-70, MOTIVO: NÃO APRESENTOU AS DECLARAÇÕES SOLICITADAS, DESCUMPRINDO AS CLÁUSULAS 4.5 - 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3 DO EDITAL. 4. M T PROJETOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA INSCRITA NO CNPJ: 38.397.954/0001-52, MOTIVO: APRESENTOU ATO CONSTITUTIVO, ESTATUTO OU CONTRATO SOCIAL EM VIGOR E TODOS OS ADITIVOS, DEVIDAMENTE REGISTRADOS OU CONTRATO SOCIAL FALTANDO A ÚLTIMA ALTERAÇÃO, DESCUMPRINDO A CLÁUSULA 4.2.1.2. DO EDITAL. O SENHOR PRESIDENTE COMUNICA QUE ABRE O PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS PARA APRESENTAÇÃO DA CERTIDÃO VÁLIDA PARA REGULARIZAÇÃO FISCAL DAS EMPRESAS T.C.S. DA SILVA CONSTRUÇÕES LTDA POR SER COMPROVADAMENTE ME E ESTÁ QUALIFICADA PARA O GOZO DOS DIREITOS DO ART. 43 §1º DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006. FICA ENTÃO A PARTIR DESTA PUBLICAÇÃO ABERTO O PRAZO RECURSAL DE 05 (CINCO) DIAS ÚTEIS PREVISTO NO ART. 109, I ALÍNEA "A" DA LEI 8.666/93 PARA AS EMPRESAS PARTICIPANTES QUE DESEJAREM MANIFESTAREM RECURSO CONTRA O RESULTADO DE ANÁLISE DA HABILITAÇÃO, NÃO HAVENDO MANIFESTAÇÃO FICARÁ A NOVA DATA PARA ABERTURA DAS PROPOSTA DE PREÇO PARA O DIA 20 DE MARÇO DE 2024 ÀS 08H00MIN. MAIS INFORMAÇÕES ENCONTRAM-SE DISPONÍVEIS NA SEDE DA COMISSÃO, LOCALIZADA NA RUA BEZERRA DE MENEZES, 350, CENTRO - JAGUARIBARA/CE, NO HORÁRIO DE 07:30HS ÀS 17:00HS. JAGUARIBARA/CE, 11 DE MARÇO DE 2024. ALAN VINICIUS DOS SANTOS MIGUEL - PRESIDENTE DA CPL.

*** ** *

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBICUITINGA - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 2024.03.05.001-SESA - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2501.01-2024-SRP-PE. Contratante: Secretaria de Saúde. Contratadas: MAXXI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 05.199.870/0001-55. Valor R\$ 19.235,20 (dezenove mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte centavos); PHARMAPLUS LTDA, CNPJ nº 03.817.043/0001-52, Valor R\$ 600.870,00 (seiscentos mil, oitocentos e setenta reais); CENTRAL DAS FRALDAS DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ nº 26.436.406/0001-05, Valor R\$ 464.637,00 (quatrocentos e sessenta e quatro reais, seiscentos e trinta e sete reais); D&V COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI, CNPJ nº 05.964.983/0001-08, Valor R\$ 531.233,62 (quinhentos e trinta e um mil, duzentos e trinta e três reais e sessenta e dois centavos); SHOPPING MEDMAIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA, CNPJ nº 48.191.158/0001-12, Valor R\$ 1.793.896,25 (hum milhão, setecentos e noventa e três mil, oitocentos e noventa e seis reais e vinte e cinco centavos); HOSPMIA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME, CNPJ nº 42.951.664/0001-86, Valor R\$ 648.696,85 (seiscentos e quarenta e oito mil, seiscentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos). Objeto: Registro de Preços para futuras e eventuais Aquisições de Materiais Médico-hospitalares e Odontológicos, para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Ibicuitinga-CE. Vigência: 12 (doze) meses. Assina pela Contratante: Adriana Ferreira Gomes - Ordenadora de Despesas da Secretaria de Saúde. Assina pelas Contratadas: MAXXI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS HOSPITALARES LTDA, Sra. Mayane Cibelli de Oliveira Assunção, CPF nº 017.720.013-84; PHARMAPLUS LTDA, Sr. Joseph Domingos da Silva, CPF nº 125.517.594-04; CENTRAL DAS FRALDAS DISTRIBUIDORA LTDA, Sr. José Sales Silveira D'almeida, CPF nº 619.235.833-87; D&V COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR EIRELI Sra. Maria Derlange Pinheiro Maia, CPF nº 734.892.983-49; SHOPPING MEDMAIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA Sra. Nayara Mayle Barros Maia, CPF nº 024.892.493-12; HOSPMIA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME Sra. Viviane de Lima Maia CPF nº 058.514.853-88. Ibicuitinga-CE, 05 de março de 2024.

*** ** *

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tejuçuoca - Resultado de Habilitação - Tomada de Preços Nº 2023.12.12.01 - TP - INFRA. O Município de Tejuçuoca por meio da Comissão Permanente de Licitações torna público aos interessados o Resultado do Julgamento da Fase de Habilitação, da Licitação na modalidade Tomada de Preços nº 2023.12.12.01 - TP - INFRA, do tipo menor preço global, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de passagem molhada na Localidade de Vila Cruz (sangradouro do açude) e na Localidade de Laura (Vazante Grade) de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura do Município de Tejuçuoca/CE, foram Habilitadas para fase subsequente do procedimento licitatório as empresas: 01 - APLA, Comercio, Serviço, Projetos e Construções LTDA - CNPJ: 24.614.233/0001-42; 02 - LS Serviços de Construções LTDA - CNPJ: 21.541.555/0001-10; 03 - CONJASF Construtora de Açudagem - CNPJ: 01.795.971/0001-38; 04 - R E Sousa Construções e Serviços LTDA - CNPJ: 40.560.312/0001-74; 05 - B&C Edificações e Locações LTDA - CNPJ: 17.325.819/0001-21; 06 - Itapaje Construções e Serviços CNPJ: 10.933.035/0001-37; 07 - WU Construções e Serviços LTDA - CNPJ: 10.932.123/0001-14; 08 - Lexon Serviços e Construtora - CNPJ: 07.191.777/0001-20; 09 - VTS Construções e Locações EIRELI - CNPJ: 17.625.097/0001-20; 10 - Moretto Construções e Serviços - CNPJ: 07.305.610/0001-42; 11 - MM Locações e Serviços - CNPJ: 72.310.913/0001-05; 12 - Quantum Comercial e Tecnica LTDA - CNPJ: 33.650.363/0001-21; 13 - Construtora e Serviços Sobralense LTDA - CNPJ: 39.336.452/0001-84; 14 - Kronus Serviços, Locações e Construções e EIRELI - CNPJ: 37.239.818/0001-71; 15 - Abrav Construções Serviços e Eventos e Locações - CNPJ: 12.044.788/0001-17. A Comissão divulgou o Resultado da Habilitação e com amparo no art. 109, inciso I, alínea "a" e abriu o prazo recursal. Maiores informações na sala da Comissão de Licitação, situada na Rua Mamede Rodrigues Teixeira, 489 - Centro, Estado do Ceará, pelo telefone (85) 99299-2315 e no site: <https://www.tce.ce.gov.br/>. Tejuçuoca - CE, 11 de Março de 2024. José Marcos Pinho Brito - Presidente CPL.

*** ** *

INSTITUTO DRAGÃO DO MAR
AVISO DE LICITAÇÃO
ORIGEM IDM

Pregão Eletrônico nº 2024004 IDM

O Instituto Dragão do Mar empresa privada, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.455.125/0001-31, em Fortaleza - CE convoca os interessados para participarem no dia 26/03/2024 às 09h30min de Pregão Eletrônico objetivando aquisição locação de ônibus e van, conforme condições estabelecidas em Edital disponível nos endereços eletrônicos: www.idm.org.br e www.licitacoes-e.com.br, em Fortaleza, 12 de março de 2024.

Antonio Paulino de Albuquerque Neto
PREGOEIRO

*** ** *

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de São Luís do Curu – Resultado de Julgamento de Proposta de Preços. O Município de São Luís do Curu, por meio da CPL, torna público o resultado do julgamento das propostas de preços da Tomada de Preços Nº 2812.01.2023 (contratação de empresa de engenharia especializada para gestão integral (operação e manutenção preventiva/corretiva, ampliação, reforma, melhoria e eficientização incluindo a elaboração de projetos executivos elétricos) do sistema de iluminação pública do Município de São Luís do Curu-CE). Empresas com propostas classificadas: 01 - J.A.P.H Iluminação Serviços Comércio Construções EIRELI, CNPJ Nº 11.502.581/0001-86, 02 - Bezerra e Braga Comercial LTDA, CNPJ Nº 00.404.524/0001-48 e 03 - MS Engenharia Projetos e Consultoria LTDA, CNPJ Nº 22.045.869-95, Gygawatt Serviços de Manutenção LTDA, CNPJ Nº 26.161.655/0001-35 e 04 - Savares Iluminação e Construções, CNPJ Nº 22.346.772/0001-12, por atenderem aos requisitos do Edital. Observando O Critério de julgamento disposto no Edital, a saber: Menor Preço Global, o presidente da CPL declarou vencedora a Empresa J.A.P.H Iluminação Serviços Comércio Construções EIRELI, CNPJ Nº 11.502.581/0001-86, com valor global de R\$ 1.504.154,17 (um milhão, quinhentos e quatro mil, cento e cinquenta e quatro reais e dezessete centavos), as demais empresas classificadas e seus valores seguem em anexo a ata no mapa de preços. O Presidente da Comissão de Licitações divulgou o Resultado e abriu o prazo recursal previsto no Art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93. **São Luís do Curu – CE, 12 de março de 2024. Otacílio Pinho Junior - Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA QUITÉRIA – Título: AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO – Unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Educação Básica – Processo Originário: **Pregão Eletrônico Nº PCS-01.221123-SEDUC** – Objeto: **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS À COMPOSIÇÃO DA MERENDA ESCOLAR PARA O EXERCÍCIO DE 2024, A SER FORNECIDA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SANTA QUITÉRIA/CE.** – Espécie: **Adjudicação e Homologação do resultado do julgamento do respectivo processo licitatório** – BENEFICIÁRIA 01: **VITÓRIA DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTAÇÃO LTDA – EPP – CNPJ Nº 48.992.749/0001-99**, com o valor de **R\$ 1.955.073,50 (Um milhão, novecentos e cinquenta e cinco mil, setenta e três reais e cinquenta centavos)** e BENEFICIÁRIA 02: **MARIA DO PERPETUO SOCORRO FARIAS PAIVA - ME – CNPJ Nº 22.982.072/0001-14**, com o valor de **R\$ 2.628.412,50 (Dois milhões, seiscentos e vinte e oito mil, quatrocentos e doze reais e cinquenta centavos)**. Perfazendo um, valor total de **R\$ 4.583.486,00 (Quatro milhões, quinhentos e oitenta e três mil, quatrocentos e oitenta e seis reais)**. Data da Homologação: **11/03/2024** – Fundamentação Legal: **Inciso IV, art. 71, Lei Federal nº 14.133/21.** – Secretária Municipal de Educação Básica: **Maria Eliane Maciel Albuquerque.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA – Título: AVISO DE JULGAMENTO DE CHAMADA PÚBLICA – Unidade Administrativa: **Secretaria de Educação** – Regente: **Comissão de Licitação** – Processo Originário: **Chamada Pública Nº CHP/01/100124/SME** – Objeto: **Aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar para compor a alimentação escolar da rede pública do município de Reriutaba/CE** – Habilitadas: **1º INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO; 2º ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIACHO DAS FLORES; 3º COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DO VALE DO TAQUARA COOPAFITA LTDA; 4º COOPERATIVA DE GÊNEROS ORGÂNICOS DA AGRICULTURA FAMILIAR DO NORTE CEARENSE - NORTY ALIMENTOS** – Razões da Decisão: **Encontra-se à disposição para consulta nos autos do processo licitatório e será disponibilizado no Portal de Licitações dos Municípios no site do TCE/CE** – Comunicado: **fica a abertura dos envelopes de Propostas de Preços, marcada para o dia 15/03/2024 às 09h30m – Agente de Contratação: Sâmia Leda Tavares Timbó.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE FRECHEIRINHA – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS Nº PMF-291223-TP01 – O Ordenador de Despesas do Município de Frecheirinha/CE que a esta subscreve, no uso de suas atribuições legais e considerando haver a Comissão Permanente de Licitação cumprido todas as exigências do procedimento de licitação, cujo **OBJETO** é a Reforma do Mercado Público Vandick Custódio de Azevedo na Rua Norberto Rodrigues no Centro de Frecheirinha-CE, conforme Projeto Básico em Anexo, vem **HOMOLOGAR** e **ADJUDICAR** o presente Processo Administrativo de Licitação, na Modalidade Tomada de Preços Nº PMF-291223-TP01, para que produza os devidos efeitos legais e jurídicos. Assim, nos termos da legislação vigente, fica o presente processo **HOMOLOGADO** e **ADJUDICADO** em favor do(s) licitante(s) **VENCEDOR** e **CLASSIFICADO: RVP CONSTRUÇÕES & SERVIÇOS LTDA**, pelo **VALOR GLOBAL DE R\$ 3.079.695,71 (Três Milhões, Setenta e Nove Mil, Seiscentos e Noventa e Cinco Reais e Setenta e Um Centavos)**. Ao setor competente para as providências de costume. **Frecheirinha-CE, 08 de Março de 2024. Eudes Almeida Lima – Ordenador de Despesas da Secretaria de Desenvolvimento e Produção.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARIRÉ – AVISO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO – TOMADA DE PREÇOS Nº 014/2023/SME-TP – O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Cariré torna público para conhecimento dos interessados a Interposição de Recurso da Licitação na Modalidade Tomada de Preços, tombada sob o Nº 014/2023/SME-TP, tendo como **OBJETO** a Contratação de empresa para execução do projeto de reforma e ampliação da Escola José Patrocínio Braga na localidade de Jucá no Município de Cariré-CE, conforme orçamento anexo ao Edital. A Interposição de Recurso foi apresentada pela Empresa: **VK CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA – ME**, contra a sua Inabilitação. Ficam todos os participantes intimados a apresentarem contrarrazões no prazo legal estabelecido no Art. 109, parágrafo terceiro da Lei nº 8.666/93, caso achem necessário. O referido recurso encontra-se disponível no endereço da Prefeitura Municipal e no Portal das Licitações do TCE-CE. **Cariré-CE, 11 de Março de 2024. Arnóbio de Azevedo Pereira – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MORAÚJO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO Nº 0603.01/2024 – O(A) Fundo Municipal de Assistência Social, através do(a) seu(ua) Pregoeiro, torna público que realizará as **09h, do dia 27 de Março de 2024**, no Endereço Eletrônico: <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Pregão Nº 0603.01/2024. Objeto: **Registro de Preços visando Futura e Eventuais Aquisições de material de consumo (expediente, limpeza, copa e cozinha e gêneros alimentícios) para atender as necessidades dos programas vinculados a Secretaria de Assistência Social do Município de Moraújo.** O Edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos Endereços Eletrônicos: <https://compras.m2atecnologia.com.br/> - <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/>. Informações no endereço: Av. Prefeito Raimundo Benício, Nº 535, Centro. **Moraújo-CE, 12 de Março de 2024. Francisco Higor Moreira Freire – Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS E RESULTADO FINAL – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 001.06.09.2023 – SEINFRA – O Presidente da Comissão de Licitações da Prefeitura Municipal de Russas/CE, torna público para conhecimento dos interessados, que no dia Quatro de Março de Dois Mil e Vinte e Quatro (04/03/2024) foram Abertos os Envelopes de Proposta de Preços da Concorrência Pública Nº 001.06.09.2023 - SEINFRA, com fins à Contratação de empresa de engenharia especializada para execução dos serviços de pavimentação asfáltica em diversas ruas no Município de Russas/CE, de interesse da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos – SEINFRA, das empresas Habilitadas. Sendo posteriormente encaminhado para análise do setor de infraestrutura. Teve como Resultado Final a Empresa **VENCEDORA: CONSTRAM – CNSTRUCOES E ALUGUEL DE MAQUINAS LTDA – DEMAIS**, inscrita sob CNPJ Nº 72.432.727/0001-59, pelo **VALOR GLOBAL DE R\$ 8.142.145,63 (Oito Milhões, Cento e Quarenta e Dois Mil, Cento e Quarenta e Cinco Reais e Sessenta e Três Centavos)**. Fica aberto o prazo recursal conforme Art. 109, I, “a” da Lei 8.666/93. Não havendo intenção de recurso o trâmite processual dará Prosseguimento em 21 de Março de 2024. **Russas-CE, 11 de Março de 2024. Jorge Augusto Cardoso do Nascimento – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA - A SEC DE AGRICULTURA, REC. HIDRICOS E MEIO AMBIENTE, TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ AS 08H DO DIA 20/03/2024, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO COMPRAS.M2ATECNOLOGIA.COM.BR, DISPENSA Nº SARHMA-DL001/2024. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE MAQUINAS AGRÍCOLAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARAGEM DE TERRA NO MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, RECURSOS HIDRICOS E MEIO AMBIENTE. AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA À DISPOSIÇÃO NA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO, NO ENDEREÇO: AV. FRANCISCO FRANÇA CAMBRAIA, S/N, CENTRO, SENADOR POMPEU-CE, CEP 63.600-000 E NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS: COMPRAS.M2ATECNOLOGIA.COM.BR - [HTTPS://MUNICIPIOS-LICITACOES.TCE.CE.GOV.BR/](https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/) - [HTTPS://WWW.SENADORPOMPEU.CE.GOV.BR/](https://www.senadorpompeu.ce.gov.br/). INFORMAÇÕES PELO E-MAIL CPLSENADORP@GMAIL.COM. SENADOR POMPEU/CE, EM 08 DE MARÇO DE 2024 **JOSÉ HIGO DOS REIS ROCHA AGENTE DE CONTRATAÇÃO**

*** **



ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE JAGUARIBE/CE – AVISO DE ANULAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20.02.01/2024. A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIBE, LOCALIZADA NA AV. MARIA NIZINHA CAMPELO, 341, ALDEOTA, TORNA PÚBLICO A ANULAÇÃO DA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20.02.01/2024, CUJO OBJETO VERSA SOBRE A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DA REDE PÚBLICA DE ENSINO, JUNTO A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE JAGUARIBE/CE. POR RAZÕES DE INTERESSE PÚBLICO COM FULCRO NO ART. 54, DA LEI 14.133/2021 E SUAS POSTERIORES ALTERAÇÕES. JAGUARIBE/CE, 11 DE MARÇO DE 2024. **FRANCISCO ELDER CAVALCANTE BARROSO - SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DO UMIRIM – AVISO DE VENCEDOR – TOMADA DE PREÇOS Nº 06.002.2023 – TP, OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA TOSCA EM DIVERSAS RUAS DO BAIRRO PLANALTO DA SEDE DE UMIRIM/CE. PROPOSTA VENCEDORA: EMPRESA E2 CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ: 41.313.966/0001-66, COM O VALOR GLOBAL DE R\$ 1.004.163,17 (HUM MILHÃO E QUATRO MIL, CENTO E SESSENTA E TRÊS REAIS E DEZESSETE CENTAVOS)). FICA ABERTO PRAZO RECURSAL PREVISTO NO ART. 109, DA LEI 8.666/93 INFORMAÇÕES: RUA MAJOR SALES, 28, CRUZEIRO-UMIRIM/CE, DE SEGUNDA A SEXTA DAS 08:00 ÀS 12:00HS. UMIRIM - CE, 11 DE MARÇO DE 2024. **MARCELO WAGNER ALVES FERREIRA – AGENTE DE CONTRATAÇÃO.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO/CE - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 0703.01.2024-PE - O(A) CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO/CE, ATRAVÉS DO(A) SEU(UA) PREGOEIRO(A), TORNA PÚBLICO QUE REALIZARÁ AS 09:00, DO DIA 26 DE MARÇO DE 2024, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO [HTTPS://COMPRAS.M2ATECNOLOGIA.COM.BR/](https://compras.m2atecnologia.com.br/), PREGÃO Nº 0703.01.2024-PE. OBJETO: LOCAÇÃO DE PLATAFORMA WEB TIPO SAAS E APLICAÇÃO MOBILE PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO. O EDITAL E SEUS ANEXOS, PODERÃO SER OBTIDOS NOS ENDEREÇOS ELETRÔNICOS [HTTPS://COMPRAS.M2ATECNOLOGIA.COM.BR/](https://compras.m2atecnologia.com.br/) - INFORMAÇÕES PELO TELEFONE: (088) 3516 -1699 OU NO ENDEREÇO: RUA CICERO ALENCAR, 108 - CENTRO - PIQUET CARNEIRO - CEARÁ. **PIQUET CARNEIRO/CE, 12 DE MARÇO DE 2024. FRANCISCA VERA LUCIA BARBOSA LIMA - PREGOEIRO(A).**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Banabuiú – Extrato de Contrato nº 2024.03.06.03, referente a Tomada de Preços nº 04.002/2023-TP. Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Construção de Ponto de Apoio para atendimento à Saúde – PAA, na localidade de Jurema Velha, de responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município de Banabuiú-CE.** Contratante: Weyber Douglas Silva Nobre, Secretário de Saúde. Contratado: **CONSTRUTORAAG LTDA, CNPJ Nº 34.326.829/0001-09,** representada por **Abraão de Aquino Guimarães, CPF Nº 015.981.723-44.** Valor do Contrato: R\$ 237.282,16 (Duzentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos). Dotação Orçamentária: **10.244.0038.1.008.0000 - Construção, Ampliação e Reforma das Unidades Básicas de Saúde – UBS.** Data da Assinatura do Contrato: 06 de março de 2024. Vigência: 180 (Cento e oitenta) dias.

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Caririáçu - Extrato Contratual do Instrumento Contratual. O Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu-Ceará, no uso de suas atribuições legais, torna público o Extrato do Contrato Nº 2024.03.01.01-CM, resultante da Tomada de Preços Nº 2023.10.24.01-CM. Dotação Orçamentária: 01.01.01.031.0001.2.001. Elemento de Despesa: 4.4.90.51.00. Objeto: contratação para a prestação de serviços na reforma da Câmara Municipal de Caririáçu - Rua Carlos Moraes, 421 - Centro - Sede do Município de Caririáçu-CE. Vigência do Contrato: O Contrato terá um prazo de vigência da data de sua assinatura pelo período estabelecido até 90 (noventa) dias, contados a partir da data da emissão da ordem de serviço, podendo ser prorrogado nos casos e formas previstos na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores. Contratada: Construtora Exito LTDA-EPP. Assina pela Contratada: Syomara Alves Barboza. Assina pela Contratante: Marcos Bezerra de Araújo. Valor Global: R\$ 132.125,62 (Cento e Trinta e Dois Mil, Cento e Vinte e Cinco Reais e Sessenta e Dois Centavos). **Caririáçu/Ceará, em 11 de Março de 2024. Marcos Bezerra de Araújo - Presidente da Câmara Municipal de Caririáçu-Ceará.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá – Aviso de Licitação. A Prefeitura Municipal de Tauá, por meio do Ordenador de Despesas da Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes, torna público aos interessados a abertura do Pregão Eletrônico nº 08.03.002/2024-AMTT, cujo objeto é o Registro de Preços visando futuras e eventuais contratações de licenças de uso de plataforma Informatizada e Integrada de Operação e Gestão do Trânsito que contemple softwares e serviços de implantação de registros, monitoramento de transações, auto atendimento, educacional, julgamento eletrônico, acompanhamento de atividades decorrentes do processo de fiscalização, estatística, suporte técnico e customizações que se façam necessárias às atividades finalísticas para a Autarquia Municipal de Trânsito e Transportes do Município de Tauá-Ce. Com Abertura das Propostas para o dia 02 de abril de 2024, às 08h00min. O edital completo está disponibilizado em: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>, <https://novobmnet.com.br/>, <https://municipios-licitacoes.tce.ce.gov.br/> e <https://www.taua.ce.gov.br/licitacao.php>. **Tauá-CE, 11 de março de 2024. Ordenador de Despesas.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Aviso de Julgamento de Projetos de Venda. O Município de Jijoca de Jericoacoara, por intermédio de seu Presidente, torna público o Resultado do Julgamento do Projeto de Venda referente a Chamada Pública Nº 004/2023 para a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, durante o ano letivo de 2024, no Município de Jijoca de Jericoacoara/CE. Cooperativas Vencedoras: Cooperativa de Agricultura Familiar de Marco (CNPJ: 30.261.296/0001-65)-Valor global: R\$ 810.639,57 (oitocentos e dez mil, seiscentos e trinta e nove reais e cinquenta e sete centavos) - Cooperativa dos Agricultores Familiares do Baixo Acaraú Sementes da Terra (CNPJ: 11.016.960/0001- 66)- Valor global: R\$ 115.432,49 (cento e quinze mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos) - Cooperativa de Agricultores Familiar de Itapipoca-COOPEAGRI (CNPJ: 29.270.418/0001-09) – Valor Global: R\$ 52.232,76 (cinquenta e dois mil, duzentos e trinta e dois reais e setenta e seis centavos). **Jijoca de Jericoacoara (CE), 11 de março de 2024. Francisco Leandro Silva Sales - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Campos Sales - Aviso de Credenciamento – Chamada Pública Nº 001/2024-SEDUC. A Comissão de Chamamento público designada pela Secretaria de Políticas para Educação da Prefeitura Municipal de Campos Sales/CE, torna público para conhecimento dos interessados que do período de 12 de março de 2024 a 31 de março de 2024 das 08:00h às 16:00h, estará recebendo os Documentos de habilitação e Projeto de Venda visando a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, destinada ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, durante o período letivo escolar de 2024. Maiores informações na Secretaria de Políticas para a Educação na Travessa Hotel Municipal, 83 – Centro – Campos Sales-CE. **Silvânia Chavier Leite da Silva – Presidente da Comissão de Chamamento Público. Campos Sales - CE, 11 de março de 2024.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Luís do Curu – Resultado de Julgamento de Proposta de Preços. O Município de São Luís do Curu, por meio da CPL, torna público o Resultado das Propostas de Preços da Tomada de Preços Nº 1110.01.2023, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para execução de reforma da passagem molhada na comunidade de Maniçoba dos Ribeiros, junto a Secretaria de Infraestrutura de São Luís do Curu - CE. Empresas com propostas classificadas: 01- Diferencial Serviços e Empreendimentos EIRELI, CNPJ Nº 24.880.194/0001-25, 02 - Lexon Serviços & Construtora, CNPJ Nº 07.191.777/0001-20, 03 – Medeiros Construções e Serviços, CNPJ Nº 07.615.710/0001-75 e 04 – Kronus Serviços, Locações e Construções EIRELI, CNPJ Nº 37.239.818/0001-71, por atenderem aos requisitos do Edital. Observando o critério de julgamento disposto no Edital, a saber: menor preço global, o presidente da CPL declarou vencedora a Empresa Kronus Serviços, Locações e Construções EIRELI, CNPJ Nº 37.239.818/0001-71, com valor global de R\$: 72.005,90 (setenta e dois mil e cinco reais e noventa centavos), as demais empresas classificadas e seus valores seguem em anexo a ata no mapa de preços. O Presidente da Comissão de Licitações divulgou o Resultado e abriu o prazo recursal previsto no Art. 109, inciso I, alínea “b” da Lei nº 8.666/93. **São Luís do Curu – CE, 12 de março de 2024. Otacílio Pinho Junior - Presidente da CPL.**

*** **



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Santana do Cariri - Aviso de Chamada Pública Nº 07.03.2024.01-CH. A Prefeitura Municipal de Santana do Cariri/CE, através da Secretaria Municipal de Educação, torna público para conhecimento dos interessados que estará realizando o processo de Chamada Pública, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Os grupos formais, informais ou fornecedores individuais, poderão apresentar documentos de habilitação e projeto de venda, no período de 13 de março de 2024 a 03 de abril de 2024, na sede da Secretaria Municipal de Educação, situada na Rua Dr. Plácido Cidade Nuvens, 387, Centro, Santana do Cariri/CE. Os interessados poderão obter informações detalhadas no setor da Comissão de Licitação ou ainda pelos endereços eletrônicos de comunicação disponibilizados no edital, em dias de expediente normal. **Santana do Cariri - CE, em 11 de março de 2024. Márcio do Carmo da Silva- Secretário Municipal de Educação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Lavras da Mangabeira - Aviso de Penalidade. O Município de Lavras da Mangabeira, Estado do Ceará, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Ronaldo Pedrosa Lima, em pleno exercício do cargo e no uso competente de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica e legislação correlata, tendo em vista o que consta no Processo nº001/2024, que aponta irregularidades referentes a inexecução total do contrato, pela ausência de entrega dos produtos referentes ao fornecimento de medicamentos a serem utilizados pela secretaria municipal de saúde, conforme Pregão nº2023.12.13.1-SRP, resolve: aplicar a sanção administrativa a empresa Drogaria São Jorge LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Tristão Gonçalves, nº 401, Letra B - Rosário, Barbalha -CE, inscrita no CNPJ sob o nº: 37240618000139 e a seu representante legal: impedimento de licitar e contratar com o Município de Lavras da Mangabeira/CE, pelo prazo de 02 (dois) anos (Lei 10.520/2002,art.7º), a contar da publicação desta no DOE- Diário Oficial do Estado.

*** **

Estado do Ceará - Câmara Municipal de Fortim - Aviso de Abertura das Propostas - Tomada de Preços Nº 003/2023. A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Câmara Municipal de Fortim torna público para conhecimento de todos que a Sessão de Abertura das Propostas dos Licitantes Habilitados na Tomada de Preços nº 003/2023, que tem como objeto a Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Planejamento, Organização, Realização e Processamento de Resultado do Concurso Público para provimento de cargos, destinado ao preenchimento de vagas do quadro de pessoal efetivo da Câmara Municipal de Fortim, Estado do Ceará, será realizada no dia 13 de março de 2024 às 08hs00min na Câmara Municipal de Fortim, para dar continuidade ao Julgamento da Licitação. **Fortim - CE, 11 de março de 2024. Renata Soraia Ferreira dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Potiretama – Aviso de Licitação - Modalidade: Concorrência Eletrônica N.º CE-002/2024 - SEINFRA. Objeto: contratação de obras e serviços de engenharia para a manutenção da malha viária deste Município, compreendendo os serviços constantes do orçamento, de responsabilidade da Secretaria de Infraestrutura, deste Município, conforme caderno de encargos, planilhas de orçamento, cronograma físico financeiro, memorial de cálculo, composição de B.D.I, composição de preços unitários, composição de encargos sociais, memorial descritivo, especificações técnicas, projetos (peças gráficas) e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, em anexo. Forma de execução: Indireta. Tipo: menor preço global. Forma de disputa: Aberto e Fechado. A Agente de contratação da PMP comunica aos interessados que a entrega das propostas comerciais dar-se-á até o dia 28.03.2024 às 08:00 horas (horário de Brasília). O edital e seus anexos estarão disponíveis através dos sites: <https://bllcompras.com/home/publicaccess> “acesso identificado no link – acesso público e www.tce.ce.gov.br. **Kelvia Amélia Dantas Silva – Agente de Contratação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ararendá - Aviso de Abertura de Licitação. Unidade Administrativa: Secretaria de Saúde – Regente: Pregoeiro e Equipe de Apoio – Processo Originário: Pregão Eletrônico Nº PE-01.060324-SMS – Objeto: Contratação de empresa especializada para realização de exames laboratoriais em pacientes da Rede Municipal de Saúde de Ararendá/CE com emissão dos respectivos laudos técnicos. Local de Acesso ao Edital: Rua Henrique Soares, nº 477, Centro, CEP: 62.210-000, Ararendá-CE; Bolsa Nacional de Compras; <https://arrenda.ce.gov.br/>; <https://licitacoes.tce.ce.gov.br> e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) – Funcionamento do Órgão: Segunda à Sexta de 08H00M às 14h00m – Local de Realização da Licitação: Bolsa Nacional de Compras, bnccompras.com – Data de Abertura: 26 de março de 2024 às 09:00h; Hora da Disputa: às 09:30h. **Pregoeiro: Francisco Diogem do Vale.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Benedito - Resultado da Fase de Julgamento dos Preços. A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São Benedito/CE, torna público para o conhecimento dos interessados, que após análise das Propostas de Preços da Tomada de Preços Nº 2023.12.21.01. cujo objeto é a Contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia civil para a obra de drenagem superficial para estradas pavimentadas na sede e Zona Rural do Município de São Benedito/CE, conforme projeto básico, Obteve-se o seguinte resultado: Foi declarada Vencedora a Empresa: Construvsp Construções & Serviços LTDA, CNPJ nº 50.484.244/0001-65, com o valor global R\$ 628.297,40 (seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e noventa e sete reais e quarenta centavos), por apresentar o menor preço. Assim, fica aberto o prazo recursal conforme art. 109 da Lei nº 8.666/93. Maiores informações na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Paulo Marques, nº 378 - Centro, São Benedito/CE. **São Benedito/CE, 11 de março de 2024. Ronaldo Lobo Damasceno - Presidente da Comissão de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Quixeré – Pregão Eletrônico Nº 0002/2024 – Tipo: Menor Preço. A Secretaria de Saúde da Prefeitura Municipal de Quixeré, localizada na Rua Pe. Zacarias, 332, tel (85) 4042 – 5520, Centro, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Pregão Eletrônico Nº 0002/2024, cujo objeto é a contratação da prestação de serviços para a realização de exames especializados de apoio diagnóstico para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, sendo o Início de recebimento de propostas no dia 12/03/2024 a partir das 10:00hs; Fim de recebimento de propostas no dia 27/03/2024 até às 08:00h e Início do Pregão no dia 27/03/2024 às 08:01hs (horário de Brasília). O Referido Edital poderá ser adquirido no endereço eletrônico www.licitamaisbrasil.com.br, no portal de licitações do TCE: www.tce.ce.gov.br/licitacoes e no site da Prefeitura Municipal de Quixeré-Ce: <http://www.quixere.ce.gov.br> a partir da data desta publicação. **Quixeré – Ce, 12 de março de 2024. José Eucimar de Lima – Agente de Contratação/Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Independência – Secretaria de Educação. A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua do Cruzeiro, nº 244, Centro, torna público o Resultado do Julgamento das propostas apresentada pelas licitantes participantes da Tomada de Preços de Nº SE-TP001/23, cujo objeto é a Execução dos serviços de ampliação da Secretaria de Educação, na sede do Município de Independência/CE, é declarada vencedora a licitante A B Engenharia LTDA - ME, inscrita no CPNJ Nº 13.490.136/0001-79, no valor global de R\$ 288.927,07 (Duzentos e oitenta e oito mil, novecentos e vinte e sete reais e sete centavos). Fica aberto o prazo recursal previsto no art. 109, inciso I, alínea “b”, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações. Maiores informações no endereço acima, no horário de expediente, ou pelo e-mail: licitacaoindependencia@gmail.com). **Independência/CE, 11 de março de 2024. Comissão Permanente de Licitação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Novo Oriente - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 07.003/2024. O(A) Fundo Municipal de Educação, através do(a) seu(ua) Pregoeiro(a), torna público que realizará às 09:30h, do dia 26 de março de 2024, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Pregão nº 07.003/2024. Objeto: Seleção da Proposta mais vantajosa à administração, visando o Registro de Preços para a aquisição de Kits dos Projetos Pedagógicos Estimulando; Espaço Cultural Itinerante; Biblioteca Infantil; Incluir, Brincar e Educar Vale Mais e Projeto Pedagógico Estimulando, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Novo Oriente CE. O edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/> - endereço. **Novo Oriente/CE, 12 de Março de 2024. Paulo Sergio Andrade Bonfim - Pregoeiro(A).**

*** **

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO – IDT. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2024. PROC Nº 383/2024. OBJETO: Serviço de consultoria para planejamento estratégico do IDT; **CONTRATADO:** SP5 Office Soluções em Gestão Empresarial LTDA CNPJ 15.335.255/0001-82; **VALOR:** R\$ 51.950,00. **BASE LEGAL:** Art. 74, Inciso III Lei nº 14.133/21. 29/02/24. **CEL. RATIFICAÇÃO:** Raimundo Nonato Lima Angelo – Presidente do IDT.



Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ipueiras - Aviso de Adjudicação e Homologação. O Município de Ipueiras - CE, através do Pregoeiro, devidamente autorizada pela Portaria 270/2023, Adjudica e a Secretaria de Saúde Homologa o Pregão Eletrônico Nº 057.23-PE-DIV. Objeto: Registro de Preços para aquisições eventuais de materiais de limpeza, visando atender às necessidades das diversas Secretarias do Município de Ipueiras - CE, para as empresas: Florindo Supermercado LTDA CNPJ: 74.172.065/0001-50 com valor global de R\$ 546.640,79 (quinhentos e quarenta e seis mil e seiscentos e quarenta reais e setenta e nove centavos) itens 01,02,04,05,07,13,21,22,24,29,33,34,43,47,52,55,59,64,66 e 67, Expresso Distribuidora LTDA CNPJ: 25.179.741/0001-02 com valor global de R\$ 666.039,68 (seiscentos e sessenta e seis mil, trinta e nove reais e sessenta e oito centavos) Lotes 03,06,09,10,16,17,18,19,20,23,25,26,27,28,30,32,35,37,38,39,40,44,45,46,48,49,50,51,53,54,57,58,60,61,62,63 e 65, Comercial Rios Produtos de Limpeza, Descartáveis e Papelaria LTDA CNPJ: 26.644.910/0001-09 com valor global R\$ 70.430,70 (setenta mil, quatrocentos e trinta reais e setenta centavos) Itens 08,11,12,31 e 56, Prohospital Comercio Holanda LTDA CNPJ: 09.485.574/0001-71 com valor global de R\$ 70.737,02 (setenta mil setecentos e trinta e sete reais e dois centavos) Itens 14,15,36,41 e 42. **Ipueiras/CE, 11 de Março de 2024. Lucas Matos de Abreu Oliveira - Pregoeiro.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Missão Velha - Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico Nº 2024.03.08.01. O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Missão Velha - Ceará torna público, para conhecimento dos interessados, que no próximo dia 27 de março de 2024, às 09:00 horas, através do endereço eletrônico: <https://www.portaldemissaovelha.com.br>, estará realizando licitação na modalidade Pregão Eletrônico Nº 2024.03.08.01, critério de julgamento menor preço por lote, com fins registro de preços visando futura e eventual aquisição de pneus, câmaras de ar e protetores para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Missão Velha/CE, o qual encontra-se na íntegra na sede da Comissão, situada a Rua Dr. José Leite Landim Júnior, nº 64, Centro, Missão Velha/CE. Maiores informações no endereço citado no horário de 08:00h às 14:00h ou pelo site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes>. **Ricardo Mendes Gomes - Pregoeiro. Missão Velha - CE, 11 de março de 2024.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Jijoca de Jericoacoara - Aviso de Julgamento de Propostas. O Município de Jijoca de Jericoacoara/CE, por intermédio de seu Presidente da CPLP, torna público o Resultado do Julgamento das propostas referente a Tomada de Preço Nº. 2023.12.22.01 TP, tipo menor preço global, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços em gestão de Recursos Humanos, para atender as necessidades das diversas Unidades Administrativas do Município de Jijoca de Jericoacoara/CE. Empresas classificadas: F. Denilson F. de Oliveira EIRELI/CNPJ:22.523.994/0001-63 e V A de S Silveira Serviços e Consultoria Administrativa-ME/CNPJ: 20.953.407/0001-40 Classificada e Vencedora: F2 Contabilidade e Assessoria Administrativa LTDA/CNPJ:33.764.589/0001-53. Valor Global da Proposta: R\$ 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais). **Jijoca de Jericoacoara (CE), 11 de março de 2024. Francisco Leandro Silva Sales - Presidente da CPLP.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE URUOCA - AVISO DE REVOGAÇÃO - A Prefeitura Municipal de Uruoca, através da CPL, torna público o presente Aviso de Revogação da Licitação TOMADA DE PREÇOS Nº 0020612.2023, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA E URBANISMO, ESPECIALIZADOS EM ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE INTERIORES, ARQUITETÔNICO, URBANÍSTICO E PAISAGÍSTICO, INCLUINDO O ACOMPANHAMENTO E A FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DESSES PROJETOS, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS, URBANISMO E SERVIÇOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE. Por razões de interesse público, com fundamento no Art. 49 da Lei nº. 8.666/93, o presente certame encontra-se REVOGADO pela autoridade competente. Demais informações: licitacao@uruoca.ce.gov.br. **Uruoca-CE, 11 de março de 2024. Roberto de Sousa Alencar - Ordenador de Despesas da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanismo e Serviços Públicos**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE URUOCA - EXTRATO DE CONTRATOS. EXTRATO DE CONTRATO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 0011409.2023, Contratante: Prefeitura Municipal de Uruoca, objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DE FROTA, COM FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, ATRAVÉS DE CARTÃO MAGNÉTICO OU MICROPROCESSADO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE URUOCA-CE. Contratada: NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFÍCIOS LTDA, inscrita no CNPJ Nº. 25.165.749/0001-10, contrato nº 0011409.2023-07, R\$ 187.500,00, contrato nº 0011409.2023-08, R\$ 50.000,00, VIGÊNCIA 08/03/2024 A 31/12/2024, 0011409.2023-09, R\$ 798.250,00, VIGÊNCIA 08/03/2024 A 10/11/2024, ASS: Antônio Eraldo Batista Lima.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO ACARAÚ - AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Santana do Acaraú, através da Comissão de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados, a **ADJUDICAÇÃO e HOMOLOGAÇÃO do PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 1602.02.2024**, que tem como objeto a Aquisição de Livros destinados aos Alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal, junto a Secretaria de Educação do Município de Santana do Acaraú/CE, conforme o termo de referência. Licitação Adjudicada e Homologada em favor de: **1. CARLOS ALBERTO ELIZIARIO DE OLIVEIRA L FILHO**, inscrita no CNPJ nº 51.911.128/0001-48, com sede na Rua Tabela Fabião, 181 - Presidente Kennedy, Fortaleza - Ceará - CEP.: 60355-515, vencedora dos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10 e 11 com o valor global de R\$ 781.182,00 (Setecentos e oitenta e um mil, cento e oitenta e dois reais). **Santana do Acaraú-CE, 12 de março de 2024. Daniel Marcio Camilo do Nascimento - Pregoeiro.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO - AVISO RESULTADO CLASSIFICAÇÃO PROPOSTA COMERCIAL. Modalidade: Tomada de Preços Nº TP-002/2023-SEEL. Objeto: Contratação de Obras e Serviços de Engenharia para a Executar a Reforma da Areninha do Calçadão da Lagoa da Sede, localizada no Bairro Pão de Açúcar, de responsabilidade da Secretaria de Esporte e Lazer. **Tipo:** Menor Preço Global. **Tipo de Execução:** Indireta. A Comissão de Licitação comunica aos interessados que após aprovação por Parte do Setor de Engenharia da Proposta Comercial da Empresa **FF EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA - CNPJ Nº. 23.103.016/0001-25**, pelo Valor Global de **R\$ 340.299,91 (trezentos e quarenta mil, duzentos e noventa e nove reais e um centavo)**. Decidiu em comum acordo com todos os membros da Comissão **classifica-lá como Vencedora do Certame**. A Ata completa da sessão, bem como parecer técnico, encontra-se no site: www.tce.ce.gov.br. Fica aberto prazo para apresentação de recursos conforme Art. 109, inciso I alínea "b" da lei 8.666/93 e suas alterações. A Comissão.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2024. A Prefeitura Municipal de Aracoiaba através do Setor de Licitações comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, sob o Nº 003/2024, tendo como objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA, CONSTRUÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES E CONSTRUÇÃO DE ARENINHAS EM DIVERSAS LOCALIDADES DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA/CE, DE ACORDO COM PROJETOS BÁSICOS, junto a Secretaria de Obras e Mobilidade Urbana a abertura da sessão será às 09h00min do dia **27 de março de 2024**. O edital e seus anexos estarão disponíveis através do seguinte site: www.pncp.gov.br e www.tce.ce.gov.br maiores informações no endereço eletrônico licitacaoaracoiabapma@gmail.com e atendimento presencial das 08:00 às 12:00 horas. **Aracoiaba/CE, 11 de março de 2024. Francisco Eudes Monte Silva - Agente de Contratação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - GOVERNO MUNICIPAL DE PALMÁCIA - AVISO DE CHAMADA PÚBLICA Nº 01.2024-CHP. Recebimento da documentação de habilitação e projeto de venda até o dia **02 de Abril de 2024, às 09:00hs**. Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, oriundos da Agricultura Familiar e do Empreendedor Rural, destinados a atender o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Ensino Fundamental, Pré Escolar, Creche, Educação de Jovens e Adulto e Atendimento Educacional Especializado), de Interesse da Secretaria de Educação do Município de Palmácia/CE. Local da entrega de documentação e Informações: Praça 7 de Setembro, Nº 635, Centro, Palmácia/CE, de 08:00 às 12:00h. **Francisco Jairo dos Santos Alves - Secretário de Educação.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS - AVISO DO EXTRATO DA ATA DE JULGAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 0212023-TPFME - EMPRESA HABILITADA: 1. MÁXIMA CONSULTORIA, EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E REPRESENTAÇÕES EIRELI. EMPRESA INABILITADA: 1. F2 CONTABILIDADE E ASSESSORIA ADMINISTRATIVA LTDA. Fica aberto a partir da data de publicação, prazo recursal, conforme artigo 109, inciso I, alínea "a" da Lei nº 8.666/93 com suas alterações. **Ipu-CE, 11 de Março de 2024. Francisco Josemar Pereira Peres - Presidente da Comissão de Licitação.**

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 007/2024. A Prefeitura Municipal de Aracoiaba através do Setor de Licitações comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o Nº **007/2024**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMPLEMENTARES E CONTINUADOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA PARA APOIO DE ATIVIDADES JUNTO A DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA-CE.** A abertura da sessão será às 09h00min do dia 22 de março de 2024. O edital e seus anexos estarão disponíveis através do seguinte endereço www.pncp.gov.br / www.tce.ce.gov.br. Maiores informações no endereço eletrônico licitacaoaracoiabapma@gmail.com e atendimento presencial das 08:00 às 12:00 horas. Aracoiaba/CE, 11 de março de 2024. Francisco Eudes Monte Silva - Agente de Contratação.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACOIABA - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2024. A Prefeitura Municipal de Aracoiaba através do Setor de Licitações comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA**, sob o Nº **004/2024**, tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO** junto a Secretaria de Cultura Esporte e Juventude do Município de Aracoiaba, a abertura da sessão será às 09h00min do dia **28 de março de 2024**. O edital e seus anexos estarão disponíveis através do seguinte site: www.pncp.gov.br e www.tce.ce.gov.br maiores informações no endereço eletrônico licitacaoaracoiabapma@gmail.com e atendimento presencial das 08:00 às 12:00 horas. Aracoiaba/CE, 11 de março de 2024. Francisco Eudes Monte Silva – Agente de Contratação.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO – ERRATA DE EDITAL DE LICITAÇÃO - PE 001/2024-SEDUC. **Objeto:** Aquisição de Material Didático Pedagógico (Livros), para o Programa de Educação Financeira, Empreendedorismo e Projeto de Vida, para os Alunos do Ensino Fundamental, deste Município, de Responsabilidade da Secretaria de Educação, Ciência e Tecnologia, de Acordo com as Quantidades e especificações constantes no Anexo I, do Edital. **Tipo:** Menor Preço. A Comissão de Contratação comunica aos interessados que onde Lê-se: **19 de março de 2024 às 08h:00min**, para Lê-se: **21 de março de 2024 às 08h:00min**. Para maiores informações através do e-mail: licitacao@altosanto.ce.gov.br. Manoel Pessoa Coutinho – Agente de Contratação.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Novo Oriente - Extrato de Anulação de Licitação. A Prefeitura Municipal de Novo Oriente, através da Secretaria de Educação, do Município de Novo Oriente, torna pública, a anulação do Processo de Licitação Nº 07.002/2024, modalidade Pregão Eletrônico, tendo como objeto: Seleção da proposta mais vantajosa à administração, visando o Registro de Preços para a aquisição de Kits dos Projetos Pedagógicos Estimulando; Espaço Cultural Itinerante; Biblioteca Infantil; Incluir, Brincar e Educar Vale Mais e Projeto Pedagógico Estimulando, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Novo Oriente CE. Nos termos do artigo 165, I, alínea “d” da Lei Nº 14.133/2021. **Novo Oriente/CE, 12 de Março de 2024. Paulo Sergio Andrade Bonfim - Pregoeiro(A).**

*** **

Estado do Ceará – Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – Aviso de Licitação - Pregão Eletrônico nº 92002/2024. Objeto: Registro de preços visando futura e eventual a aquisição de material de limpeza, gêneros alimentícios, copa e cozinha e material permanente para atender as necessidades das unidades gerenciadas pelo Consórcio Público de Saúde da Microrregião de Crato – CPSMC, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. Data e site da sessão: 09:00h do dia 27/03/2024 (horário de Brasília). www.gov.br/compras. O Edital poderá ser adquirido no mesmo endereço ou através do Portal das Licitações no site <https://licitacoes.tce.ce.gov.br/> ou <https://cpsmcrato.ce.gov.br/>. Crato/CE, 08/03/2023. Cícero Leosmar Parente Gomes – Pregoeiro.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Barreira – Aviso de Chamada Pública Nº 001/2024-CP. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público que receberá no período de 20 (vinte) dias, até as 09h do dia 03 de Abril de 2024, em sua sede localizada à Rua Lúcio Torres, 622, Centro – Barreira/CE, a contar a Data de Publicação desta Chamada Pública Nº 001/2024-CP-SMEC, no horário de 08h às 12h, os Documentos de Habilitação, inclusive os Projetos de Vendas de Gêneros alimentícios oriundo da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar do Município de Barreira/CE, com Fundamento na Lei Nº 11.947/2009 de 16/06/2009. O Edital poderá ser obtido junto a Secretaria de Educação, no endereço supracitado nos dias úteis, das 08h às 12h. **Barreira/CE, 12 de Março de 2024. João Batista Paz Romão.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacatuba. A Comissão de Qualificação comunica aos interessados que estará realizando Chamamento Público nº 01.001/2024-CP, cujo objeto é a qualificação como organização social na área da saúde no Município de Pacatuba/CE e posterior seleção de entidade de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como organização social na área da saúde, objeto no âmbito do Município de Pacatuba/CE, para a gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde. Os documentos deverão ser entregues até às 17:00hs do dia 01 de abril de 2024. O Edital estará à disposição dos interessados após esta publicação nos sites: <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> e <https://www.pacatuba.ce.gov.br/licitacao.php>. **Aritana de Oliveira Aguiar Veras. Pacatuba-Ce, 11 de março de 2024.**

*** **

Estado do Ceará - Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE de Granja - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº 2023.12.27.08. O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Granja - SAAE, através de sua Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra a disposição dos interessados o Edital na modalidade - Pregão Presencial Nº 2023.12.27.08, sessão pública marcada para o dia 26 de março de 2024, às 13:30h, cujo objeto é a contratação para prestação dos serviços de manutenção e rebobinamento de motores junto ao SAAE de Granja/CE. O Referido Edital poderá ser adquirido no site <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/> conforme IN-04/2015 e no SAAE de Granja/CE. **Granja/CE, 12 de março de 2024. William Rocha Costa - Presidente da CPL.**

*** **

Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tabuleiro do Norte – Aviso de Licitação. Modalidade: Pregão Eletrônico nº. 06.03.01/2024 - SEMS. objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA E HIGIENE, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TABULEIRO DO NORTE/CE, **tipo:** Menor Preço Por lote. A agente de contratação/Pregoeira comunica aos interessados que no dia 27 de março de 2024 as 09h00min horas no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br> realizará o Pregão eletrônico. O edital e seus anexos poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos: www.tce.ce.gov.br, <https://compras.m2atecnologia.com.br>, www.tabuleirodonorte.ce.gov.br. Maiores informações através do e-mail licitacao@tabuleirodonorte.ce.gov.br. Leydiane Vieira Chagas – Agente de contratação/ Pregoeira.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA RUSSAS. A Comissão de licitação torna público o resultado da fase de julgamento das propostas de preços referente a **TOMADA DE PREÇOS Nº SI-TP017/2023**, cujo objeto versa sobre a **Construção de Praça na localidade de Lajedo no Município de Nova Russas - Ceará.** EMPRESA VENCEDORA: EPS CONSTRUTORA EIRELI – ME (CNPJ: 36.494.183/0001-96), tendo apresentado menor preço na importância de **R\$ 197.742,94 (Cento e noventa e sete mil, setecentos e quarenta e dois reais e noventa e quatro centavos).** A íntegra da sessão encontra-se a disposição dos interessados no site www.tce.ce.gov.br. Nova Russas/CE, 11 de março de 2024 – Ivina Guedes Bernardo de Aragão Martins – Presidente da CPL.

*** **

Prefeitura Municipal de Cascavel-CE - Aviso de 1º Adendo ao Edital. A agente de contratação do Município de Cascavel-CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados o termo de **Adendo** ao Edital na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 2902.01-2024**, cujo objeto: **Contratação de Empresa Especializada para Prestação dos Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Cristais, no Município de Cascavel.** **Motivo:** Adequação ao edital. Alteração do prazo para apresentação da proposta readequada estabelecido no ITEM 8 do edital. O Adendo encontra-se a disposição dos interessados na sede da CPL e no sítio <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. Cascavel-CE, 08 de março de 2023. Maria Liane dos Santos Oliveira – Agente de Contratação.

*** **



Prefeitura Municipal de Cascavel-CE - Aviso de 1º Adendo ao Edital. O agente de contratação do Município de Cascavel-CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados o termo de **Adendo** ao Edital na modalidade **Concorrência Eletrônica nº 2702.02-2024**, cujo objeto: **Contratação de Empresa Especializada em Obras e Serviços de Engenharia para Prestação dos Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca no Distrito de Guanacés, no Município de Cascavel. Motivo:** Adequação ao edital. Alteração do prazo para apresentação da proposta readequada estabelecido no ITEM 8 do edital. O Adendo encontra-se a disposição dos interessados na sede da CPL e no sítio <http://municipios.tce.ce.gov.br/licitacoes/>. Cascavel-CE, 08 de março de 2023. Roberio de Paula Evaristo – Agente De Contratação.

*** **

ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE - Aviso de Prosseguimento – Concorrência nº 2023.12.26.1 - O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público para conhecimento dos interessados que estará dando prosseguimento ao processo licitatório modalidade Concorrência nº 2023.12.26.1 com a abertura do envelope de proposta técnica da licitante habilitada, ficando marcada para o dia **14 de março de 2024, às 09:00 horas**, no Setor de Licitação, localizada à Rua Interventor Francisco Erivano Cruz, nº 120 – 1º andar, Centro - CEP: 63.010-015. Juazeiro do Norte/CE, 11 de março de 2024. Wandson de Freitas Pereira - Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE MORAÚJO – AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTAS – TOMADA DE PREÇOS Nº 2111.01/2023 – A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Av. Prefeito Raimundo Benício, Nº 535, Centro, comunica aos interessados que a Abertura das Propostas da Tomada de Preços Nº 2111.01/2023, cujo **OBJETO** é a Prestação de serviços de piçarramento na estrada que liga as localidades de Serrinha e Angicos a sede do Município de Moraújo-CE, se realizará no próximo dia **15 de Março de 2024, às 08h**. Maiores informações poderão ser adquiridas no endereço acima, no horário de expediente ao público, das 08h as 12h. **Moraújo-CE, 12 de Março de 2024. Francisco Higor Moreira Freire – Presidente da CPL.**

*** **

ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO SANTO – ERRATA DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº. TP-002/2023-SEINFRA. A Comissão de Contratação comunica aos interessados que no Aviso que circulou dia 11/03/2024 – **Aviso Resultado da Fase de Habilitação da TP-002/2023 – Seinfra, onde Lê-se:** A Abertura da Proposta Comercial da Empresa dar-se-á no dia **19 de março de 2024 às 14:00 horas, para Lê-se: A Abertura da Proposta Comercial da Empresa dar-se-á no dia 20 de março de 2024 às 14:00 horas.** Maiores informações através do e-mail: licitacao@altosanto.ce.gov.br. Manoel Pessoa Coutinho – Agente de Contratação.

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Itaipaba. A Secretaria de Educação, torna público que realizará às 09:00h, do dia 03 de abril de 2024, no endereço eletrônico <https://compras.m2atecnologia.com.br/>, Concorrência Pública nº 001/24-CP. Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de reforma da quadra poliesportiva do Conjunto Padre Abílio, no Município de Itaipaba/CE. O Edital e seus anexos, poderão ser obtidos nos endereços eletrônicos <https://compras.m2atecnologia.com.br/> e www.itaicaba.ce.gov.br. Informações no endereço: Avenida Coronel João Correia, 298, Centro. **Itaipaba/CE, 11 de março de 2024. Raniela de Souza Santos - Agente de Contratação.**

*** **

Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Benedito - Aviso de Homologação e Adjudicação - Modalidade: Tomada de Preços nº 2023.09.11.01. Objeto: Contratação dos serviços técnicos especializados em engenharia civil para a manutenção (preventiva e corretiva) de praças, canteiros e passeios na Sede e Zona Rural do Município de São Benedito/CE, do tipo Maior Desconto Linear (menor preço) sobre a tabela Seinfra/CE 27.1. Vencedor: R S M Pessoa LTDA, CNPJ sob nº 33.159.524/0001-89 com o valor total de R\$ 315.000,00 (trezentos e quinze mil reais). Conforme mapa comparativo anexado aos autos. Homologo a Licitação na forma da Lei nº 8.666/93 - Aridson de Mesquita Aragão. 05 de Março de 2024.

*** **

Prefeitura Municipal de Banabuiú - Aviso de Homologação/Adjudicação. Modalidade: **Tomada de Preços Nº 04.002/2023-TP.** Objeto: **Contratação de empresa especializada para execução do Projeto de Construção de Ponto de Apoio para atendimento à Saúde – PAA, na localidade de Jurema Velha, de responsabilidade da Secretaria de Saúde do Município de Banabuiú-CE.** Vencedor: CONSTRUTORA AG LTDA, CNPJ Nº 34.326.829/0001-09, apresentou o valor global de R\$ 237.282,16 (Duzentos e trinta e sete mil, duzentos e oitenta e dois reais e dezesseis centavos). Homologo e adjudicado a presente licitação na forma da Lei Nº. 8666/93 – **Weyber Douglas Silva Nobre – Secretário Municipal de Saúde.** Banabuiú/CE, 06 de março de 2024.

*** **



DESTINADO(A)

--